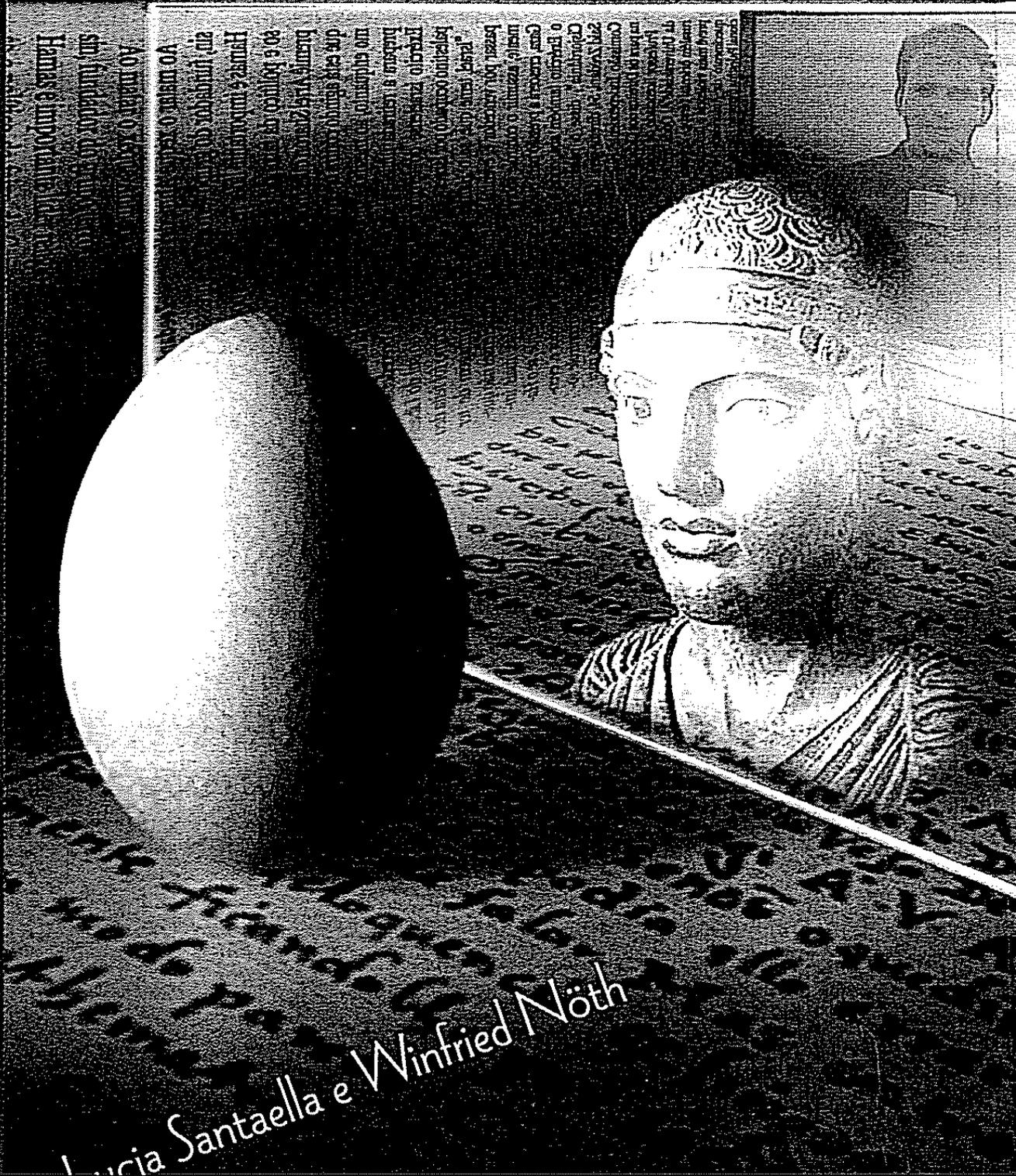


& semiótica



Lucia Santaella e Winfried Nöth

LUCIA SANTAELLA E WINFRIED NÖTH

COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA





CONSELHO EDITORIAL

Antonio Albino Canelas Rubim, Antonio Fausto Neto,
Ciro Marcondes Filho, José Luiz Braga, José Salvador Faro,
Lucia Santaella, Luiz Martins, Muniz Sodré,
Nilda Jacks, Paulo Cunha, Sérgio Capparelli, Vera França

EDITOR DA COLEÇÃO
José Luiz Aidar Prado

© 2004 by Lucia Santaella e Winfried Nöth

Arte da Capa
Luciano Guimarães

Capa
AREA Comunicação Visual

Catálogo na fonte - Biblioteca Central PUC-SP

Santaella, Lucia
Comunicação e semiótica / Lucia Santaella, Winfried Nöth.
- São Paulo: Hacker Editores, 2004.
250 p. ; 21 cm. (Coleção Comunicação & ...)
Bibliografia.
ISBN: 85-86179-42-6

I. Comunicação. 2. Comunicação e semiótica. 3. Semiótica.
I. Nöth, Winfried, 1944- . II. Título. III. Série
CDD 302.2

2004

Hacker Editores
Fonefax: (0xx11) 3733-7912
www.hacker-editores.com.br

SUMÁRIO

Introdução	7
1. A relevância da semiótica na comunicação	9
2. Pontos de contato	22
Capítulo 1- Panorama do campo comunicacional	31
1. O que é comunicação	32
2. Visões sobre o campo de estudos da comunicação	35
3. O consenso sobre a inter, multi e transdisciplinaridade do campo comunicacional	64
Capítulo 2 - Panorama do campo semiótico	68
1. A semiótica é uma ciência?	68
2. Uma ciência por se fazer	71
3. O que é semiótica	73
4. As diferentes concepções de signo	77
5. A expansão do campo semiótico	79
Capítulo 3 - A comunicação na semiótica estruturalista	82
1. Ferdinand de Saussure: o circuito da fala e a simetria da comunicação verbal	82
2. Buysens: a semiótica funcionalista no estudo da comunicação	89
3. Prieto: instrumentalidade e indicação notificativa	100
4. Greimas: comunicação como enunciação	113

Capítulo 4 - Modelos da teoria da comunicação na semiótica	127
1. Jakobson e as funções da comunicação	127
2. Lotman: comunicação, código e cultura	135
3. Eco e o paradigma da teoria clássica da comunicação	143
Capítulo 5 - A comunicação na semiose e dialogia	156
1. A semiótica peirceana também é uma teoria da comunicação	156
2. Charles Morris: comunicação, semiose e "comunagem"	170
3. Bakhtin: comunicação dialógica	178
Capítulo 6 - A semiótica na comunicação	189
1. Significação	189
2. Informação	190
3. Representação e mediação	198
Conclusão	225
Roteiro de leitura	228
Bibliografia	231

INTRODUÇÃO

As relações entre a comunicação e semiótica são íntimas. Apesar disso, ambas se distinguem, sem deixarem de se cruzar em pontos nevrálgicos. É para tratar desses cruzamentos que este livro foi escrito.

Partindo, no primeiro e no segundo capítulos, de panoramas breves para situar o campo da comunicação, de um lado, e o campo da semiótica, de outro, o terceiro, quarto e quinto capítulos apresentam e discutem as diferentes correntes semióticas que trataram explicitamente da comunicação, criando, portanto, teorias da comunicação sob um ponto de vista semiótico. Mas existem, também, nas teorias da comunicação, inúmeros conceitos que são inequivocamente semióticos. Esse outro lado da moeda será igualmente apresentado e discutido no sexto capítulo.

Levando-se em conta que a semiótica é a ciência da significação e de todos os tipos de signos, afirmar que as teorias semióticas e suas respectivas metodologias podem ser aplicadas às linguagens das mídias mais diversas e seus respectivos processos de comunicação, desde a oralidade até o ciberespaço, é uma asserção passível de pouca discussão, chegando a se constituir em um

truísmo. Em função disso, este livro não estará voltado para a demonstração de um tal potencial da semiótica. A exploração desse potencial pressupõe um confronto prévio entre a comunicação e a semiótica, como campos de conhecimento. É justamente esse pressuposto que se pretende desenvolver aqui.

Quando afirmamos que a semiótica é uma ciência, o termo “ciência” não deve ser tomado no sentido positivista ou neopositivista, de um corpo sistematizado e acabado de conhecimentos, legitimador da verdade de conclusões a serem obtidas pela pesquisa. De resto, nas próprias ciências da natureza e, mesmo a partir da matemática, esse conceito de ciência foi dramaticamente envelhecendo no decorrer de todo o século 20, em função de grandes descobertas que foram levadas a efeito, entre as quais se destacam o princípio da incerteza, o teorema da incompletude, a matemática do caos, os sistemas auto-organizativos, as estruturas dissipativas etc. Essas descobertas abalaram os alicerces da tradicional cientificidade positivista, abrindo os horizontes da ciência para a redefinição de seu conceito à luz de contribuições que o acaso objetivo, os *insights* do pensamento especulativo e o poder das metáforas também podem trazer para o seu avanço.

Sob esse ponto de vista, tanto a semiótica quanto a comunicação, tal como esta vem se desenvolvendo até os dias de hoje, são ciências. Entretanto, dada a natureza inter, multi e transdisciplinar de ambas, elas não serão aqui tratadas como disciplinas científicas com recortes bem definidos, mas muito mais como campos de saber, no sentido que nos é apresentado por Bourdieu (apud MIÈGE 2000: 130): “para que um campo funcione, importa que existam objetos de disputa e pessoas prontas a jogar o jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis próprias do jogo, dos desafios...”. Uma noção de campo, aliás, que faz eco à concepção radical que Peirce tinha de ciência como coisa viva, em permanente metabolismo e crescimento, uma atividade exercida por pessoas que apresentam um certo modo de

vida, ou seja, hábitos que são próprios daqueles que se dedicam à busca do conhecimento.

Comprovação de que a semiótica é uma ciência vem do fato de que todas as suas correntes são predominantemente teóricas. Não são teorias que nasceram da abstração de dados empíricos, mas sim da criação de articulações conceituais próprias. A palavra “teoria” está sendo aí tomada, conforme já foi explicitado por Santaella (2002: 45-47), no sentido de um conjunto coerente de princípios, isto é, de uma estrutura conceitual que configura uma moldura geral de referência para um campo de investigação e suas aplicações aos fenômenos da realidade empírica. Diferentemente da comunicação que apresentou, na fundação de seu campo, e continua apresentando até hoje, especialmente nos Estados Unidos, generalizações metodológicas abstraídas de pesquisas empíricas, todas as correntes das teorias semióticas constituem quadros conceituais abstratos, quase sempre dedutivamente construídos. Dada a natureza eminentemente teórica da semiótica, de que as metodologias que dela são geradas são meras decorrências, é o lado teórico da comunicação que será tratado neste livro, para que se possam evidenciar os pontos de contato que se estabelecem entre a semiótica e a comunicação nas suas constituições como campos de conhecimento.

1. A RELEVÂNCIA DA SEMIÓTICA NA COMUNICAÇÃO

De que é de nosso conhecimento, falta, tanto no Brasil quanto no exterior, qualquer título bibliográfico voltado especificamente para a discussão das relações que são entretidas pela comunicação e a semiótica. Há muitos títulos, principalmente no exterior, que, sem discutir, tomam essas relações como tácitas, ao incluir várias correntes da semiótica no elenco das teorias e dos estudos da comunicação. Exemplos disso aparecem em Crowley (1982),

Thayer (1987), Fiske (1990), Armaturro (1993), Volli (1994), Harris (1996), Inglis (1996), Baylon e Mignot (1999) e, no Brasil, Bordenave ([1983] 2002). Alguns, como Cobley (1996), chegam a reduzir os estudos comunicacionais estritamente a um escopo semiótico. Em sua defesa de uma perspectiva multidisciplinar para a comunicação, Bougnoux (1994: 14-16) propõe cinco sólidos domínios de estudos para edificar as ciências da informação e comunicação: a semiologia, a pragmática, a midialogia, a cibernética e a psicanálise. Sem descartar sua influência ainda atual, Miège (2000) inclui o método estrutural e suas aplicações lingüísticas e semiológicas entre as correntes fundadoras do pensamento comunicacional. Para esse autor, “(...) as ciências da informação e da comunicação têm, precisamente, como objeto relacionar suportes e conteúdos, discursos e estratégias dos atores sociais, escrita das mensagens e lógicas tecnológicas em uma abordagem que articula sociologia, história e semiologia”.

No Brasil, Pignatari (1969) e Teixeira Coelho (1980) deram relevo à semiótica entre as teorias da comunicação. Sob pontos de vista originais, bem mais recentemente, no decorrer de todo o seu admirável livro *Antropológica do espelho - Uma teoria da comunicação linear e em rede*, Sodré (2002) implicitamente reconhece os papéis que os fenômenos semióticos desempenham na comunicação social.

Entretanto, não há consenso sobre a relevância da presença da semiótica entre as teorias da comunicação, especialmente na América Latina, incluindo o Brasil, como se pode verificar, por exemplo, em Rüdiger (2003), Hohlfeldt et al. (2002) e em Melo (1998). Uma das explicações para isso se encontra no fato de que os estudos da comunicação no continente foram fecundados dentro de uma tradição de resistência política. “A comunicação, quando pensada na América Latina, foi sempre uma questão de política”, afirma Berger (2002: 252). Algo similar já fora declarado por Wilton de Souza (1997: 283): “a tradição brasileira sobre estudos

de comunicação tem um forte traço na dimensão política de seu estudo”. Isso significa que, neste continente, os estudos da comunicação desabrocharam predominantemente sob a égide da sociologia e economia política marxista.

Como nos informam Lopes (1997: 18-22) e Berger (ibid.: 247-248), a reflexão efetivamente latino-americana sobre a comunicação inaugurou-se no final dos anos 60 e inícios de 70. Em termos europeus, nesse período, o giro do pensamento intelectual estava voltado para a esquerda, como atestavam, entre outros acontecimentos, os movimentos estudantis de maio de 68, especialmente na França e Alemanha. Enquanto no centro europeu, as reivindicações libertárias eram mais genéricas, na América Latina, havia razões de sobra para uma luta de esquerda. O continente estava dividido entre, de um lado, a pequena ilha de Fidel, na qual o sonho de libertação do imperialismo norte-americano tornara-se realidade, e, de outro lado, um bom número de países sufocados sob ditaduras truculentas. Quando, no Chile, o veio da sonhada liberdade foi violentamente estancado, pela investida de Pinochet contra Allende, a resistência ao poder ditatorial crescia na medida mesma em que este se tornava mais cerceador. Partindo de Entel (1995), a síntese que Berger (ibid.) nos oferece sobre isso é lapidar:

“Naquele período, as concepções de mundo colocavam-se em pólos opostos: frente ao exército oficial se propunham milícias populares; frente à Igreja oficial, a teologia da libertação; frente aos sindicatos pelegos, organizações de base; frente aos meios de comunicação e à cultura transnacional, a denúncia e, ao mesmo tempo, a criação de formas alternativas na comunicação popular.

[...] É nesse contexto contraditório – de sonho e luta pelo socialismo e de intervenção militar e do capital norte-americano – que a Comunicação de Massa, como investimento econômico e projeto de dominação, é introduzida e sedimentada no continente. Comunicação identificada com a televisão (e esta com modernização), e com fi-

nanciamento norte-americano (e este com desenvolvimento), formando o pano de fundo e a motivação para a produção de uma pesquisa crítica sobre o projeto de comunicação massiva que se instalava e ganhava adesões”.

Prototípica do estado de espírito militante dos intelectuais da época é a declaração, feita anos mais tarde por Armand Mattellard (1981, apud BERGER *ibid.*: 253) — até hoje entre os intelectuais mais influentes no campo da comunicação latino-americana — sobre sua experiência no Chile:

“Foi a partir dessa experiência que aprendi uma coisa essencial: que não há uma teoria da comunicação, mas sim uma teoria das classes sociais, uma teoria do Estado, uma teoria das ideologias. Ainda mais: cheguei à conclusão de que não haverá teoria crítica e prática crítica da comunicação, se não começarmos a ligar o problema da comunicação com o problema da teoria do partido, com a teoria da organização de massas”.

A chegada dos estudos de comunicação na América Latina coincidiu com o influxo dos meios de difusão em massa, o rádio e, em especial, a televisão, estes, em grande parte, apoiados pela cooptação das ditaduras pelo capital internacional. Não podia dar em outra: a comunicação passou a ser identificada estritamente com comunicação de massa e esta com o jogo imperialista do capital. Vem daí a intensa penetração da teoria crítica da Escola de Frankfurt na alma dos comunicólogos latino-americanos. Essa escola foi composta, principalmente, por dois intelectuais alemães, Adorno e Horkheimer, que, exilados nos Estados Unidos devido à perseguição nazista, puderam experimentar a voracidade com que os meios de comunicação massivos se instalavam na América. Juntamente com Herbert Marcuse tornaram-se, a partir disso, os críticos mais ferozes da cultura de massas.

Para eles, a cultura de massas, que é inseparável das tecnologias de comunicação, só adquire “sentido em relação ao todo social, do qual são antes de mais nada uma mediação e, por isso, precisam ser estudadas à luz do processo histórico global da sociedade” (RÜDIGER 2002: 132). A teoria crítica se propôs como uma teoria da sociedade no seu todo. Para compreendê-la, devemos colocá-la no contexto da dialética da razão, tal como foi explicitada no famoso livro de Adorno e Horkheimer, *Dialética do esclarecimento* ([1947] 1985), e que nos é sintetizada por Rüdiger (2003: 89) nos seguintes termos:

“A modernidade cujo projeto se colocou sob o abrigo da razão, visa à emancipação e à auto-realização do ser humano, mas seu resultado histórico é, antes, o contrário, a racionalização da dominação social, a destruição da natureza e a coisificação do homem. Nesta perspectiva, a comunicação representa uma categoria profundamente comprometida com o projeto de dominação contido nas estruturas da racionalidade moderna”.

É nesse contexto que os frankfurtianos desenvolveram, em meados dos anos 40, o conceito de indústria cultural, segundo o qual “a produção dos bens culturais está inserida no movimento global de produção da cultura como mercadoria, selando a degradação do papel filosófico-existencial da cultura” (SANTAELLA 2002: 39). Foi através desse conceito de indústria cultural que se deu a aproximação pela negativa da questão dos meios de comunicação. Por isso mesmo, esses autores não podem ser chamados de teóricos da comunicação. Ao contrário, insurgiram-se contra quaisquer disciplinas setoriais na medida em que estas, especializadas em distintos campos de competência, subordinam-se à razão instrumental.

Não é difícil perceber o quanto essa concepção negativista da comunicação se ajustava, na época, à busca de resistência dos in-

telectuais latino-americanos contra o imperialismo cultural que se realizava através da comunicação massiva, visando à manutenção do domínio econômico e hegemonia política sobre os países dependentes. Mas os latino-americanos não tardaram em encontrar um caminho próprio, paralelo à mera negatividade. O caminho foi aberto pela descoberta das práticas da comunicação popular, de um lado, e pela busca de alternativas para as políticas nacionais da comunicação. Nas palavras de Berger (*ibid.*: 264):

“A introdução do estudo da comunicação popular alterou a pauta da teoria da comunicação: solicitou outras referências teóricas e metodológicas; propiciou um deslocamento do espaço universitário (precisou ir aos bairros populares para pesquisar); deixou de lado a exclusividade de tratar meios, canais e mensagens, para tratar da cultura. A incorporação do popular à teoria da comunicação propiciou rever a comunicação de massa, estudada em si, para pô-la em perspectiva, em relação”.

Para essa nova pauta, a inspiração vinha então dos escritos do italiano Antonio Gramsci que, com sua concepção do papel social a ser desempenhado pelo intelectual orgânico, neutralizava a influência dominante dos frankfurtianos sobre a esquerda acadêmica. Essa nova tendência, caracterizada pela pesquisa-ação, pesquisa participativa e pela militância, tomava relativamente conta do cenário nos anos 80 (ver também LOPES 1997: 21). Sob uma tal dominância, os estudos de comunicação só minoritariamente podiam ter olhos para a semiótica, conforme está indicado em Lopes (*ibid.*: 20).

Exceção deve ser feita à grande influência que a semiótica comunicacional, comandada por Eliseo Verón, exerceu sobre a Argentina e outros países. Também alinhado com o pensamento de esquerda (tanto é que a ditadura o obrigou ao exílio na França), sem ter tido conhecimento da obra de Bakhtin (especialmente 1973)

e sincronizado com questões tratadas pelo italiano F. Rossi-Landi (1968), Verón levou, já no final dos anos 60, o estudo das ideologias, até então reduto da sociologia, para o território das linguagens e das práticas da comunicação. Sua obra prolífica, continuada na França, está entre as mais influentes nos estudos da comunicação na América Latina (ver TORRE 2001).

No Brasil, todavia, o pensamento de Verón não teve impacto similar ao que provocou em outros países de fala hispânica. Além disso, até o final dos anos 70, a semiótica no Brasil estava mais ligada à área de letras, lingüística e literatura do que à comunicação. No início dos anos 70, foi fundado, em Araraquara, interior do Estado de São Paulo, o Centro de Estudos Greimasianos, reunindo lingüistas na sua maioria, com alguns representantes da Escola de Comunicação e Artes, da USP, como, por exemplo, Eduardo Peñuela Canizal. Ao mesmo tempo, Cidmar Teodoro Paes dirigia e orientava pesquisas lingüístico-semióticas na Universidade de São Paulo. Nessa época, Décio Pignatari publicou o livro *Semiótica da Literatura* (1974) com o qual inaugurava os estudos da semiótica peirceana no Brasil, junto com a tradução do livro *Pequena Estética*, de Max Bense (1972), que contava com uma longa introdução à semiótica peirceana, de autoria de Haroldo de Campos.

Isso se dava em meio a um grande número de traduções brasileiras de obras do estruturalismo lingüístico e literário, da semiologia francesa e da semiótica sincrética de Umberto Eco levadas a efeito principalmente pela editora Cultrix, sob a direção editorial de José Paulo Paes, e pela editora Perspectiva, dirigida por Jacob Guinsburg. Essas publicações faziam reverberar no Brasil algumas extensões da aplicação do estruturalismo semiológico e das análises do discurso para o campo comunicacional, tal como eram praticadas nos estudos do *Centre d'Études des Communications de Masse*, fundado pelo sociólogo Georges Friedmann e freqüentado pelos pesquisadores da semiótica francesa na época: Roland

Barthes, Julia Kristeva, A. J. Greimas, Christian Metz, Abraham Moles etc.

A Associação Brasileira de Semiótica, fundada, em São Paulo, por Décio Pignatari em 1974, tinha sua extensão mais dinâmica no Rio de Janeiro, nos vários eventos organizados por Mônica Rector, nos quais se destacavam, na época, do Rio de Janeiro, Milton José Pinto, Aluizio Ramos Trinta, Luiz Felipe Ribeiro entre outros, e do Rio Grande do Sul, Ione Bentz e Elizabeth Bastos Duarte. Sintonizado nesse pensamento emergencial e dando-se conta da extensão, já em vigor, da semiótica para o campo da comunicação, em 1976, o programa de pós-graduação em Teoria Literária, da Universidade Católica de São Paulo, sob a coordenação de Lucrécia D. Ferrara, no qual Pignatari e Campos eram docentes, transformou-se em um pós-graduação em Comunicação e Semiótica, inaugurando a formalização da vinculação institucional dessas duas áreas no Brasil.

Partindo de uma tradição de estudos literários e, por isso mesmo, voltada, nesse primeiro momento, para as relações intersemióticas, ou seja, para as influências mútuas entre comunicação e literatura — manifestas, por exemplo, no cinema, vídeo etc.; entre comunicação e arte, como, por exemplo, na fotografia, publicidade —, essa aliança da comunicação com a semiótica estava longe de coincidir com as tendências dominantes das investigações em comunicação na América Latina, voltadas hegemonicamente, naquele momento, para a denúncia dos meios de comunicação. Em razão disso, em sua constituição como um campo especializado de competência, a semiótica tendia a ser vista como mais uma área de subordinação à razão instrumental, descomprometida com a militância política. No prefácio à segunda edição do livro *Produção de Linguagem e Ideologia*, publicado originalmente em 1980, Santaella (1996) rememora as dificuldades ideológicas que enfrentavam, naquele período, os pesquisadores, minoritários na área de comunicação, envolvidos com a semiótica.

Na década de 80, e até o seu final, conforme Berger (ibid.: 265-266), duas linhas de pesquisa identificavam-se claramente na pesquisa em comunicação na América Latina:

- a. Políticas Públicas/Nacionais de Comunicação – reatualizando a questão da dependência e ampliando o tema, com a questão da tecnologia e da democracia, havia um projeto de intervenção pública desde o Estado;
- b. Comunicação Popular e Alternativa – ampliando a noção de comunicação para além da Indústria Cultural, havia um projeto de intervenção cultural desde os movimentos sociais”.

Enquanto isso, segundo Miège (2000: 55, 97), do ponto de vista que sua inserção no ambiente francês lhe dá, desde a década de 70, nos Estados Unidos e Europa, as correntes fundadoras que, para o autor, até hoje ocupam uma posição central no campo comunicacional — o modelo cibernético, a abordagem empírico-funcionalista dos meios de comunicação e o método estrutural em suas aplicações lingüísticas —, começaram a conviver com uma diversidade de novas concepções, ramificadas em vários posicionamentos e escolas. O efeito global produzido por essa diversidade foi o de complexificar o pensamento comunicacional, deixando como legado para os anos 90 a ampliação das problemáticas do campo da comunicação. Miège (ibid.: 55-95) engloba essa diversidade em seis tendências: (a) a economia política crítica da comunicação, (b) a pragmática, (c) a etnografia da comunicação, a etnometodologia e a sociologia das interações sociais, (d) as sociologias das tecnologias e da mediação, (e) a recepção das mensagens e a utilização dos meios, (f) as “filosofias” da comunicação.

Embora a área de comunicação tenha características muito próprias em cada região do mundo, a América Latina não podia ficar imune às novas ondas que começaram a varrer o planeta a partir dos anos 80. No panorama internacional, desde o início dessa

década, culminando em meados dela, a filosofia, as humanidades, as artes, as ciências sociais e, nelas, a comunicação, viram-se inundadas por acalorados debates acerca da pós-modernidade. O crescimento desmedido das produções culturais de todas as ordens, evidente na proliferação exacerbada das mídias, levou os arautos da pós-modernidade a noticiarem a crise e pulverização das grandes narrativas legitimadoras do discurso crítico (ver SANTAELLA 2003a: 69-134).

Colocando em diálogo e confronto filósofos da cepa de Jean-François Lyotard, Jürgen Habermas, Richard Rorty e outros, não tardou para que a questão pós-moderna entrasse na pauta até mesmo da matemática. De fato, poucas áreas de conhecimento ficaram à margem da efervescência intelectual desse debate, especialmente porque ele também era alimentado por descobertas no campo das ciências da natureza e da matemática: as teorias dos sistemas auto-organizativos, das estruturas dissipativas, do caos determinista, das fractais, que preconizavam o advento de novos paradigmas para as ciências.

No alvorecer dos anos 90, a indagação sobre novos paradigmas tomava conta também do pensamento comunicacional na América Latina e no Brasil. Mais uma vez, Berger (ibid.: 266-267) nos apresenta esse panorama com muita propriedade:

“Se até os anos 80 os contornos que demarcavam o campo da comunicação conservavam bastante nitidez, pois se podia identificar com precisão os estudos sobre a estrutura transnacional da comunicação, a comunicação participativa/popular e a problemática das políticas públicas de comunicação, no início dos anos 90 as fronteiras entre as linhas e a relação com as disciplinas já não são tão claras. A constatação da necessidade, primeiro, de revisões e de releituras – logo, de novas proposições teórico-metodológicas – é a tônica deste período” (ver também LOPES 1997: 19).

As novas proposições vieram sob as lideranças marcantes do colombiano Jesus Martin Barbero e dos mexicanos Guillermo Orozco Gómez e Nestor García Canclini de cujas idéias nasceu a convicção de que a comunicação “deve ser tratada no cenário da cultura que, na América Latina, encontra eco em sua formação híbrida, que propicia múltiplas mediações na recepção das mensagens” (BERGER *ibid.*: 268). Ecoando proposições da Escola de Birmingham de estudos culturais, e, mais longinquamente, de Raymond Williams, na pesquisa de recepção, a ênfase no pólo do receptor e das mediações culturais das mídias, tornou-se palavra de ordem, não obstante a “enorme imprecisão cognitiva”, nem sempre reconhecida pelos pesquisadores, do conceito de mediação, como foi bem apontada por Sodré (2002: 250).

Por essa época, o *boom* da semiótica dos anos 70 já havia cedido e, justamente nesse ponto, a síntese possível entre a tradição marxista e os estudos semióticos, que   própria dos estudos culturais, conduziu ao arrefecimento os precedentes antagonismos latino-americanos entre a comunicação e a semiótica. De fato, frente   multidimensionalidade das práticas comunicacionais, a sociologia da cultura, em que os estudos culturais se abrigam, são sensíveis   incorporação da semiótica. Nem podia ser diferente, dado que os processos de hibridização não são simplesmente de meios, mas, antes de tudo, trata-se de hibridizações simbólicas, cuja heterogeneidade, nos centros urbanos em crescimento e nos ambientes do ciberespaço, cresce exponencialmente. Assim também, os usos tanto de assimilação quanto de ressemantização, que as camadas populares fazem do massivo, podem ser melhor estudados com o auxílio de conceitos semióticos.

Dos anos 90 para cá, um novo complicador entrou na ordem do dia, tornando o campo comunicacional ainda mais complexo. Trata-se da problemática da globalização (ver IANNI 1992, 1995) e das redes planetárias de comunicação, com todas as conseqüências que isso trouxe para a mundialização da cultura (ver ORTIZ

1994) e para a inflação da semiosfera, com o crescimento dos signos e das mídias (ver SANTAELLA 2003a e 2003b), o que, na sua ampliação para a realidade sócio-política, Sodré (ibid.: 21-28, 51) chama de “quarto *bios*”, “quarto âmbito existencial” ou “terceira natureza” humana. Partindo da classificação aristotélica dos três gêneros de existência, âmbitos onde se desenrola a existência humana – o *bios theoretikos* (vida contemplativa), o *bios politikos* (vida política) e o *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo) —, Sodré propõe esse novo *bios*, hoje consolidado por meio da tecnologia digital, no qual predomina a esfera dos negócios que tem na tecnocultura e no *ethos* do consumo sua qualificação cultural própria.

Caminha em direções similares a reação de alguns dos expoentes da pesquisa em comunicação às perplexidades provocadas pelo adensamento da complexidade do campo. Para Miège (ibid.: 98), “a efervescência e a diversidade da complexidade comunicacional” não podem ser reduzidas a pontos de vista particulares. Ao contrário, coloca-se a necessidade de “garantia de uma maior sustentação teórica que vem do fato de que os fenômenos informacionais e comunicacionais se encontram, daqui para a frente, no âmago dos mais decisivos desafios da sociedade”. Diante disso, o programa de trabalho proposto pelo autor (p. 124) cobre os seguintes itens:

“(a) a articulação entre os dispositivos tecnológicos da comunicação e a produção das mensagens e do sentido;

(b) a ‘inserção social’ das tecnologias e, particularmente, a atividade dos usuários-consumidores no aperfeiçoamento dos dispositivos;

(c) a atenção aos ‘procedimentos’ de escrita das mensagens (icônicas, sonoras, gráficas...) e das condições que presidem sua concepção e realização

(d) o estudo das mudanças ocorridas nos processos de mediação [...] dos intercâmbios comunicacionais”.

Barbero (1999 apud BERGER 270-71) enfatiza as mudanças de fundo na configuração dos estudos da comunicação que provêm menos dos deslizamentos internos ao campo do que de um movimento geral nas ciências sociais. Inicia-se, com isso,

“uma expansão dos limites que demarcavam o campo da comunicação: as fronteiras e as topografias não são mais as mesmas de apenas dez anos atrás. A idéia da informação, associada à inovação tecnológica, ganha legitimidade científica e operacionalidade enquanto a de comunicação se desloca e se aloja em campos distantes: a filosofia, a hermenêutica. A brecha entre o otimismo tecnológico e o ceticismo político se agiganta e encobre o sentido da crítica”.

Nas reflexões multifacetadas e lúcidas com que pensa a comunicação linear e em rede, Sodré (ibid.: 245) conclui que o campo comunicacional parece requerer

“um novo sistema de inteligibilidade para a diversidade processual da comunicação, possivelmente na direção de uma antropológica do vínculo e das relações, isto é, (a) o empenho por uma redescrit  das relações entre o homem e as neotecnologias capaz de levar em conta as transformações da consciência e do *self* sob o influxo de uma nova ordem cultural, a simulativa; (b) ao mesmo tempo, o empenho ético-político-antropológico no sentido de viabilizar uma *compreensão* das mutações socioculturais dentro de um horizonte de autoquestionamento, norteado pela afirmação da diferença essencial do homem, de sua singularidade”.

Embora os especialistas evitem a panacéia de que “tudo é comunicação” e defendam uma autonomia do campo a ser construída, há um consenso generalizado entre eles de que o aumento de complexidade da comunicação abriu caminho à consciência crescente de seu estatuto transdisciplinar e da inexistência de uma estrutura

explicativa única ou de objetos previamente recortados para a diversidade fenomênica da comunicação, como veremos em mais detalhes no próximo capítulo.

Em um tal quadro de reconhecimento da inter, multi e mesmo transdisciplinaridade da comunicação, não deveria haver mais lugar para quaisquer reservas quanto à relevância das suas relações com a semiótica. Mesmo assim, contudo, muito especialmente para aqueles que se mantiveram fiéis ao pé e à letra das teorias críticas, a semiótica é ainda vista como uma mera metodologia formal, incapaz de trazer contribuições próprias para o campo da comunicação. Um dos objetivos deste livro é evidenciar que essa crença é infundada e mal informada.

Para outros, não obstante reconheçam as contribuições que a semiótica tem a dar, restringem essa contribuição à sua instrumentalidade para a leitura das linguagens empíricas da comunicação: publicidade, jornal, cinema, vídeo etc. Embora o caráter analítico da semiótica seja seu lado mais visível, pretende-se também desarmar essa crença, evidenciando sua parcialidade.

Antes de passarmos para as convergências teóricas e conceituais da comunicação e semiótica, objetivo deste livro, vale colocar em pauta alguns pontos de contato mais óbvios entre ambas.

2. PONTOS DE CONTATO

Tanto a comunicação quanto a semiótica são áreas de conhecimento jovens que se desenvolveram da metade do século 20 para cá. É claro que sempre houve comunicação e até mesmo um pensamento, sempre histórico e situacional, sobre a comunicação. Isso pode ser comprovado no extenso volume, organizado por Crowley e Heyer (1999), dedicado ao desenvolvimento da comunicação através dos tempos, a saber: os meios nas civilizações antigas, a tradição da escrita ocidental, a revolução da impressão, a eletricidade

dade e o mundo dos fios, a tecnologia da imagem e a emergência da sociedade de massas, os dias do rádio, os tempos da televisão e, por fim, as novas mídias na era da informação. Em um extenso artigo sobre a comunicação e as civilizações, Hohlfeldt (2002: 61-98) começa na Grécia, século 5 a.C., então vai para Roma, do século 1 a.C. ao século I d.C., segue para a França, a partir do final do século 18 e primeira metade do século 20, chegando à Europa e Estados Unidos, a partir da segunda metade do século 20, até o momento (ver também PETERS 1999).

Não obstante suas origens antigas, sob o nome específico de “comunicação” para designar uma área de investigação autônoma, seu surgimento é bem mais recente, só tendo se tornado nitidamente visível por volta de meados do século 20. Foi o aparecimento e expansão dos meios de massa que transformou a comunicação em um problema para ser pensado sob os mais diversos ângulos, conforme foi bem sintetizado por França (2002: 41; ver também sobre isso SANTAELLA 2002: 24-26 e RÜDIGER 2003: 15, 118-123):

“(...) é óbvio que os homens sempre se comunicaram, que os primeiros agrupamentos humanos, aquilo que podemos intuir como o embrião da vida social, apenas se constituíram sobre a base das trocas simbólicas, da expressividade dos homens. É óbvio que a comunicação – processo social básico de produção e partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas – existiu desde sempre na história dos homens, e não foi inventada pela imprensa, pela TV, pela internet. A modernidade não descobriu a comunicação – apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização”.

Devido justamente ao fato de a emergência do pensamento sobre a comunicação ter se dado em função do surgimento dos

meios de comunicação de massa, existe infelizmente uma tendência para se restringir o campo da comunicação ao limite estrito da comunicação de massa, ou, o que é pior, meramente ao dos *meios* de comunicação de massa. Esse reducionismo empobrecedor será objeto de discussão no próximo capítulo.

Assim como a comunicação, também os signos, isto é, a produção e troca simbólicas, sempre existiram e são fatores de constituição da própria condição humana. Por isso mesmo, a semiótica, mesmo que nem sempre com esse nome, enquanto reflexão sobre a linguagem e seus sentidos, teve suas origens já no mundo grego e atravessou, com características próprias de cada época, toda a história humana desde então. Uma síntese dessa travessia pode ser encontrada em Nöth (1998), começando com o período greco-romano antigo, passando pela Idade Média ao Renascimento, também pelo racionalismo, empirismo e iluminismo, até a semiótica do século 19.

Entretanto, muito provavelmente sob efeito da expansão crescente dos meios de comunicação e dos diferenciados tipos de signos e processos de significação que por eles circulam, foi só no século 20, alguns anos depois de Saussure ter chamado a atenção, em 1911-12 (1916), para a necessidade do aparecimento de uma ciência que estudasse a vida dos signos no seio da vida social, ciência esta por ele batizada de semiologia, que essa área de conhecimento começou a ser desenvolvida, na sua autonomia, a partir de várias tradições, como serão mencionadas no capítulo 2. Mesmo a semiótica peirceana, embora tenha se desenvolvido na virada do século 19 para o 20, só foi recuperada graças ao *boom* da semiótica nos anos 60 e 70. Não fosse isso, essa parte da obra de Peirce teria provavelmente ficado — sabe-se lá até quando — esquecida pelos filósofos que, até meados do século 20 e, por vezes, ainda mais tarde, não puderam entender, ignoraram ou deliberadamente negligenciaram os escritos peirceanos sobre os signos, por parecerem estranhos às temáticas tidas como filosóficas.

Outro ponto de contato entre a semiótica e a comunicação encontra-se no fato de serem ambas inegavelmente áreas inter, multi e transdisciplinares. Voltaremos a essa questão nos capítulos 1 e 2, mas vale aqui adiantar que, do lado da semiótica, negar esse caráter é cair no ridículo. O domínio de abrangência dos signos e dos processos de significação é extremamente largo, atravessando fenômenos empíricos das mais diversas ordens e, conseqüentemente, muitas áreas de conhecimento. Há signos ou proto-signos na natureza, muito especialmente nos organismos vivos, o mundo dos animais está povoado de signos e não deve haver um único rincão da vida humana que não dependa de signos e quase-signos para a sua existência.

Do lado da comunicação, conforme já foi lembrado por França (ibid.: 49), é grande tanto a extensão da dimensão empírica da comunicação quanto a diversidade “dos fatos e práticas que constituem seu objeto”, extensão e diversidade que são, em grande parte, devidas aos diversos veículos de comunicação (jornal impresso, revistas, cinema, rádio, televisão, internet, todos eles permeados pela publicidade), devidas também às diferentes linguagens que se configuram nesses veículos (linguagem cinematográfica, televisiva, publicitária etc.) e, conseqüentemente, devidas às inúmeras atividades profissionais dos comunicólogos (jornalismo, publicidade, relações públicas etc.). A isso se soma a “mobilidade do objeto empírico: a constante mutação das práticas comunicativas, verdadeiras revoluções tecnológicas a que temos assistido particularmente nos últimos anos”. Como não poderia ser diferente, os aportes teóricos acionados para a compreensão das inúmeras facetas da comunicação são também heterogêneos, reclamando pela contribuição de várias disciplinas.

Muito embora a diversidade congênita da comunicação naturalmente se imponha, há ainda aqueles que pretendem engessar as investigações dentro de pontos de vista homogêneos. Felizmente, o retorno do real é mais forte do que o voluntarismo de uns pou-

cos. Esse retorno do real vem sob a forma de uma tendência consensual contra os entraves à evolução dos conhecimentos, evolução, de resto, que não se pode dar, em nenhum campo do saber, quando a liberdade do pesquisador é cerceada, assunto este que será recuperado mais à frente.

De resto, afirmar o caráter inter, multi e principalmente transdisciplinar da semiótica e também da comunicação, para nós, constitui-se não apenas em plataforma de lançamento das idéias que serão defendidas neste livro, mas também funciona como ponto de partida sem o qual as relações entre a comunicação e semiótica ficariam amputadas de saída. Ademais, defender a transdisciplinaridade da comunicação é também evidenciar que a relação que a comunicação entretém com a semiótica refere-se a apenas uma das possíveis facetas da comunicação, do mesmo modo que a face comunicacional é apenas uma entre outras facetas da semiótica. Conforme será visto nos dois próximos capítulos, sob alguns aspectos, a comunicação é mais ampla do que a semiótica. Do mesmo modo, sob alguns outros aspectos, a semiótica é mais ampla do que a comunicação. Enfim, são campos com múltiplas facetas. Em algumas delas, ambos se tocam e se amalgamam.

Outro ponto de contato entre a comunicação e a semiótica encontra-se na nítida expansão de seus campos. A área de abrangência de ambas vem se alargando. Evidentemente, a expansão é um princípio presente em todas as áreas das ciências e do saber. A tendência do conhecimento assemelha-se à da vida. De acordo com Papagiannis (1980: 48-49), há quatro princípios que governam a vida: (a) ela tende a se expandir como um gás para ocupar todo o espaço disponível; (b) ela se adapta às exigências do espaço que se tornou disponível; (c) ela se desenvolve continuamente em direção a níveis de maior complexidade; (d) quanto mais complexo o nível de organização, mais rapidamente a vida cresce". Salta à vista a analogia entre esses princípios e aqueles que regulam o crescimento do saber humano.

No caso da comunicação e semiótica, entretanto, a expansão de seus campos está se exponenciando devido à explosão das redes comunicacionais e, com elas, o surgimento de uma nova linguagem híbrida, a hipermídia. Contribui também para essa exponenciação as descobertas recentes em outras áreas de conhecimento, especialmente a biologia, com suas demonstrações dos sistemas de codificação e processos de comunicação que presidem ao surgimento e manutenção da vida, questão essa hoje indiscutível e contando com um acervo bibliográfico remarcável, como será apresentado nos capítulos 1 e 4.

Há, entretanto, um descompasso nítido no tipo de desenvolvimento da semiótica e da comunicação como campos de conhecimento. A semiótica teve várias paternidades quase simultâneas e, em todas elas, desenvolveu-se de chofre, com um seqüenciamento de pouco mais de uma geração, no máximo. Os pais — Peirce, Saussure, Hjelmslev, o formalismo russo, o círculo de Praga e o círculo de Bakhtin — foram seguidos por Charles Morris e Thomas Sebeok, nos Estados Unidos, pela semiologia de extração lingüística, principalmente com Barthes, pela semiótica narratológica e discursiva de Greimas, ainda na França, pela escola de Tartu, na antiga União Soviética e pela semiótica funcionalista de Halliday. Desde então, o desenvolvimento teórico da semiótica, de certa forma, estancou. Com exceção de Umberto Eco que, de fato, contribuiu com algumas questões relativamente novas para o campo, as últimas gerações, em vários países, têm se dedicado à recuperação explicativa e comparativa do legado e às aplicações desse legado conceitual aos mais diversos fenômenos sígnicos, inclusive aos mais novos rebentos que surgiram no horizonte, os biológicos e computacionais.

O campo da comunicação, por seu lado, não teve paternidades vultosas, tendo crescido gradativamente, mas sempre diversificando-se em muitas tendências nas diversas partes do mundo; seus fundamentos teóricos foram, com o tempo, sendo melhor defini-

dos e enriquecidos através de várias contribuições até atingir uma ebulição produtiva, de que um exemplo flagrante e recente, para ficarmos no Brasil, encontra-se na obra madura e fundacional de Sodré (2002), obra que cria, sem dúvida, uma multifacetada teoria da comunicação para os novos tempos.

Uma das razões para um tal descompasso entre campos do saber que, em princípio, deveriam estar tão próximos, encontra-se muito provavelmente no fato de que, diferentemente da comunicação, cuja institucionalização, tanto no mercado empresarial e de trabalho, quanto no terreno do ensino e pesquisa, cresce ininterruptamente, a semiótica, com pouquíssimas exceções no mundo, quase sempre marginais, não conseguiu institucionalizar-se. De fato, enquanto existem empresas públicas e privadas prontas a absorver uma diversidade de profissões do comunicólogo (jornalistas, publicitários, assessores de comunicação e, mais recentemente, os *web designers*), não existe a profissão do semioticista (ou do semiólogo, como os jornalistas preferem chamar). Em um mundo dominado pela lógica capitalista, que impõe à formação dos indivíduos sua adequação ao mercado de trabalho, os estudos semióticos resultam muito mais da curiosidade e da paixão de seus praticantes do que da escolha de uma profissão.

Embora, de fato, a pesquisa tanto em comunicação quanto em semiótica tenha se desenvolvido com investigadores que, sentindo-se confinados, deixaram suas áreas originais de formação para se lançarem à aventura do desenvolvimento de um campo novo, a falta para a semiótica de respaldo no mercado de trabalho e de uma locação departamental dentro das universidades, enfim, sua falta de legitimidade institucional, tudo isso junto produz a tendência muito comum à efemeridade de seus pesquisadores que são e deixam de ser semioticistas com a mesma naturalidade com que trocam de roupas.

Entretanto, a faca da institucionalização tem dois gumes. Uma estreita visão profissionalizante da comunicação tem levado al-

guns a crer que os limites do campo de investigação em comunicação devem estar confinados aos seus setores profissionais, tais como aparecem nas habilitações de seus cursos de graduação: jornalismo, cinema, rádio e TV, relações públicas e, em alguns casos, turismo. Uma tal simplificação que é, sobretudo, castradora ao desenvolvimento da pesquisa, nem merece ser discutida. O que cumpre destacar é que, com o advento da revolução digital, é tamanha a perturbação que as novas mídias híbridas vêm produzindo na antiga somatória de meios de comunicação que compunham os currículos dos cursos de comunicação tradicionais, e é sempre tão grande a inércia das instituições acadêmicas para se reestruturarem frente à voragem das mudanças, que o que tem acontecido é a separação drástica entre os tradicionais cursos de comunicação e os novos cursos inter, multi e transdisciplinares de novas mídias, mídias digitais e cultura midiática que estão surgindo no mundo.

Exemplos flagrantes disso estão aparecendo na Europa, em países como a Alemanha, Suíça e Holanda, nos quais os tradicionais cursos de *Publizistik*, oriundos da comunicação impressa, especialmente o jornalismo, estão hoje separados de novos cursos de mídias, de caráter radicalmente transdisciplinar, que absorvem contribuições de várias áreas de conhecimento, especialmente o saber criativo que vem das artes e da literatura, e inclusive da informática e das ciências cognitivas, como é o caso dos Estados Unidos em seus novos cursos que vêm sendo chamados de *New Media*.

Diante disso, onde fica o campo da comunicação? Na tradição publicística ou na transdisciplinaridade emergente? A pergunta aqui se coloca apenas como uma provocação para aqueles que tendem a pensar que um campo de pesquisa pode ficar à reboque dos cursos de formação profissional que atendem às exigências do mercado de trabalho, quando, justamente ao contrário, as pesquisas avançadas em comunicação deveriam estar sinalizando e

iluminando caminhos para os novos desafios que se apresentam.

Por não estar presa a camisas de força impostas pelo mercado de trabalho — camisas de força que são tanto mais insidiosas quanto mais agem indiretamente, o que as torna relativamente invisíveis —, a investigação semiótica fica menos sujeita às tesouras reducionistas, muito embora Umberto Eco, por exemplo, tenha demarcado rigidamente o limiar semiótico. Para ele, a linha divisória entre o mundo semiótico e não-semiótico está na cultura e nos signos que pressupõem convenções sociais. Com isso, Eco realiza uma separação drástica entre a cultura ou semiótica, de um lado, e a natureza, não-semiótica, de outro (ver NÖTH 2000b).

Apesar de Eco, o mais recente debate, em que os estudiosos da semiótica estão envolvidos no presente, está voltado para a exploração da realidade sígnica e proto-sígnica tanto no universo dos organismos vivos, quanto no mundo puramente físico (ver NÖTH, org. 2001), numa demonstração de que o pensamento, quando não está intimidado por pressões externas, segue o mesmo rumo expansionista que é próprio da continuidade da vida. As descobertas da ciências estão pontilhadas de exemplos dessa ordem, para comprovar que os limites de um campo de saber não podem ser arbitrariamente impostos de fora, mas devem brotar e ser filtrados pela comunidade daqueles que estão engajados na pesquisa, com o corpo e a alma que o avanço do conhecimento exige.

CAPÍTULO 1

PANORAMA DO CAMPO COMUNICACIONAL

Panorama não deve ser aqui entendido como apresentação da evolução histórica das teorias da comunicação. Sem irmos longe, já existe no Brasil, de autores nacionais ou de autores internacionais traduzidos, uma boa safra de títulos que versam sobre isso. Na área de comunicação, especialmente, o número de publicações sobre as teorias da comunicação cresceu notavelmente nos últimos anos.

Em janeiro de 2000, na apresentação à tradução brasileira do livro de Miège (2000), Edgard Rebouças dizia que essa tradução vinha “suprir uma lacuna na literatura sobre a evolução dos estudos comunicacionais” (p. 8). Rebouças citava, então, o onipresente livro do italiano Wolf (1987), em edição portuguesa, e a então recente tradução brasileira da *História das teorias da comunicação* do casal Mattelart (1999) como exemplares isolados. Embora pouco tempo tenha se passado, de lá para cá, esse quadro vem sofrendo modificações. Há um conjunto de publicações de autores brasileiros ou de traduções, inclusive a do próprio Miège, sobre o desenvolvimento histórico e conceitual das teorias da comunicação que tem surtido seus efeitos em território nacional.

Como parte do projeto integrado de pesquisa sobre “Mapeamento da Área de Comunicação”, subsidiado pelo CNPq/2001-2004, coordenado por Lucia Santaella, foi feita uma enquete, através da internet, a um bom número de professores da disciplina de Teoria da Comunicação no Brasil, sobre quais livros são adotados nessa disciplina. A enquete não tinha um objetivo quantificador, mas meramente exploratório. O número de respostas, aliás não muito grande, que se pôde obter, já foi bastante revelador da importância que as novas publicações sobre teoria da comunicação têm desempenhado para essa disciplina. A bibliografia adotada é predominantemente de publicação recente, de 2000 para cá, e grande parte dela, de autores nacionais. A par de Bordenave (10^a ed. 2002), dos clássicos Wolf e Mattelard, citados acima, e Melo (1998), surgem obras como Hohlfeldt et al. (2^a ed. 2002), Moraes (1998, 2001), Rüdiger (2^a ed. 2003), Santaella (2^a ed. 2002), Sodré (2002), ao lado de alguns títulos traduzidos. A existência e disseminação dessa bibliografia nos dispensa da tarefa de passar em revista as escolas teóricas da comunicação.

Assim sendo, o que pretendemos traçar são panoramas capazes de delinear os perfis definidores dos campos da comunicação, neste capítulo, e da semiótica, no próximo capítulo, para que possam ser percebidas as similaridades e diferenças nos seus traçados.

1. O QUE É COMUNICAÇÃO

Começamos pela pergunta clássica: o que é comunicação? Se a resposta a essa questão estivesse no sentido etimológico e dicionarizado dessa palavra, a tarefa não seria tão complicada, tendo já sido cuidadosa e detalhadamente realizada por Martino (2002a: 12-20), para concluir pela polissemia do termo. De fato, ao colocar o conceito de comunicação em discussão, no contexto da sociologia, Merten (1977: 168-82) apresentou nada menos do que

160 definições desse conceito (ver também PETERS 1999: 6-10).

Entretanto, não nos interessa aqui refletir sobre os sentidos correntes de comunicação, mas sobre aqueles que foram e continuam sendo construídos através da tradição da pesquisa que foi levando gradativamente à constituição de um campo de saber relativamente autônomo que, sob o nome de *comunicação*, é tomado como referência e é levado adiante por comunidades de investigadores. Por isso mesmo, a questão não é simples. A comunicação nunca foi e está longe de ser um campo unificado, como, de resto, a unificação do conhecimento deixou de ser uma ambição em qualquer área das ciências. As teorias e métodos cresceram de tal maneira, no último século, em todas as áreas, que o confronto e, por vezes, o conflito de concepções e abordagens tornaram-se regra.

Certamente, no âmbito das ciências da natureza e, hoje, também no âmbito das engenharias e ciências da computação e informação, existe aquilo que Kuhn (1962) chamou de paradigma ou matriz disciplinar, a saber, o conjunto de compromissos relativos a generalizações simbólicas, crenças, valores e soluções modelares que são compartilhados por uma comunidade científica dada. Entretanto, mesmo no interior dessas ciências, a convivência do múltiplo vem cada vez mais substituindo o consenso. Isso se acentua quando passamos para as ciências sociais e humanidades, muito especialmente para um campo heteróclito como o da comunicação, ao qual o conceito de matriz disciplinar não cabe. Quando isso se dá, a falta do porto seguro das soluções modelares é compensada pela atração às modas intelectuais que, conforme foi apontado por França (2002: 50), é uma forte tendência dos estudos de comunicação nos quais “quadros conceituais, temáticas e vertentes explicativas se sucedem ao longo dos anos sem alcançar o necessário aprofundamento e maturação”. Entretanto, essa tendência não pode nos levar, no outro extremo, a negar a natureza abrangente e multiforme dos fenômenos comunicacionais e con-

seqüentemente das teorias e métodos que são empregados para elucidá-los.

A diversidade, multidimensionalidade e complexidade crescentes da comunicação resultam de uma série de fatores que operam simultaneamente, conforme foram levantados por Miège (ibid.: 20): (a) a produção científica e reflexão dos especialistas; (b) as reflexões produzidas por profissionais da área e áreas conexas (jornalistas, publicitários, assessores de imprensa, especialistas da vigilância estratégica, engenheiros de redes de comunicação, idealizadores de serviços telemáticos etc.); (c) a atenção que a área deve dar “às mudanças que intervêm nas políticas dos Estados, nas estratégias profissionais, nas técnicas adotadas e nas práticas dos trabalhadores da área social”; (d) o seu caráter profundamente evolutivo no tempo e variável segundo os países (nos Estados Unidos, por exemplo, a comunicação sempre esteve associada a preocupações imediatamente aplicáveis, enquanto na Europa Ocidental, ligou-se ao pensamento crítico); (e) a ampla difusão da comunicação para além dos especialistas, a partir dos anos 80, “ao ponto de ter se transformado, parcialmente, em ideologia”, constatação esta que é compartilhada pelo diretor do *Le monde diplomatique*, Ignacio Romanet, na crítica mordaz que faz à televisão e ao jornalismo atual no seu livro sobre *A tirania da comunicação* (2001).

Dada a natureza evolutiva dos fenômenos comunicacionais empíricos, e dada a rapidez vertiginosa com que essa evolução vem se dando desde meados do século 20, seria surpreendente que houvesse um consenso sobre a natureza e o recorte específico de “um objeto” ou mesmo de “objetos” de estudos da comunicação. Como diz Sodré (2002: 222), “  difícil pensar no conceito de ‘um’ objeto para uma disciplina social atravessada pela profunda fragmenta o, tanto dos fenômenos que procura conhecer quanto de seu próprio campo teórico”. Por ser diferente de outras disciplinas, continua Sodré (ibid.),

“como sociologia, antropologia, psicologia e história, que emergiram academicamente a partir do ‘continente’ filosófico, a Comunicação partiu tanto da Academia quanto do mercado e sempre teve maior peso prático (é um tipo de saber estreitamente ligado à produção de serviços) do que conceitual. Nessa conjuntura, simplesmente inexistente consenso teórico quanto a seu objeto”.

Em função disso, Sodré (ibid.) conclui que, ainda assim, “a comunicação ocupa hoje uma posição reflexiva sobre a vida social, se não com ‘um’ objeto claramente discernível, certamente com um ‘nó’ ou um núcleo objetivável, onde se entrelaçam problematizações diversas do que significa a vinculação ou a atração social”.

Todavia, há ainda a se considerar que, mesmo se o quadro da comunicação não se apresentasse de modo tão difuso quanto atualmente, sabe-se que “o” objeto de qualquer ciência não é jamais um dado previamente definido, um território recortado de antemão, mas sim fruto da própria construção do conhecimento. Conforme o conhecimento avança, áreas que eram vistas com imprecisão, tornam-se mais nítidas, territórios insuspeitados são descobertos, enfim, o crescimento da complexidade é uma característica de todo conhecimento. É por isso que, embora seja, de fato, enganosa a idéia de que a comunicação pode estar em tudo, a compreensão difusa que se tem desse fenômeno ou complexo de fenômenos também é um fato. Daí termos optado por falar da comunicação como um campo em construção.

2. VISÕES SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO

Tanto quanto podemos ver, não obstante a multiplicidade aparente de pontos de vista, são três as visões dominantes sobre o campo de estudos da comunicação, todas elas devidamente cons-

tituídas com conceitos próprios e literatura correspondente: (2.1) a visão de que a investigação deve abranger todos os processos de comunicação, estejam eles onde estiverem; (2.2) a visão que identifica comunicação com as teorias dos meios de comunicação e, mais recentemente, das mídias em geral; (2.3) a visão que considera a comunicação como parte da realidade sócio-histórica humana, localizando seus estudos sob o guarda-chuva da sociologia da cultura, da sócio-política ou da teoria geral da sociedade. Vejamos detalhadamente cada uma dessas três visões.

2.1. OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

O ponto de vista que elege os processos de comunicação como campo de estudos coloca ênfase na comunicação como relação, transmissão, agenciamento, influência, troca e interação. Para que qualquer um desses fatores seja realizado, é preciso que existam pelo menos duas entidades e um meio de conexão entre ambas. Vem dessa necessidade a condição básica para a ocorrência da comunicação: a tríade do emissor, mensagem e receptor. Quando se menciona essa tríade, via de regra, vem à mente o clássico modelo de comunicação que, sob inspiração da teoria matemática da informação, foi elaborado por Shannon e Weaver, em 1949. Na explicação bastante simplificada de Pfromm Netto (1972, apud BORDENAVE 2002: 114-115), de acordo com esse modelo,

“uma fonte de informação seleciona, de um conjunto de mensagens possíveis, uma determinada mensagem. O transmissor converte tal mensagem em sinais e estes são enviados ao receptor através do canal de comunicação. O receptor, por sua vez, converte os sinais novamente em mensagem e encaminha esta última ao seu destino. Durante o processo de transmissão dos sinais, este pode sofrer distorções e erros não desejados pela fonte: mudanças indesejáveis que são

denominadas *ruído*". (Para uma apresentação mais complexa e discussão crítica desse modelo, ver RÜDIGER 2003: 19-32).

De fato, foram Shannon e Weaver os primeiros a formalizar, em um modelo, os elementos presentes em todo e qualquer processo de comunicação. Embora esse modelo tenha sido submetido às mais variadas críticas, os elementos que participam da comunicação, centralizados na tríade acima mencionada, incorporaram-se ao domínio público. Mesmo os críticos mais contumazes a esse modelo, para falar da realidade fenomênica da comunicação, não podem deixar de utilizar termos como emissor, canal, mensagem, código e receptor. É certo que, ao longo do tempo, muitas variações terminológicas foram introduzidas para esses termos até culminar nos conceitos de *Ego* (comunicante) - *comunicação* - *Alter* (destinatário), estabelecido por Luhmann (1984: 195). Entretanto, nenhuma das variações chegou a modificar drasticamente a posição lógica que os elementos ocupam no processo de comunicação.

Tendo como pano de fundo tais componentes da comunicação, o limiar dos processos que podem ser considerados comunicacionais começa no questionável nível muito baixo das entidades físicas até alcançar seu nível mais alto, bastante consensual, na complexidade das relações humanas situadas na realidade histórico-social.

Se o processo de comunicação for concebido como relação entre duas entidades, um processo protocomunicativo já teria início na mecânica dos corpos físicos. Segundo Martino (2002a: 21), as trocas de calor ou de forças podem ser usadas como sinônimos de comunicação, quando "uma bola de bilhar comunica sua força a uma outra bola que reage conforme as 'instruções' da primeira". O autor estabelece a analogia dos sistemas de trocas de forças ou de energia com o processo comunicativo: "emissor (1ª. bola), receptor (2ª. bola), mensagem (força/calor) e efeito (deslocamento/

dilatação)”. De fato, os elementos básicos que são utilizados para descrever um processo comunicativo estão aí presentes. Contudo, só estão presentes num sentido muito rudimentar da comunicação, envolvendo relação e transmissão, sem atingir o que parece ser mais importante para que um processo comunicativo se dê: a troca.

O próximo passo é o das reações químicas. Para Martino (*ibid.*), na química, permaneceria o mesmo modelo que se aplica aos processos físicos, isto é, ação e reação. Entretanto, nas reações químicas, já há troca. Também há troca, nos mecanismos homeostáticos, como, por exemplo, o das bombas elétricas. Bordenave (2002: 15-16) nos descreve o funcionamento de uma bomba desse tipo de modo muito simples. Trata-se, por exemplo, da bomba elétrica que tira água de uma cisterna e a eleva até a caixa d’água que se situa no teto de uma casa. Um tal sistema atua automaticamente, visto que “na caixa d’água há uma bóia flutuante que, ao baixar o nível da água, aciona um circuito elétrico que faz funcionar a bomba”. Assim que o nível da água se eleva na caixa, há um interruptor, ligado à bóia que faz com que a bomba pare. Tem-se aí “um mecanismo de equilíbrio no qual as mensagens liga/desliga se transmitem pela energia elétrica. É um sistema de ‘informação’ mútua entre a bomba e a caixa d’água, onde a mensagem é elétrica”. Contudo, nesse mecanismo ainda não há interação.

COMUNICAÇÃO NA BIOLOGIA

Esse passo além é dado quando penetramos no mundo biológico. Ruesch (1972: 82-83) enfatiza que a comunicação ocorre entre todos os organismos biológicos, não somente entre os seres humanos, mas também entre seres humanos e animais, entre animais e até entre plantas, pois “comunicação é o princípio organizador da natureza” (ver também HAUSER 1997: 6-7, 71 ff.). Existe hoje uma extensa bibliografia sobre os processos de comu-

nicação no universo da biologia, não apenas no nível dos vegetais e animais, mas também no nível microscópico intra e intercelular, como, por exemplo, pode ser constatado em Johnston et al. (org.) (1970), Marshall (1970), Tomkins (1975), Bechtel (1984), Bona (1988), Neher (1992), Sonea (1995), Neuman (2003).

Quando se deu a descoberta da estrutura química do código genético por Watson e Crick, em meados do século passado, houve uma convergência da biologia molecular com a teoria da informação. Desde então, toda a biosfera passou a ser concebida como uma rede complexa de sistemas de comunicação, na qual não só as bactérias, os animais, as plantas, e os fungos, mas também os tecidos dos órgãos, as organelas, células, e mesmo as unidades subcelulares como as mitocôndrias, funcionam como meios para o processamento de informação.

Enfim, “a miríade de estruturas e funções na biosfera pode ser encontrada no conceito universal de informação que tem suas raízes no nível das moléculas” (KÜPPERS 1990: 31). Junto com informação, os conceitos de código, programa, memória e reconhecimento tornaram-se corriqueiros na biologia, pois mensagem, transcrição e tradução tornaram-se noções fundamentais para a descrição de como a vida especificamente difere de fenômenos não-vivos.

Em suma, identificada com uma máquina autocomandada e informacionalmente controlada, para ser explicada, a célula passou a exigir a consideração de princípios de organização que são descritos nos conceitos de informação, código, mensagem, programa, comunicação, inibição, repressão, controle etc. Tendo alcançado tal sofisticação, o processo de comunicação atinge aí o nível da troca e mesmo da interação. Portanto, trata-se de um processamento que se aproxima bastante da comunicação humana, pois, no nível biológico, as trocas já são mediadas por programas codificados, só faltando a mediação simbólica, a fala e seus sucedâneos, para atingir a complexidade da comunicação no mundo humano.

No contexto dos estudos de comunicação, pode-se dizer que os processos biológicos só interessam aos biólogos. Entretanto, não são poucos aqueles que estão chamando atenção para as analogias entre o funcionamento dos sistemas vivos, o sistema imunológico, por exemplo, e o funcionamento dos processos comunicacionais nas atuais redes planetárias, como se pode ver em Rosnay (1997). No seu instigante livro sobre *Emergência*, Johnson (2001) discute as analogias entre as vidas conectadas das formigas, do cérebro, das cidades e dos *softwares*, com vários exemplos empíricos como o do comportamento dos jovens que são capazes de se aglomerar em multidões em questões de minutos, através da utilização de aparelhos móveis de comunicação.

Além disso, um dos pontos de vista mais aptos para se pensar a cibercultura atual é o biotecnológico, pois a cibercultura está dando origem a uma bio-socialidade. Segundo Rabinow (1992: 241), a biotecnologia está provocando a emergência de uma nova ordem para a produção da vida, da natureza e do corpo através de intervenções tecnológicas baseadas na biologia. Através delas, a natureza será conhecida e refeita até se tornar artificial, tanto quanto a cultura se torna natural. Os novos discursos da biologia não conceituam mais os seres humanos em termos de organismos hierarquicamente organizados, mas à luz das linguagens da comunicação e da análise dos sistemas, ou seja, em termos de sistemas de engenharia comunicacional, redes de comando e controle, comportamento propositado e resultados prováveis. Nesse contexto, noções de organismo e indivíduo, tão caras aos discursos da primeira metade do século 20, estão sendo cada vez mais desnaturalizadas (SANTAELLA 2003b: 209-230).

COMUNICAÇÃO NAS MÁQUINAS

Outra questão não menos polêmica está voltada para a consideração dos processos comunicativos realizados pelas máquinas.

O tema não é novo, tendo já se iniciado com a matemática da informação de Shannon (1948), Shannon e Weaver (1949) e a cibernética de Wiener (1948). O campo de origem dos trabalhos desses autores foi a engenharia de sistemas de comunicação entre máquinas. Suas preocupações estavam voltadas, portanto, conforme Rüdiger (2003: 20-21), “para as condições que presidem à transmissão de sinais entre máquinas, com o cálculo da quantidade de informação que pode ser posta num determinado canal físico de comunicação”. Por isso mesmo, o conceito central envolvido em suas teorias é o de informação que, à luz da matemática, se reduz a uma grandeza física, um sinal que pode ser mensurado. A eficácia do sinal depende de sua capacidade de provocar reações em um dado sistema. Desse modo, a problemática da interação fica aí reduzida à forma otimizada de transmissão de sinais, sem ruídos, através de um canal, de uma fonte a um destino.

Em um tal contexto, como nos diz Rüdiger (ibid.: 21-22), mensagens não passam de pacotes de sinais, “conjuntos sucessivos de unidades físicas, que conservam ou modificam a ordem vigente num dado sistema”. O significado das mensagens não importa. É uma variável cujo valor é dado por sua capacidade de organização, a capacidade de manter ou reduzir a tendência à desordem no arranjo dos elementos que ocorre em todo sistema físico. A informação, em oposição à desordem, “visa conservar ou modificar o nível de organização do sistema”. A informação fica assim definida como “todo sinal físico introduzido num dado sistema e capaz de reduzir” sua tendência à desordem, caracterizando-se por sua novidade. Ou seja, informação é “todo conteúdo novo veiculado num sistema por dada mensagem com o objetivo de manter seu funcionamento”, enquanto a redundância é a repetição de sinais que visa neutralizar “os possíveis efeitos de uma fonte de ruído no canal”. Nessa medida, a redundância, embora pouco econômica, é uma característica tecnicamente necessária e desejável da transmissão do sinal, uma vez que ela protege a mensagem contra a

distorção por erros. Como se pode ver, informação e redundância são grandezas mensuráveis.

Definida meramente como uma propriedade estatística dos sinais, reduzida ao aspecto quantificável da probabilidade de um sinal, a informação é independente de seu significado. Ela pode ser calculada, através de métodos matemáticos, por sua probabilidade de aparição num dado sistema. O número de sinais, sua probabilidade e as restrições combinatórias, segundo Jones (1979), são as variáveis do cálculo de probabilidades. O resultado desse cálculo designa o valor informativo dos sinais. Os mais frequentes são menos informativos; os raros e imprevisíveis têm mais valor informativo (ver KRIPPENDORFF 1986). A quantificação da informação, a partir desta perspectiva, depende do número de alternativas excluídas e da probabilidade para um sinal ocorrer. Sinais raros e sinais para os quais há muitas alternativas possuem mais informação do que sinais frequentes e sinais para os quais há poucas alternativas. Desse modo, a informação de um sinal é calculada de acordo com a medição de sua raridade estatística. Se o sinal inesperado e raro transporta muita informação e o sinal esperado e frequente pouca, vale a fórmula: informação é a medida da improbabilidade de um sinal.

Para ser aplicada às máquinas ainda rudimentares do final dos anos 50, uma teoria da comunicação que se fundamentava meramente em aspectos técnicos e quantificadores prestava-se muito bem. Por isso mesmo, essa teoria despertou grandes esperanças na possibilidade de se verificarem as estruturas e até o conteúdo de informações de forma objetiva, e sua base abstrata começou a ser aplicada a quaisquer tipos de mensagens verbais e não-verbais, como música, dança etc. Isto se explica porque os principais parâmetros dessa teoria, segundo Marcus (1997: 21), de fato, encontram correspondência nos traços globais dos processos comunicativos.

A despeito do entusiasmo que acompanhou os primeiros anos

do seu surgimento e das promessas para a sua aplicação em todos os domínios, inclusive a poética, não demorou muito para se tornar evidente que as características das mensagens que podem ser avaliadas do ponto de vista de uma tal teoria têm pouca relação com a sintaxe, a semântica e a pragmática de signos e textos.

Na tentativa de superar esses limites, Bar-Hillel & Carnap (1953), MacKay (1969), Bar-Hillel (1964: 221-310) e Hintikka (1968) forneceram um primeiro esboço de uma extensão da teoria para a investigação do significado. Ao invés de letras e palavras, as unidades de análises no estudo de Bar-Hillel & Carnap são declarações básicas descrevendo eventos. As probabilidades sob investigação são probabilidades lógicas que calculam a incerteza dos eventos com base na evidência dada. A informação semântica de uma declaração é a classe de todas as proposições que são logicamente implicadas por esta declaração. O quadro de referência para a medida da informatividade, de acordo com Bar-Hillel (1964: 224), é o conhecimento universal de um receptor ideal, e este conhecimento é representado pelas proposições de uma língua lógica.

O cálculo de Carnap das probabilidades lógicas é o instrumento para a medida da informação semântica. De acordo com ele, proposições logicamente verdadeiras e, portanto, tautológicas, possuem uma quantidade mínima de informação, ao passo que, sendo logicamente falsas, as sentenças transmitem teoricamente uma quantidade ilimitada de informação. A quantidade de informação de sentenças sintéticas está entre estes dois extremos. Esta avaliação da informação semântica corresponde à idéia de que o conhecimento obtido de uma declaração aumenta com o número de descrições de estado alternativas excluídas pela declaração. Não há alternativas lógicas para uma declaração tautológica.

Apesar da sofisticação desses estudos, eles ficaram reclusos no campo da lógica. Tanto é assim que, se seguirmos a cronologia da pesquisa na teoria da informação, desde Shannon & Weaver

(1949), percebe-se que o interesse e o progresso nessa área foram declinando desde os anos 70. Parte deste declínio é devido ao fato de que “a abordagem quantitativa do estudo da comunicação não conseguiu justificar todas as defesas feitas por alguns de seus primeiros proponentes entusiastas” (LYONS 1977: 42). Quando temos de lidar com aspectos individuais e locais dos processos de comunicação, a teoria falha, em sua versão estatística, porque a teoria clássica das probabilidades também falha (MARCUS 1997: 21).

Parte do declínio também se deve ao fato de que as pesquisas avançadas no campo das ciências da informação abandonaram o paradigma científico da teoria estatística da informação em favor de outros paradigmas tecnológicos mais poderosos, tais como a teoria de sistemas, as ciências da computação e a inteligência artificial. Nestes, de acordo com Marcus (ibid.: 27-28), a teoria da informação recebeu novas interpretações. Dretske (1981) desenvolveu, por exemplo, uma teoria da informação cognitiva da percepção, do conhecimento e da fé baseada na probabilidade ou improbabilidade de sinais. No campo da sua semântica situacional, relações de dependência informativa entre diferentes tipos de situação são, para Barwise & Perry (1986), um método para a determinação do conteúdo informativo de fatos.

Paradoxalmente, enquanto no terreno das pesquisas avançadas, o interesse pela teoria matemática da informação foi decrescendo, o termo “informação”, por outro lado, foi sendo apropriado de forma bastante imprecisa em todos os campos. Concebida genericamente como medida de novidade dos sinais de um sistema, a palavra sempre encontrou grande acolhida no mundo jornalístico devido à sua similaridade ou mesmo contraste com a idéia corrente de notícia, isto é, a idéia de que nós esperamos de cada notícia que ela possua um certo grau de novidade e que amplie nosso conhecimento. Encontrou acolhida também no senso comum, pois, no cotidiano, o improvável é visto como especialmente informativo ou até sensacional, e o provável parece não informativo ou monótono.

Contribuiu grandemente para a proliferação dos usos do termo informação a linguagem binária das máquinas computacionais às quais o termo tecnicamente se aplica. Sabe-se que, por razões de economia tecnológica, a teoria da informação adotou um código com somente dois sinais elementares, 1 e 0 ou + e -, simbolizando um impulso elétrico positivo e outro negativo. Todos os sinais complexos, como o alfabeto ou o sistema de números decimais devem ser traduzidos para tais códigos binários. Esta binarização é realizada subdividindo-se sucessivamente o repertório sígnico em metades e numerando-as por 0 e 1. Um alfabeto de trinta e dois sinais-tipo poderia, dessa maneira, ser traduzido para uma forma binária em cinco etapas. Não vem ao caso entrarmos nos detalhes da fórmula matemática que é empregada para expressar essas relações. Basta dizer que o valor resultante expressa o número de seleções binárias que são necessárias para escolher um sinal de um repertório. Esse valor foi adotado na teoria da informação como a unidade elementar de medida de informação. Ele é chamado de bit (do inglês *binary digit*), e é até hoje a unidade do alfabeto digital.

Por isso mesmo, nos ambientes da computação, não se pode passar sem a palavra informação. Com a expansão crescente desse campo, inclusive no território das ciências cognitivas, de que a informática é parte, “informação” virou moeda corrente, muitíssimas vezes aliada à idéia de comunicação tanto de máquina a máquina, quanto da máquina para o ser humano. É por isso que, na cibernética, na informática, assim como no discurso cotidiano sobre computadores, fala-se copiosamente de comunicação aliada à informação.

Nesse contexto, o cibernético Klaus (1969) define comunicação como “a troca de informação entre sistemas dinâmicos capazes de receber, armazenar e processar informação”. Suchman (1987: 118) também define a interação entre ser humano e máquina como uma situação comunicativa, mas caracterizada por assi-

metria: a máquina dá instruções a seus usuários e estes recebem respostas a suas perguntas sobre a maneira correta de utilização e atuam de acordo com estas respostas. Peters (1990) desenvolveu uma didática explanação da comunicação ser humano-máquina.

Entretanto, teóricos da comunicação, por seu lado, sentem falta, na interação ser humano-máquina, de uma dialogicidade. Definir essa interação como comunicação significaria dar ao computador a função de um comunicante. É verdade que computadores podem transmitir a seus usuários informações ou até mensagens. Entretanto, qualquer livro também pode fazer o mesmo e está evidente que não é o livro e sim seu autor que é o real comunicante. Na mesma direção, Nadin (1985: 468-69) chega à conclusão de que

“não há comunicação ser humano-máquina. Isto é apenas uma maneira de falar, uma antropomorfia das máquinas. Comunicação (na *computer-interface*) é uma atividade que junta os usuários e os *designers*. Assim que um usuário aceitar uma linguagem (de programação), ele aplicará as regras do *designer* que são inerentes à interface e ocorrerá uma comunicação entre *eles*, que é mediada por uma certa máquina”

Há que se considerar, entretanto, que hoje, quase vinte anos transcorridos desde essa intervenção de Nadin, as máquinas já não são mais as mesmas. Ligadas em redes através de meios físicos sofisticados, que cruzam o planeta por todos os lados, e alimentadas por protocolos formais, elas quase formam um mundo próprio, um imenso cérebro planetário com um tráfego assombroso de conexões rizomáticas ininterruptas. Alimentadas ainda com programas espertos, as máquinas estão hoje dotadas de inteligência, realizando tarefas e resolvendo problemas que, até há bem pouco tempo, imaginava-se ser privilégio ou encargo dos humanos. Conforme já foi discutido em Santaella (2003c), os programas

de *software* não se dirigem mais a nós. Tais textos são dirigíveis para a máquina. Eles comandam aqueles procedimentos operacionais que, ao fim e ao cabo, dão a impressão de que o computador responde pessoalmente a nós, simulando os processos de conversação ou interação com uma outra inteligência para efetuar um resultado desejado. Assim como nos encontros face a face, os sistemas cibernéticos oferecem e exigem resposta quase imediata. Essa é a razão maior de sua presença em locais de trabalho e a fascinação que produzem fora deles. O fluxo temporal e a qualidade irrepetível do encontro face-a-face ficam enraizados dentro do sistema pronto a restaurar, alterar, modificar ou transformar qualquer momento para nós em qualquer tempo (NICHOLS 1996: 127).

No atual estado da arte, a interatividade na rede permite: acessar informações à distância em caminhos não lineares de hipertextos e ambientes hipermídia; enviar mensagens que ficam disponíveis sem valores hierárquicos; realizar ações colaborativas na rede; experimentar a telepresença; visualizar espaços distantes; agir em espaços remotos; coexistir em espaços reais e virtuais; circular em ambientes inteligentes através de sistemas de agentes; interagir em ambientes que simulam vida e se auto-organizam; pertencer a comunidades virtuais em MUDS e MOOS com interação e, no segundo caso, por imersão em ambientes virtuais de múltiplos usuários.

Cada vez mais os processos comunicacionais permitidos pelas tecnologias interativas crescem em complexidade. Conforme Domingues (2002: 84) nos informa, alguns autores criaram a denominação de “segunda interatividade” para as situações em que as máquinas são capazes de oferecer respostas similares ao comportamento dos seres vivos, para situações

“geradas no interior de sistemas guiados por modelos perceptivos oriundos das ciências cognitivas que simulam o funcionamento da

mente e por princípios de inteligência artificial e vida artificial. São simulações que operam de forma complexa, em ambientes que evoluem em suas respostas, como, por exemplo, os dotados de redes neurais e suas camadas ou *perceptrons* que funcionam como conexões de sinapses artificiais e que podem ser treinadas para a aprendizagem, dando respostas para além da mera comunicação em modelos clássicos. [...] Em pesquisas mais recentes, surgem, assim, sistemas artificiais dotados de *fitness*, com plena capacidade de gerar e lidar com imprevisibilidades resultando em processos de solução de problemas por trocas aleatórias, seleção de dados, cruzamentos de informação, auto-regulagem do sistema, entre outras funções”.

O que se tem aí, portanto, é um nível de comunicação que implica troca, nos seus parâmetros interativos mais sofisticados. Diante disso, para que se possa não só compreender, mas, inclusive, interferir nos destinos das relações que, daqui para o futuro, os humanos vão entreter com as máquinas, os novos processos de comunicação que essas relações ensejam precisam ser lucidamente enfrentados com uma disponibilidade mental livre dos preconceitos que aprisionam o pensamento em idéias fixas e que disfarçam seu conservadorismo sob o álibi da defesa moral do humano, o puro e santo humano.

De fato, esses novos processos de comunicação não são apenas interativos, mas o são porque implicam as mediações simbólicas presentes nos complexos programas computacionais. Ou seja, as máquinas atuais são cerebrais, são tecnologias da inteligência, como querem Lévy (1998) e Kerckhove (1997). Frente a isso, uma tarefa importante que hoje se apresenta — em meio às similaridades da comunicação entre humanos com a comunicação entre humanos e máquinas — é encontrar os limiares cognitivos das diferenças. Neste ponto, podemos passar à discussão da comunicação humana, âmbito no qual os processos de comunicação alcançam seu ponto mais alto de complexidade.

COMUNICAÇÃO HUMANA: DIÁLOGO, CONGRUÊNCIA, INTENCIONALIDADE, REFLEXIVIDADE, RECEPÇÃO

A noção mais comum acerca da comunicação humana é aquela que a define como dialógica, como se pode verificar em Pasquali (1976: 47), Ungeheuer (1987: 73) e Schmidt (1991: 68), para ficarmos com alguns exemplos. Isso quer dizer que o protótipo de um processo de comunicação é o diálogo, no qual, numa troca recíproca de papéis, o emissor torna-se receptor e o receptor, emissor. Esta reversibilidade dos papéis na comunicação pressupõe um sistema de referência comum através do qual os comunicantes possam entrar em contato, seja este sistema um “horizonte de referência” comum (LUHMANN 1984: 194) ou um código.

A dialogicidade da comunicação não vale somente para o diálogo em si, mas também vale com várias limitações (práticas, sociais, técnicas ou espaciais-temporais) para o discurso unilateral, o monólogo. Aqui, a dialogicidade é apenas potencial. Nenhuma fala monológica pode comunicar a um auditório algo com sucesso, se os ouvintes não têm condições de, ao menos potencialmente, tornarem-se parceiros dialógicos do falante. A reversibilidade dialógica é grande na comunicação simétrica, entre dois parceiros com igualdade de direitos, e menor na comunicação assimétrica entre dois comunicantes desiguais. Casos limites da comunicação são, de acordo com essas premissas, a comunicação entre o ser humano e o animal, assim como todas as outras formas de comunicação interespecífica. Trata-se, neste caso, de uma interação entre dois organismos, mas esta interação é basicamente assimétrica e somente reversível em alguns casos.

Além do diálogo, outros dois conceitos que estão implicados na comunicação humana são os de consenso e congruência. Estes valem, em parte, como um objetivo geral dos que se comunicam, em parte como um mero ideal ou uma mera possibilidade de comunicação. O consenso entre o emissor e o receptor pode ser abor-

dados tanto do ponto de vista do aspecto relacional quanto do ponto de vista do aspecto do conteúdo. Meggle (1991: 381 apud NÖTH, no prelo) considera a orientação para um consenso em relação ao aspecto relacional como uma condição necessária da comunicação, pois, para ele, “ela sempre tem em vista um conhecimento comum do fato de que a comunicação está ocorrendo”.

O ideal de uma congruência ou simetria entre a mensagem que o emissor quer transmitir e sua interpretação por parte do receptor já é etimologicamente inerente ao conceito de comunicação, pois a palavra latina *communicare* significa “transmitir” no sentido de “tornar algo comum”. Charles Morris desenvolveu algumas idéias sobre o conceito de comunicação, nas quais o aspecto daquilo que é comum entre o emissor e o receptor é central, conforme será visto no capítulo 5.

A idéia de que comunicação tem a ver com congruência encontra-se também nas metáforas cotidianas sobre o comunicar, de acordo com as quais há um fluxo de comunicação indo do emissor ao receptor, uma mensagem é “entregue” ou “transmitida” e, então, “chega” da maneira certa ao receptor, de forma que ambos os comunicantes finalmente tenham acesso à mesma informação (KRIPPENDORFF 1994).

A congruência de conteúdo entre a mensagem comunicada e a recebida foi declarada como um objetivo da comunicação, desde a tradição da retórica. Para I. A. Richards (1928: 177), “a comunicação ocorre quando uma mente influi sobre seu meio de uma tal maneira que uma outra mente é influenciada e, nessa outra mente, ocorre uma experiência que se assemelha à experiência da primeira mente e é, em parte, causada por esta experiência”. Ungeheuer (1972: 204-5), por outro lado, descreve a congruência comunicativa como somente parcial. Para ele, comunicação é “um ato comum entre indivíduos voltada a um objetivo”, sendo que esse objetivo é “a produção de uma congruência parcial entre os processos cognitivos do indivíduo que participa da comunicação”.

Idéia similar — a do entendimento mútuo — é central na teoria da ação comunicativa de Habermas (1981). Para ele, a aspiração a um consenso é essencial à comunicação, embora também considere a possibilidade de atos que não aspiram a esse ideal, como os atos derivados de normas cuja realização não implica a crítica. Entretanto, atos que não objetivam o consenso são, para ele, casos limites da comunicação (ibid.: 143).

Em oposição a Habermas, Luhmann (1984: 160) acentua o aspecto da diferença entre os comunicantes, sendo que a primeira diferença encontra-se na decisão do receptor em aceitar ou rejeitar um ato comunicativo. O receptor processa a mensagem oferecida pelo emissor não devido a uma mera recepção da informação que lhe foi remetida, mas sim através de uma participação própria e ativa na seleção e focalização das ofertas de estrutura de uma mensagem. Seleção é, por isso mesmo, um conceito-chave na teoria da comunicação teórico-sistêmica de Luhmann, para o qual (ibid.: 194), a mensagem não é nada mais que uma sugestão de seleção, um estímulo. Somente quando a sugestão é levada em consideração e o estímulo é processado é que a comunicação ocorre. A base para essa concepção da comunicação está na complexa teoria da contingência de Luhmann.

Junto com os conceitos de diálogo, consenso e congruência, outro conceito muito empregado para definir os processos de comunicação humana é o de intencionalidade, considerada por muitos como uma condição para a comunicação. Para S. J. Schmidt (1991: 44-45), por exemplo, a comunicação é um ato intencional, porque comunicar significa agir e cada ato é uma atividade intencional. Comunicação pressupõe, portanto, a intenção de se comunicar. Ela é, pelo menos, uma decisão contra a possibilidade de não comunicar.

Nöth (no prelo) nos indica que Searle (1983: 164-66) vai ainda mais longe. Para ele, o pressuposto em qualquer comunicação é até uma intenção dupla: primeiro há uma intenção de represen-

tação, de se representar um fato. Esta intenção pode não ser comunicativa quando a representação ocorre “sem nenhuma consideração dos efeitos sobre um ouvinte” (ibid.: 165). Se, no entanto, um tal efeito é intencionado, temos uma intenção de comunicação que pressupõe sempre uma intenção de representação.

Não obstante a ênfase que alguns autores colocam na intencionalidade comunicativa, ela não pode ser sustentada de modo universal, sendo aliás um princípio baseado em um pressuposto bastante linguocêntrico da comunicação, visto que, principalmente para a comunicação não-verbal e visual, a condição da intencionalidade não pode ser mantida. Frequentemente, os gestos e a mímica não são congruentes com a mensagem intencional verbal. As imagens, por seu lado, muitas vezes, comunicam algo que pode não ter sido a intenção de quem a produziu. Em vez de reforçar a mensagem verbal, o não-verbal entra muitas vezes de maneira incontrolada, inconsciente e não intencional, em contradição com o conteúdo proposto pela fala articulada.

Além da não-intencionalidade do não-verbal, a comunicação verbal sem intenção também é possível, como provam as situações de comunicação nas quais os comunicantes não querem ser ouvidos (de *Rumpelstilzchen*, passando por *Watergate* até a espionagem). Na psicanálise encontra-se o questionamento mais radical da crença na atuação racionalista de um sujeito que tudo intenciona. Desde Freud, não se acredita mais na ficção de um indivíduo comunicante ‘indivisível’, pois comunica-se através de mensagens simultâneas que são transmitidas por diversas instâncias, às vezes de maneira contraditória. Ainda batendo na mesma tecla, cabe perguntar: que intencionalidade pode haver hoje nos processos de comunicação no ciberespaço, nos quais as figuras mesmas do emissor e receptor passaram a ser questionadas? (ver SANTAELLA 2003c).

Embora sejam empregados com menos frequência para definir os processos de comunicação, os conceitos de reflexividade e

auto-referência são também importantes. Para começar a definir esses conceitos, podemos nos remeter à teoria jakobsoniana das funções da linguagem, visto que são conceitos que abrangem diversos aspectos daquilo que Jakobson define como função metalingüística, fática e, em parte, também função expressiva e apelativa. A metalinguagem é reflexiva na medida em que é uma linguagem que fala da própria linguagem. A fática, por sua vez, é reflexiva porque visa à manutenção da comunicação em si. Também nas funções expressiva e apelativa há elementos reflexivos, pois, quando estas funções dominam, a mensagem se refere, em primeiro lugar, à própria situação de comunicação (ao emissor e ao receptor) e não a algo a ser representado ou que é representado.

Para Merten (1977: 130), a reflexividade da comunicação surge na função metacognitiva entre a comunicação não-verbal e a verbal, a qual confere ao não-verbal uma função de avaliação do verbal. Ele diferencia entre uma reflexividade na dimensão objetiva, que possibilita declarações sobre declarações, e uma reflexividade na dimensão social, que ele entende como a auto-referencialidade do ato comunicativo (cf. SCHMIDT 1994: 59-65).

Já Meggle (1991) e Castañeda (1991) vêem a reflexividade da comunicação como estreitamente ligada ao critério da intencionalidade. Para eles, comunicação é um ato reflexivo porque o comunicante objetiva causar no receptor estados que se referem ao próprio comunicante, já que, com a comunicação, ele visa a ser entendido. A comunicação está orientada para o consenso e esta orientação diz respeito tanto ao emissor quanto ao receptor da mensagem. Além disso, a reflexividade encontra-se no fato de que o comunicante parte do pressuposto de que o receptor também reconhece que se trata de um acontecimento comunicativo.

Finalmente, em Luhmann, vamos encontrar um dos maiores teóricos da auto-referencialidade comunicativa. Para ele, há comunicação *auto-referencial* devido à sua dupla contingência e às expectativas de expectativa por ela geradas. O “círculo auto-

referencial” da comunicação baseia-se nas constelações reflexivas básicas “eu faço o que você quer, se você faz o que eu quero” ou “eu não deixo que você determine o que eu faça, se você não me deixar determinar o que você faça” (LUHMANN 1984: 166-67). Ele distingue três formas da auto-referência: a *auto-referência basal* encontra-se no controle regular de entendimento através de reações e confirmações; estas demonstram por meio de comunicações de contato que o que veio antes foi entendido. A *auto-referência procedural* consiste na *reflexividade* real da comunicação. Ela é mostrada quando conversamos sobre o que deve ou não ser comunicado. Trata-se de comunicação sobre comunicação, ou seja, de metacomunicação. Finalmente, há a *reflexão* como uma auto-referência voltada ao sistema, com a qual o sistema caracteriza-se, p. ex. na forma de auto-representação, em oposição a seu meio (ibid.: 198-99, 601 apud NÖTH no prelo).

Tendo por base especialmente os estudos culturais de origem britânica e a obra do colombiano Martin Barbero, para caracterizar os processos de comunicação, foi bastante enfatizado na América Latina, a partir dos anos 80, o conceito de recepção e, com ele, o de mediação. A rigor, estudos de recepção sempre mereceram muita atenção dos pesquisadores. A questão, no entanto, está no conceito de recepção que se professa e no tipo conseqüente de pesquisa que se faz sobre isso. Segundo Wilton de Souza (1997: 279), a recepção vem sendo pesquisada no Brasil desde o início do século 20, especialmente através das agências de publicidade. De fato, os institutos de pesquisa de publicidade, hoje multinacionais, sempre exerceram um domínio sobre a questão da recepção. A preocupação dessas pesquisas, no entanto, está voltada para a aceitabilidade de um produto e para a maneira como essa aceitabilidade é influenciada por comportamentos, hábitos, usos, para a penetração de um produto nas diferentes classes sociais, sua competitividade no mercado etc., preocupação esta a milhas de distância daquilo que poderia ser chamado de pesquisa acadêmica sobre recepção.

Em uma outra tradição, também longa, a dos estudos funcionalistas da comunicação, de origem norte-americana, as pesquisas de recepção estavam dirigidas para os efeitos, ou melhor, impactos, que as mensagens dos meios de comunicação de massa provocam nos receptores. Tomando por base o famoso modelo comunicacional de Lasswell – quem, diz o que, em que canal, a quem, com que efeito? – a palavra “efeito” tinha aí o sentido mais estreito que se pode dar ao conceito de “pragmático”, no interior de um sistema behaviorista: estímulo e resposta. Dada uma determinada mensagem-estímulo em um meio de comunicação, qual o impacto que se produz no comportamento dos receptores?

Havia ainda uma terceira tradição, de inspiração marxista, para a qual as mensagens, transmitidas pelos meios de comunicação, eram eminentemente ideológicas e falseadoras das relações de produção na realidade histórico-social, mensagens produtoras, portanto, da falsa consciência que os dominantes, detentores da propriedade dos meios de comunicação, impingiam sobre os receptores passivos.

A pesquisa sobre recepção, que emergiu a partir dos anos 80 nos meios acadêmicos, opunha-se radicalmente a qualquer uma das tradições acima. Em lugar do impacto, a ênfase deslocou-se para o contexto e para a observação e avaliação das “negociações”, “reapropriações” e, portanto, “consumo ativo” das mensagens produzidas nas mídias pelo receptor (BERGER 1997: 269). Substituindo o behaviorismo mecanicista, de um lado, e o marxismo simplificado, de outro, pela inserção da recepção no contexto dos estudos culturais, essa linha de pesquisa produziu um deslocamento no modo como a interação entre cultura e política pode ser analisada, ao privilegiar as mediações por meio das quais os processos de recepção se operam, mediações estas que, segundo seus proponentes, têm mais eficácia explicativa do que as determinações econômicas, sociais e ideológicas dos modelos anteriores.

O que esses estudos, baseados em pesquisas empíricas, reve-

laram é que a dominação social e ideológica através das mídias não é e nem pode ser tão monolítica como se pensava nos anos 1970. Processos de recepção são complexos e criativos, envolvendo necessariamente reinterpretações e ações de resistência ativa. Há mediações culturais na construção do sentido que produzem leituras diferenciais de uma mesma mensagem, de acordo com o grupo social do destinatário. Sem negar o grande avanço que essas pesquisas sobre recepção representaram em relação às tendências precedentes, o problema que aí se apresenta está, como já foi mencionado na introdução, na imprecisão conceitual do termo “mediação”.

2.2. OS CANAIS, OS MEIOS, AS MÍDIAS

Shannon & Weaver (1949: 7) estão entre os primeiros teóricos que conceituaram a expressão “canal de comunicação” que foi por eles definida como um meio físico ou técnico de transmissão, através do qual sinais se movem a partir de um transmissor em direção a um receptor. Nessa medida, canais são, por exemplo, o ar, no caso da fala oral, ou o fio, na comunicação por via telefônica.

Outros modelos posteriores de comunicação definiram “canal” sob o ponto de vista das características físicas do sinal em vez de seu meio de transmissão. Assim, por exemplo, o canal na comunicação telefônica seria definido mais genericamente como “elétrico” e não como sendo “o fio”. Neste sentido, Sebeok (1997: 50-64) esboçou uma tipologia de canais de comunicação que distingue os canais *materiais* (gases, líquidos ou sólidos) dos *energéticos* (químico ou físico). Os subtipos dos canais químicos são definidos pela proximidade ou distância. Os subtipos dos canais físicos são: ótico, tátil, acústico, elétrico, térmico etc. O ótico, por sua vez, subdivide-se em: luz do dia refletida e bioluminescência. O acústico subdivide-se em ar, água e sólidos.

Outras tipologias de canal são baseadas nos órgãos da percepção, com os quais o receptor apreende os sinais. Isto leva a uma classificação em canais visuais, auditivos, táteis, olfativos, térmicos e gustativos (por ex., SCHERER 1970: 3-4). No seu longo artigo sobre *Multimedial communication*, Hess-Lüttich (1986) estabelece a diferença entre canais físicos e sentidos fisiológicos de transmissão, de um lado, e entre modos de estrutura semiótica e códigos de organização sistêmica de signos, de outro lado, que se organizam da seguinte maneira: (a) canais: por ondas de luz, por ondas sonoras, bioquímicos, termodinâmicos, eletromagnéticos e por transmissão; (b) sentidos: acústicos, olfativos, gustativos, hápticos e óticos; (c) modos semióticos: ícones, índices, símbolos, sintomas, impulsos; (d) códigos sistêmicos (verbais, para-verbais, não-verbais, sócio-perceptivos, psicofísicos).

Intimamente relacionado com o conceito de canal encontra-se o termo “meio”. Para muitos autores, Tembrock (1971: 135), por exemplo, os conceitos de canal e meio são intercambiáveis em seus significados. Posner (1985) dedica à discussão do conceito de meio o seu trabalho sob o título de “Signos não-verbais na comunicação pública”. Na teoria semiótica de extração lingüística de Hjelmslev, o conceito de meio também aparece no sentido de expressão-forma de um sistema de signos (cf. WULFF 1979).

Alguns teóricos usam “meio” para designar um código. Esse é o sentido implicado quando a linguagem escrita e a falada são referidas como um meio (ver MASER 1971: 9). Entretanto, neste caso, o emprego de meio parece bastante impróprio e vago, pois um código é algo bem distinto de um meio.

No contexto das teorias dos *mass media* (meios de massa), o sentido de meio — bem mais amplo do que aquele que o toma como sinônimo ou algo próximo de canal — foi se alargando para abarcar todos os meios de comunicação de massa. A partir disso, “meio” passou a significar meio de comunicação massiva, referindo-se aos traços distintivos do rádio, cinema, da televisão, fo-

tografia, dos quadrinhos, do livro, das revistas ou outros meios de comunicação de massa (cf. KNILLI 1979). Nessa medida, meio é aí definido extensivamente como um aparato não apenas técnico, mas também sócio-econômico de propagação de mensagens, o que compreende tanto o transmissor quanto o canal e o receptor, tal como haviam sido definidos por Shannon & Weaver. Gradativamente, portanto, “meios” foram deixando de significar meramente “meios de transmissão de informação” para serem considerados como intermediários nas relações sociais.

Entretanto, a grande expansão do sentido de “meios” só seria alcançada com a repercussão produzida pela obra de McLuhan. À luz de sua concepção dos “meios como extensões do homem” (1969), a palavra “meios” passou a se referir a todos os meios de comunicação: a oralidade, os meios impressos (livros, quadrinhos, revistas e jornais) e os meios de comunicação de massa (foto, cinema, rádio e televisão). McLuhan dividiu esses meios em quentes e frios. São quentes os meios de alta definição, isto é, aqueles meios que se fixam exclusivamente em um canal sensorio para a transmissão da mensagem, como, por exemplo, o telefone, que depende apenas do ouvido. Também a linguagem escrita, no livro, se fixa na exclusividade da visão. Meios frios são aqueles que exigem uma participação mais ativa do receptor. Por serem de baixa definição, implicam uma mistura sensorio-perceptiva que envolve ativamente o receptor na mensagem. Exemplo de meio frio é, assim, a televisão, pois, nela, as imagens, produzidas por um bombardeio de eletrons que varrem a tela, têm baixa definição e atraem não apenas a percepção periférica do receptor, mas alcançam seu sistema nervoso central.

Entretanto, a expansão mcluhaniana do termo “meio” não parou por aí. Para ele, os meios estão ligados a transformações antropológicas que são introduzidas por cada inovação tecnológica e comunicacional. Assim, os meios de comunicação moldam a organização social porque são estruturadores das relações espa-

ço-temporais às quais o pensamento e a sensibilidade do ser humano se conformam. Embora McLuhan tenha sido tão conhecido quanto criticado, particularmente na América Latina dos anos 70, por sua visão apolítica dos meios, toda uma geração, especialmente de estudiosos canadenses, inspirada por ele, tomou a si a tarefa de construir uma história da civilização de uma perspectiva midiática (ver SANTAELLA, 2002: 65).

Em função da expansão no significado de “meios”, muitos consideravam, já na década de 70, e ainda continuam a considerar hoje, que o campo da comunicação é o campo dos meios de comunicação de massa e da cultura de massa que deles advém. Em sua discussão sobre “a interdisciplinaridade e o objeto de estudo da comunicação”, Martino (2002b: 27-38) propõe, em primeiro lugar, uma relação de reciprocidade e complementação entre a cultura de massa e os processos comunicativos para evitar tanto a oposição artificial entre ambos, quanto a perda da base desses processos nos dispositivos tecnológicos. Afirmando que o objeto da comunicação está nos processos comunicativos no interior da cultura de massas, o autor chama a atenção para a necessidade de se realizar uma leitura do social a partir dos meios de comunicação. Nessa perspectiva, a significação dos processos comunicativos se dá em função da emergência de um tipo de organização coletiva determinada. Assim, a comunicação passa a ter “o sentido de uma prática social que se exprime como estratégia racional de inserção do indivíduo na coletividade” (ibid.: 34). Ora, continua o autor (ibid.: 36-37),

“se nossa análise da transformação social está correta (e em sua generalidade ela praticamente se mostra consensual), se a emergência de uma nova forma de organização coletiva (Sociedade) libera determinadas práticas sociais, particularmente a do uso de meios de comunicação como fator de socialização, revelando um novo sentido da comunicação coletiva, podemos então afirmar que a emergên-

cia mesma de nossa disciplina surge da necessidade de compreender este novo sentido dos processos comunicativos e que ela tem nas novas práticas que envolvem o uso dos meios de comunicação o seu objeto de estudo. (...) Com efeito, (...) os meios de comunicação constituem o fator que melhor pode caracterizar o objeto dos estudos em Comunicação”.

Apesar de Martino tomar a precaução de situar os meios como fator de socialização no seio das novas formas de organização coletiva que eles instauram, está longe de haver um consenso quanto à consideração dos meios de comunicação como objeto dos estudos em comunicação. Rüdiger (2003: 15), por exemplo, é bastante enfático em sua negação dessa tendência, quando diz que “comunicação social e meios de comunicação, não obstante se confundam cada vez mais em nosso tempo, não são a mesma coisa; remetem a problemáticas de estudo, que não se reduzem uma à outra na esfera do saber”. Vai ainda mais longe, quando retoma a avaliação de Pasquali (apud RÜDIGER *ibid.*: 18) de que “a redução em verdade aberrante do fenômeno *comunicação humana* ao fenômeno *meios de comunicação* constitui um caso de perversão intencional da razão”.

Entretanto, como bem notou Rüdiger, vem aumentando, cada vez mais, a identificação do campo da comunicação com o campo dos meios. Essa identificação, que já era corrente até meados dos anos 80, de lá para cá, veio se tornando uma constante. Tanto quanto podemos ver, isso foi fruto de uma intensa penetração social, na época, de dispositivos e equipamentos, tais como fotocopiadoras, videocassetes, aparelhos para gravação de vídeos, filmes em vídeo, televisão a cabo etc., enfim, de tecnologias que foram colocando em crise a hegemonia da cultura de massas ao inaugurar novos modos de consumo cultural mais individualizados. Essa proliferação e sua conseqüente hibridização de meios constituem a cultura das mídias, cuja dinâmica propiciou o papel

inflacionário que os processos culturais passaram a desempenhar na sociedade, inflação esta que, a par de outros fenômenos, veio receber o nome de “pós-modernidade”. A intensificação dos fluxos culturais e a existência inegável de uma tendência à mundialização da cultura, como nos diz Mattelart (2000: 161), não tem resultado na homogeneização do planeta, mas num mundo cada vez mais mestiço e intrincado.

Embora essa proliferação dos meios e crescimento exacerbado das produções culturais tenha resultado em diversificação, hibridização e complexificação dos fenômenos comunicacionais na sociedade, o que continua saltando imediatamente aos olhos, por ser mais superficial, são os próprios meios de comunicação. Por isso mesmo, eles passaram, de certa forma, a tomar conta do cenário intelectual até se tornarem onipresentes quando, em meados dos anos 90, assistimos à explosão das redes teleinformáticas de comunicação. Desde então, a expressão “meios de comunicação de massa” foi sendo crescentemente substituída pelo termo mais genérico “mídias” (ou “os media”, ou “as media”, como ainda insistem alguns), termo que passou à ser tanto mais usado quanto menos se sabe ao certo do que se está falando. Enfim, a palavra “mídias” se tornou, especialmente no Brasil, a grande vedete — para não dizer, o grande fetiche — dos discursos comunicacionais, cujo emprego só serve, muitas vezes, para encobrir a falta da discussão sobre aquilo que realmente importa: a enorme complexidade do funcionamento semiótico e sócio-cultural das mídias. Nesse sentido, somos levados a concordar tanto com Rüdiger (2003: 118), quando afirma que “as tecnologias em si mesmas não mediatizam a sociedade”, quanto com Sodré (2002: 233), quando deixa bem claro que

“a Comunicação não se reduz a uma visão ‘mídiacêntrica’ do mundo. Sempre existiram recursos ou meios de comunicação, mas a ‘mídia’, tal como a vimos definindo, é dispositivo recente. (...) É

preciso salientar que diversas abordagens teóricas vêm incorrendo no engano fundamental de confundir a realidade midiática com a realidade sócio-histórica, classicamente tomada como objeto teórico pelas disciplinas do campo humano e social”.

2.3. COMUNICAÇÃO SOB A ÉGIDE DA TEORIA SOCIAL

Por ter a Comunicação se instaurado academicamente sob a inscrição de “Comunicação Social”, enquadrada no Brasil como um dos ramos das ciências sociais aplicadas, parece existir um certo pressuposto inquestionável de que o campo da comunicação não tem autonomia teórica, pois os conceitos que o iluminam advêm das teorias sociais. Em suma, para se falar de maneira mais corriqueira, acredita-se que a comunicação é um ramo da sociologia. A influência que as teorias críticas exerceram, no passado, sobre o campo da comunicação contribuíram grandemente para a intensificação dessa crença, pois a teoria crítica se propunha como uma teoria da sociedade no seu todo, à luz da qual a indústria cultural deveria ser objeto de crítica e não de investigação. A influência subsequente do pensamento de teóricos marxistas do porte de Gramsci não trouxe mudanças substanciais para essa concepção da comunicação sob o guarda-chuva dos estudos sociais.

A primeira consequência que se extrai dessa perspectiva é a de que comunicação é exclusivamente comunicação humana, explicável especificamente por meio da vida em sociedade. Em Rüdiger (2003: 17), essa posição é enfaticamente marcada. Para ele, o termo ‘comunicação’ deve ser reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, sejam quais forem os aparatos responsáveis por sua mediação”. Isto porque, “a comunicação representa um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica: em suas extremidades, en-

contram-se sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade”.

São vários os autores citados por Rüdiger que dão apoio a essa posição. Rodrigues (1994: 22-27 apud RÜDIGER *ibid.*: 25), por exemplo, chama a atenção para a relação intersubjetiva da comunicação que se enraíza na experiência particular e singular dos interlocutores, “fazendo apelo tanto à experiência individual como à experiência coletiva que entendem pôr em comum”, remetendo por isso “a uma competência prévia não só ao conteúdo concreto e ao sentido das suas manifestações mas também ao valor informativo das mensagens que os sujeitos trocam entre si”.

Carey (1989: 13-36 apud RÜDIGER *ibid.*: 28) igualmente postula que a comunicação não se reduz à transmissão de mensagens, mas está antes “ligada a termos como participação, compartilhamento, associação, companheirismo e posse de uma mesma crença”. Por isso, a comunicação depende “muito mais da manutenção da sociedade no tempo do que da difusão de mensagens no espaço, muito mais da representação de crenças comuns do que da geração de informação”.

Isso tudo dá munção a Rüdiger (*ibid.*: 33) para extrair uma segunda consequência dessa perspectiva: “a comunicação representa uma matéria de estudo que não dispõe de sua própria autonomia disciplinar”, como queria a teoria da informação. “Trata-se de uma temática de pesquisa que se constitui necessariamente no campo de uma reflexão sobre os fundamentos da vida em sociedade”. Por fazer parte do ser social do homem, “pelo qual ele se relaciona com seu semelhante e elabora coletivamente seu universo de conhecimentos”, a comunicação não é compreensível sem o homem, precisando “ser entendida como um princípio de sociabilidade dotado de fundamentos históricos e culturais determinados”. Constitui, pois, “um campo de estudo que requer um esforço de reflexão conceitual em que estão contidos pressupostos de cunho complexo, que só podem ser explicitados de maneira correta no contexto de uma teoria da sociedade” (*ibid.*: 35). Disso se

conclui que sua “fundamentação conceitual básica não deve ser buscada no registro teórico da comunicação, mas numa teoria crítica da sociedade” (ibid.: 134).

Essa posição, defendida por Rüdiger com bastante vigor, dominou durante um certo tempo a concepção dos estudos comunicacionais, perdurando ainda hoje entre muitos pesquisadores. Entretanto, o enorme crescimento e diversificação do campo da comunicação, nos anos 80, acompanhado da consciência, constante a partir dos anos 90, da imensa complexidade dos fenômenos comunicacionais, vem fazendo também crescer uma espécie de convergência de opiniões quanto à necessidade de se imprimir pontos de vista inter, multi e transdisciplinares aos estudos da comunicação.

3. O CONSENSO SOBRE A INTER, MULTI E TRANSDISCIPLINARIDADE DO CAMPO COMUNICACIONAL

“A comunicação é um saber, uma ciência, ou simplesmente o termo designa uma série de saberes que se debruçam sobre certa ‘matéria’ que lhes é comum, o processo de comunicação, a partir de seus métodos e interesses particulares?”. Diante da pluridimensionalidade do campo comunicacional, resultante da ampliação de suas problemáticas, não são poucos aqueles que têm indagações similares a essa de Martino (2002a: 20).

Miège (2000: 16) não apresenta dúvidas quanto à impossibilidade de se cultivar pontos de vista únicos e unificados sobre a comunicação. Para esse autor (ibid.: 21-22), a reflexão especulativa e a produção científica nessa área “supera, quase sempre, as camadas disciplinares existentes ou aflora de especialistas que se sentem confinados em suas disciplinas de origem”. Por isso mesmo, o pensamento comunicacional é marcado pela transversalidade, isto é, por sua propensão a operar articulações entre campos

separados, e por sua faculdade de integrar, ou melhor, interligar problemáticas provenientes de correntes teóricas distintas. Daí a comunicação ser muito mais “uma interdisciplina do que um limitar-se em disciplinas” (ibid.: 116).

No panorama do “pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação”, depois de afirmar que “há mais flexibilidade, maleabilidade, e, quem sabe, trânsito entre as disciplinas na França”, o que, aliás, também é verdadeiro para outros países da Europa, Machado da Silva (2002: 172, 180) acaba por caracterizar a comunicação na babel francesa como sendo,

“ao mesmo tempo, fenômeno extremo, vínculo e cimento social, imagem *réliante*, fator de isolamento, produtora de ‘tautismo’, espetacularização do jornalismo e do mundo, cristalização da técnica que acelera a existência e suprime o espaço e o tempo, fator de interatividade, nova utopia, velha manipulação, meio, mensagem, suporte e vertigem de signos vazios”.

Na América Latina, a consciência da natureza inter, multi e transdisciplinar da comunicação aflorou com nitidez no final dos anos 80, quando se deu a penetração dos pensamentos de Martin Barbero e de Nestor García Canclini no continente. Para Barbero (1999), a mudança de fundo provocada principalmente pela expansão dos limites que demarcavam o campo da comunicação abriu caminho para a “consciência crescente do estatuto transdisciplinar do estudo da comunicação, evidenciada pela multidimensionalidade dos processos comunicativos e sua gravitação cada dia mais forte sobre os movimentos de desterritorialização e hibridizações que a modernidade latina produz”. Essa transdisciplinaridade proposta não significa, como alerta Berger (2002: 267), a dissolução da comunicação nas ciências sociais, mas “a construção das articulações – mediações e intertextualidades – que marcam sua especificidade”.

Postulação bastante original de uma transdisciplinaridade radical do campo comunicacional foi recentemente feita por Sodré (2002: 243), uma transdisciplinaridade composta por “um encaideamento de teorias diversas correspondentes a campos científicos diferentes e classificadas por diferentes disciplinas”, mas, nessa proposta, as teorias devem pertencer a “uma estrutura compreensiva (mais do que meramente explicativa), desenvolvida por uma linguagem própria e guiada por uma lógica processual – não positivista nem predicativa de propriedades que se atribuam a entidades fisicamente substancializadas”. Para compreendermos de que estrutura compreensiva aí se trata, vale a pena detalhar a proposta, visto que nela se consubstancia a necessária síntese entre a transdisciplinaridade e a especificidade do campo comunicacional em um núcleo teórico que lhe seja próprio.

Para Sodré (ibid.: 223), o núcleo teórico da comunicação está na “vinculação entre o eu e o outro”, ou seja, na “apreensão do ser-em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma da luta social por hegemonia política e econômica, seja sob a forma do empenho ético de reequilíbrio das tensões comunitárias”. O que se propõe não é “o mero compartilhamento de um fundo comum, resultante de uma metáfora que concebe a comunicação como um receptáculo de coisas a serem ‘divididas’ entre os membros do grupo social”. Propõe-se, sim, a “vinculação como radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos”, o que inclui “as tensões constitutivas do comum, em qualquer nível”, pois “o eu e o outro não são entidades prontas e acabadas a serem conectadas por um nexa atrativo. Aprender cognitivamente o si-mesmo, compreender a dinâmica identitária – portanto, o vínculo entre o ‘si’ genérico e o ‘si mesmo’ singular, mediado pela transcendência do Outro, está no cerne do problema comunicacional”.

Assim, a vinculação vai além de um simples processo interativo, “porque pressupõe a inserção do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a liberação frente às orien-

tações práticas de conduta, isto é, os valores”. O que se tem aqui presente é o sentido ético-político do bem comum, o que torna “a questão comunicacional política e cientificamente maior do que a que se constitui exclusivamente a partir da esfera midiática”.

À luz dessa proposta, para Sodré (ibid.: 234), embora a comunicação cubra um largo espectro de ações ou de práticas, ela pode ser delimitada nas seguintes classes: (a) veiculação, que cobre o que se tem chamado de midiatização; (b) vinculação, que se pauta por “formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos” e (c) cognição, em que comunicação surge como “um *constructum* hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos) a partir de posições interpretativas. O que se tem aí, portanto, é “um campo de relações hipertextuais ou de interfaces entre os seres do espírito – as entidades virtualizadas do *bios* midiático e os variados recortes do mundo real-histórico”. Com isto, a comunicação pode produzir um “conhecimento específico (e não marcadamente sociológico, antropológico, psicológico, jornalístico etc.) sobre a sociabilização decorrente dessa nova realidade histórica, com o objetivo de buscar perspectivas críticas e orientações práticas para as novas formas de vida” (ibid.: 239). Em suma, o que se tem aí é uma proposta para a comunicação cuja radicalidade do *transdisciplinar* delinea-se muito justamente na síntese entre o múltiplo e o específico.

CAPÍTULO 2

PANORAMA DO CAMPO SEMIÓTICO

Não pretendemos desenvolver neste capítulo o histórico e as articulações conceituais próprias das diferentes escolas semióticas, pois esse conteúdo já está amplamente divulgado nos livros *Panorama da semiótica* (NÖTH 1998), *Semiótica no século XX* (NÖTH 1999) e detalhadamente discutido no longo volume do *Manual de Semiótica* (no prelo), que é a tradução para o português da edição aumentada do original alemão *Handbuch der Semiotik* (2000). Confrontado com o panorama realizado no capítulo 1 sobre o campo comunicacional, espera-se que o panorama do campo semiótico, exposto a seguir, seja capaz de evidenciar traços comuns, assim como traços que distinguem um campo do outro.

1. A SEMIÓTICA É UMA CIÊNCIA?

Embora os debates e dúvidas acerca do estatuto da comunicação como ciência tenham aparecido com relativa frequência, não podem ser comparados com a assiduidade com que esse tema frequentou os textos sobre semiótica. Alguns chegaram a acreditar

que ela não passava de uma moda. Mas também foi tomada por atividade, práxis e, inclusive, revolução. Outros consideraram-na como um movimento ou uma área de interesse. Aproximando-se de uma semântica mais científica, ela foi chamada de campo de pesquisa, princípio de análise, método, ciência, projeto de ciência, interdisciplina, transdisciplina, metadisciplina, doutrina, teoria, metateoria, metaciência ou ideologia das ciências. Tudo isso parece funcionar como um sintoma da grande dificuldade de se situar a semiótica no conjunto das demais ciências.

Na concepção clássica de ciência, que recebeu sua consumação no século 19, uma ciência se constitui por meio da delimitação de seu objeto, definindo-se este como um recorte nítido de um segmento da realidade empírica. A cada recorte corresponde uma área da ciência que tem por finalidade investigá-lo, revelando seus desígnios. Essa concepção, que cabia bem ao nível de avanço das ciências naturais no século 19, foi também tomada como modelo para as ciências sociais e, até mesmo, para as humanidades. É bastante representativa dessa concepção, a conhecida discussão empreendida por Saussure, no início do século 20, sobre a ciência lingüística e seu objeto, no terceiro capítulo do *Cours* (1916: 15-18), discussão que seria tomada como paradigmática em muitas das concepções de ciência professadas no interior do estruturalismo. Ainda hoje, quando se fala em ciência e cientificidade, é essa concepção que é tomada como modelo.

Muito embora os critérios de cientificidade, que eram parte desse modelo, tenham sido questionados no decorrer do século 20 (ver especialmente FEYERABEND 1975) a relação de uma ciência com aquilo que é chamado de seu objeto, isto é, o recorte da realidade empírica que ela recobre, é uma questão relativamente consensual. Em algumas ciências, esse recorte é mais nítido, em outras, menos nítido. No caso da comunicação, como já foi visto no capítulo 1, a dinâmica do crescimento dos fenômenos empíricos que ela visa explorar e a heterogeneidade de seu campo, tornam

difícil se não impossível definir seu objeto. No caso da semiótica, sempre houve um certo consenso na indicação de seu objeto, a saber, todos os processos sígnicos na natureza e na cultura.

O problema que surge para a semiótica, todavia, reside na impossibilidade de recortar o território da realidade empírica que esse objeto abrange, pois processos sígnicos estão em toda parte, atravessando áreas que pertencem às mais diversas ciências, das humanidades e ciências sociais até as ciências naturais. Em síntese, a semiótica, pela própria natureza de seu objeto, invade os territórios das outras ciências, com o que ela acaba por colocar em questão a própria compreensão que se tem do que é o objeto de uma ciência. Vem daí a incerteza que sempre rondou a semiótica quanto a sua constituição como uma ciência e todas as especulações daí decorrentes.

Por invadir os territórios das outras ciências, investigadores das mais diversas áreas, situados originalmente em algum desses territórios, dedicam-se à semiótica sempre como uma segunda área de especialidade. Em função disso, a constatação feita por Charles Morris (1938: 1), há mais de 60 anos, continua até hoje verdadeira: “É improvável que, anteriormente, os signos já tenham sido estudados por tantas pessoas e a partir de tantas perspectivas. Do exército de pesquisadores, fazem parte lingüistas, lógicos, filósofos, psicólogos, biólogos, antropólogos, psicopatologistas, estetas e sociólogos”.

Vale notar, neste ponto, que, quando o estatuto científico de um dado campo do saber é colocado em questão, cumpre se perguntar que noção de ciência está dando suporte ao questionamento. No caso da semiótica, e julgamos ser esse também o caso da comunicação, não poderia haver concepção científica mais apropriada para definir o seu campo do que a do fundador da moderna semiótica, Charles Sanders Peirce (CP 1.232; CP 8.343), quando diz que é “muito importante que tenhamos uma noção de ciência como coisa viva e não uma definição meramente abstrata. Não

devemos esquecer que a ciência é um projeto de pessoas vivas e que sua característica mais marcante é que, sendo genuína, encontra-se em um estado permanente de metabolismo e de crescimento”. Por conseguinte, é característica fundamental da ciência viva estar continuamente rompendo fronteiras, do que decorre não poder haver pré-determinação imposta de fora sobre seus limites.

2. UMA CIÊNCIA POR SE FAZER

Muitos pensam que a semiótica nasceu com Saussure, quando, no seu *Cours* (1916: 23), ele alertou para a possibilidade de se conceber uma ciência que estudasse a vida dos signos no seio da vida social. Tal ciência constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral. Saussure batizou-a de Semiologia e propôs que ela nos ensinaria em que consistem os signos, que leis os regem. “Como tal ciência não existe ainda”, disse ele, “não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Lingüística e esta se achará desse modo vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos”.

Essa proposta de Saussure encontrou grande repercussão algumas décadas mais tarde, o que levou muita gente a pensar que esse tenha sido o primeiro batismo da moderna semiótica. Contudo, quando Saussure afirmou isso, em 1911-12, Charles Sanders Peirce já havia erigido o edifício da sua semiótica concebida como lógica em um sentido amplo, uma dentre as disciplinas de sua arquitetura filosófica. Dado que toda essa construção só foi divulgada tardiamente, Saussure tem recebido o louro da paternidade, mesmo não tendo ele chegado a desenvolver a ciência pretendida.

A declaração saussuriana da semiologia como uma “ciência ainda não existente” acabou por marcar o seu destino. Décadas depois de Saussure, a semiótica continuou sendo tida por muitos autores mais como um projeto do que uma ciência estabelecida, e isso “não apenas devido ao ritmo necessariamente lento de uma ciência em seu início, mas também devido a uma determinada incerteza quanto a seus princípios e conceitos fundamentais” (DUCROT & TODOROV 1972: 90). Em meados dos anos 1970, Sebeok (1976: 64) caracterizava a semiótica como “uma disciplina científica em seus sapatos infantis”, ainda carente “de um fundamento teórico abrangente”, embora já bastante marcada por “uma perspectiva comum” por parte dos pesquisadores. No final dessa mesma década, Greimas & Courtés (1979: 344), por sua vez, já enxergavam “sinais de salubridade e de vitalidade” no campo da semiótica, chegando à conclusão de que, entretantes, ela se apresentava tanto como um projeto de análise quanto como uma análise em desenvolvimento. Enfim, por um bom tempo a semiótica esteve envolvida na atmosfera das afirmações sobre “novos horizontes” (DEELY et al., orgs. 1986) e por relatos sobre uma “semiótica em desenvolvimento” (BORBÉ, org. 1984).

É curioso notar que, nem bem haviam cessado esses tipos de comentários e as promessas futuras para o estágio projetual da ciência semiótica, e já começaram a soar vozes anunciando a “agonia da semiótica” (BLONSKY, org. 1985: xviii). Para aqueles que haviam esperado posições dramaticamente revolucionárias por parte da semiologia ou semiótica, de fato, o projeto se frustrou antes mesmo de se consolidar. Vieram dessas expectativas não realizadas os presságios de um fim da semiótica, junto com os anúncios, por exemplo, de Simpkins (1998) e Bouissac (1998) de uma “era pós-semiótica”. Stewart (1995) também propôs a necessidade de uma filosofia pós-semiótica. Esses augúrios seriam sérios se, para fazê-los, os argumentos dos autores não estivessem baseados em visões reducionistas e até caricatas da semiótica.

Muito diferente disso é discutir as raízes semióticas do pós-moderno, como o fez Deely (1994).

Um olhar retrospectivo dos prognósticos passados nos revela que muitos deles não puderam se realizar. Entre os mais ambiciosos, dentro de um enquadramento positivista, estava o de Morris (1938: 1), referente à conversão da semiótica em uma ciência unificada, no contexto do projeto de Otto Neurath de uma *International Encyclopedia of Unified Science*. Hoje, não só não existe uma “perspectiva unificada”, quanto também há uma série de tendências, correntes, perspectivas e, inclusive, definições de semiótica (PELC 1981, 1984). Ao mesmo tempo, a semiótica também ultrapassou em muito os limites que haviam sido colocados para o campo semiótico por alguns de seus fundadores, assunto que será brevemente tratado mais à frente.

3. O QUE É SEMIÓTICA

Quando se fala em comunicação, qualquer leigo imagina que sabe do que se trata. Já não é o mesmo o caso da semiótica. A palavra assusta, pois não se consegue, de imediato, preenchê-la com conteúdos de senso comum. E as definições, sempre muito abstratas, de imediato, não ajudam muito. Por isso mesmo, até os anos oitenta, essa questão “o que é semiótica” era utilizada como título de livro ou, ao menos, como título de capítulos de várias introduções à semiótica (TOUSSAINT 1978; SANTAELLA 1983; SLESS 1986: 1-9). Um número enorme de introduções à semiótica foi escrito em muitas línguas, tendo surgido até mesmo, sob o título de *Semiótica para principiantes* (COBLEY e JANSZ 1997), um livro ilustrado que se assemelha a uma história em quadrinhos da semiótica.

As dificuldades não são casuais, pois, embora seja relativamente consensual que se trata de uma ciência dos signos, as defi-

nições de signos, como veremos abaixo, diferem de uma escola para a outra, além de que se trata de um campo plural e heteróclito de pesquisas, cuja cartografia, como em qualquer outra ciência, implica muitos anos de estudos para ser apreendida. Além da heterogeneidade que lhe é característica, também há uma diversidade de níveis em que a semiótica é concebida como ciência. Morris (1938: 9; 1946: 366), por exemplo, diferencia entre semiótica pura, descritiva e aplicada. Carnap acrescenta os ramos da semiótica geral e especial (LIEB 1971). Hjelmslev diferencia entre a semiologia – a metalinguagem dos sistemas semióticos – e a metassemiologia – a metaciência das várias semiologias científicas. Provavelmente, jamais existirá uma semiótica pura, e a ciência dos signos permanecerá impura – pois, como afirma Moles (1976), a semiótica é afetada pela ‘impureza’ do conteúdo de seus signos.

De todo modo, os pesquisadores costumam reconhecer a diferenciação entre semiótica teórica e semiótica aplicada. Entretanto, como afirma Nöth (no prelo) não se trata de duas vertentes independentes uma da outra. Em última análise, toda teoria eqüivale a um sistema de signos. Assim, a semiótica teórica precisa ser aplicável a si própria, tornando-se, nesse momento, ela mesma uma semiótica aplicada. Mas a diversidade, evidentemente, não pára aí. Conforme já foi apontado em Santaella (1992: 44-46), fala-se também em semiótica geral ou formal e especial ou regional. Fala-se ainda em semiótica crítica, empírica, experimental, comparativa etc.

Em meio a isso, não há semioticista que possa acalentar qualquer dúvida a respeito do caráter inter, multi e transdisciplinar da semiótica. Quando os estudos da semiótica moderna começaram a se implantar, há mais ou menos meio século, eles foram inevitavelmente se confrontando e interagindo com todas as disciplinas individuais que estão relacionadas com signos, isto é, áreas estabelecidas em currículos universitários e que já haviam desenvolvido seus próprios tipos de metodologias independentes para

o trabalho com os signos que ocorrem em seus objetos de estudos. São muitas as disciplinas que lidam com signos a sua maneira e com as quais a semiótica passou a interagir: a biologia, a medicina, a psicologia, as ciências sociais, o direito, a educação, a filologia, a musicologia, a história da arte, a literatura etc.

A par disso, desenvolveu-se um amplo espectro de semióticas regionais, como por exemplo, a semiótica do circo, da ópera, do teatro, do jornalismo, da fotografia, do cinema, do vídeo, e, mais recentemente, da multimídia, da hipermídia etc., todas elas regiões pertencentes quer aos estudos da arte, quer da comunicação. Ao mesmo tempo, também foram surgindo tendências à unificação das diferentes regiões em classes mais amplas como: semiótica da imagem, semiótica visual, semiótica do espaço, semiótica da comunicação não-verbal, essa tendência unificadora vindo a culminar na semiótica da cultura.

Em um nível ainda mais abrangente, toda e qualquer ciência, toda e qualquer disciplina, em si mesma, envolve processos sígnicos, pois definições, conceitos, articulações teóricas são feitas de linguagem. Tal fato coloca a semiótica na posição de uma metadisciplina, que pode tomar as linguagens dessas outras disciplinas sob o seu domínio de estudo, independentemente delas, em si mesmas, estudarem processos sígnicos, como é o caso das humanidades, ciências sociais, biologia, medicina etc., ou não estudarem processos sígnicos como é então o caso da física, química, astronomia etc. Uma vez que essa posição metadisciplinar é também multidisciplinar, ela leva ao diálogo e confronto da semiótica com outros campos interdisciplinares, como a hermenêutica, a teoria da *gestalt*, a teoria da informação, a teoria dos sistemas etc. Além de tudo isso, Umberto Eco (apud HOUSER 1990: 212) fala em semiótica explícita, quando há o reconhecimento por parte dos investigadores de quaisquer áreas de que eles estão lidando com signos, e semiótica implícita, quando se lida com signos, mas isso não é admitido ou reconhecido.

Os processos sígnicos que a semiótica pode estudar não são menos diversificados do que as interfaces que ela estabelece com outras ciências. Sem entrarmos no debate recente sobre a existência de uma protossemeiose no mundo puramente físico (ver NÖTH, org. 2001), já existe consenso em relação ao fato de que os processos sígnicos se iniciam no nível da microssemiose presente já no estrato molecular dos organismos. Continuam na endossemeiose das relações internas dos órgãos. Existem também na micossemiose dos processos parasitários nos quais os fungos envolvem os organismos hospedeiros. Avançam para os padrões de estímulo e resposta na vida das plantas (fitossemeiose), para os processos de comunicação dos animais (zoossemeiose), culminado na miríade de semioses que são próprias do humano (antropossemeiose). Incluídos nesta última estão as espécies recentes: a semiose das máquinas (ver NÖTH 2001b), da vida artificial, da inteligência coletiva, do ciberespaço.

O campo semiósico parece invadir todos os outros. Essa questão, contudo, deve ser bem esclarecida para evitar equívocos muito comuns. De fato, como queria Peirce, o universo está permeado de signos. Há signos em todas as partes. Esse se constitui no objeto de estudo da semiótica. Isso, no entanto, não pode nos levar a pensar que a semiótica está, em razão disso, usurpando territórios alheios. Embora penetre nesses territórios, o do biólogo, o do geólogo, o do historiador, o do antropólogo etc., seu objeto de estudos não é o mesmo que o deles, uma vez que é o ponto de vista que cria o objeto. Para a semiótica, o que interessa são todos os tipos possíveis de signos, verbais, não-verbais e naturais, seus modos de significação, de denotação e de informação; e todo o seu comportamento e propriedades. Que poderes de referência eles têm, como se contextualizam, como se estruturam em sistemas e processos, como são emitidos, produzidos, que efeitos podem provocar nos receptores, como são usados, que conseqüências podem advir deles a curto, médio e longo prazo? Eis aí um quadro de questões que cabe à semiótica investigar.

Não fica difícil perceber que, dentre todas as ciências ou campos de conhecimento, aquele que mais perto está da semiótica é, sem dúvida, a comunicação. Não pode haver comunicação sem ação de signos e vice-versa. Argumenta-se que a comunicação não deve ser reduzida à transmissão de mensagens. Embora isso seja verdadeiro, também não se pode negar que, sem a transmissão de algum tipo de mensagem, não há comunicação. Ora, se não estivermos presos à visão muito vaga e pobre de que aquilo que uma mensagem transmite é informação, e se também não estivermos limitados a uma concepção linguocêntrica do signo, pode-se afirmar que toda e qualquer mensagem é feita de signos das mais variadas espécies. De fato, signos são os materiais de que as mensagens são feitas. Se a semiótica estuda os signos, o ponto em que comunicação e semiótica se cruzam aí fica nítido.

Se levarmos ainda em consideração que o estudo da ação dos signos não se reduz a um mero formalismo descritivo das propriedades internas dos signos, mas inclui suas relações de referência, suas ligações contextuais, seus processos de emissão, os efeitos que estão aptos a produzir nos receptores e, sobretudo, se levarmos em conta que signo é mediação entre algo a que ele se refere ou aplica-se e os efeitos que serão produzidos no receptor, o que inclui as conseqüências que disso podem advir no futuro, as relações entre a comunicação e a semiótica ficam mais intrincadas e muito mais substanciais do que pode parecer à primeira vista. Todavia, há um grande complicador incluso nessas colocações: o fato que “signo” não é um termo univalente e que cada escola semiótica o define ao seu próprio modo, do que decorre que há tantos signos quantas escolas semióticas existem.

4. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE SIGNO

A mais divulgada e conhecida definição de signo é a de Saussure. Trata-se de uma concepção diádica da relação existente

entre um significante, imagem acústica, e um significado, conceito. Embora uma tal definição se preste particularmente ao signo lingüístico, muitos autores buscaram aplicá-la a outros sistemas de signos, como pintura, cinema etc.

Hjelmslev desdobrou a dicotomia saussuriana em duas dicotomias: substância de expressão e substância de conteúdo, forma de expressão e forma de conteúdo. Tanto Saussure quanto Hjelmslev fundaram a tradição do signo concebido a partir de um paradigma lingüístico.

Jakobson buscou sua definição de signo nos clássicos: *signans* e *signatum*, sendo o primeiro o aspecto material, encarnado do signo e o segundo, seu aspecto inteligível, o significado do signo. O signo é assim definido como *aliquid stat pro aliquo*, algo que está em lugar de outra coisa para alguém.

A concepção de signo dos semioticistas da escola de Moscou e Tartu é geralmente também diádica. Embora Saussure e Hjelmslev formassem uma espécie de pano de fundo para esses semioticistas, no geral, dominaram entre eles concepções mais ecléticas de signo. Em Lotman, por exemplo, a estrutura diádica do signo é inseparável do tema da arbitrariedade e da dicotomia entre figura e fundo. De todo modo, o conceito central para os semioticistas dessas escolas não estava no signo, mas no texto concebido não só como fala lingüística, mas também como fenômenos culturais e estéticos em geral (pintura, filme, música, comportamento não-verbal etc.).

Bakhtin, por seu lado, desenvolveu uma teoria do signo e do texto independente das posições fundamentais dos formalistas russos. Sua teoria da semioticidade das ideologias, trabalhada em conjunto com Voloshinov e Medvedev, está baseada na natureza inalienavelmente ideológica de todo signo.

Uma outra família de signos, estes concebidos dentro de uma lógica triádica, vem de Peirce, cuja doutrina dos signos foi sumariamente simplificada por Morris, embora este ainda tenha mantido a triadicidade original.

Enfim, não temos aqui a intenção de exaurir as diferentes concepções de signos, nem aprofundar as que já foram mencionadas. Há um grande número de fontes à mão, onde essa informação pode ser colhida (por exemplo, NÖTH 1999). Pretendemos apenas fornecer uma rápida amostragem de quão pouca ajuda se tem quando se define a semiótica como a ciência dos signos, pois o termo “signo” está muito longe de ser univalente.

5. A EXPANSÃO DO CAMPO SEMIÓTICO

Cunhada por Umberto Eco (1976), a metáfora do limiar semiótico tem sido usada para designar as fronteiras do campo de pesquisa da semiótica. Para aqueles que têm acompanhado o desenvolvimento histórico dos estudos de semiótica explícita desde os anos 1950 até o presente, é evidente que, de lá para cá, esses estudos vêm passando por um aumento gradual do limiar semiótico.

Quando o *boom* dos estudos semióticos emergiu na década de 60, suas raízes vinham da lingüística saussuriana e hjelmsleviana, e o primeiro campo a se expandir sob a influência estruturalista foi o dos estudos literários, especialmente com a semiótica da narrativa, da poesia e do discurso em geral. Do discurso verbal, a semiótica expandiu-se para outros sistemas de signos, como pintura, cinema, comunicação de massa, moda, culinária etc.

Nos anos 70, sob a influência da tradução para o francês e inglês de trabalhos originários da Escola de Moscou, Tartu e do Círculo de Bakhtin, o próximo passo na expansão dos estudos semióticos direcionou-se para a cultura em geral. Nessa mesma década, a rica herança do amplo domínio de pesquisa semiótica deixada por Charles Sanders Peirce começou a ser tirada do esquecimento graças ao sinal de alerta emitido por Roman Jakobson sobre a importância fundamental da obra de Peirce para o estudo dos mais diversos processos de signos. Ao mesmo tempo, o traba-

lho de Charles Morris começou a ser explorado por seu potencial de aplicação a processos de signos não-verbais.

Desde os anos 60, nos Estados Unidos, Thomas Sebeok já estava se movendo na direção de novos horizontes da semiótica: das estruturas textuais à comunicação em geral, da comunicação verbal à não-verbal humana, e, além da comunicação humana, a comunicação animal que, sob o nome de zoosemiótica, constituiu uma das maiores contribuições de Sebeok para a expansão do campo semiótico. Para Sebeok, a semiose começa com as origens da vida. Assim, a semiótica e a biologia têm o mesmo objeto de estudo, embora as perspectivas de estudo difiram.

Com a nova interdisciplina da biossemiótica, os processos semióticos nos microrganismos e células, incluindo aqueles que ocorrem dentro do corpo humano, começaram a ser investigados. Em suma: na medida em que as investigações semióticas prosseguiram, elas foram levando ao reconhecimento de uma variedade de processos sígnicos, da bio e ecossemiose até as mais diversas semioses humanas. Além disso, com o desenvolvimento dos computadores e da cultura digital, o domínio dos sistemas não-vivos, das máquinas e computadores à vida artificial, como já vimos acima, constituíram-se em novos desafios para os estudos semióticos.

De fato, todos esses domínios têm sido bem aceitos e não tem havido muita controvérsia sobre a sua aceitação no campo de investigação semiótica. O limiar mais recente que tem estado sob debate e que, até agora, não foi muito explorado é o da fisiossemiose. Tanto quanto é de nosso conhecimento, o primeiro semioticista a chamar atenção para este limiar foi Joseph Ransdell (1986: 53), quando comentou que, ao generalizar ao máximo a noção de signo, Peirce aumentou enormemente o escopo das aplicações possíveis da teoria dos signos, indo dos processos intra-orgânicos aos econômico-políticos, podendo-se até especular sobre a possibilidade da análise semiótica de fenômenos físicos. Batendo na mesma tecla, ao mencionar a nova e remarcável visão

que Sebeok havia entretido, desde os 60, sobre a convergência da ciência da lingüística com a ciência da genética, Deely (1990:86) afirmou que

“embora Sebeok tenha feito a semiótica contemporânea avançar consideravelmente além dos limites de uma antroposseiose, glotocêntrica concebida, e na direção da consideração de processos sígnicos que atravessam o mundo biológico, isso ainda não forneceu fundamentos para a noção de uma fisiossemiose, isto é, para se ver a ação própria dos signos já atuando na própria natureza física, para aquém dos limites da matéria orgânica ou antes do seu surgimento”.

Para Deely, fornecer esse fundamento adicional e estabelecer a ampla concepção de semiose peirceana seriam a mesma coisa. Tal passo decisivo é o que se requer, dizia ele, para o estabelecimento das plenas possibilidades da doutrina dos signos.

Desde essa consideração de Deely, um novo campo de protosseiose no mundo inanimado e mesmo no campo da fisiossemiose emergiu, tendo como seu objeto de estudo os precursores da semiose no mundo inanimado e mesmo no campo da fisiossemiótica. Autocatálise, ordem a partir do caos, estruturas dissipativas, e outros processos nos sistemas físicos dinâmicos, que dão testemunho da possibilidade de um crescimento espontâneo da ordem na natureza, tornaram-se tópicos de estudo na busca das origens da semiose.

CAPÍTULO 3

A COMUNICAÇÃO NA SEMIÓTICA ESTRUTURALISTA

Este capítulo e os dois seguintes não estarão voltados para todas as teorias semióticas. No contexto deste livro, isso não faria sentido. Neles serão trabalhadas apenas as teorias semióticas que, de uma forma ou de outra, incluíram a questão comunicacional na sua construção conceitual, elaborando explicitamente conceitos e mesmo teorias da comunicação. Tendo essa perspectiva em vista, começamos aqui com o paradigma estruturalista da semiótica.

1. FERDINAND DE SAUSSURE: O CIRCUITO DA FALA E A SIMETRIA DA COMUNICAÇÃO VERBAL

Ferdinand de Saussure (1857-1913), o fundador do estruturalismo moderno e da semiologia estruturalista, não era um teórico da comunicação. Mais do que de processos comunicativos, o seu *Curso de lingüística geral* trata de *sistemas* e de *estruturas* semióticas. Nem por isso, no mesmo *Curso*, com o fim de descrever “o lugar da língua nos fatos da linguagem”, Saussure nos dá um esboço do modelo da comunicação verbal em diálogo.

1.1. O CIRCUITO DA FALA

O modelo saussuriano do circuito da fala mostra o processo comunicativo verbal numa conversa entre duas pessoas, A e B (Fig. 1).

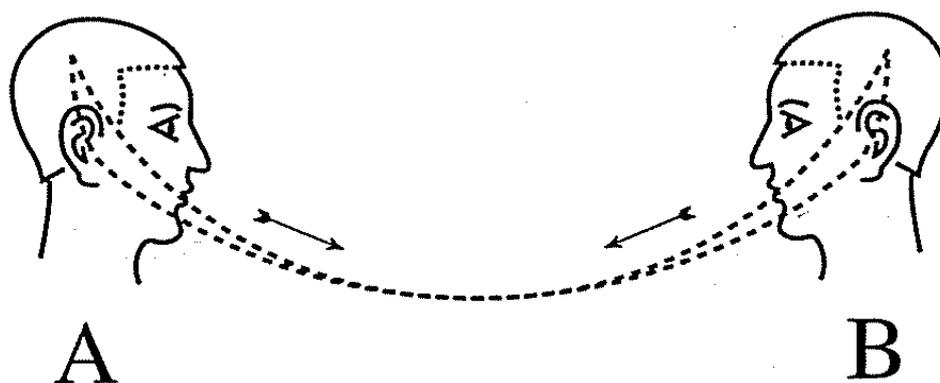


Fig. 1: O modelo do circuito da fala dialógica de Saussure (1916: 19-23).

Saussure (ibid.: 19) explica esse modelo do seguinte modo:

“O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente *psíquico*, seguido, por sua vez, de um processo *fisiológico*: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: Processo puramente *físico*. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente. Se B, por sua vez, fala, esse novo ato seguirá”.

O circuito da fala descreve o caminho de sinais acústicos como

um fluxo de signos em duas direções, do falante *A* ao ouvinte *B* e deste ouvinte *B* (que se torna, por sua vez, um segundo falante, *A'*) de volta ao primeiro falante *A* (que desta vez vira o ouvinte *B'*) de *B* (aliás *A'*). Trata-se aí de um modelo de comunicação em *diálogo*. Em sua descrição deste processo, Saussure está interessado, em primeiro lugar, pelo lado fonético. O circuito refere-se à fonação e audição, conforme o autor explica num segundo diagrama, o diagrama do circuito da fonação e audição (Fig. 2).

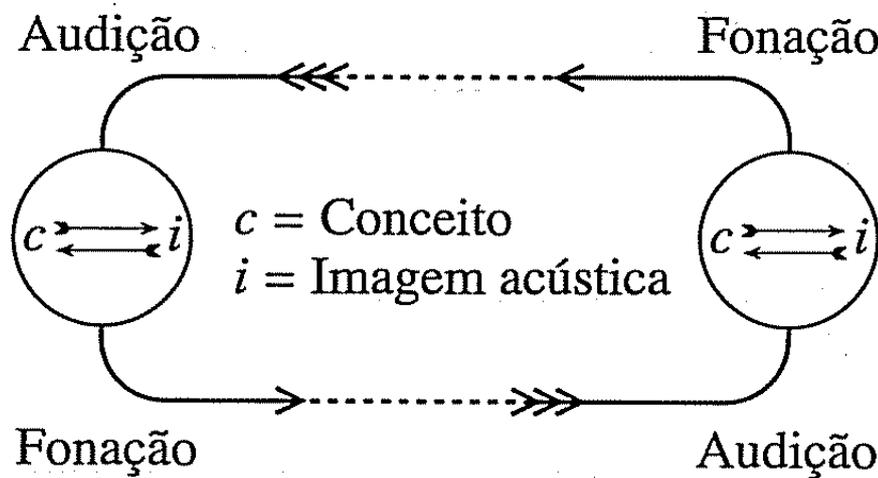


Fig. 2. O circuito da fonação e audição de Saussure (1916: 20; corrigido).

1.2. O CIRCUITO DA FONACÃO E AUDIÇÃO

O circuito da fala e o modelo da fonação e da audição são modelos *circulares* e inteiramente *simétricos* do processo comunicativo. Em comparação com os modelos *lineares* da comunicação tal como o modelo da cadeia comunicativa (*emissor – mensagem – receptor*) de Shannon e Weaver (1949), que sofrem do erro de representar o emissor (a “fonte” da mensagem) como uma instância ativa transmitindo algo para um receptor essencialmente passivo (o “desaguadouro” da mensagem), os modelos circulares reconhecem não só o papel ativo do emissor, mas também do receptor das mensagens.

Porém, no modelo saussuriano, esse papel ativo do intérprete

da mensagem não é inteiramente reconhecido. A pessoa *B*, nos circuitos da fala e da fonação e audição, só se torna ativa, quando ela passa de ouvinte a falante do diálogo. Saussure (ibid.: 21) assim distingue os lados “ativos” dos lados “passivos” nos cérebros de *A* e *B* (Fig. 2): “Na parte psíquica”, – hoje diríamos *cognitiva* – “localizada no cérebro, pode-se chamar executivo tudo que é ativo ($c \rightarrow i$) e receptivo tudo o que é passivo ($i \rightarrow c$)”. O ativo e o passivo do processo comunicativo pertencem, portanto, a duas fases distintas do circuito, o ativo pertence à fase da produção, que Saussure chama de executiva, o passivo à fase da recepção da mensagem.

Neste ponto, revela-se o defeito da simetria perfeita nos circuitos saussurianos. A circularidade dos modelos é, na realidade, uma mera conexão de duas cadeias de comunicação lineares. O fim da primeira conecta-se com o início da segunda por um círculo, que une as duas cadeias numa simetria especular. As atividades dos parceiros do diálogo aparecem como uma inversão cada vez que há uma passagem do falante e do ouvinte.

Além do circuito grande, que une *A* e *B*, Saussure também sugere, por meio dos dois pequenos círculos no modelo da fonação e audição (Fig. 2), uma circularidade mental no processamento dos signos nos cérebros dos parceiros no diálogo: os conceitos (*c*) tornam-se imagens acústicas (*i*) e as imagens acústicas tornam-se conceitos ($i \rightarrow c$). A dupla simetria especular entre os processos cognitivos nos cérebros de *A* e *B*, que resulta na cadeia de $c \rightarrow i$ (1ª fonação) $\rightarrow i \rightarrow c$ (1ª audição) $\rightarrow c \rightarrow i$ (2ª fonação) $\rightarrow i \rightarrow c$ (2ª audição), Saussure admite, não é perfeita, mas, mesmo assim, é significativa: “Entre todos os indivíduos assim ligados pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio termo; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (ibid.: 21).

Com esta observação sobre a identidade da interpretação dos

signos pelo comunicador com a interpretação do intérprete, Saussure discute um assunto que a teoria da comunicação chamou de *congruência* entre o comunicador e o intérprete da mensagem, conforme já foi mencionado no capítulo 1.

Apesar da tese da congruência entre os conceitos dos indivíduos *A* e *B* no processo da comunicação, congruência que é devida ao código da linguagem que os dois têm em comum, o modelo saussuriano, na sua restrição aos processos da fonação e da audição, não é, na sua base, um modelo de circulação de idéias, conceitos ou mensagens. O papel dos conceitos neste modelo é restrito ao papel de uma fonte à qual, no “centro de associação de idéias”, associam-se as imagens acústicas das palavras.

O conceito da *imagem acústica* é uma contribuição importante e significativa da semiologia saussuriana à teoria da comunicação, que, infelizmente, foi ignorada ou esquecida em muitos modelos da teoria da comunicação do século 20. A “imagem acústica” das palavras articuladas é o lado mental do processo acústico e auditivo da fala. O lado acústico da fala pertence portanto a dois mundos semióticos ao mesmo tempo, ao mundo exterior do meio ambiente físico de *A* e *B* e ao mundo interior ou mental de ambos.

O lado físico da fonação da mensagem, que consiste na “vibração dos sons indo da boca ao ouvinte” (ibid.: 20), é o lado que os diversos instrumentos fonográficos, desenvolvidos no século 20, são capazes de registrar minuciosamente. Porém, o lado acústico da mensagem falada também tem um lado mental, que é a imagem acústica. Este lado do signo verbal é diferente do “som material, coisa puramente física”. É “a impressão [*empreinte*] psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos” (SAUSSURE 1916: 80). Em outras palavras, o lado acústico da expressão dos signos verbais não pertence somente ao *canal* acústico da comunicação, como certos modelos na tradição de Shannon e Weaver sugerem, mas a expressão acús-

tica dos signos verbais começa na mente do falante com a imagem acústica que, em seguida, causa a produção dos sons físicos.

No entanto, o *Curso* saussuriano não desenvolve esses elementos da comunicação para uma teoria da comunicação em si, pois, para o fundador da semiologia, a tarefa do semiólogo distingue-se da tarefa do psicólogo. O psicólogo estuda o “mecanismo do signo no indivíduo” e “não atinge o signo, que é social por natureza” (ibid.: 25). Se o signo verbal deve ser compreendido como um fato social, também o estudo da imagem acústica do signo não pertence ao estudo de atos comunicativos individuais, mas sim dos signos verbais como estruturas coletivas ou sociais das mensagens. Desse modo, os elementos saussurianos da comunicação são elementos para uma gramática e não para uma retórica da comunicação.

1.3. ELEMENTOS DE UMA SEMIOLOGIA GERAL DA COMUNICAÇÃO

Roy Harris (1987: 22, 25, 27) interpreta o circuito da fala do *Curso* de Ferdinand de Saussure como um “modelo geral da comunicação”. Linda (2001), pelo contrário, enfatiza a incompletude deste modelo da fala do ponto de vista da teoria da comunicação, mas argumenta que uma teoria da comunicação, nem por isso, pode ser reconstruída na obra de Saussure na base dos seus escritos inéditos. Por exemplo, o processamento da fala pelo ouvinte não aparece como passivo no manuscrito *Phonétique*, em que Saussure descreve a atividade do ouvinte em frases tais como: “O ouvido decide, [...] distingue [...] julga” (ibid.: 61).

Na base da sua leitura dos manuscritos e dos escritos dispersos saussurianos, Linda (ibid.: 134) reconstrói uma semiologia geral da comunicação, que consiste não só de uma semiologia da comunicação acústica, mas também de uma semiologia da comunicação visual, que trataria de sistemas semióticos da escrita dos “ri-

tos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc.” (Saussure 1916: 24).

Na verdade, os elementos saussurianos para uma tal semiologia da comunicação visual são poucos. O passo mais avançado nesta direção está talvez em um dos fragmentos *Item*, no qual Saussure descreve o processo de uma comunicação visual entre *A* e *B* nos seguintes termos:

“Na ocasião de um passeio, estou fazendo um entalho numa árvore, de mera brincadeira. A pessoa que me acompanha guarda a idéia desse entalho, e é incontestável que ela associa duas ou três idéias a esse entalho desde esse momento, enquanto que eu mesmo não tinha outra idéia do que a de mistificar ou de me divertir. – Toda coisa material é já para nos um signo: quer dizer impressão que nós associamos a outra coisa. [...] A única particularidade do signo lingüístico é a de produzir uma associação mais precisa do que de todo outro, e talvez veremos que está lá a forma mais perfeita de associações de idéias” (Saussure 1974: 40).

A novidade neste esboço do campo da comunicação visual é o abandono de dois princípios do circuito da comunicação acústica do *Curso*, o princípio da simetria e o princípio da congruência. Saussure, no seu exemplo da mensagem do entalho, dá a descrição de uma situação de *assimetria* radical num processo de comunicação visual. *A* e *B* associam idéias inteiramente distintas a partir do mesmo signo visual. Além disso, os signos da mensagem visual, que se tornam mensagens neste processo comunicativo não pertencem a um código preestabelecido e relativamente fechado como os signos verbais. Saussure mostra que, na comunicação não-verbal pode haver um potencial sígnico ilimitado, se “toda coisa material é já para nós um signo”. Com esta observação relativamente isolada em sua obra, Saussure está de acordo com a tese da ubiquidade dos signos de Peirce, antecipando também, de

uma certa maneira. a tese de Watzlawick, Beavin & Jackson (1967: 49) de que “não é possível não comunicar”.

2. BUYSSENS: A SEMIÓTICA FUNCIONALISTA NO ESTUDO DA COMUNICAÇÃO

O semioticista belga Eric Buyssens (1900-2000) foi um dos primeiros a seguir Ferdinand de Saussure no projeto de fundar uma semiologia geral dos sistemas sígnicos. Sua abordagem ao estudo da comunicação pode ser caracterizada como funcionalista. Outros representantes dessa tradição da semiótica funcional da comunicação foram Prieto (1966, 1975), Mounin (1970, 1981; cf. TEIXEIRA COELHO 1980: 41-45) e Hervey (1982).

Em seu livro de 1943, cuja segunda edição de 1967 saiu, na tradução em português, com o título de *Semiologia e comunicação lingüística*, Buyssens (1967: 22) define a semiologia como uma “ciência de comunicação”. Na sua abordagem, o estudo da comunicação é o estudo dos “meios utilizados para influenciar outrem e, como tais, reconhecidos por aquele que queremos influenciar”. Processos sígnicos não-comunicativos não são um assunto desta nova ciência da semiologia.

2.1. A COMUNICAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Para Buyssens, comunicação é um meio para “obter a colaboração dos outros” (1967: 27), e “o ponto de vista semiológico obriga-nos a voltar à função primordial das linguagens: agir sobre outrem” (ibid.: 22). Com estas definições, a base da semiologia de Buyssens se revela como *funcionalista* (cf. HERVEY 1982: 155ss.; NÖTH, no prelo). Para o funcionalista, um ato comunicativo tem uma finalidade na vida social dos indivíduos que se comunicam, e os signos usados como meios de comunicação servem para fazer a mensagem inteligível ao intérprete.

Comunicação é um processo que se realiza em *atos de comunicação* ou *atos sêmicos*. Além do comunicador e do intérprete, o ato sêmico também envolve significação. *Significação* é o “meio indireto, pelo qual podemos saber o que se passa no espírito dos outros indivíduos” (BUYSSSENS 1967: 39). “O que se passa no espírito” é evidentemente um pensamento, mas significação não é localizável no pensamento mesmo, que é individual e diretamente inacessível. Sendo um “meio indireto” e, portanto, um *signo* pelo qual podemos obter conhecimento do pensamento inacessível do outro, a significação é o lado social do ato sêmico, acessível pelo fato de que uma mensagem pode ser traduzida por algo equivalente. A significação, em resumo, “é um fato social e é precisamente isto que nos permite conhecê-la melhor do que o pensamento individual” (ibid.: 41).

Em sua descrição da significação, Buysens recorre mais uma vez a sua premissa funcional de que comunicar é um meio para obter a colaboração dos outros. No processo de colaboração social, a significação é “a influência que procuramos exercer, recorrendo a um meio convencional; é um fato social e é precisamente isto que nos permite conhecê-la muito melhor do que o pensamento individual” (ibid. 41). Em suma, na definição funcionalista (ibid.: 32):

“O ato de comunicação é o ato por meio de qual, ao conhecer um fato perceptível associado a certo estado de consciência, um indivíduo realiza esse fato para que outro indivíduo compreenda o objetivo desse comportamento e reconstitua, na própria consciência, aquilo que se passa na do primeiro. Quanto à significação desse ato comunicativo, esta se define como a influência que procuramos exercer no espírito daquele a quem nos dirigimos”.

Na perspectiva que o funcionalismo lhe dá, Buysens tem a tendência de exagerar a função comunicativa e de negligenciar outras funções dos signos, tal como a função expressiva. Para ele, até o bebê não quer outra coisa senão comunicar no sentido de

agir sobre outrem: “As primeiras manifestações lingüísticas do bebê não são tentativas de expressão, mas tentativas de agir sobre o meio social” (ibid.: 22).

2.2. COMUNICAÇÃO NÃO É FLUXO DE INFORMAÇÃO, MAS RECONSTITUIÇÃO DE “ESTADOS DE CONSCIÊNCIA”

Qualquer processo de comunicação começa com um indivíduo com a intenção de comunicar os seus interesses, pedidos, perguntas, informações, exigências ou emoções para um outro indivíduo. Para Buysens, um tal indivíduo comunica um “estado de consciência” para outrem. O meio de uma comunicação é “um ato perceptível associado a um estado de consciência” (ibid.: 28).

No ato de comunicação de um indivíduo com outro não há mera transmissão de sinais do comunicador para o intérprete, nem um “fluxo” de informação, como uns clássicos da teoria da comunicação mantêm. Buysens afirma que “nosso estado de consciência não pode ser percebido por nenhum outro indivíduo; e não existe meio algum de transportar nosso estado de consciência de outra pessoa” (ibid.).

Esta idéia da impossibilidade de “transportar” uma mensagem de um indivíduo para o outro foi tematizada mais tarde por Luhmann (1995: 20). No quadro da sua teoria dos sistemas sociais, ele descreve as mentes dos indivíduos participando na comunicação como sistemas fechados (autopoiéticos) e conclui: “Comunicação não pode ser concebida como a ‘transmissão’ de informação de um organismo (operativamente fechado) para um outro”. Este teórico dos sistemas sociais ainda radicaliza mais a idéia da impossibilidade de “transmitir” informação do comunicador para o intérprete quando fala da “improbabilidade da comunicação”: “Por causa da separação e individualização das consciências, é improvável que alguém *entenda* a intenção do outro”, afirma Luhmann (1985: 26).

Em vez de transmissão, fluxo ou intercâmbio de mensagens, o que ocorre num processo de comunicação, conforme Buysens (1967: 27), é a reconstituição das idéias e intenções de um comunicador por um intérprete: “O comportamento humano permite-nos [...] reconstituir por raciocínio, isto é, em nossa própria consciência, uma parte do que se passa na consciência de outra pessoa”. Essa teoria da interpretação como reconstituição por raciocínio lembra a semiótica dos Estóicos da Antiguidade, que viam a interpretação de signos como uma forma de indução, na qual a significação se revela num processo de inferência (NÖTH, no prelo).

2.3. A INTENCIONALIDADE E A SIMETRIA DA COMUNICAÇÃO

A comunicação, que a semiologia estuda, conforme a definição de Buysens, tem por critério central a *intencionalidade* dos signos, pois ninguém pode alcançar o fim “da colaboração dos outros” sem premeditação, sem intenção. Pelo critério da intencionalidade, a comunicação se distingue de dois outros processos sígnicos não-comunicativos, que resultam de duas formas de assimetria intencional entre os participantes que interagem por meio de signos.

A primeira assimetria é aquela à qual Buysens se refere em sua primeira definição da semiologia como ciência da comunicação. Essa assimetria ocorre quando o emissor de um signo usa signos “para influenciar outrem”, *sem* que esse outro reconheça a intenção do comunicador de transmitir uma mensagem para influenciá-lo. Em outras palavras, nessa situação há *signos de um comunicador sem receptor*. Conforme este critério, uma pessoa falando consigo mesma num solilóquio não comunica, e uma tal situação não é objeto de um estudo semiológico.

O segundo é o caso de uma assimetria oposta: “atuar sobre outra pessoa sem querer” (ibid.). Nessa situação, há a assimetria

de um intérprete sem comunicador. O emissor dos signos não é comunicador porque emite os signos involuntariamente sem a intenção de ser emissor de uma mensagem. Conforme esse critério da intencionalidade, a informação que um indivíduo transmite para outrem sem querer, por exemplo, quando ele cora ou gagueja, não é comunicação, mas uma *manifestação involuntária* (BUYSENS, 1967: 32).

A intencionalidade da mensagem do comunicador é, portanto, um critério necessário, mas não suficiente de um ato comunicativo. Para ser completo, o ato comunicativo também precisa da participação ativa de um intérprete da mensagem.

2.4. A CONVENCIONALIDADE DA COMUNICAÇÃO

Além da intencionalidade e da participação ativa do intérprete, Buysens postula um terceiro critério essencial da comunicação, o critério da *convencionalidade* dos meios de comunicação. Só quando os meios de comunicação são convencionais, pode haver comunicação. Signos naturais não comunicam, eles só “indicam” (ver abaixo).

O conceito de convenção, que Buysens propõe, tem um lado tradicional e um lado inovador. O lado tradicional da definição focaliza o aspecto do “acordo social” (ibid.: 25) e portanto histórico ou evolutivo, que funda um signo e um sistema semiológico desde a sua origem. O modelo deste conceito é o modelo da convencionalidade dos signos lingüísticos: “A convenção pode ser tácita, como quando a criança procura falar com seus pais, e pode ser explícita, como quando uma comissão internacional estabelece uma terminologia científica” (ibid.).

Muito diferente é o outro lado da convencionalidade dos meios, que Buysens salienta, quando define os meios convencionais como “os meios reconhecidos como meios” (ibid.): “O verdadeiro ato

de comunicação está destinado por seu autor a ser considerado como um meio pelo interlocutor. Tocamos aqui na própria essência daquilo que se chama convenção em matéria de comunicação” (ibid.: 31).

Esta nova definição não questiona mais as origens dos signos num acordo social, mas dirige o foco da atenção para a situação comunicativa: o comunicador leva a convencionalidade dos signos em consideração na medida em que ele escolhe os signos de um repertório de possibilidades que ele supõe existir simultaneamente na mente do seu intérprete (ibid.: 25): “Sempre que um falante fala, ele escolhe, entre os processos que existem simultaneamente em sua memória, processos que supõe existirem simultaneamente também na memória de seu ouvinte. Este acordo social é precisamente o que se chama convenção”.

Convencionalidade, nesta perspectiva, é o critério da comunicação que verdadeiramente garante a simetria comunicativa no ato sêmico, pois, conforme este critério, o “fato perceptível”, usado pelo comunicador e o intérprete, é convencional na medida em que é “reconhecido como um meio pelos dois indivíduos que estão interessados nele” (ibid.: 31).

Só essa definição de convencionalidade como um “meio reconhecido por um meio” explica porque Buyssens também pode descrever interações como comunicação, conforme se dá no exemplo do cachorro com o seu dono, embora não haja aí nada semelhante à convenção, no sentido da convencionalidade de um acordo ou código convencional (ibid.: 28):

“Tomenos [...] a manobra do cão que, ao ver um transeunte aproximar-se, vai-lhe ao encontro, precede-o na direção de uma porta, raspa esta e levanta os olhos para o homem na esperança evidente de que este lhe abra a porta. O cão serve-se de um ato perceptível (as raspadelas na porta, essencialmente) associado a um estado de consciência (desejo de abrir a porta) para que quem perceba esse ato faça

a mesma associação; é por esta colaboração que se estabelece o que constitui o fato de comunicação propriamente dito. [...] O cão não procura ele próprio abrir a porta; sua ação é apenas um simulacro, a repetição. Com outra intenção, de uma ação cujo objetivo era abrir a porta; desta vez, o objetivo é social: o cão quer dar a conhecer o seu desejo, procura comunicar-se. A manifestação não é involuntária; é um verdadeiro meio a serviço de uma vontade”.

O exemplo cumpre os critérios seguintes de um ato comunicativo: há um comunicador (o cão) com a intenção de obter a colaboração de um outro; há um “estado de consciência” com a significação “Abra a porta!”; há um fato perceptível, em outras palavras, um signo associado a esse estado de consciência (as raspadelas na porta), que serve como um meio indireto para obter o alvo de que a porta se abra; há um intérprete do signo (o transeunte); e há uma convenção, não no sentido de um acordo entre os dois ou entre a raça dos cães e dos humanos, mas no sentido de que o meio escolhido pelo cão seja reconhecido pelo transeunte como um meio, quer dizer, como um ato indireto e não como uma ação direta. A convencionalidade dos signos nesta situação não é a convencionalidade de um signo simbólico, que consiste em acordo ou código. O signo se baseia aí no princípio da imitação, pois a ação do comunicador “é apenas um simulacro, a repetição”. O signo, neste respeito, é um signo icônico e não simbólico, se usarmos a tipologia de Peirce.

2.5. COMUNICAÇÃO VS. MANIFESTAÇÃO INDICIAL

Signos emitidos involuntariamente por um emissor, na definição de Buyssens, são manifestações involuntárias ou *índices*. Índices podem ser interpretados, mas eles não são comunicados. Um índice tem um emissor e um intérprete mas não um comunicador. Em contraste com o índice, que é o sinal numa manifestação indicial,

Benveniste chama os sinais comunicativos de *sema*: “A palavra *sema* designará qualquer processo convencional cuja realização concreta (chamada *ato sêmico*) permite a comunicação” (ibid.: 34).

Como os índices são sinais não-intencionais e não-convencionais, eles não são o assunto de pesquisa de uma semiologia que se entende como uma teoria da comunicação. Apesar disso, as manifestações indiciais e os atos de comunicação têm uma característica em comum (ibid.: 32): “Em ambos os casos, a testemunha de um fato interpreta este como revelador de um outro fato. No ato comunicativo, o fato revelado é sempre de ordem psicológica, o que nem sempre é o caso da linguagem dos fatos. O que distingue do índice o ato comunicativo é o seu caráter convencional”.

Tanto o índice quanto o *sema* são “fatos” interpretados “como reveladores de outro fato”. O que ambos têm em comum é que são signos, na definição clássica da palavra. Embora Buysens evite o termo “signo” na sua semiologia, sua caracterização comum dos índices e dos *semas* como ‘algo que revela outro fato’ corresponde exatamente à definição antiga do signo como “algo que está para outra coisa” (lat.: *Aliquid stat pro aliquo*). Um exemplo de uma manifestação indicial em formas de comportamento animal serve para resumir e ilustrar a diferença entre os signos não-comunicativos e os atos de comunicação (ibid.: 32):

“Quando um cão agita o rabo ou um gato ronrona, dizemos que estão contentes, pois observamos que eles assim se comportam sempre que se lhes fazem agrados. – Esta interpretação dos fatos deu origem à idéia de uma linguagem natural; a maioria dos comportamentos tanto dos animais quanto dos homens, estão associados, com efeito, a estados psicológicos de um modo suficientemente natural ou regular para que o fato sensível – gesto, mímica, atitude – permita à testemunha reconhecer aí a manifestação de um estado psicológico. Esta linguagem natural, entretanto, não pode ser assimilada à fala, porque lhe falta um caráter essencial: [...] o cão e o gato há pouco descritos não

pensam absolutamente em dar a conhecer seu estado de consciência; não querem que seu comportamento seja interpretado pela testemunha para que daí resulte uma colaboração; eles não comunicam”.

Além das manifestações involuntárias de comportamento humano e animal, a categoria dos índices também inclui indicações que o mundo dos objetos nos apresenta e que nós costumamos interpretar, por exemplo, “as flores de gelo na vidraça, [que] significam que está geando fora”. Aqui a divisão entre comunicação e não-comunicação é nítida: Os objetos naturais do nosso meio ambiente, que “falam” para nós como se fosse “numa língua natural”, não comunicam, porque nem podem ter uma intenção de comunicar (ibid.: 27-28).

2.6. DOS EFEITOS CAUSAIS AOS MEIOS COMUNICATIVOS: CAUSALIDADE VS. INTENCIONALIDADE

Embora o semiólogo belga queira excluir do domínio dos estudos semiológicos todos os signos aos quais falta a intencionalidade de um comunicador, ele acaba apresentando um panorama sutil dos fenômenos não ou pré-comunicativos até a comunicação verbal. Desta maneira, abre uma porta para uma descrição pré-semiológica dos fenômenos da “linguagem dos objetos” via “comunicação não-verbal” que, para Buysens, na maioria dos casos, não é mesmo comunicação, mas mera manifestação indicial.

Consideremos os exemplos de signos e as suas significações dados por Buysens. Embora tenham sido em parte já mencionados, eles nos permitirão demonstrar de uma maneira mais estruturada os vários tipos de manifestação indicial que precedem a comunicação:

- | | | |
|---|---|-----------------------|
| (a) flores do gelo na janela | → | ‘está geando fora’ |
| (b) céu escuro | → | ‘tempestade’ |
| (c) gato que ronrona | → | ‘contente’ |
| (d) palidez que invade o rosto do estudante | → | ‘não sabe a resposta’ |

(e) punho cerrado do orador político	➔	'raiva (?)'; 'reflexo inconsciente'
(f) escolha de móveis	➔	'bom gosto'
(g) compra de um carro Mercedes	➔	'posição social'
(h) escrita	➔	'caráter do escrevente'

Nos exemplos (a) e (b), há indícios sem um organismo como emissor. A fonte do índice é um objeto natural. O índice e a fonte de sua emissão são idênticos. O índice numa tal “linguagem dos objetos naturais” e o seu significado são conectados por uma relação de *causalidade física*, mas aqui existe algo de semiótico, que Buysens (1967: 28) exprime do modo seguinte: “Os fatos não falam, têm uma significação”. Há um intérprete desta significação, que estabelece a relação causal na sua mente por *dedução*.

Nos exemplos (c) e (d), os índices têm um organismo como emissor, que é animal no primeiro, e humano no segundo caso. Os emissores não são comunicadores, porque não têm a intenção de comunicar, mas pode haver um intérprete, para o qual o comportamento observado seja *informativo*. O índice dá uma informação sobre um estado psicológico. A manifestação indicial e a sua significação são conectados por uma *causalidade psicológica*. A não intencionalidade destes índices é óbvia, quando o comportamento do emissor “está traindo involuntariamente estados de consciência” de que os intérpretes “tiram partido” contra o emissor (ibid.: 31). Emissores de índices desta categoria até procuram reprimir tais manifestações indiciais dos seus estados de alma.

No domínio dos fatos psicológicos, a distinção categórica entre os fenômenos causais e os fenômenos intencionais, na qual se baseia a distinção de Buysens entre os índices e os semas, começa a se revelar problemática. Causalidade e intencionalidade são difíceis de serem separadas no domínio dos indícios psicológicos. Há pessoas que conseguem corar ou chorar intencionalmente, e talvez até mentir por esses meios não-verbais, sugerindo um estado de alma que não corresponde ao estado psicológico verdadeiro.

O caso (e), do gesto do orador político, é fornecido por

Buysens (ibid.: 29) como exemplo de uma manifestação involuntária de um “efeito” psicológico e, portanto, como um comportamento não psicológico. Neste caso, é, com certeza, muito difícil, senão impossível saber se a causa é mesmo involuntária, traindo a raiva do orador, ou se ela é involuntária mas com origem numa intencionalidade do inconsciente do orador, ou ainda se o gesto é na verdade intencional, fazendo parte de uma retórica encenada pelo político.

Igualmente difícil é decidir se um homem que compra um Mercedes para marcar a sua posição social (f) ou um casal que compra móveis caríssimos para “demonstrar ‘bom gosto’” (g) comunicam ou não. A interpretação de Buysens (ibid.: 31) para esses casos é que neles há intenção, mas, mesmo assim, trata-se de manifestações meramente indiciais. O emissor usa índices com a intenção de que essas manifestações indiciais sejam interpretadas a seu favor, mas, ao mesmo tempo, esse emissor intencional “não quer que o seu comportamento seja considerado como um meio de comunicação: pretende sobretudo que os outros aí vejam uma manifestação espontânea”.

O que falta para ser comunicação na interpretação de Buysens, é portanto a *convencionalidade* dos signos, no segundo sentido deste critério de comunicação, quer dizer, falta a intenção do emissor de que o sinal seja considerado como um sinal (e portanto sema) pelo intérprete. O dândi que compra o Mercedes para impressionar as mulheres não *comunica* com este fato a sua intenção. Pelo contrário, o dândi quer escondê-la, porque ele deseja que este *status symbol* seja reconhecido como algo que pertence naturalmente ao seu meio ambiente social, o *big monde*. O dândi evidentemente prefere esconder a sua intenção de meramente impressionar os outros com a compra deste carro, que talvez até ultrapasse as suas verdadeiras possibilidades financeiras.

No último exemplo da escrita, que diz alguma coisa sobre o caráter do escrevente (h), a comunicação e as manifestações não-

intencionais definitivamente se *misturam*. O ato comunicativo, a comunicação de uma mensagem por carta, é *acompanhada* por uma manifestação não-voluntária e, portanto, de índices. A carta escrita à mão pode ser lida do ponto de vista do conteúdo, que o autor deseja comunicar, mas também como a manifestação de algo que o comunicador transmite sem querer (ibid.: 31-32):

“Nossa escrita tem dupla significação: de um lado, a que lhe imprimimos voluntariamente [...] e que se destina a ser compreendida pelo destinatário de nossas cartas; por outro lado, a que, mau grado nosso, lhe imprimimos, que não aprendemos e é descoberta pelo grafólogo, para quem a mensagem da carta não tem importância. Ambas as significações se manifestam nos mesmos signos gráficos e é só por um trabalho de abstração que separamos a manifestação involuntária da comunicação”.

Na verdade, essa situação de mistura de comunicação e indicação não-comunicativa, no caso da escrita, é a mesma que encontramos no caso dos gestos do orador. O que falta nestes sinais, que acompanham e se misturam com a comunicação – se estas manifestações indiciais são mesmo involuntárias – não é só a intencionalidade do comunicador, mas também a convencionalidade no sentido de um sinal emitido “para que a testemunha reconheça sua destinação” (ibid.: 32).

3. PRIETO: INSTRUMENTALIDADE E INDICAÇÃO NOTIFICATIVA DA COMUNICAÇÃO

Nos elementos da teoria semiótica funcionalista da comunicação de Buysens baseia-se também a semiologia da comunicação do argentino Luís Prieto (1926 – 1996), um dos sucessores de Ferdinand de Saussure na cátedra de linguística geral da universi-

dade de Genebra. Para Prieto, os sinais dos atos de comunicação são instrumentos na vida social. Com Morris, que distingue entre comunicação e semiose, e Buysens, que determina comunicação em oposição a indicação, Prieto opõe a comunicação à indicação não-comunicativa, mas propõe uma definição dos índices mais ampla, introduzindo a categoria do índice notificativo, que indica a comunicação como tal.

3.1. A INSTRUMENTALIDADE DO ATO COMUNICATIVO

Prieto desenvolve uma teoria instrumental da comunicação, que é uma variante do funcionalismo semiológico. Enquanto o funcionalista Buysens fala dos sinais como *meios* e fins, Prieto fala de *instrumentos* de comunicação, usando o termo “instrumento” essencialmente como uma metáfora de “meio”.

Instrumentos em geral têm uma *utilidade*, conferindo ao homem “a possibilidade de agir sobre o mundo externo” (ibid.: 8). Os instrumentos usados em atos de comunicação são os *sinais*, cuja função consiste em transmitir mensagens. A utilidade dos sinais consiste no fato de que eles “permitem ao homem exercer uma influência sobre aquilo que o cerca” e o lugar onde se manifesta a utilidade dos sinais no ato comunicativo é o *significado* da mensagem (PRIETO 1966: 10-11).

Com as suas considerações sobre afinidade entre o sinal e o instrumento, Prieto dá uma interpretação dos processos semiológicos como práticas sociais. Entre atos instrumentais e atos comunicativos, há uma analogia semiótica (PRIETO 1973: 156-57; 1975a: 59-63): Tanto o instrumento da prática cotidiana quanto o signo da comunicação são unidades “bifaciais”. O modelo bifacial do signo é o modelo saussuriano com os dois lados do significante (ou *sinal*) e do significado. O primeiro é o signo na sua forma acústica ou escrita, o segundo é o seu conteúdo, a sua significação. A bifacialidade do instrumento consiste na dualidade entre o

instrumento (mais precisamente: a classe de todos os instrumentos com a mesma utilidade) e a utilidade deste instrumento. A analogia entre o ato comunicativo e o ato instrumental fica expressa no seguinte: enquanto um sinal tem significação, um instrumento tem utilidade, o que sugere que os instrumentos são semelhantes aos signos, tendo sua significação em sua utilidade.

3.2. SEMIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO VS. SEMIOLOGIA DA SIGNIFICAÇÃO

Os atos comunicativos são o tema da *semiologia da comunicação*, que estuda não só as mensagens verbais, mas também os códigos não-lingüísticos tais como os sinais de trânsito, os códigos numéricos de catalogação ou os códigos gestuais. A semiologia da comunicação, em resumo, é “a disciplina, que estuda as estruturas semióticas na sua função de comunicação” (PRIETO 1975a: 12).

Nas características principais da comunicação, Prieto segue Buysens: *intenção* de um emissor, *interpretação* por um receptor, *significação* e *convenção* são os critérios de um ato comunicativo. Os dois últimos critérios se implicam mutuamente: Significação é a “relação que existe entre um índice e o indicado, quando esta relação não é natural, mas instituída por um grupo social” (PRIETO 1975b: 129).

Prieto concorda com Buysens em excluir da semiologia e da ciência da comunicação o estudo de *índices naturais* e *espontâneos*, tal como o ruído que indica chuva ou a palidez que invade o rosto do estudante e que indica ‘não sabe a resposta’. O índice natural ou espontâneo não tem significação, porque sua capacidade de ser índice depende de um dado natural e não social (ibid.: 128).

Apesar disso, o campo semiótico de Prieto não é inteiramente restrito aos atos comunicativos. Neste respeito, Prieto vai além de Buysens em sua semiologia. Ao lado da semiologia da comuni-

cação, ele esboça os fundamentos de uma segunda semiologia, que ele chama de semiologia da conotação (1975a) ou *semiologia da significação* (1975b). Os índices, que a semiologia da significação estuda, são convencionais, “determinados por uma sociedade [...], que estabelece a conexão entre o índice e o indicado” (ibid.: 128), mas eles não são intencionais ou não interpretados como intencionais. Prieto os define como *índices convencionais*, o que implica que eles têm significação. Ele descreve dois tipos de índices desta categoria, *índices falsamente espontâneos* (PRIETO 1975a: 15-16) e *índices convencionais* (1975b: 59-68).

Índices falsamente espontâneos são signos intencionais, que fingem naturalidade ou espontaneidade, por exemplo, a imitação de um acento estrangeiro com a finalidade de parecer estrangeiro ou, entre exemplos de Buysens, o dândi, que anda de Mercedes para impressionar os amigos e amigas, e o casal, que compra móveis caros para exibir bom gosto. Todos eles exemplificam essa categoria de índices. Índices falsamente espontâneos são produzidos de propósito, mas com a intencionalidade de não parecer intencionais.

Os *índices convencionais* são os que estão verdadeiramente no centro da atenção da semiótica da significação. São os signos de uma origem utilitária ou funcional e por isso não-sígnica, que R. Barthes (1964: 44) descreveu como “signos semiológicos” ou *funções-signos*, ou seja, signos que resultam de uma semantização de objetos utilitários ou funcionais, porque “desde que haja sociedade, qualquer uso se converte em signo desse uso” (ibid.). A semantização de um objeto meramente utilitário — tal como uma capa de chuva com a utilidade de proteger da chuva ou uma comida, que serve ao fim da nutrição — ocorre, quando o uso deles indica uma certa cultura, um *life style*, uma situação atmosférica ou uma moda. A semiologia da significação assim definida é a extensão da semiologia da comunicação para o estudo da cultura não comunicativa, mas significativa.

Os *índices intencionais* (um termo que seria contraditório para Buysens) também incluem todos os sinais (sempre intencionais) em atos comunicativos por razões a serem discutidas a seguir. Desta maneira, a semiologia da comunicação está inclusa no campo do estudo da semiologia da significação, pois ambos estudam índices convencionais, enquanto só a semiologia da comunicação estuda os signos convencionais produzidos com uma intenção comunicativa.

3.3. INDICAÇÃO NOTIFICATIVA DA COMUNICAÇÃO

Na teoria de Prieto (1966: 19), o *mecanismo da indicação* é fundamental tanto para a descrição do ato comunicativo quanto para a semiologia em geral, pois um *índice* é um elemento presente em qualquer processo semiótico. Prieto formula duas características do índice: (a) O índice indica algo “outro” (como na definição antiga do *signum*: “*aliquid stat pro aliquo*”), e (b) tanto o índice quanto o fato indicado pertencem a classes de fatos para os quais existem alternativas: “Um fato fornece uma indicação e constitui conseqüentemente um índice, quando da verificação da sua pertença a uma classe determinada se pode deduzir a pertença a uma outra classe determinada” (PRIETO 1975: 15). A cor cinza do céu da véspera, por exemplo, pertence à classe de qualidades de ‘cinza’ que indica a classe de fatos de ‘mau tempo’.

Na interpretação de Prieto, portanto, os sinais comunicativos e os índices não são duas categorias semióticas que se excluem mutuamente. O índice é uma categoria semiótica mais geral, que inclui os sinais da comunicação humana como índices convencionais e intencionais. Assim, cada sinal comunicativo inclui também um índice.

O índice, que se encontra incluído em cada sinal de um ato comunicativo, é um índice deste mesmo ato e do propósito do emissor de comunicar. Prieto (1966: 32) o chama de *indicação notificativa*. Cada mensagem notifica, de uma maneira simplifi-

cada: 'Há aqui um comunicador com o propósito de transmitir uma mensagem, que se refere a uma realidade, que não é a realidade desta situação comunicativa!' A indicação notificativa de uma mensagem é, portanto, uma constante em cada processo comunicativo já inerente nos sinais (PRIETO 1966: 32):

“A 'indicação notificativa' é fornecida pelo sinal pelo simples fato de ser produzido: a produção de um sinal indica ao receptor que o emissor se propõe a transmitir-lhe uma mensagem. O fato de o emissor produzir um sinal constitui, no caso, o índice, e o fato de ele se propor transmitir uma mensagem é a única possibilidade em jogo no plano do indicado que o índice não elimina”.

Nenhum fato pode ser um signo ou um índice sem a possibilidade de uma alternativa e, portanto, uma oposição ao fato em questão. Conforme este princípio estruturalista, Prieto dá uma interpretação ao índice notificativo, que insere este índice, embora podendo indicar só uma única mensagem, num paradigma opositivo entre duas alternativas na vida social (ibid.: 33): A produção de um sinal indica que o comunicador se propõe a transmitir uma mensagem, mas esse fato de produzir já está em oposição a um outro fato, que podia ter ocorrido, o fato de que o emissor podia *não* ter produzido um sinal e uma mensagem. Nesta perspectiva, o índice notificativo faz parte de um paradigma mínimo do qual o emissor e o receptor escolhem uma das opções possíveis.

Os índices notificativos são índices intencionais e reconhecidos como intencionais. A classe dos índices intencionais se constitui “dos fatos que fornecem indicações produzidas explicitamente com a finalidade de fornecê-los e que só alcançam este fim sob a condição de que eles sejam reconhecidos como sendo produzidos para alcançar este fim” (PRIETO 1975a: 16).

Um exemplo de um índice notificativo, que indica uma mensagem como mensagem, é o ato comunicativo no qual um comu-

nicador diz para um ouvinte: “Está chovendo”. Prieto (1975b: 127) observa que a finalidade desta mensagem não é só dar uma indicação ao ouvinte de um fato meteorológico, porque, se fosse só esta indicação do evento indicado, não haveria nenhuma diferença entre a mensagem comunicada e um índice natural da chuva, tal como o ruído da chuva batendo contra a janela. A diferença entre o signo natural e a mensagem está precisamente na indicação da mensagem como mensagem: “Enquanto o ruído da chuva indica que o fenômeno meteorológico tem realmente lugar, a expressão verbal ‘Está chovendo’ indica da sua parte que a pessoa, que produz esta expressão, nos quer fazer saber que chove” (ibid.). É por causa de uma tal indicação da intenção que uma mensagem pode ser mentirosa, enquanto um signo natural não pode mentir (ibid.):

“Se alguém imita, de uma ou outra maneira o ruído da chuva para nos fazer crer que está chovendo, se trata de um índice *falsamente espontâneo*, quer dizer, de um índice intencional, que só fornece a indicação, que a pessoa, que a produz, quer fornecer pelo meio escolhido, sob a condição de que essa indicação apareça como natural. A expressão verbal ‘Está chovendo’, pelo contrário, esteja bom tempo ou mau, indica sempre que aquele, que a produz, informa que está chovendo, e é precisamente por causa disso que, no primeiro caso, se pode dizer que a informação transmitida é uma mentira”.

Em resumo, a indicação notificativa se insere no processo do ato comunicativo desta maneira: um *emissor* usa um *senal* com a intenção de transmitir uma mensagem para um *receptor*. Assim, ele fornece uma indicação a um *receptor*. O receptor percebe que o sinal *indica* o propósito do emissor, e tenta interpretar os sinais como uma mensagem do emissor.

3.4. INDICAÇÃO SIGNIFICATIVA E COMUNICAÇÃO COMO SELEÇÃO

Além da sua indicação notificativa, o sinal dá duas outras in-

dicações, que Prieto (1966: 34, 47) chama de indicação significativa e indicação circunstancial. Na última trata-se das indicações que o contexto situacional da emissão e recepção dá para a interpretação adequada. Tirado do lugar na rua e colocado na parede do quarto de um jovem, um sinal de trânsito perde a sua significação original por falta das indicações circunstanciais.

O aspecto mais importante do ato comunicativo é a sua *indicação significativa*. Numa primeira abordagem, pode-se dizer que o sinal indica a sua significação. O sinal vermelho do semáforo significa (transmite a mensagem) 'Pare'! Mais detalhadamente, Prieto (1966: 34) define: "O sinal indica ao receptor que a mensagem que o emissor se propõe a transmitir-lhe é uma das mensagens que ele admite. Esta indicação chamar-se-á 'indicação significativa' fornecida pelo sinal".

Porém, a indicação significativa de um sinal é mais complexa. O sinal indica a sua mensagem como qualquer significante de um signo indica o seu significado. Desta maneira se estabelece uma relação entre dois planos semióticos ou "universos de discurso", o plano do indicante e o plano do indicado. O primeiro é o *campo semático* (campo dos "semas") e o segundo é o *campo noético* (campo das "idéias", dos significados).

Ao mesmo tempo, o sinal e a mensagem contêm referências (ou indicações) a todos os outros sinais e a todas as outras mensagens que pertencem à mesma classe e, enfim, ao mesmo código, ao qual eles pertencem: "O índice não se refere apenas às possibilidades em jogo no plano do indicado que ele não elimina, mas a todas as possibilidades em jogo neste plano" (ibid.: 37). O caso mais evidente de uma tal indicação do código por um sinal é que a exclamação "Está chovendo!" é uma frase em português, quer dizer, que os sinais pertencem ao código da língua portuguesa.

Além disso, na medida em que o sinal indica o código ao qual ele pertence, ele se refere tanto aos sinais equivalentes quanto aos sinais não equivalentes à mensagem entendida: "Ao fornecer a

indicação significativa, um sinal não se refere apenas às mensagens que ele admite, mas a todas as mensagens, admitidas ou não, que constituem possibilidades em jogo no plano do indicado” (ibid.: 37).

Essa idéia de que um sinal não só indica o que ele significa, mas também o que ele *não* significa entre todas as alternativas que o código apresenta, é essencialmente estruturalista. Para um estruturalista, significação não é só a indicação de um significado por um significante, mas devido à sua oposição implícita com os outros signos do mesmo sistema, o signo também se refere àqueles signos que estão excluídos na intenção do comunicador no momento do ato comunicativo. O sinal do semáforo verde também faz referência ao semáforo vermelho, que é uma das alternativas do código, e a mensagem ‘Prossiga’ do sinal verde também se refere à mensagem ‘Pare!’ do sinal vermelho, porque ‘Prossiga’ também significa ‘Não pare!’

Em resumo, a indicação significativa do sinal é uma indicação do código ao qual ele pertence: “O sinal fornece indicação significativa só por ser membro do campo semântico do código correspondente” (ibid.), e a mensagem só por ser membro do campo noético.

Se a indicação significativa inclui referências a todos os sinais e a todas as mensagens, a comunicação exige *seleção* para ter sucesso, porque, mesmo desconsiderando as mensagens excluídas, já vale o seguinte (ibid.: 18): “A indicação que o receptor recebe do sinal, relativa à mensagem que o emissor tenta transmitir, não basta, evidentemente, para que ele possa atribuir ao sinal uma mensagem determinada: o número de mensagens diferentes admitidas por um sinal é, com efeito, praticamente infinito”.

Seleção, de fato, é um elemento essencial na descrição da comunicação de Prieto. No ato comunicativo, a seleção de uma interpretação se torna possível pelos índices circunstanciais: “Se o receptor consegue [...] selecionar *uma* mensagem determinada

que ele atribui ao sinal, é porque o sinal é sempre produzido em relação a ‘circunstâncias’ determinadas e estas, por sua vez, fornecem ao receptor uma indicação suplementar” (ibid.: 18).

Para o *receptor* da mensagem, seleção significa que ele escolhe uma interpretação do sinal de uma classe de mensagens ou interpretações possíveis, sabendo que a mensagem do emissor admite certas interpretações, mas exclui outras, e considerando várias circunstâncias da emissão da mensagem que restringem a classe das interpretações possíveis: “O receptor reconhece no sinal produzido pelo emissor um membro da classe de sinais formada pelo significante de um sema determinado e, ao mesmo tempo, sabe que a mensagem que se tenta transmitir-lhe pertence à classe de mensagens formada pelo significado correspondente” (ibid.: 50). Também o *emissor* da mensagem está envolvido num processo de seleção, porque também escolhe a mensagem que ele sabe ser membro do significado de um sema.

3.5. SIMETRIA, ASSIMETRIA, SUCESSO E FRACASSO DA COMUNICAÇÃO

Prieto descreve o ato comunicativo em parte como um processo simétrico, em parte como um processo assimétrico. Os processos de seleção do lado do emissor são descritos como um processo em simetria invertida. O emissor começa com a mensagem e prossegue para o sinal, enquanto o receptor vai pelo caminho oposto (ibid.: 51): “Tanto para o emissor quanto para o receptor, a operação final consiste na seleção de um membro entre todos os que compõe uma classe. Entre todos os membros de um significante, o emissor seleciona o sinal que ele produz; entre todos os membros de um significado, o receptor seleciona a mensagem que ele atribui ao sinal”.

O aspecto assimétrico da comunicação aparece na teoria das modalidades das funções comunicativas, que Prieto adota de

Buysens (1967: 30). Prieto (1975b: 126) distingue três tipos de relação social como modalidades comunicativas, informação, injunção e interrogação. *Informação* é uma relação de *fazer saber* entre um comunicador e um receptor, a *injunção* (um imperativo) significa a intenção de um *fazer fazer* da parte do comunicador com respeito ao receptor, e a *interrogação* significa que o comunicador requer uma informação ou injunção de um receptor. À base desta tipologia das modalidades da comunicação, Prieto conclui: “Em todos estes casos se trata de uma relação assimétrica: uma das pessoas envolvidas tem um papel ativo, a outra um papel passivo” (ibid.).

Essa visão da comunicação como um processo assimétrico é evidentemente um ponto fraco na teoria da comunicação de Prieto. Mesmo se não houvesse outras funções comunicativas além de informação, injunção e interrogação, é inadequado ver só o lado unidirecional nestes processos. Descrever os papéis dos participantes como ativo e passivo é negligenciar as influências do receptor às quais o comunicador está sujeito, quando ele antecipa o efeito de sua mensagem sobre o receptor e se deixa assim influenciar por ele no momento da produção de sua mensagem.

Uma visão fundamentalmente assimétrica da comunicação também aparece na teoria do “sucesso ou fracasso do ato sêmico” de Prieto (1966: 50-58). Esta é essencialmente normativa no sentido em que o sucesso de um ato comunicativo é medido em termos da correspondência entre a intenção e a interpretação de uma mensagem, pois “o ato sêmico é sempre bem sucedido, quando a mensagem que o emissor se propõe a transmitir [...] e a mensagem que o receptor atribui ao sinal [...] são uma única e mesma mensagem” (ibid.: 52).

3.6. AUTO-REFERÊNCIA NA COMUNICAÇÃO

Há sobretudo dois elementos na teoria da comunicação de Prieto que vão além dos tempos do estruturalismo e têm relevância para abordagens contemporâneas ao fenômeno da comunica-

ção: a teoria da indicação notificativa da comunicação e a teoria da comunicação como seleção. Ambos os princípios encontram-se numa forma semelhante, embora fundada diferentemente na teoria dos sistemas e teoria de comunicação de Luhmann.

A indicação notificativa da comunicação reflete o aspecto auto-referencial da comunicação, pois o princípio da indicação do ato comunicativo como comunicação é um processo semiótico que faz referência ao processo da comunicação ele mesmo e não à mensagem comunicada.

A oposição entre a indicação notificativa e a indicação significativa da comunicação tem um paralelismo significativo entre os princípios de *auto-referência* e *alo-referência*, que são centrais para a teoria da comunicação de Luhmann (1988, 1995; cf. NÖTH 2001a). Em seu aspecto alo-referencial, a comunicação se refere a algo de *outro*, ela contém *informação* (Luhmann), *significação* ou uma *mensagem* (Prieto). No seu aspecto auto-referencial, a comunicação é indicada como uma relação social e uma expressão verbal com uma realidade diferente daquela que a mensagem indica. O que importa no processo comunicativo é a diferença entre os dois – isso é uma das teses centrais de Luhmann (1988: 11):

“A comunicação é bem sucedida apenas quando os participantes estão conscientes de uma diferença entre comunicação e informação. É isso que distingue a comunicação de uma mera cognição do comportamento dos outros. Quando os participantes estão conscientes da comunicação, eles captam uma diferença entre o valor informacional do conteúdo da mensagem e as razões pelas quais o conteúdo é comunicado. A comunicação pode salientar o seu próprio conteúdo ou os motivos de sua ocorrência, quer dizer, pode dar mais atenção à informação ela mesma, ou ao comportamento expressivo. Mas ela depende sempre de que ambos sejam percebidos como seleção e diferenciados por esta seleção“.

3.7. A DUPLICIDADE DA INDICAÇÃO E O PROCESSO DA SELEÇÃO

O segundo princípio da teoria da comunicação de Prieto de relevância contemporânea está em sua tese de que comunicação é, na sua base, seleção. Resumimos essa tese por meio dos três diagramas (Fig. 3), que Prieto (1966: 26, 28, 33) fornece para a explicação desse princípio.

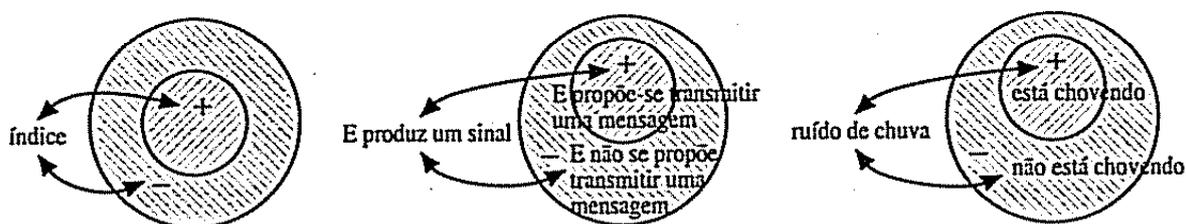


Fig. 3 a, b, c: Interpretação como seleção; a (esquerda): no mecanismo da indicação em geral; b (centro): na indicação notificativa; c (direita), na indicação de um índice natural.

A fig. 3a é o modelo da indicação. Este mostra “o duplo aspecto da indicação” em geral (ibíd.: 25). Qualquer índice indica um universo do discurso constituído, na sua base, de duas possibilidades, que constituem duas classes complementares: “uma das quais, de sinal positivo, é aquela a que *pertence* à possibilidade que se realiza, e a outra, de sinal negativo, é aquela a que *não pertence* a possibilidade que se realiza” (ibid.: 26). A fig. 3b é o modelo desta duplicidade na indicação notificativa. O universo de discurso indicado pela indicação notificativa compõe-se das duas possibilidades de que há ou não há uma intenção do emissor de comunicar. A fig. 3c, finalmente, é o modelo da dualidade indicativa na interpretação de um índice natural.

A teoria da duplicidade da indicação de Prieto tem um paralelo com uma teoria que Luhmann (1988: 15) chama de duplicação da comunicação: esta duplica a realidade. Ela cria duas versões, uma versão “sim” e uma versão “não”, e assim ela obriga a uma

seleção. E é exatamente nesse fato de que alguma coisa tem de acontecer (mesmo que seja uma quebra da comunicação explicitamente comunicada) que reside a autopoiese do sistema, isto é, sua autonomia em relação ao ambiente, que garante a sua própria continuidade. A focalização para a alternativa da aceitação ou rejeição não é outra coisa senão a autopoiese da própria comunicação.

Apesar das semelhanças, a interpretação de Luhmann também deixa aparecer diferenças fundamentais. Para o estruturalista, a duplicidade da indicação constitui essencialmente um “jogo de diferenças” ao qual o receptor está sujeito de uma maneira mais ou menos passiva e certamente não autopoietica. Isto porque a decisão entre as alternativas no plano do indicado se baseia outra vez em índices, quer dizer, nos índices circunstanciais. Para o teórico dos sistemas, a duplicidade básica da comunicação envolve uma rejeição ou uma aceitação da informação (ibid.: 14): “A comunicação radicaliza a questão relativa à a informação comunicada ser aceita ou rejeitada. As pessoas acreditam numa mensagem ou não. A comunicação cria só essa alternativa em primeiro lugar e com ela o risco de uma rejeição. Ela cria a obrigação para uma situação de decisão, que não existiria sem comunicação”.

4. GREIMAS: COMUNICAÇÃO COMO ENUNCIÇÃO

A semiótica discursiva de Algirdas Greimas (1917-1992) trata do tema da comunicação no contexto da teoria da *enunciação*. Em vez da cadeia comunicativa “emissor – mensagem – receptor”, Greimas reflete sobre o papel do sujeito discursivo e sobre o processo da enunciação de um discurso que um destinador produz para um destinatário. As fontes principais da teoria da enunciação na semiótica de Greimas são Greimas (1976) e Greimas e Courtés (1979). Um panorama dos elementos e processos podem ser encontrados em Barros (1988, 1990) e Lonzano et al. (2002).

4.1. COMUNICAÇÃO E O FAZER COMUNICATIVO

Greimas rejeita os modelos da comunicação e da informação nos quais Jakobson e outros se baseiam por considerá-los pseudo-científicos, superficiais, “mecanicistas e não-dinâmicos” (Greimas e Courtés 1979: 114). Numa crítica devastadora do esquema da cadeia de comunicação “do emissor e do receptor entre os quais se situam os canais de transmissão e os códigos”, Greimas (1976: 36-37) conclui: “Não adianta multiplicar as instâncias da comunicação num quadro elegante, inserindo-as lindamente em círculos ou quadrados, nem mesmo desenhar inúmeras flechas indicando outros tantos percursos e circuitos propostos; o esquema assim obtido não passa de um sumário visualizado dos problemas a resolver”.

Na terminologia greimasiana, o conceito de *comunicação* aparece às vezes numa forma mais estrita do que em outras teorias da comunicação. Por exemplo, Greimas & Courtés (1979: 67) opõem *comunicação* como a transmissão de um saber informativo à *manipulação* como a transmissão persuasiva de um saber. Porém, nesta apresentação da comunicação na semiótica de Greimas, não trataremos de comunicação neste sentido restrito, mas no sentido mais amplo, que inclui o uso persuasivo das mensagens.

Greimas restringe o tema da comunicação no quadro de sua semiótica. Para ele, o específico dos atos comunicativos revela-se no quadro de uma teoria da ação, cujo fundamento está na distinção entre duas dimensões semióticas e duas modalidades de fazer: o *fazer operatório* ou a atividade de *produção*, que pertence à dimensão pragmática, e o *fazer manipulativo*, que pertence à dimensão cognitiva da semiótica discursiva. Enquanto uma *operação* é um “fazer-ser”, quer dizer, uma “ação do homem sobre as coisas”, uma *manipulação* é um “fazer-fazer”, quer dizer, uma “ação do homem sobre outros homens” (GREIMAS e COURTÉS 1979: 52-55, 269, 316, 351).

O *fazer comunicativo* pertence à dimensão *cognitiva* da

semiótica discursiva, sendo “um *fazer saber*, isto é, um fazer cujo objeto-valor a ser conjugado ao destinatário é um saber” (ibid.: 179) ou o “fazer da transmissão do objeto de saber” (ibid.: 53). Comunicação é, portanto, uma das formas da “articulação do saber”, que se manifesta em formas tais como “produção, manipulação, organização, recepção, assunção, etc.” (ibid.: 52). Numa tipologia das ações comunicativas, Greimas e Courtés (ibid.: 53, 143, 236, 371) distinguem entre o fazer informativo, o fazer persuasivo e o fazer interpretativo.

O *fazer informativo* consiste numa “simples transferência do objeto-saber” do destinador para o destinatário. O enunciado é um enunciado modalizado apenas pelo modo da afirmação. Trata-se de uma comunicação “em estado (teoricamente) puro” (ibid.: 179). A atividade do destinador neste *fazer informativo* é um *fazer emissor*. A atividade do destinatário consiste num *fazer receptor*, que pode ser *ativo* ou *passivo*. Um destinatário ativo “escuta” ou “vê”, um destinatário passivo “ouve” ou “olha”.

Enquanto o discurso informativo tem um caráter neutro, não-modalizado, os *fazer persuasivos e interpretativos* modalizam a comunicação do objeto-saber por modalidades tais como *dever*, *poder*, *querer* ou *saber*. O *fazer persuasivo* “consiste na convocação, pelo enunciador, de todo tipo de modalidades com vistas a aceitar, pelo enunciatário, o contrato enunciativo proposto e tornar, assim, eficaz a comunicação” (ibid.: 333). O *fazer interpretativo* caracteriza a atividade do enunciatário, que “convoca as modalidades necessárias à aceitação das propostas-contratuais que ele recebe” (ibid.: 241).

4.2. O SUJEITO DA COMUNICAÇÃO E INTENCIONALIDADE COMUNICATIVA

O *sujeito* ou *actante* envolvido num fazer comunicativo é o *sujeito discursivo* (ibid.: 446), que é tanto um sujeito lingüístico,

que se define, no sentido de Benveniste (1966), através da sua própria fala, quanto um sujeito polifônico, que fala, no sentido de Bakhtine, numa multiplicidade de vozes, assumindo vários papéis discursivos ao mesmo tempo ou no decorrer do texto. Ao contrário do princípio da *unicidade do sujeito*, que se manifestaria num emissor unicamente responsável por todas as enunciações da mensagem, a semiótica discursiva parte do princípio da *heterogeneidade enunciativa*, conforme o qual “o emissor de um enunciado põe em cena um ou mais enunciadores, que são vozes a quem se creditam as representações copresentes no enunciado, sem que se lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não” (Pinto 1994: 17-19).

Para um sujeito cuja unicidade é posta em questão, o critério da *intenção* do comunicador deve ser igualmente repensado, e, de fato, a semiótica discursiva se baseia numa teoria da intencionalidade, que rejeita a idéia da intenção comunicativa como finalidade de um sujeito consciente no ato da comunicação. O problema da noção tradicional de intenção é que ela “reduz a significação a uma única dimensão consciente” e se torna então “criticável na medida em que a comunicação é encarada ao mesmo tempo como um ato voluntário – o que certamente ela nem sempre é – e como um ato consciente – o que depende de uma concepção psicológica, demasiadamente simplicista do homem” (GREIMAS e COURTÉS 1979: 147, 238).

O conceito de intencionalidade, no qual a teoria semiótica do discurso se baseia, é de origem fenomenológica e tem as suas raízes na teoria greimasiana do sentido. *Sentido*, numa perspectiva fenomenológica, manifesta-se numa intencionalidade do sujeito num trajeto a percorrer até ao seu ponto de chegada (Greimas 1970: 63). *Intencionalidade*, nesta trajetória, manifesta-se numa “‘visada do mundo’, numa relação orientada, transitiva, graças à qual o sujeito constrói o mundo enquanto objeto” (GREIMAS e COURTÉS 1979: 147).

O trajeto do sujeito da comunicação é o trajeto que se desenrola no processo discursivo. O ponto de partida está na virtualidade inicial das estruturas, e o ponto de chegada, na realização final do discurso. A *intencionalidade*, neste processo, manifesta-se então numa “tensão entre dois modos de existência, a virtualidade e a realização, como uma relação orientada, transitiva, entre o sujeito e o objeto” (Barros 1988: 44).

4.3. COMUNICAÇÃO FÁTICA

Comunicação, para Greimas e Courtés (1979: 181), tem um fundamento naquilo que Malinowski chamava de *comunhão fática*, quer dizer, numa situação de interação social não baseada em informação nem em manipulação, mas num fazer comunicativo, que não procura outra coisa senão estabelecer e manter o contato comunicativo com o outro e que pode manifestar-se num mero “falar de tudo e de nada”. Para Jakobson, uma tal situação demonstra a predominância da *função fática*, que é uma das suas seis funções da comunicação. Greimas considera o fático não como uma função entre outras, mas como um fator fundamental e onipresente nos processos comunicativos. Em vez de *função*, Greimas fala de uma *intenção fática* onipresente no fundamento da comunicação. A intenção fática “funda a comunicação, e o *ato fático* deve ser considerado primeiramente como um ato somático, comparável aos gestos de acolhida e de boas vindas” (ibid.).

A intenção fática funda um dos contratos que estabelecem a comunicação. Como qualquer contrato, o ato fático estabelece uma relação intersubjetiva e “tem por efeito modificar o estatuto de cada um dos sujeitos em presença” (ibid.: 84). Sendo uma tomada de contato, o contrato fático é um pressuposto da comunicação como tal e ao mesmo tempo deixa efeitos durante o processo comunicativo, que Greimas e Courtés (ibid.) descrevem assim:

“Essa ‘comunicação fática’ constitui a preliminar subentendida a toda comunicação e parece feita ao mesmo tempo de uma tensão (expectativa benevolente ou desconfiada) e de uma distensão (que é como que a sua resposta). O fato é que o estabelecimento da estrutura intersubjetiva é, ao mesmo tempo, de um lado, uma abertura sobre o futuro e sobre as possibilidades da ação, e do outro, uma coerção que limita de uma certa forma a liberdade de cada um dos dois sujeitos. Propomos se designe com o nome de *contrato implícito* esse conjunto de preliminares que fundamenta a estrutura intersubjetiva”.

4.4. OS ACTANTES NO PROCESSO COMUNICATIVO

Os papéis principais na cena da enunciação são desempenhados pelo *destinador* e pelo *destinatário*. Os termos, adotados de Jakobson, são equivalentes aos termos *emissor* e *receptor* da teoria da comunicação, cuja abordagem “mecanicista” Greimas rejeita para substituí-la por um “ponto de vista mais ‘humanizante’” (GREIMAS e COURTÉS 1979: 143). O destinador e o destinatário são as instâncias em atos comunicativos em geral, verbais ou não-verbais. No caso mais particular da comunicação verbal, o destinador é o *enunciador* e o destinatário é o *enunciatário*. O termo *sujeito da enunciação* não é um sinônimo de *enunciador*, mas cobre as duas instâncias actanciais da comunicação, o enunciador e o enunciatário (ibid.: 150). O resultado do processo da enunciação por um enunciador é o *enunciado*.

As estruturas do enunciado são marcadas por índices de uma *intenção fática*, tais como os pronomes *eu* e *tu*, e dêiticos, que parecem indicar de uma maneira indireta a presença da pessoa que produz o enunciado, o *aqui* e o *agora* da sua enunciação e a pessoa para a qual o enunciação se dirige. Portanto, essa indicação da presença dos sujeitos da enunciação é em verdade um mero simulacro, conforme Greimas e Courtés (1979: 95), pois o verda-

deiro enunciador e o enunciatário ficam sempre invisíveis, sendo uma instância meramente implícita:

“O sujeito da enunciação, responsável pela produção do enunciado, fica sempre implícito e pressuposto, de que ele nunca é manifestado no interior do discurso enunciado (nenhum ‘eu’ encontrado no discurso pode ser considerado como sujeito da enunciação propriamente dita nem identificado com ele: de nada mais se trata nesse caso do que de um simulacro da enunciação, isto é, de uma enunciação enunciada ou relatada)”.

O *eu* do enunciado não pode ser o *eu* que deixa as suas marcas no enunciado, porque o sujeito, num primeiro passo da enunciação, precisa “disjuntar-se da enunciação para projetar no enunciado um *não-eu*” (ibid.). O sujeito da enunciação não é o *sujeito empírico*, que produz a enunciação, porque o sujeito da enunciação pertence a um nível mais profundo da enunciação, sendo uma construção discursiva e lógica responsável pelo texto, mas também construído por ele (cf. LOZANO et al. 2002: 130).

As instâncias que se manifestam pelos pronomes *eu* e *tu* no enunciado são em verdade instâncias às quais o sujeito do discurso delegou ou transferiu a competência enunciativa. Por meio de uma tal *delegação enunciativa* (ibid.: 104), o sujeito enunciativo consegue distanciar-se do ou identificar-se com o conteúdo do enunciado de várias maneiras, deixando outros falarem com uma voz mais distanciada, irônica, auto-crítica, objetiva, parcial, engajada ou subjetiva.

Uma das delegações prototípicas é a delegação da competência para o *eu* de um *narrador*, que pressupõe ou deixa aparecer no *tu* (ou *caro leitor*) do discurso um *narratário*. Um outro “simulacro”, que resulta de uma segunda delegação de competência enunciativa, é a díade do *interlocutor* e do *interlocutário*, que representam a comunicação de dois interlocutores num diálogo reproduzido dentro do discurso.

Em resumo, a polifonia comunicativa, que se manifesta num discurso, com uma dupla delegação da competência enunciativa para um narrador e dois interlocutores, apresenta-se, portanto, no quadro seguinte (cf. BARROS 1990: 57):

Enunciador – {Narrador – [Interlocutor – (Enunciado) – Interlocutário] – Narratário} – Enunciatário

Isto é: primeiro um enunciador (que pressupõe um enunciatário) delega a enunciação para um narrador, que pressupõe um narratário e toma a palavra com se fosse um sujeito enunciativo. De vez em quando, o narrador também sai da cena enunciativa e deixa outras pessoas falarem num diálogo, que parece ter novos sujeitos enunciativos, mas no qual o enunciador é o simulacro do narrado, que, da sua parte, é um mero delegado do enunciador discursivo.

4.5. SIMETRIAS E ASSIMETRIAS DA COMUNICAÇÃO

Entre o enunciador e o enunciatário da comunicação, há uma simetria no sentido em que o enunciatário não é apenas um recipiente passivo da mensagem do destinador, “mas também sujeito produtor do discurso, por ser a ‘leitura’ um ato de linguagem (um ato de significar) da mesma maneira que a produção do discurso propriamente dito” (GREIMAS e COURTÉS 1979: 150). Uma das críticas desses autores (ibid.: 143) aos modelos da teoria da comunicação dirige-se justamente contra a negligência desta simetria: “Enquanto na teoria da comunicação o emissor representa uma posição vazia [...] o destinador [na semiótica] é um sujeito dotado de uma competência particular” (ibid.: 143).

As simetrias entre as duas instâncias do discurso também aparecem nas complementaridades dos actantes da comunicação (*destinador/destinatário, narrador/narratário, interlocutor/interlocutário*) e nos fazeres cognitivos, por exemplo, o fazer manipulativo pressupõe a complementaridade entre um *destinador-*

manipulador e um *destinatário-manipulado*, o *fazer informativo* pressupõe um *fazer emissor* e um *fazer receptor* e o *fazer persuasivo* é complementar com o *fazer interpretativo*.

Do outro lado, aparecem assimetrias nas duas instâncias da comunicação, que se manifestam em diferenças lógicas e diferenças do saber e do poder. A assimetria lógica entre as duas instâncias actanciais consiste na pressuposição unilateral, que existe entre o destinador e o destinatário. Não há destinatário sem destinador. O destinador é o termo pressuposto desta relação lógica, enquanto o destinatário é o termo pressuponente (ibid.: 114). A assimetria do saber nos estatutos dos sujeitos do discurso é também uma assimetria do poder (ibid. : 299):

“O destinador – quer seja manipulador, encarregado de transformar, por sua conta, o destinatário em um sujeito competente, quer seja julgador, que estabelece o poder justo e o saber verdadeiro – exerce um fazer factitivo que o situa em uma posição hierarquicamente superior em relação ao destinatário. Mas isso não é suficiente para defini-lo. [...] Mais que o poder em exercício, é o poder pré-estabelecido que caracteriza o estatuto hierárquico do destinador”.

A semiótica discursiva tem uma visão da comunicação que implica uma assimetria fundamental. Essa assimetria aparece na definição do fazer comunicativo como um fazer manipulativo. *Manipulação*, definida como um *fazer-saber* e como “ação do homem sobre outros homens, visando a fazê-los executar um programa dado” (ibid.: 269), implica um *destinador-manipulador*, que “impele o destinatário-manipulado a uma posição de falta de liberdade (*não poder não fazer*), a ponto de ser este obrigado a aceitar o contrato proposto” (ibid.: 270). Neste cenário de um processo cuja origem é um comunicador poderoso, o papel do destinatário-sujeito, embora não seja passivo mas exercendo a sua competência discursiva, está inscrito nas modalidades da enunciação: “Se este, por exemplo, conjugar ao *não poder não fazer* um *dever-*

fazer, tem-se a provocação ou a intimidação; se ele lhe conjugar um *querer-fazer*, ter-se-á então sedução ou tentação” (ibid.: 270).

4.6. COMUNICAÇÃO COMO CONTRATO E TROCA DE VALORES

A relação entre o enunciador e o enunciatário tem, em vários aspectos, o caráter de um contrato. Além do *contrato implícito* fundamental, discutido acima, comunicação pressupõe um *contrato enunciativo*, que precisa ser aceito pelo destinatário e mantido pelo destinador (GREIMAS 1976: 16-17). O enunciador tem de levar em consideração a *transmissibilidade* do discurso e precisa escolher um nível de *inteligibilidade* da enunciação, que corresponde à competência semântica e discursiva do enunciatário. Desta maneira, não só o enunciador, mas também o enunciatário é onipresente no discurso como um sujeito implícito da enunciação. O enunciador de um texto científico, que usa uma terminologia especializada, restringe a inteligibilidade do seu discurso a leitores cuja competência situa-se nessa área de saber especializado. O nível do enunciatário tem de ser previsto pelo enunciador. Na construção de um discurso que deixa assim aparecer a presença do enunciatário, o enunciador também *constrói* o enunciatário.

Um contrato mais específico entre o enunciador e o enunciatário é o *contrato fiduciário* (GREIMAS e COURTÉS 1979: 85-86, 184). O seu fundamento geral é o cenário da comunicação como uma transferência, uma *troca diferida* de valores, que cria uma tensão entre a confiança do credor do valor e a obrigação do devedor. Num tal cenário, os dois participantes da troca precisam ser “assegurados do ‘valor’ do valor do objeto a ser recebido em contrapartida” (ibid.). Na interação entre as duas instâncias da comunicação, esse pressuposto da troca de valores semióticos se manifesta na forma de uma crença ou confiança que baseia a interpretação do destinatário e de um fazer-creer do lado do destinador, que determina os valores a serem transmitidos.

As manifestações mais evidentes do contrato fiduciário aparecem no discurso persuasivo, mas o contrato fiduciário também pode basear-se numa *evidência*, que cria uma certeza imediata e não exige nenhum fazer interpretativo. O que é evidente não precisa de apoio retórico.

Os efeitos do contrato fiduciário aparecem sobretudo no *percurso da manipulação*, que descreve o fazer persuasivo do destinador desde a sua proposição do contrato fiduciário e na aceitação (ou recusa) dos valores propostos pelo manipulador no fazer interpretativo do destinatário-manipulado, que tem a opção de rejeitar o contrato proposto e não participar no processo comunicativo. Por causa disso, o destinador-manipulador busca a “adesão” do destinatário e visa a um fazer interpretativo que se baseie num *crer* do sujeito e no *fazer-crer* e *fazer-saber* do manipulador.

O contrato fiduciário é um *contrato de veridicção* (ou um *contrato enunciativo*), “se o objeto do fazer persuasivo é a veridicção (o dizer-verdadeiro) do enunciador”. Neste caso, “o contra-objeto, cuja obtenção é esperada, consiste em um *crer-verdadeiro* que o enunciatário atribui ao estatuto do discurso-enunciado” (ibid.: 184).

O percurso da manipulação é seguido pelo *percurso da sanção*, que encerra o fazer manipulativo. O que interessa do ponto de vista da comunicação é a sanção pragmática. Neste percurso, o destinador assume o papel de um *destinador-julgador*, que julga a “conformidade dos comportamentos” em relação ao sistema de valores e verifica se o sujeito da enunciação cumpriu os compromissos assumidos no contrato inicial. Em seguida, o destinatário retribui a sua contrapartida nessa troca de valores na forma de uma recompensa ou uma punição do destinador (ibid.: 389).

4.7. A BASE POLÊMICA DA COMUNICAÇÃO

O contrato fiduciário entre o enunciador e o enunciatário não

garante que a relação entre os dois sujeitos seja necessariamente positiva, não exibindo outra coisa senão a pura harmonia. A possibilidade oposta também tem de ser levada em consideração. O lado negativo da relação comunicativa é o conflito e a “estrutura polêmica”, resultante de rupturas sociais. As estruturas polêmicas são, portanto, “constitutivas do pólo oposto das estruturas contratuais (*strictu sensu*), sendo, aliás, que os dois tipos fazem parte de uma mesma organização contratual da intersubjetividade” (ibid.: 85).

Assim, o positivo e o negativo são também os dois pólos de uma oposição que caracteriza o espectro das atitudes dos participantes da comunicação. Greimas e Courtés chamam estas atitudes de “competências modais enunciativas” e definem o pólo positivo como a “estrutura contratual ‘benevolente’” e o pólo negativo como a “estrutura polêmica coercitiva” (ibid.: 341). No pólo positivo há, por exemplo, situações comunicativas baseadas num acordo mútuo ou em obediência; no pólo negativo, há situações tal como provocação ou chantagem.

Apesar da estrutura polêmica constituir só um dos dois pólos opostos do espectro das competências modais enunciativas, a semiótica discursiva vê no polêmico um princípio fundamental na comunicação em geral, pois “a atividade humana, concebida sob a forma de defrontações, caracteriza, em larga medida, o imaginário humano” (ibid.). Desta maneira, o cenário da estrutura polêmica, que é o cenário da oposição entre um sujeito e um anti-sujeito, visando a um mesmo objeto-valor, caracteriza também a relação entre o destinador e o destinatário (ibid.: 299):

“Essa estrutura conflituosa é, finalmente, apenas um dos pólos extremos – sendo o outro e estrutura contratual – da defrontação que caracteriza toda comunicação humana: a troca mais pacífica implica o confronto de dois querer contrários, e o combate inscreve-se no quadro de uma rede de convenções tácitas. O discurso narrativo aparece, então, como lugar das representações figurativas das diferentes formas da comunicação humana, feita de tensões e de retornos ao equilíbrio”.

4.8. COMUNICAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DE SIMULACROS

Apesar do contrato fiduciário, que controla os valores da comunicação, e do contrato de veridicção, que controla se o discurso persuasivo pode ser considerado verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto, o modelo da comunicação da teoria discursiva não é um modelo que se interessa “pela transmissão correta das mensagens nem pela conformidade da mensagem recebida em relação [...] ao seu referente” (ibid.: 485).

A questão da verdade do discurso não se pode colocar como um problema da relação entre os signos e o mundo designado por eles, porque a semiótica discursiva se baseia no dogma estruturalista que “exclui qualquer relação [dos signos] com um referente externo” (ibid.). Como o discurso não pode ter um objeto fora do discurso mesmo, “a teoria saussuriana forçou a semiótica a inscrever entre suas preocupações, não o problema da verdade, mas o do dizer-verdadeiro, da veridicção” (ibid.).

Se a verdade do discurso é então inteiramente um assunto “no interior do discurso enunciado” (ibid.: 486), uma questão de um discurso não controlado por um mundo além dos discursos, e se o que importa é meramente “a inscrição (e leitura) das marcas da veridicção, graças às quais o discurso-enunciado se *ostenta* como verdadeiro” (ibid.: 486), o discurso, ao fim e ao cabo, “constrói a sua própria verdade” (Barros 1988: 94), e, em consequência, a comunicação se revela como uma produção de simulacros. De fato, essa impressão de que o discurso tem de ser visto como simulacro alimenta-se na terminologia do metadiscurso da semiótica discursiva em muitos lugares. O comunicador vira *manipulador*, e em vez de um *ser*, o discurso trata mais de um *crer* ou de um *parecer*, e em vez de referência, trata da “criação de ilusões referenciais [...] para produzir efeitos de sentido ‘verdade’”. Para o enunciador e o enunciatário de um discurso, que se revela como um tal simulacro, a conexão do discurso com o mundo é então um assunto de um mero parecer (ibid.: 487):

“Em decorrência de não ser mais considerado como a representação de uma verdade que lhe seria exterior, o discurso não pode mais contentar-se com a simples inscrição das marcas da veridicção. A “verdade”, para ser dita e assumida, tem de deslocar-se em direção às instâncias do enunciador e do enunciatário. Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido “verdade”: desse ponto de vista, a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um *fazer parecer verdadeiro*”.

Numa mensagem assim construída como um simulacro, então, não se pode mais achar *sentido*, mas meramente *efeitos de sentido*: “O enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas constrói discursos que criam efeitos de sentido de verdade [...], que *parecem verdadeiros*. O *parecer verdadeiro* é interpretado como *ser verdadeiro*, a partir do contrato de veridicção assumido”, é o resumo de Barros (1988: 94).

Desta maneira, o discurso não se situa numa realidade, mas meramente numa “impressão de realidade produzida pelos nossos sentidos”. Não há sentido no discurso, mas só “efeito de sentido” (GREIMAS e COURTÉS 1979: 136). Surpreendendo aqueles que conhecem a definição original de *semiose* daquele que criou este conceito (a saber, C. S. Peirce), Greimas e Courtés (ibid.: 137) chegam à conclusão de que “o efeito de sentido corresponde à semiose, ato situado no nível da enunciação, e à sua manifestação que é o enunciado-discurso”. Semiose e, com ela, o processo discursivo situam-se, portanto, mais uma vez, no nível do fazer do destinador e do destinatário no processo da comunicação.

CAPÍTULO 4

MODELOS DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO NA SEMIÓTICA

As teorias semióticas da comunicação que ficaram mais conhecidas, provavelmente devido à grande penetração das obras de Umberto Eco mundo afora, são aquelas que tomaram por base o modelo informacional da comunicação de Shannon e Weaver (1949), adaptando-o à complexidade da comunicação humana. É a estas teorias que o presente capítulo está dedicado.

1. JAKOBSON E AS FUNÇÕES DA COMUNICAÇÃO

Na semiótica de Roman Jakobson (1896–1982), há três assuntos de relevância para o estudo da comunicação: a contextualização da semiótica no quadro da ciência da comunicação, a influência dos modelos de comunicação da cibernética e da teoria da informação e a teoria das funções comunicativas.

1.1. COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

A relação entre a ciência da comunicação, a semiótica e a lingüística é um dos assuntos recorrentes em Jakobson (1970a, b;

HOLENSTEIN 1974: 187-192). De acordo com Jakobson (1970b: 25), a ciência da comunicação é o quadro mais geral no qual a semiótica e a lingüística se inserem como setores mais específicos, como se pode ver na citação a seguir:

“Três ciências integradas abarcam uma à outra e apresentam três graus progressivamente crescentes de generalização: (a) o estudo em comunicação de mensagens verbais = lingüística, (b) o estudo da comunicação de mensagens = a semiótica (mensagens verbais implícitas), (c) o estudo da comunicação = a antropologia social juntamente com economia (comunicação de mensagens implícitas)”.

No centro do campo de estudos da comunicação encontra-se a linguagem verbal como o sistema de comunicação predominante e semioticamente mais potente da vida social e da cultura humana. A próxima ciência mais geral na área de comunicação é a semiótica, que inclui a lingüística como um dos seus ramos e estende o campo de pesquisa para os signos não-verbais. A área seguinte, mais abrangente, a ciência geral da comunicação, inclui tanto a lingüística quanto a semiótica e estende o espectro de estudos para as ciências sociais. Inspirado pela antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, Jakobson distingue três níveis de comunicação social: (a) comunicação por mensagens (o assunto da lingüística e da semiótica), (b) comunicação na forma de troca de bens e de serviços (o assunto da economia) e (c) comunicação na forma dos parceiros sexuais (o assunto dos estudos sobre o parentesco e o matrimônio na antropologia social).

Todos esses campos de pesquisa em comunicação se encontram incluídos numa outra ciência, que estuda processos de comunicação de um ponto de vista ainda mais fundamental – a biologia. Nessa “ciência da vida que abarca a totalidade do mundo orgânico, as diferentes espécies de comunicação humana tornam-se mera seção de um campo de estudo bem mais vasto, [...] que

pode ser intitulado: ‘meios e formas de comunicação usados pelos múltiplos seres vivos’”, diz Jakobson (1970a: 33). Além da comunicação dos animais, o código genético é um dos temas principais nesta área mais ampla de pesquisa em comunicação.

O conceito de comunicação, que é o objeto de estudo de uma área assim delimitada, é evidentemente muito mais amplo do que aquele que a tradição semiótica de Morris, Buyssens ou Prieto descreveu. Não se trata mais só da produção e recepção de sinais intencionais e convencionais entre um emissor e um receptor, mas do processo de semiose em geral. Jakobson (1970b: 21) sublinha a necessidade de uma concepção de comunicação muito mais ampla, que não se restringe só à *comunicação interpessoal*, mas inclui também a *comunicação intrapessoal*; por exemplo, a “fala interior, penetrantemente concebida por Peirce como um ‘diálogo interno’ [...que] serve de conexão com o passado e o futuro da pessoa [self]”.

Em verdade, a extensão do campo dos estudos de comunicação, assim esboçada por Jakobson, na década de 1960, não veio se realizar nos quadros de uma ciência chamada de *comunicação*, mas no quadro de uma *semiótica* geral e aplicada, sobretudo na *sociosemiótica*, que estuda o intercâmbio dos valores sociais e econômicos como processos de semiose, e na *biossemiótica*, que estuda os processos de semiose intra e inter-organísmicos (cf. NÖTH, no prelo).

1.2. O MODELO DOS “ENGENHEIROS DA COMUNICAÇÃO” E O PARADIGMA DA TEORIA DA INFORMAÇÃO

A teoria matemática da informação e a teoria da comunicação da primeira cibernética dos “engenheiros da comunicação”, C. E. Shannon, W. Weaver, N. Wiener e R. M. Fano, dos anos 1950 e 1960, forneceram os elementos principais do modelo de comunicação que R. Jakobson (1953: 18; 1961) desenvolveu nos anos

1950 e cuja terminologia predominou na semiótica e lingüística da comunicação das décadas seguintes. A abordagem pretendia ser interdisciplinar: “Os lingüistas têm muito a aprender da teoria da comunicação”, declara Jakobson (1953: 19), visto que “as coincidências e convergências são notáveis entre as etapas mais recentes da análise lingüística e a abordagem da linguagem na teoria matemática da comunicação” (1961: 73).

Em sua descrição do processo comunicativo, Jakobson (1953: 19, 23) segue os modelos dos “engenheiros” e dos criptanalistas norte-americanos da segunda guerra mundial, que tinham a tarefa de decifrar as mensagens secretas dos japoneses, das quais eles não eram destinatários:

“Analisemos os fatores fundamentais da comunicação lingüística: qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema [*topic*] da mensagem e o código utilizado. [...] Um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O decodificador recebe uma mensagem. Conhece o código. A mensagem é nova para ele e, por via do código, ele a interpreta. [...] É a partir do código que o receptor compreende a mensagem. [...] O decodificador é um destinatário virtual da mensagem”.

Nesta descrição de 1953, que é essencialmente um resumo dos elementos da cadeia comunicativa de Shannon e Weaver de 1949, Jakobson não só introduz o vocabulário básico para a abordagem da comunicação no quadro da lingüística e semiótica nas décadas seguintes, mas também faz uma referência breve a um outro paradigma predominante na teoria da comunicação durante muito tempo, a teoria matemática da comunicação ou *teoria da informação*, formulando elementos da teoria dos códigos, que iria receber uma elaboração mais detalhada na semiótica de Umberto Eco.

É a observação sobre a novidade da mensagem que a teoria da

informação tem em mira. No quadro desta teoria, o valor informacional de uma mensagem é calculado em termos do que é novo, não esperado, imprevisto no horizonte cognitivo do receptor. O cálculo é o das probabilidades: o improvável é o novo, o provável é redundante numa mensagem transmitida. Neste contexto, a informação de uma mensagem se define “como o número mínimo de decisões binárias que permitam ao receptor reconstruir aquilo que precisa extrair da mensagem, com base nos dados já à sua disposição” (1961: 74).

O paradigma da teoria da informação também trouxe o pensamento binário e a abordagem às estruturas e sistemas em termos de decisões binárias: “A descoberta progressiva [...] de um princípio dicotômico, que está na base de todo o sistema dos traços distintivos da linguagem, foi corroborada pelo fato de os engenheiros de comunicações empregarem signos binários (*binary digits* ou *bits*) como uma unidade de medida” (ibid.).

1.3. A TEORIA DOS CÓDIGOS E DA CODIFICAÇÃO

O *código*, para Jakobson, é um sistema de legi-signos, estabelecido por convenções e leis, que torna a comunicação possível. A linguagem é um código (ibid.: 77):

“Os interlocutores pertencentes à mesma comunidade lingüística podem ser definidos como os usuários efetivos de um único e mesmo código lingüístico, que compreende os mesmos legi-signos. Um código comum é o seu instrumento de comunicação, que fundamenta e possibilita efetivamente a troca de mensagens”.

A teoria jakobsoniana do código se opõe a uma visão estática dos sistemas semióticos, pois “a linguagem nunca é monolítica; seu código total inclui um conjunto de subcódigos” (ibid.: 79). O

código da linguagem verbal não é um repertório fechado de elementos de escolha para uma mensagem, mas “um *código conversível* com todas as flutuações de subcódigo para subcódigo e todas as mudanças que sofre continuamente” (ibid.).

Com Colin Cherry (1957: 29), Jakobson (1961: 76) define o processo da codificação em termos dinâmicos como “uma ‘transformação convencional, habitualmente reversível de termo a termo’, por meio da qual um dado conjunto de unidades de informação se converte em outros”. O código “combina o *signans* (significante) com o *signatum* (significado) e este com aquele” e os processos de codificação e de decodificação exibem a direção inversa, a codificação do significado ao significante e a decodificação do significante ao significado” (ibid.: 76, 80). Apesar da simetria e da complementaridade entre os dois processos, a codificação e a decodificação não são processos inteiramente independentes um do outro, porque já no momento da codificação de uma mensagem verbal por um falante ocorre uma *realimentação (feedback)*, entre a fala e a audição, pela qual o input dos sinais é influenciado e modificado conforme o resultado do *output* (ibid.: 81).

A dinâmica das codificações no processo de comunicação se manifesta finalmente também em processos de *recodificação*, “da passagem de um código a outro (*code switching*), em suma, nos variados aspectos de tradução” (ibid.: 82).

1.4. A TEORIA DAS FUNÇÕES COMUNICATIVAS

Esta teoria contextualiza-se na tradição do funcionalismo semiótico e se baseia na tese de que comunicação é um instrumento que serve a várias finalidades. Jakobson (1921) começou com uma tipologia de três funções da comunicação verbal: a função prática, a função emotiva e a função poética (cf. HOLENSTEIN 1974: 157). Em 1934, Bühler publicou o seu famoso modelo instrumen-

tal da linguagem (o modelo *órganon*). Na base dos três elementos principais da situação comunicativa, (a) o emissor, (b) o receptor e (c) os objetos e fatos aos quais a mensagem se refere, Bühler distingue (a) a função expressiva, (b) a função apelativa e (c) a função referencial da comunicação. Jakobson, sob a influência de Bühler, ampliou essa tipologia para um modelo de seis funções da comunicação verbal.

O ponto de partida do modelo é a situação da comunicação verbal, para a qual Jakobson (1960: 129) postula seis “fatores constitutivos”, aos quais relaciona seis funções correspondentes (Fig. 1).

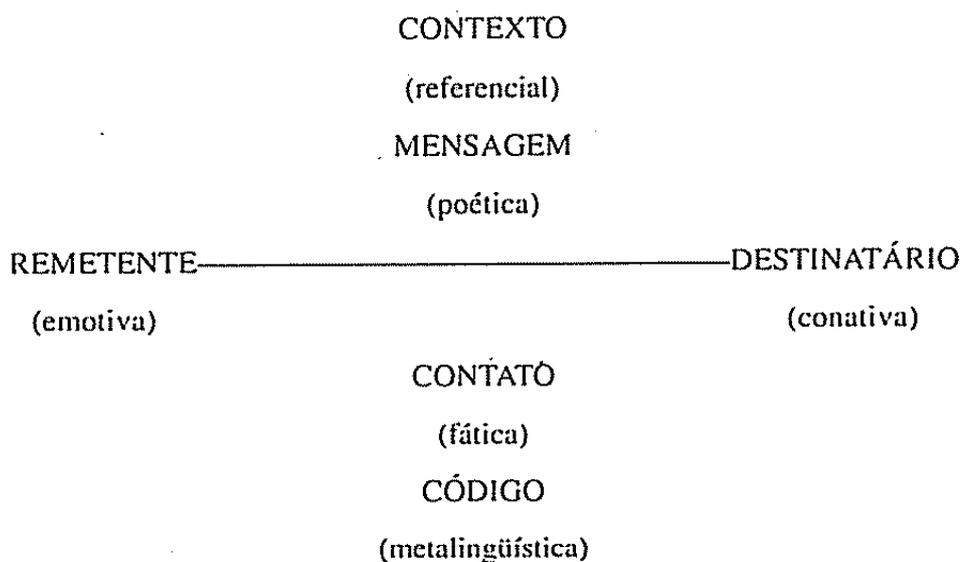


Fig. 1: O modelo de Jakobson (1960: 123, 129) dos fatores constitutivos da comunicação verbal (maiúsculos) e as funções da comunicação correspondentes (em parêntese).

Jakobson descreve da seguinte maneira os elementos da comunicação conforme este modelo (ibid.: 123):

“O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua) apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização;

um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e finalmente, um CONTATO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação”.

As funções da comunicação verbal correspondentes a cada um desses elementos básicos da comunicação são determinadas de acordo com a “orientação comunicativa” entre o remetente e o destinatário. Cada função específica demonstra qual das seis funções está no centro do processo comunicativo. Aqui Jakobson adota o “princípio da predominância” de Bühler: toda mensagem pode conter várias funções, mas uma função é sempre primária ou predominante. Ela sempre possui a significação principal, ao passo que todas as outras permanecem como pano de fundo. Dessa forma, em uma única mensagem, podem existir mais funções, dispostas uma após a outra ou mesmo simultaneamente.

Uma mensagem orientada para o “contexto”, no sentido do referente ou objeto do signo, é marcada pela *função referencial*. Essa função predomina na vida prática, servindo para designar objetos, para orientação no cotidiano e predomina em textos descritivos ou nas notícias de rádio sobre acontecimentos do dia.

A *função emotiva* é predominante quando se focalizam as atitudes, as emoções ou o estado de espírito do emissor e menos o conteúdo da mensagem. Exclamações, interjeições e falas enfáticas ou eufóricas são exemplos do uso da linguagem com função emotiva.

A *função conativa* é dominante em mensagens orientadas primariamente para o destinatário. Suas expressões gramaticais mais puras são o vocativo e o imperativo. A propaganda é um tipo de texto em que predomina essa função que também é chamada de apelativa.

O conceito *fático* provém do antropólogo B. Malinowski, que

entende *phatic communion* como um ato de fala no qual se constroem relações comunitárias através do mero intercâmbio de palavras, sem, com isso, referir-se a conteúdos específicos. Jakobson adota esse conceito para descrever mensagens “que servem fundamentalmente para prolongar a comunicação, para verificar se o canal funciona (‘Alô, está me ouvindo?’), para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção continuada (‘Está ouvindo?’)” (JAKOBSON 1960: 126). Dentre as mensagens que pertencem à função fática, estão as fórmulas de cumprimento e de boas maneiras.

A *função metalingüística* predomina na linguagem que se refere a si mesma como linguagem, bem como ao processo da comunicação. Jakobson utiliza a diferenciação realizada pela semântica lógica entre dois níveis do uso lingüístico: a linguagem-objeto corresponde ao discurso que se refere ao mundo não-lingüístico. A metalinguagem, por sua vez, é o discurso sobre a linguagem. Ocorre metalinguagem na gramática, na lexicografia, na etimologia ou na terminologia. Toda definição e toda regra de ortografia formam um discurso metalingüístico. No entanto, também em situações corriqueiras do dia-a-dia, ocorre a sua predominância, como, por exemplo, em expressões do tipo “O que você acha?” ou “Não estou seguindo teu raciocínio”.

Por fim, a *função poética* predomina numa mensagem orientada primariamente para si mesma: o som, o ritmo, a forma das palavras, suas repetições e variações interessam mais do que a mensagem a ser transmitida. Essa função predomina na poesia, mas também em slogans publicitários ou canções populares. Numa perspectiva mais ampla, é o lúdico que vem à tona na função poética.

2. LOTMAN: COMUNICAÇÃO, CÓDIGO E CULTURA

Júri M. Lotman (1922-1993), o fundador da semiótica da cul-

tura de Tartu na Estônia, estudou a comunicação na base das teorias clássicas da informação e da comunicação, sobretudo na sua mediação por Roman Jakobson. As fontes principais para o estudo da sua abordagem são o seu livro *A Estrutura do Texto Artístico* (LOTMAN 1970), seus artigos “Dois modelos da comunicação” e “Sistemas primários e secundários modelizantes da comunicação” (apud LUCID 1977: 95-101) e o capítulo 2 de seu livro *Cultura e Explosão* (LOTMAN 1999). De uma forma ampliada, as idéias principais de Lotman sobre os processos de comunicação na vida cotidiana e na cultura em geral se encontram em seu livro *O Universo da Mente* (LOTMAN 1990; cf. também ANDREWS 1999).

Os elementos mais originais da semiótica de Lotman, do ponto de vista da teoria da comunicação, encontram-se em sua interpretação dos códigos, da autocomunicação e da semiosfera como o contexto cultural da comunicação.

2.1. COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS E SISTEMAS DE SIGNOS

Os estudos da comunicação de Lotman estão mais voltados para o estudo dos *sistemas* do que para os *processos* de comunicação. Seguindo a tradição estruturalista da semiótica, Lotman (1970: 35) define qualquer “sistema de comunicação que utiliza signos ordenados de modo particular” como uma *linguagem*.

Em sua tipologia dos sistemas semióticos, Lotman mostra que “comunicação” não é meramente um sinônimo de “uso de signos”, pois essa tipologia inclui sistemas não-comunicativos e sistemas comunicativos, mas sem signos. Os quatro tipos de sistemas semióticos são (ibid.: 35, 37): (a) sistemas que não servem de meio de comunicação; (b) sistemas que servem de meio de comunicação, mas que não utilizam signos; (c) sistemas que servem de meio de comunicação e utilizam signos pouco ou quase nada ordenados. (d) sistemas de comunicação que utilizam signos orde-

nados de modo particular (linguagens): línguas naturais (por ex. russo, francês), linguagens artificiais (por ex. sinais de trânsito) e linguagens secundárias (por ex. mitos e artes).

Um sistema semiótico que *não* serve de meio de comunicação e que é portanto um campo de estudo semiótico além dos processos comunicativos, manifesta-se nas “formas de atividade humana que não se ligam diretamente e pelo seu objetivo para a acumulação e para a transformação de uma informação” (ibid.). Nessa definição, fica claro que o conceito de comunicação, para Lotman, está indissoluvelmente conectado com o conceito de *informação*. Só se comunica com signos informativos, que servem para adquirir conhecimento. Signos não-informativos não entram no processo comunicativo.

A segunda categoria, dos “sistemas que servem de meio de comunicação, mas que não utilizam signos”, deve parecer uma contradição em termos para os que definem comunicação como transmissão de signos ou sinais, mas, para Lotman, o conceito de signo se orienta pelo modelo do signo verbal: só é signo o que se destaca de uma maneira visível ou audível de um fundo não-sígnico. Comunicação sem signos, neste sentido, é portanto comunicação “extra-semiótica”. Ela ocorre “no interior de um organismo, [...] não só na auto-organização pelo homem do seu intelecto [...], mas também nos casos em que os signos se inserem numa sinalização primitiva” como na comunicação nos animais primitivos ou na magia ou telepatia (ibid.: 35-36).

Na terceira categoria, a dos “signos pouco ou quase nada ordenados”, Lotman classifica a comunicação não-verbal por mímicas ou gestos. A quarta é a das linguagens.

2.2. O IDEAL DA COMUNICAÇÃO COMO TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO

Seguindo Saussure e Jakobson, Lotman (1970: 42) distin-

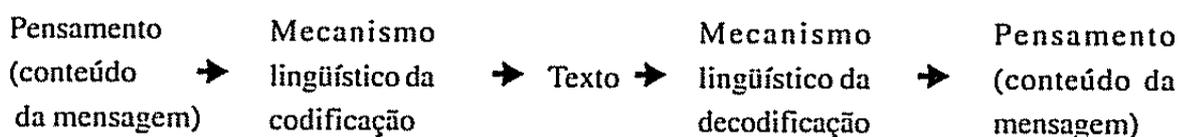
gue entre o sistema (ou código) e o uso do sistema na forma da fala e se baseia na distinção entre as estruturas invariantes (e portanto significantes) e variantes (e portanto irrelevantes para a mensagem):

“Assim, obteremos dois aspectos diferentes do sistema da comunicação: uma onda de comunicações isoladas, encarnadas nesta ou naquela substância material (gráfica, sonora, [...]) e um sistema abstrato de relações invariantes. [...] O processo de compreensão consiste em que uma determinada comunicação verbal se identifique na consciência do receptor a sua invariante lingüística. [...] Só se distinguem como significativas as marcas dos elementos do texto verbal [...], enquanto as outras são afastadas pela consciência do receptor como não essenciais. Assim, a linguagem põe-se como um código, com a ajuda do qual o receptor decifra a significação da comunicação que lhe interessa”.

Para Lotman (ibid.), há um paralelismo significativo entre os conceitos básicos da lingüística saussuriana e da teoria da informação: A dicotomia da *fala* e da *língua*, na lingüística estrutural, corresponde à dicotomia da *informação* e do *código* na teoria da informação. Porém, o código, no sentido dos engenheiros da comunicação, é menos do que uma língua. Na interpretação de Lotman (1999: 15-16) o código, neste sentido, é um sistema sem memória:

“Uma língua é um código mais uma história. [...] A transmissão da informação dentro de uma ‘estrutura sem memória’ garante realmente um alto grau de identidade. Se nos representamos o emissor e o destinatário como dotados de códigos iguais e totalmente privados de memória, então a compreensão entre eles será perfeita, mas o valor da informação transmitida será mínimo e a informação mesma rigorosamente limitada”.

Da teoria da informação de Shannon e Weaver, Lotman adota o modelo da cadeia comunicacional para colocar em relevo as diferenças entre o ideal de uma transmissão de mensagens sem perda de informação e a comunicação cotidiana, que não corresponde a este ideal. As instâncias do processo comunicativo, conforme Lotman (1970: 42) são “o *emissor* e o *receptor* da informação”. O *código* é o “intermediário comum” entre os dois. “Do ponto de vista do receptor”, Lotman (1990: 11) distingue as seguintes estações do processo comunicativo:



Na interpretação de Lotman (1990: 12), a finalidade da comunicação conforme o modelo clássico da teoria da informação é a *congruência* entre as mensagens emitidas e recebidas: “O sistema trabalha ‘bem’ se a mensagem recebida pelo receptor é inteiramente idêntica àquela remetida pelo emissor, e ele trabalha ‘mal’ se há diferenças entre os textos. Essas diferenças são classificadas como ‘erros’ e há mecanismos especiais na estrutura (por exemplo, a redundância) para evitá-los”.

Na realidade, os processos comunicativos naturais se distinguem deste ideal da congruência. O ideal não pode ser alcançado porque a transmissão de mensagens sem perda de informação pressuporia a identidade dos códigos do emissor e do receptor: “Em termos semióticos, os dois participantes da comunicação teriam que ser uma bifurcação da mesma personalidade” (ibid.: 13).

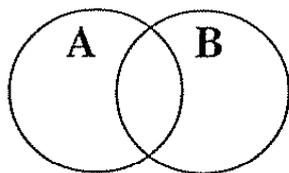
2.3. A DINÂMICA DAS DIFERENÇAS ENTRE OS CÓDIGOS DO EMISSOR E DO RECEPTOR

Diferenças entre os códigos do emissor e do receptor não são só uma fonte do erro e de falta de congruência entre o emissor e o

receptor, mas também a fonte da informatividade da comunicação. Há sempre e necessariamente diferenças entre os códigos do emissor e do receptor, porque um código, conforme Lotman (ibid.: 13) não é só um sistema de regras para codificar e decodificar mensagens, mas também consiste da totalidade da experiência verbal e da memória dos indivíduos:

“E a isso devem ser acrescentadas a compreensão comum da norma, referência lingüística e pragmática. Se levarmos em consideração as tradições culturais (a memória semiótica da cultura) e o fator inevitável do modo individual com que essa tradição se revela a um membro particular de uma coletividade, então será óbvio que a coincidência de códigos entre emissor e receptor é, na realidade, possível apenas em uma extensão muito relativa”.

Lotman (1999: 16) estabelece o princípio da “não-identidade” dos códigos do emissor e do receptor e representa a relação entre os dois códigos com o diagrama de dois círculos, A e B, em intersecção:



O espaço da intersecção dos códigos A e B é o espaço da comunicação. Quando os códigos de A e B ficam sem um tal campo de intersecção, a comunicação torna-se impossível, mas a congruência completa de A e B, e portanto a identidade dos dois códigos, também impossibilita a comunicação por falta de conteúdo. Desta maneira, os dois códigos se encontram inseridos num campo de tensão entre duas forças em conflito: “a aspiração a facilitar a compreensão que, constantemente, levará a tentativas de ampliar o campo da intersecção, e a aspiração a acrescentar valor à mensagem, que se acha unida à tendência a ampliar cada vez mais as diferenças entre A e B” (ibid.:17). Desta maneira, comunicação pressupõe e se

desenvolve tanto no espaço da intersecção quanto no espaço da não intersecção, o que leva ao seguinte paradoxo semiótico (ibid.):

“O intercâmbio de informação dentro dos limites das partes interseccionadas do espaço de sentido continua sofrendo do mesmo vício da trivialidade. O valor do diálogo resulta unido não à parte que se intersecciona, mas à transmissão de informação entre as partes que não se interseccionam. Isso nos coloca diante de uma contradição insolúvel: estamos interessados na comunicação justamente devido a essa situação que torna a comunicação difícil e, no limite, a torna impossível. Ou melhor, quanto mais difícil e inadequada for a tradução de uma parte não interseccionada do espaço à língua da outra, mais precioso, nas relações informativas sociais, torna-se o fato dessa comunicação paradoxal. Pode-se dizer que a tradução do intraduzível vem a ser de um valor elevado para o portador da informação”.

2.4. AUTOCOMUNICAÇÃO

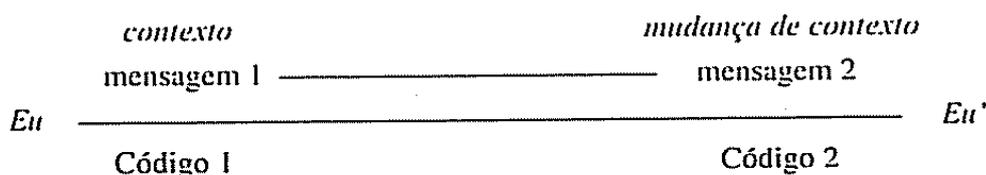
Para Lotman (1990: 20-22), comunicação não é só *comunicação externa* entre um *eu* e um *ele*. Em paralelo também ocorre *comunicação interna* entre o *eu* e o *eu*, por exemplo, “quando uma pessoa dirige a si mesma em um diário anotações que são feitas não para a lembrança de certas coisas, mas para elucidar a quem escreve de seu estado interior, algo que não seria possível sem as anotações”.

Uma das diferenças entre as duas formas de comunicação se manifesta na diferença entre tempo e espaço (ibid.):

“O caso de um sujeito transmitindo uma mensagem para si mesmo, isto é, para uma pessoa que já a conhece, parece paradoxal. Contudo, ele ocorre com frequência e tem um importante papel a desempenhar no sistema geral da cultura. Quando falamos em comunicar uma mensagem pelo sistema ‘eu-eu’, *não* estamos pensando prima-

riamente naqueles casos nos quais o texto preenche uma função mnemônica. Quando isso acontece, o segundo 'eu' percebido é funcionalmente equivalente a uma terceira parte. A diferença vem do fato que, enquanto no sistema 'eu-ele' a informação é transferida no espaço, no sistema 'eu-eu' ela é transferida no tempo".

A comunicação de um *eu* com um *eu* não se reduz a meras redundâncias ou até tautologias, mas é um processo de *recodificação* no decorrer do tempo, que igual à comunicação entre um *eu* e um *ele*, implica uma duplicidade de códigos (ibid.: 22): "O portador da informação permanece o mesmo, mas a mensagem é reformulada e adquire novos significados durante o processo de comunicação. Isto resulta da introdução de um código segundo, suplementar; a mensagem original é recodificada em elementos de sua estrutura e adquire assim traços de uma nova mensagem." A comunicação do *eu* com o *eu* é portanto uma autocomunicação do *eu* em duas situações ou contextos, consecutivos. Lotman representa este processo com o diagrama seguinte:



O efeito da autocomunicação é uma transformação do eu, uma reconstrução da própria personalidade, "visto que a essência da personalidade pode ser pensada como um conjunto individual de códigos socialmente significantes, e esse conjunto muda durante o ato da comunicação" (ibid.).

2.5. COMUNICAÇÃO NA SEMIOSFERA

A *semiosfera* constitui o contexto cultural da comunicação.

Lotman (1990: 125-26) a define como um espaço “semioticamente assimétrico”, um gerador de informação no qual comunicação se manifesta como a *tradução* entre linguagens heterogêneas “sem correspondências semânticas mútuas” (ibid. 127). O destinador e o destinatário da comunicação se encontram “imersos” neste espaço semiótico, e “fora da semiosfera não há comunicação” (ibid.: 124).

Nesse espaço contextual surge o paradoxo de que “todos os participantes do ato comunicativo precisam ter experiência comunicativa, ter familiaridade com semiose, de maneira que a experiência comunicativa precede o ato comunicativo” (ibid.: 123). Assim, a semiosfera existe tanto antes da comunicação quanto ela se cria e é transformada por ela.

Essas pré-condições da comunicação impedem os comunicadores de serem instâncias inteiramente autônomas, pois não são só eles que comunicam, mas também a semiosfera, e, através dela, a memória cultural. Para as idéias a serem comunicadas e interpretadas, vale o seguinte (ibid.: 273):

“O pensamento está dentro de nós, mas nós estamos dentro do pensamento [...] É tanto algo engendrado pelo cérebro humano quanto algo ao nosso redor. [...] Somos tanto partes quanto similares a um mecanismo intelectual vasto. [...] Somos, ao mesmo tempo, [...] participantes em um número sem fim de diálogos, e similares a tudo, e somos ‘o outro’ tanto para as outras pessoas quanto para nós mesmos, somos tanto um planeta na galáxia intelectual, quanto a imagem do seu universo”.

3. ECO E O PARADIGMA DA TEORIA CLÁSSICA DA COMUNICAÇÃO

A semiótica da cultura de Umberto Eco (1932-) combina os fundamentos da semiologia estruturalista de Louis Hjelmslev e do

estruturalismo francês com elementos da teoria clássica da comunicação, da cibernética e da teoria da informação dos anos 1950 e 1960. O modelo da comunicação, que resulta dessa abordagem pluralista do semioticista italiano, desenvolve-se progressivamente em especial em seus livros *A estrutura ausente*, *As formas do conteúdo*, *O signo* e *Tratado geral de semiótica* (ECO 1968, 1971, 1976).

3.1. SEMIÓTICA DA COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA DA SIGNIFICAÇÃO

A semiótica de Eco ergue-se sobre duas colunas: a *semiótica da comunicação* e a *semiótica da significação*. Eco (1976: 5) sublinha que a distinção entre essas duas semióticas é “absolutamente necessária”, mas que a diferença entre elas “não deve resolver-se numa oposição sem mediações possíveis”.

A distinção entre a semiótica da comunicação e a semiótica da significação, que Eco estabelece, é fundamentalmente diferente daquela que Buysens e Prieto estabeleceram com inspiração em Barthes (cf. PONZIO 1993: 21- 27): Naquela tradição, a semiótica da significação é um campo de pesquisa que começa com a interpretação dos índices não-intencionais no mundo natural e cultural do sintoma diagnosticado até o comportamento não-verbal observado. Continua ainda com o estudo dos processos comunicativos mais complexos. Comunicação, nesta tradição, *inclui* significação, mas os dois se distinguem pelo critério da *intencionalidade*. Enquanto comunicação pressupõe intenção e significação, significação pode ser não-comunicativa.

Para Eco, a relação entre os dois ramos de sua semiótica da cultura é justamente o oposto disso. A semiótica da comunicação inclui a semiótica da significação, mas comunicação é possível sem significação. *Comunicação* começa com meros estímulos, que evocam reações automáticas. O simples fluxo de informação que pode ser encontrado até em máquinas já é comunicação. Qualquer

transmissão de *sinais* não-intencionais de uma fonte a um receptor é comunicação, mas comunicação ainda sem significação.

Significação pressupõe sentido, não só sinais, mas *signos*, emitidos e recebidos por seres humanos na base de um código, que leva a uma interpretação humana. Significação, assim definida, possui a comunicação como seu pressuposto. A definição subjacente é aquela que também se encontra no dicionário de Greimas e Courtés (1979: 418): “produção de sentido” ou “sentido produzido”.

3.2. ESTRUTURA ELEMENTAR DA COMUNICAÇÃO: O MODELO CIBERNÉTICO

O modelo da “estrutura elementar da comunicação” de Eco (1968: 5; 1976: 25-26) é o da transmissão de informação entre máquinas ou dentro de um sistema de máquinas. As informações transmitidas chamam-se *sinais*. Nesta definição, estes últimos distinguem-se dos *signos* da comunicação humana, pois não pressupõem emissores nem receptores humanos, nem convenções culturais. Sinais são elementos em seqüências de eventos causais.

A terminologia é oposta àquela estabelecida por Buyssens e Prieto. O signo de Eco se chama de sinal na semiótica de Prieto, enquanto o sinal de Eco é o que Prieto define como índice. A terminologia de Eco está mais em conformidade com aquela usada pelos engenheiros da informática.

O exemplo da “situação comunicacional mais simples”, que é fornecido por Eco, é o modelo cibernético do controle automático de um processo mecânico ou elétrico num sistema de máquinas. Por exemplo, o nível de água numa represa tem de ser regulado. Na descrição deste processo de homeostase hidráulica, encontramos o vocabulário básico da teoria clássica da comunicação (ECO 1976: 26):

- A *informação* a ser transmitida concerne o nível da água.
- A *fonte* ou *nascente* da informação é a represa, onde o nível da água é medido.
- O *transmissor* (numa bóia) é o aparelho que emite um sinal sobre o nível da água.
- Um *código* assegura ao sinal elétrico a produção de uma mensagem visível ou audível. Por ex., a ausência de um sinal que sensibiliza o aparelho transmissor produz a mensagem “lâmpada verde”, a chegada de um sinal que sensibiliza o aparelho transmissor produz a mensagem “lâmpada vermelha”. Em contradistinação à comunicação humana, o código das máquinas é fixo e imutável. A máquina “não põe em discussão o código” (ECO 1968: 19).
- *Ruído* pode interferir na transmissão dos sinais e criar distorções neles.
- O *sinal* elétrico transmite a informação desejada sobre o nível da água.
- O *canal* é o fio elétrico pelo qual o sinal é transmitido.
- O *receptor* recebe o sinal no centro para convertê-lo numa mensagem.
- A *mensagem* é uma transformação dos sinais elétricos que chega a um aparelho de destinação.
- O *destinatário* recebe a mensagem para poder providenciar as medidas necessárias.
- Num processo de *feedback* (retroalimentação), o destinatário, se necessário, reage para corrigir o nível da água.

O diagrama seguinte, que Eco (ibid.) apresenta para descrever o fluxo automático das informações neste sistema, orienta-se pelo diagrama clássico da teoria da comunicação de Shannon e Weaver (1949):

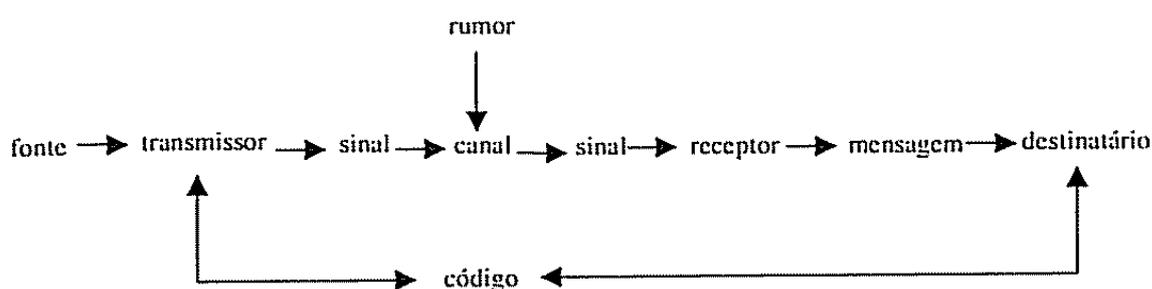


Fig. 2: A cadeia comunicativa elementar de Eco.

O fluxo automático da informação nesta cadeia comunicativa elementar representa uma seqüência de causalidades. A fonte é a primeira, o destinatário é a última causa da seqüência dos eventos interligados. O uso de cadeias comunicacionais deste tipo, tendo em vista dominar máquinas, situações no nosso meio ambiente e até processos de interação humana, constitui o programa da *cibernética*. (A palavra, aliás, implica a idéia de ‘controle’; com sua origem no grego *téchne kybernetiké* ‘arte do piloto’.) Na definição do fundador da cibernética, Norbert Wiener (1950, 1961), o alvo do projeto da cibernética é o de modelar as interações humanas na base dos processos de controle automático: “procurar achar os elementos comuns ao funcionamento das máquinas automáticas e ao sistema nervoso do homem e desenvolver uma teoria que abarque todo o campo do controle e da comunicação nas máquinas e nos organismos vivos” (apud: TEIXEIRA COELHO 1980: 122).

3.3. COMUNICAÇÃO POR ESTÍMULOS

O mundo semiótico de Umberto Eco, que começa com a comunicação pré-humana em máquinas e vai até a significação humana, exclui em princípio os índices naturais e não-intencionais (cf. NÖTH 2000b). Por falta de um código, estes índices não podem comunicar. Porém, Eco (1976: 12-13) relativiza esta exclusão. Se a interpretação dos signos naturais por seres humanos se

baseia em convenções culturais, estas convenções são os códigos de uma comunicação que transforma os índices em signos. Por razões semelhantes, também o comportamento humano não-intencional “parece capaz de significar mesmo se quem os emite não é consciente de significar através deles” (ibid.: 13).

Por outro lado, comunicação, para Eco (1976: 14-15), também inclui processos de *estímulo-resposta*. Estímulos não são signos porque não se baseiam em convenção e porque “os estímulos não satisfazem uma das mais elementares definições do signo, a de que ele está *em lugar de outra coisa*. O estímulo não está por outra coisa, mas *provoca diretamente* essa outra coisa. Uma luz muito forte me obriga a fechar imediatamente os olhos [...] sem refletir.”

Apesar disso, Eco descreve os processos de estímulo-resposta como “comunicação em que não existe código” (1973: 27) e chama atenção (ECO 1971: 4) para as características que os processos de comunicação em máquinas e em seqüências de estímulo-resposta têm em comum, como se segue: “No caso dos sinais dos processos cibernéticos trata-se da passagem de uma fonte emissora a um aparelho receptor: porque os sinais agem sobre o aparelho receptor como estímulos e não como signos. Implicam eles uma relação entre dois pólos, uma dialética solicitação-resposta”.

Em resumo, há duas formas principais de comunicação sem significação: aquela por meio de sinais em máquinas, que se baseia em códigos, e a comunicação em processos de *estímulo-resposta*, que ocorre sem ser codificada. O que os dois processos têm em comum, na interpretação de Eco, é o fato de que se trata de um fluxo de informação num processo diádico, que é um processo de causalidade.

3.4. COMUNICAÇÃO HUMANA, SIGNIFICAÇÃO E CULTURA

Uma das teses centrais da semiótica da cultura de Eco (1976: 5) é: “A semiótica estuda todos os processos culturais como pro-

cessos de comunicação”. Evidentemente, o oposto não segue, pois nem todos os processos de comunicação são processos culturais. Nos processos comunicativos, que Eco descreve como elementares, ainda não há cultura. Seqüências de estímulo e resposta são processos naturais e não culturais, e processos automáticos em máquinas são processos causais. Como processos causais sem nenhuma criatividade própria, elas não têm significação cultural, embora as máquinas com tais sejam evidentemente objetos culturais.

Se a cultura se manifesta, então, sempre em formas de comunicação humana, e a comunicação, por seu lado, nem sempre pressupõe cultura, qual é a diferença específica da comunicação humana? A resposta, que Eco (1976: 6) dá, situa o conceito de *significação* no centro da comunicação humana e cultural:

“Quando o destinatário é um ser humano [...], vemo-nos [...] em presença de um processo de significação, desde que o sinal não se limite a funcionar como simples estímulo, mas solicite uma resposta *interpretativa* por parte do destinatário. [...] *Todo processo de comunicação entre seres humanos [...] pressupõe um sistema de significação como pré-condição necessária*”.

Só com significação, a comunicação humana é um fazer cultural. Ao mesmo tempo, a significação não se desenvolve independentemente, mas apenas através dos processos comunicativos que ela pressupõe (ibid.: 5): “Cada um dos processos [culturais, que a semiótica estuda como processo de comunicação] parece subsistir unicamente porque sob eles se estabelece *um sistema de significação*.”

Embora a comunicação, sob estas premissas, comece e exista antes e fora da cultura humana, Eco (ibid.: 6) chega à conclusão de que “é, pois, possível (mesmo se não inteiramente desejável) estabelecer uma semiótica da significação que seja independente de uma semiótica da comunicação; mas é impossível estabelecer

uma semiótica da comunicação que seja independente de uma semiótica da significação”.

Essa possibilidade de uma semiótica da significação independente de uma semiótica da comunicação parece, à primeira vista, surpreendente, visto que significação pressupõe comunicação, mas, de fato, não há aqui contradição, pois Eco não fala de uma significação que pode ser independente da comunicação, mas de uma independência entre a *semiótica* da significação e a *semiótica* da comunicação. Uma vez que a semiótica da comunicação é uma semiótica da cultura (excluindo a comunicação pré-cultural), ela é necessariamente uma semiótica que trata exclusivamente de processos que envolvem significação.

A semiótica da significação, cuja independência da semiótica da comunicação é postulada por Eco, é a semiótica dos *sistemas* ou *estruturas*, que Eco chama de s-códigos (‘códigos enquanto sistemas’; *ibid.*: 30). O estudo de tais códigos, que não têm significação, no mesmo sentido em que os fonemas não significam, embora formem um sistema, “pode muito bem subsistir independentemente do propósito significativo ou comunicativo que os associa entre si, e, como tais, podem ser estudados [...]. Eles são compostos por um conjunto finito de elementos estruturados oposicionalmente e governados por regras combinatórias”. No contexto do estudo da comunicação não é necessário entrar mais nos detalhes desta parte da semiótica da significação, pois esta extrapola uma semiótica da comunicação.

3.5. A CADEIA BÁSICA DA COMUNICAÇÃO HUMANA

O modelo cibernético da comunicação (Fig. 2), que ainda não implica necessariamente significação, precisa ser revisto e estendido quando se trata da comunicação humana e cultural. Na revisão dos termos da cadeia, trata-se de determinar os lugares da

participação neste processo e, na extensão da cadeia, determinar os elementos suplementares.

O modelo básico da comunicação humana que Eco propõe fica fiel à idéia da cadeia cibernética, mas com modificações em relação ao modelo de Shannon e Weaver (1949). Nas instâncias centrais, então, o transmissor é substituído por um *emissor* e os sinais são a mensagem desde o início. A cadeia simplificada da comunicação humana, conforme Eco (1973: 25; Fig. 3) é a seguinte:

fonte → emissor → canal → mensagem → destinatário

Fig. 3: A cadeia básica da comunicação humana de Eco.

As instâncias deste modelo simplificado ficam claras no exemplo a seguir (ibid.): “Suponhamos por exemplo que nas Filipinas houve um terremoto e que o correspondente de um jornal transmite a notícia por telex. O que acontece nas Filipinas é a *fonte*, o correspondente é o *emissor*, o sistema eletrônico com as suas ondas rádio-televisivas é o *canal*, a notícia é *mensagem* e o redator que a recebe é o *destinatário*”. Na sua discussão das diferenças entre as cadeias cibernéticas e humanas da comunicação, Eco constata as diferenças principais nas instâncias da mensagem, do código, da fonte e do destinatário da mensagem.

3.6. O CÓDIGO: FONTE E CHAVE PARA A COMUNICAÇÃO

O *código* da comunicação humana é o sistema que estabelece correlações entre os *signos e significados*. Os significado de um signo que se baseia num código “é um fenômeno de cultura descrito pelo sistema de relações que o código define como aceito por determinado grupo em determinada época” (Eco 1968: 35). Assim, o código é uma espécie de chave necessária para entender

a mensagem. Todas as línguas do mundo são códigos, e, por causa disto, um japonês que não fala português não possui o código necessário para comunicar uma mensagem verbal para um brasileiro, que não tem conhecimento de línguas estrangeiras.

Os significados, estabelecidos pelo código, são a fonte da *significação*, instância semiótica que falta no modelo cibernético. O código na comunicação humana é portanto “o modelo de uma série de convenções comunicacionais que se postula existente como tal, para explicar a possibilidade de comunicação de certas mensagens” (ECO 1968: 39).

Uma diferença essencial entre os códigos das máquinas, com regras fixas, e os códigos da comunicação humana, é que estes são códigos *flexíveis*, modificáveis e sujeitos à reflexão e negociação: “Ocorrem casos em que o transmissor e o destinatário põem o código em discussão” (ibid.). O resumo seguinte da função do código na comunicação humana deixa mais uma vez clara a diferença entre comunicação e significação (1973: 26-27): “Existe pois entre emissor e destinatário um código em comum e, por isso, uma série de regras que atribui ao signo um significado. [...] O signo não é apenas um elemento que entra num processo de *comunicação* (posso também transmitir e comunicar uma série de sons privados de significado), mas é uma entidade que entra num processo de *significação*”.

Apesar da flexibilidade dos códigos da cultura humana, que se manifesta na mudança das línguas de geração em geração e no fluxo permanente das modas ou estilos, o código estabelece restrições na liberdade daqueles que comunicam e não podem inventar signos à vontade sem correr o risco de falha na comunicação. A presença obrigatória do código no processo de comunicação cria restrições aos seus participantes e, no fim das contas, faz com que a mensagem não seja só uma mensagem do emissor, mas também do código. Assim, o código vira fonte e co-autor da mensagem. O falante é “falado pelo código”. Aqui aparece um dos gran-

des temas do estruturalismo dos anos 1960-70, o tema do homem capturado na prisão da linguagem e dos códigos dos quais ele não pode escapar. Eco (1968: 41) descreve o papel do código no processo da comunicação com as seguintes palavras:

“Somos forçados a indagar se, quando o homem fala, está livre para comunicar tudo quanto livremente pensa, ou se é determinado pelo código. A própria dificuldade em identificarmos os “nossos pensamentos” exclusivamente através de termos lingüísticos, faz nascer legitimamente a suspeita de que o remetente da mensagem *seja falado pelo código*. Os mecanismos automáticos da linguagem compeli-riam o falante a dizer certas coisas e não outras. Nesse sentido, a verdadeira fonte da informação, a reserva de informação possível, seria o próprio código”.

3.7. O REMETENTE: FONTE E EMISSOR

Na comunicação humana, a *fonte* geralmente coincide com o *emissor* (ou *transmissor*) da mensagem. Por exemplo, um escritor é fonte e ao mesmo tempo emissor das suas idéias (ECO 1973: 25-26). Eco (1968: 41) define essa instância humana em que a fonte e o transmissor se identificam como o *remetente* da mensagem e acrescenta a possibilidade de “distinguir, no remetente, o seu cérebro como fonte e o aparelho fonador como transmissor”.

Enquanto o *destinatário* é necessariamente um ser humano, não é preciso que a *fonte* de uma mensagem significativa também o seja. Eco (1976: 6) prevê a possibilidade de uma fonte não-humana que pode “emitir um sinal conforme as regras conhecidas do destinatário humano”. Com essa extensão da definição da fonte, o quadro dos estudos semióticos da comunicação se estende para incluir interações entre seres humanos e máquinas, como por exemplo o diálogo de um homem com um computador inteligente. A semiótica, que se estende nessa direção, vai além dos limites

daquelas teorias semióticas da comunicação que insistiam no critério da *intencionalidade* da mensagem, pois falta justamente a intencionalidade a uma máquina que se comunica com o homem (cf. NÖTH 2001b).

3.8. A MENSAGEM VAZIA E AS CIRCUNSTÂNCIAS

A *mensagem* na comunicação humana equivale ao *signo*. “De fato, uma mensagem pode ser (e quase sempre é) a organização complexa de muitos signos” (1973: 26). Sendo um signo, a mensagem se articula, seguindo a tradição saussuriana, em dois planos, o plano do *significante* e o plano do *significado* (ECO 1976: 44). Em outras palavras, mensagens humanas têm “sentido”, e Eco (1968: 19) conclui: Quando se passa da comunicação por máquinas para a comunicação humana, passa-se “do universo dos sinais ao universo do sentido”.

Na decodificação dos signos pelo destinatário, o código comum não é instrumento suficiente para uma interpretação adequada da mensagem. A cultura se constitui de uma pluralidade de códigos e subcódigos, e, às vezes, hipercodificações criam um excesso de regras ou hipocodificações criam uma situação de falta de regras para serem aplicadas na decodificação. Nessa situação, a mensagem pode resultar vaga, ambígua, polissêmica ou até enigmática. Para decodificá-la, outros recursos, além do código comum, têm que ser mobilizados, entre os quais Eco (1968: 43) salienta os três seguintes: (a) O *contexto interno* pode fornecer as chaves para a interpretação do restante; (b) uma *explícita indicação de código* contida na própria mensagem (do tipo “no sentido de...”) pode resolver a polissemia; (c) as *circunstâncias de comunicação* podem ajudar na escolha entre as diversas interpretações possíveis.

A circunstâncias são decisivas se uma escolha entre vários

códigos para a decodificação da mensagem é necessária, pois elas podem mudar a função da mensagem (ibid.: 45): “A circunstância introduz-se no universo semiológico, que é um universo de convenções culturais, com o peso de uma realidade ineliminável; ancora a abstrata vitalidade dos sistemas de códigos e mensagens no contexto da vida cotidiana; alimenta a gélida auto-suficiência das relações de sentido com os influxos da história, da sociedade e da natureza”.

Visto que o destinatário precisa, na decodificação, mobilizar tantos recursos não indicados explicitamente na mensagem nem inscritos no código, Eco chega à conclusão de que a mensagem, sem a atividade interpretativa do destinatário é uma “forma aberta” ou “vazia” (1976: 127):

“O cruzamento das circunstâncias e das pressuposições entrelaça-se com o cruzamento dos códigos e dos subcódigos, fazendo de cada mensagem ou texto uma *forma vazia* a que se podem atribuir vários sentidos possíveis. A mesma multiplicidade dos códigos e a indefinida variedade dos contextos e das circunstâncias faz com que a mesma mensagem possa ser decodificada de diversos pontos de vista e com referência a diversos sistemas de convenções”.

Desta maneira, a *fonte*, no processo comunicativo, não é mais só o emissor nem o código, mas em parte também uma mensagem, que, justamente devido à sua indeterminação *a priori*, é uma mensagem vazia. Porém, com a necessidade de todo este trabalho interpretativo do destinatário surge o problema da congruência entre a interpretação do destinatário e da intenção do emissor, que Eco (1968: 128) assim resolve: “A mensagem como fonte constitui uma matriz de constrações que permitem resultados opcionais. Alguns destes resultados podem ser férteis inferências que enriquecem a mensagem original, outras são ‘aberrações’. Mas deve-se entender ‘aberrações’ apenas como traição das intenções do emitente”.

CAPÍTULO 5

A COMUNICAÇÃO NA SEMIOSE E NA DIALOGIA

Dialogismo (ou dialogia) e semiose são dois conceitos fundamentais da semiótica. Neste capítulo, evidenciaremos que esses conceitos são também, ou acima de tudo, conceitos comunicacionais.

1. A SEMIÓTICA PEIRCEANA TAMBÉM É UMA TEORIA DA COMUNICAÇÃO

É notória a extrema complexidade da obra de C. S. Peirce (1839-1914). Seus escritos estão distribuídos entre os mais diversos campos do conhecimento, da matemática à história, da literatura à física e astronomia etc. No corpo aparentemente heterogêneo da sua obra, há uma espécie de centro nervoso para o qual todas as suas investigações convergiram. Trata-se da semiótica concebida como lógica num sentido muito mais vasto do que a lógica costumava ter no seu tempo e também do que continua a ter ainda hoje.

Essa semiótica ou lógica é sobretudo uma filosofia concebida

como filosofia científica que possui toda a generalidade necessária a um corpo filosófico de pensamento. Suas concepções foram tratadas com a mesma espécie de cuidado pela precisão de um matemático e “com uma compreensão de propósitos, uma penetração nos fundamentos e uma devoção aos detalhes de seu desenvolvimento teórico até hoje sem paralelos” na história da filosofia (RANSDELL 1977: 158). Esse é um ponto de partida necessário para introduzir as idéias de Peirce. Quando as fundações fenomenológicas e epistemológicas que dão suporte ao seu pensamento são ignoradas, corre-se o risco de se tomar a sua semiótica meramente como um complicado conjunto terminológico, uma mera technicalidade para se lidar com aplicações instrumentalistas do conhecimento.

1.1. A SEMIÓTICA COMO UMA FILOSOFIA CIENTÍFICA

Diferentemente disso, a semiótica geral é uma parte da filosofia, aquela parte que dá suporte lógico para as questões abstratas da ontologia, filosofia da lógica, teoria do significado, filosofia da matemática, filosofia da mente, filosofia da ciência e epistemologia. A semiótica geral tentou trazer, por meio da lógica do signo, “uma unidade a todas essas preocupações filosóficas aparentemente separadas”. Peirce pretendia aproximar “todos esses problemas em termos de uma concepção simples e genérica e de distinções que podem ser estabelecidas a partir dela, a saber, em termos de um processo de interpretação sígnica, exibindo uma relação essencialmente triádica entre signo, objeto e interpretante” (ibid.: 158). Essa relação triádica ou semiose pode ser considerada como sinônimo de inteligência, continuidade, crescimento e vida (ver SANTAELLA 1994).

A lógica ou semiótica peirceana foi, por isso mesmo, concebida como um método para o desenvolvimento de um conceito altamente abstrato de mente, conceito esse derivado de tudo aquilo

que está implícito na tendência para a verdade que habita os arcanos da alma humana. Afirmando-se de modo breve, aí está exposto o *desideratum* mais geral de sua filosofia. O ponto de partida para o entendimento de sua obra não está nas classificações de signos e em suas aplicações imediatas “que costuma ser aquilo que vem de imediato à mente quando a sua semiótica é mencionada” (ibid.: 158).

Quando vistas à luz das suas fundações filosóficas, as definições e classificações de signos não aparecerão como classificações em sentido estrito, mas como padrões que incluem todos os aspectos ontológicos e epistemológicos do universo sígnico, tais como o problema da referência, da realidade e ficção, a questão da objetividade, a análise lógica do significado e o problema da verdade (BUCZYNSKA-GAREWICZ 1983: 27).

Mihai Nadin (1983: 163) também diz que a tipologia das classes dos signos (as 10, 28 e 66 classes), tal como foram confirmadas pela teoria matemática das categorias, deve ser entendida como uma rede de pontos de referência fundamentais num campo semiótico generalizado. Quando essa tipologia é transformada num fim em si mesma, ela conduz estritamente a uma semiótica formalista. Dar um nome a um signo, identificá-lo, não resolve o problema do modo como ele age semioticamente. O signo só pode ser concebido e interpretado dentro do espectro da lógica da incerteza com a participação da doutrina do *continuum*. As categorias *fuzzy* e a extensão do conceito matemático das categorias preenchem essa necessidade e aperfeiçoam a tabela dos signos através da imagem do *continuum* e, conseqüentemente, da dinâmica dos processos sígnicos.

1.2. A GENERALIDADE DO SIGNO

O que Peirce pretendia desenvolver pressupunha uma teoria geral de todos os tipos e aspectos dos signos. Quando dizemos “geral”, entretanto, devemos levar em consideração o grau de ge-

neralidade que está aí implícito. De um lado, há a generalidade do objeto que a teoria visa abraçar. De outro lado, há a generalidade da teoria em si mesma. Tendo em vista o objeto da teoria, para Peirce, os próprios seres humanos são signos. Toda nossa vida e pensamentos são signos. No entanto, ele foi ainda mais longe: qualquer outra coisa que qualquer coisa possa ser, ela também é signo. Para aquém do limiar logocêntrico e mesmo do limiar antropocêntrico, a generalidade do conceito de semiose vai até o ponto da afirmação de que “o universo inteiro está permeado de signos, se é que não seja composto exclusivamente de signos” (CP 5.448, n. 1 *apud* FISCH 1986: 360).

As afirmações acima soariam como eloquência artificial, se Peirce não tivesse enfrentado a tarefa de trabalhar todos os seus pressupostos e implicações. O que ele pretendia era, em suas próprias palavras, “esboçar uma teoria tão compreensiva que, por um longo tempo, o trabalho inteiro da razão humana, na filosofia de todas as escolas e espécies, na matemática, na psicologia, na ciência física, na história, na sociologia, e em qualquer outro departamento que possa haver, deve aparecer como preenchimento dos seus detalhes” (*apud* BRENT 1993: 1). O primeiro passo para isso é encontrar conceitos elementares que podem ser aplicados a qualquer objeto (CP I vii). Apesar da sua complexidade, a teoria de Peirce está suportada em uns poucos conceitos muito abstratos e refinados como estão expressos nas três categorias fenomenológicas e nas definições e classificações de signos. Estes compõem um esquema analítico no nível de generalidade máxima que pode estar disponível a qualquer ciência particular ou disciplina.

No sentido acima discutido, além de ser uma filosofia científica, a semiótica geral também pretende funcionar como uma teoria fundacional, como um método geral da e para a investigação científica, ou mesmo como um mapa de orientação fenomenológica e epistemológica para ser usado por qualquer disciplina de qual-

quer espécie (ver SANTAELLA 2004a). Se isso é verdadeiro para qualquer campo científico ou disciplina, é ainda mais verdadeiro para a comunicação como campo de conhecimento, visto que a semiótica não apenas pode ser vista como uma teoria da comunicação, mas também pode-se dizer que a noção peirceana de semiose está enraizada num processo comunicacional. Antes de entrar nos detalhes dessa afirmação, passamos a apontar alguns aspectos relativamente evidentes que aproximam a semiótica da comunicação.

1.3. O PENSAMENTO COMO DIÁLOGO

Só há comunicação quando algo é intercambiado de um lugar a outro. Os alvos do processo de intercâmbio estão na realização de alguma forma de influência ou algum tipo de mudança entre os pólos dessa relação. Mas só pode haver transformação quando aquilo que é intercambiado contém alguma espécie de conteúdo que, comumente, é chamado de informação. Esta precisa estar corporificada em algo. Esse algo costuma ser chamado de mensagem. A mensagem, por seu lado, para existir, precisa estar materializada em signos de alguma espécie, os quais, para serem capazes de informar, devem de algum modo estar codificados. Para ser intercambiada de um lugar a outro, a mensagem precisa de um canal, veículo ou meio. As conclusões que podem ser extraídas disso parecem óbvias: (a) não há comunicação sem intercâmbio de algum tipo de conteúdo; (b) todo conteúdo se expressa em uma mensagem; (c) toda mensagem encarna-se em signos; (d) não há intercâmbio de mensagens sem um canal de transporte. Todos esses aspectos são aqueles que revelam, em um nível básico, as inter-relações entre comunicação e semiótica.

Entretanto, na semiótica peirceana, concebida como uma lógica fundacional, essas inter-relações brotam num nível mais profundo. Que a semiótica é também uma teoria da comunicação está implícito, em primeiro lugar, no fato de que não há comunicação

sem signos. Em segundo lugar, está implícito no fato de que a semiose é, antes de tudo, um processo de interpretação, pois a ação do signo é a ação de ser interpretado em um outro signo. Por isso mesmo, o significado de um signo é um outro signo e assim por diante, processo através do qual a semiose está em permanente devir. Como poderia haver comunicação se não houvesse produção de signos para serem interpretados?

Em um nível ainda mais profundo, a concepção peirceana de semiose, que é um modelo comunicacional abstrato, tem início no *dictum* de que todo pensamento deve ser considerado como dialógico na sua forma, talvez aberto e ocorrendo entre duas ou mais pessoas diferentes, talvez recoberto e ocorrendo dentro do pensamento de uma só pessoa. Dialogicidade não começa, assim, na comunicação entre emissores e receptores, mas já na semiose protocomunicativa, no pensamento e na cognição de cada um, sem comunicante externo, pois “o pensamento ocorre sempre na forma de um diálogo – um diálogo entre as distintas fases do ego” (CP 4.6).

Transferindo a idéia da dialogicidade, que é básica em todos os processos comunicativos e semióticos, ao processo do pensamento aparentemente apenas monológico, Peirce conclui que o pensamento não é a atividade de um indivíduo no sentido de um sujeito autônomo: “uma pessoa não é completamente um indivíduo. Suas idéias são aquilo que ele mesmo ‘se diz’, isto é, aquilo que ele diz àquele outro ser que, no fluxo do tempo, aparece. Quando argumentamos, é este ser crítico que estamos querendo convencer” (CP 5.421). Nessa visão dialógica do pensamento, ser pensante significa distinguir dentro de si diferentes papéis em um diálogo contínuo de um eu presente que se dirige a um eu futuro emergindo no fluxo do tempo. Em sua forma mais simples, o pensamento envolve dois papéis, o do eu crítico e o do eu inovador. Quando pensamos, é o eu inovador que tenta persuadir o eu crítico. Este último representa os hábitos da pessoa, enquanto o pri-

meiro desafia esses hábitos. Dialogicidade, neste sentido mais amplo, não pressupõe nenhuma *intencionalidade* dirigida pela consciência. O discurso racional e intencional é somente uma das muitas formas de semiose (cf. OEHLER 1995: 269). Portanto, para Peirce, a interioridade aparece a nós como outro, ela é polimorfa, de modo que nossa vida interior se dispersa pluralisticamente entre os campos de nossa experiência (cf. PETERS 1999: 259).

1.4. A TROCA DE SIGNOS NA CONVERSAÇÃO

É, entretanto, na conversação, no diálogo entre pessoas, que Peirce encontra o mais maravilhoso tipo de funcionamento sígnico e troca de signos (MS 283: 119). A qualquer momento, em uma tal conversação, os signos são emitidos, de um lado, e recebidos, de outro. Esse parece ter sido o paradigma da semiose. A esse respeito, Peirce (MS 318: 17) afirma: “A ação do signo geralmente ocorre entre duas partes, o emissor e o intérprete. Mas estes não precisam ser pessoas, pois um camaleão e muitos tipos de insetos e mesmo plantas fazem suas vidas emitindo signos ou mentindo através de signos”. Além disso, emissor e receptor alternam-se, pois o que importa, no caso, é o fluxo dos signos. Por isso mesmo, emissores e receptores não são simplesmente emissores e receptores, uma vez que o fluxo de signos está sempre preñado de vozes, ecos de discursos de outros.

Também da conversação Peirce extrai um modelo de comunicação, elaborado em 1906, e indicativo do lugar que o interpretante ocupa em um processo comunicativo, ou seja, na relação de um emissor com um intérprete. Os interpretantes comunicacionais são os seguintes:

“Há o interpretante Intencional, que é uma determinação da mente do emissor, o interpretante Eficiente (*effectual*) que é uma determi-

nação da mente do intérprete; e o interpretante Comunicacional, ou melhor, o Com-interpretante (*Cominterpretant*), que é uma determinação daquela mente na qual as mentes do emissor e do intérprete têm de se fundir a fim de que qualquer comunicação possa ocorrer. Esta mente pode ser chamada de “*Comens*”. Ela consiste de tudo aquilo que, de saída, é e deve ser bem compreendido entre emissor e intérprete a fim de que o signo em questão cumpra sua função” (SS: 196-97).

A postulação da necessidade dessa mente “*comens*” para que a comunicação possa ocorrer, não pode nos levar a imaginar que tal unidade seja facilmente atingida. “O signo do falante só pode ser uma parte de sua idéia sobre sua própria vida”, e ele é sempre somente “uma cópia de um pedaço” de sua vida. Quanto ao intérprete, este se ocupa de uma segunda cópia deste pedaço copiado e tem de saber onde exatamente, “no seu próprio panorama da vida universal, ele pode encaixá-la” (MS 318: 194-95).

“Mas o falante não tem nenhuma idéia a não ser as suas próprias. (...) Ele pode tentar determinar um local no panorama do intérprete, mas só pode avistar seu próprio panorama, onde ele só pode encontrar suas próprias idéias. Neste panorama, contudo, ele não tem nenhuma dificuldade em encontrar a vida do intérprete, isto é, sua idéia desta vida, e entre as idéias do intérprete, isto é, suas próprias idéias das idéias do intérprete, ele encontra uma idéia daquela parte do panorama do intérprete que ele deveria relacionar àquele pedaço (de informação), e isto ele expressa com seu signo em proveito do intérprete. Este último tem que passar por um processo circular semelhante a fim de encontrar na sua vida um local semelhante à sua idéia da idéia que o falante tem da sua vida” (MS 318: 198-99).

Conclusão: nenhuma comunicação de um indivíduo a outro pode ser inteiramente definida, pois estamos destinados a in-

interpretar e a interpretação sempre envolve nossos desejos e seus conflitos. Não há signos seguros na comunicação, apenas sugestões e adivinhações.

1.5. A SEMIOSE COMO ESTRUTURA ABSTRATA DO DIÁLOGO

É a estrutura dialógica assim concebida que Peirce abstrai e generaliza por meio das substituições da noção do emissor pela do objeto e da noção do receptor pela do interpretante. Nesta visão altamente abstrata, Peirce se aproxima da idéia platônica da alma como o movimentador que é movimentado. O signo é movimentado (colocado) por algo e, por sua vez, movimenta ou coloca algo outro (COLAPIETRO 1989: 22). A relação básica entre objeto, signo e interpretante foi derivada, portanto, da idéia de um emissor, um enunciado e um intérprete, através de um método analítico que Peirce caracteriza como uma busca pelos ingredientes essenciais desses três elementos presentes em todo diálogo (MS 318: 52-79 *apud* RANSDELL 1977: 172).

Quer dizer, a famosa tríade da semiose é uma extração, em nível de abstração máxima, dos três elementos fundamentais de todo processo comunicativo. Por isso mesmo, Peirce, certa vez, afirmou: “Não devemos começar falando sobre idéias puras — pensamentos vagabundos que vagueiam pelas vias públicas sem qualquer habitação humana — mas devemos começar com os homens e suas conversações” (CP 8.112).

Assim sendo, objeto–signo–interpretante é a tríade na qual a tríade do emissor–enunciado–intérprete se transformou quando esta última foi levada até à sua essência lógica. A pretensão de Peirce é abstrair do emissor e do intérprete os ingredientes que são vitais à noção triádica do signo. Em outras palavras, ele procura os elementos que podem virtualmente desempenhar os papéis significantes de emissor e intérprete. O ato comunicativo ou interativo comum foi tomado como um caso paradigmático da ação

sígnica, do qual seria possível extrair os componentes nucleares dessa ação (BERGMAN 2003: 11). Assim, o termo técnico “signo” é derivado da noção logicamente mais crua de “enunciado”, e a noção de “interpretante” é um refinamento lógico da noção de “intérprete”. “A parte mais enigmática está, sem dúvida, na derivação do conceito de objeto do conceito de emissor” (RANSDELL *ibid.*: 172). Antes de desvendar esse enigma, entretanto, é preciso discutir os outros dois membros menos enigmáticos da tríade.

“Peirce começou onde nós mesmos começamos, com um modelo que, tomado em si mesmo, sugeriria uma definição muito estreita, a saber, o modelo de uma conversação entre dois falantes de uma mesma língua. [...] Com alguma assistência que vem do movimento dos lábios e dos gestos, cada um dos falantes interpreta a seqüência de sons pronunciada pelo outro como sendo palavras, frases, cláusulas, sentenças na língua que eles compartilham” (FISCH 1986: 357).

Ora, palavras, frases, cláusulas, sentenças e conversações entendidas são signos, assim como são signos poemas, ensaios, contos, romances, orações, dramas, óperas, artigos de jornal, relatórios científicos e demonstrações matemáticas. Desse modo, um signo pode ser um elemento constituinte de um signo mais complexo, e todas as partes constituintes de um signo complexo são também signos. Por isso mesmo, a noção peirceana de signo também inclui imagens, sintomas, livros inteiros, bibliotecas, sinais, comandos, microscópios, representantes no parlamento, concertos e suas *performances* etc. (ver MS 634: 18).

Entretanto, não importa quão diversos os exemplos de signos possam ser, Peirce não extrai a sua noção genérica de signo de um estudo indutivo de suas existências empíricas. Seu método, ao contrário, nasce da tentativa de desenvolver uma definição muito abstrata do modo como os signos agem em geral. Assim sendo, qualquer coisa que exiba um tal modo de ação será *ipso facto* um

signo. Ora, a ação do signo é uma ação triádica que implica um objeto e um interpretante. Onde houver uma tal ação, lá estará o signo (para mais detalhes ver SANTAELLA 2000).

A definição peirceana do interpretante é também fruto de um refinamento lógico da noção mais crua de interpretação. Essa definição é, de fato, tão refinada que a idéia mais ou menos vaga que costumamos ter de um processo interpretativo é precisamente traduzida na semiótica peirceana por uma bateria conceitual de nada menos do que 12 graus do interpretante. Essa bateria conceitual minuciosamente evidencia, passo a passo, o modo pelo qual qualquer processo de interpretação se desenvolve. Esses passos incluem os aspectos potenciais, psicológicos, emocionais, energéticos, coletivos, lógicos, habituais e transformativos do processo interpretativo.

Por isso mesmo, interpretante não se confunde com intérprete. O interpretante é um conceito muito mais vasto que inclui o intérprete, mas não se reduz a ele. O intérprete corresponde apenas a um dos níveis do interpretante, que Peirce chama de interpretante dinâmico. Desse modo, o intérprete tem um papel importante a desempenhar na interpretação, mas esta envolve outros aspectos que não se esgotam na função desempenhada por um indivíduo particular, o intérprete, por mais importante que esta possa ser (ver SANTAELLA 1996 e 2000).

1.6. O OBJETO COMO INGREDIENTE ESSENCIAL DO EMISSOR

Quanto à derivação peirceana do conceito de objeto a partir da noção de emissor, pode-se dizer que o objeto é o ingrediente essencial dessa noção (JOHANSEN 1993: 193). É esclarecedora a explicação que Ransdell (1977) nos fornece dessa questão à primeira vista tão enigmática. Em última instância, o emissor de um signo, de qualquer fenômeno interpretável, é a realidade em si mesma. Isso é verdadeiro mesmo no caso de um falante humano,

quando somos levados a pensar que é a realidade que fala através do falante. Essa postulação peirceana pode ser complementada na sua afirmação de que a linguagem não está em nós, mas somos nós que estamos na linguagem.

Trocando em miúdos, o emissor é aquele que constrói e emite o signo. Ora, o objeto preenche uma função similar. Ou seja, o objeto não é aquilo que é expresso pelo signo, mas aquilo que o signo só pode indicar e que deve ser conhecido por experiência prévia e colateral. Do mesmo modo que o emissor não é criado pelo signo, mas pode ser visto como a fonte do signo, também o objeto parece preceder o signo. Entretanto, sem signos não haveria emissores, assim como não haveria nada a dizer. Isso sugere que seria mais acurado dizer que são os signos que precedem os emissores e não o contrário. De fato, embora o objeto determine o signo, este é logicamente um primeiro em relação ao objeto, que é um segundo. Como bem explica Bergman (*ibid.*: 12), que o objeto funcione como uma espécie de substituto abstrato de um emissor, não significa que o objeto seja uma espécie de repositório com algum tipo de poder auto-sustentado de gerar significado.

“Ou o objeto é algo bem conhecido tanto do emissor quanto do receptor em uma troca comunicativa ou ele deve, de algum modo, ser mostrado ou explicado de tal maneira que o intérprete seja capaz de determinar a sua identidade em um grau relevante (MS 318: 98). Em outras palavras, o papel semiótico do objeto não é o da enunciação no sentido da produção de sentido; o aspecto crucial do emissor que o objeto preenche é aquele de um contextualizador da semiose. Servindo como iniciador da comunicação, o emissor determina sobre o que o diálogo será. De modo similar, o objeto também delimita a ação dos signos” (*ibid.*).

Não há dúvida de que essa noção peirceana da função semiótica do emissor é bastante peculiar, mas, ao mesmo tempo, muito sin-

tonizada com as idéias pós-estruturalistas e psicanalíticas da primazia da linguagem e das determinações do sujeito pela linguagem. As implicações filosóficas desse argumento são muito complexas, não cabendo aqui a sua discussão mais aprofundada. De todo modo, valeria a pena enfatizar que a definição triádica do signo, derivada da tríade mais crua do emissor, mensagem e receptor, é um *constructum* que foi abstraído do modelo de uma conversação que pode ocorrer entre humanos, humanos e animais, animais e animais, humanos e máquinas, máquinas e máquinas, moléculas e moléculas etc. Uma noção tão estendida de conversação só foi possível dado o alargamento a que Peirce submeteu a noção de signo. De fato, trata-se de um tal alargamento ou generalidade abstrata que nos permite pensar até mesmo em uma interação molecular como um processo de semiose e, conseqüentemente, como um processo comunicativo.

1.7. A SEMIOSE COMO VIA EXPLICATIVA DA COMUNICAÇÃO

Todas as alternativas de semiosê acima mencionadas parecem possíveis quando consideramos, em mais detalhes, a generalidade da definição de signo de Peirce. Dentre as muitas variações, escolhamos a seguinte definição: “Um signo é qualquer coisa que é de um tal modo determinada por uma outra coisa que é capaz de determinar um efeito sobre uma pessoa, efeito este que chamo de seu interpretante, este último sendo, por conseqüência, mediatamente determinado pelo primeiro” (NEM 3: 886).

A partir dessa definição alguns aspectos da tríade podem ser colocados em relevo, a saber: (a) o signo é determinado por um objeto, isto é, o objeto causa o signo, mas (b) o signo representa o objeto e, por isso mesmo, é um signo, (c) o signo só pode representar o objeto parcialmente e (d) representar o objeto significa que o signo é capaz de afetar uma mente, isto é, produzir um certo efeito nessa mente, (e) esse efeito é chamado de interpretante do

signo; (f) o interpretante é imediatamente devido ao signo e imediatamente devido ao objeto, quer dizer, (g) é o objeto que determina o interpretante, mas somente o pode determinar pela mediação do signo.

Levando em consideração o nível de abstração dessa construção lógica da tríade sígnica, somos levados à conclusão de que “a comunicação não nos fornece os meios para explicar a ação do signo, mas, ao contrário, indica um fenômeno ou espectro de fenômenos a serem explicados por meio de outras concepções mais básicas”, tais como semiose, objeto, interpretantes, e os vários tipos de interpretantes (COLAPIETRO 1993: 34). Isso quer dizer que, por serem mais genéricas e abstratas, as concepções envolvidas na ação triádica do signo estão muito mais aptas para explicar os fenômenos comunicativos, apareçam eles onde aparecerem, entre humanos, animais, máquinas ou entidades biológicas, do que o contrário.

Um signo é comumente entendido como uma implementação para a intercomunicação (MS 283: 106). Contudo, esse entendimento comum negligencia o fato de que o conceito peirceano de signo é “o resultado de uma série de generalizações” (CP 1.82), derivadas de um processo abstrativo das nossas práticas comunicativas. Essas generalizações foram elaboradas e integradas com o propósito de iluminar não apenas essas práticas comunicativas, mas também os vários contextos em que essas práticas emergem e continuam a desenvolver-se (ibid.: 25). Para que isso fique claro, é preciso indicar o modo pelo qual as generalizações são capazes de inserir os processos comunicativos numa moldura ampla de *interfaces* com as teorias triádicas que podem ser extraídas da definição lógica de semiose. Essas teorias triádicas são as teorias da objetivação, da significação e da interpretação.

1.8. OS PROCESSOS COMUNICATIVOS NUMA MOLDURA DE INTERFACES

A relação do signo com o seu objeto dá origem a uma teoria da objetivação. Essa teoria inclui todas as questões relativas à referencialidade e aplicabilidade dos signos, à facticidade e reconstrução de pistas que sustentam as relações da linguagem com aquilo que costumamos chamar de realidade, com os contextos em que o signo está inserido. Inclui ainda as intrincadas distinções entre ficção e realidade, memória e esquecimento, verdade e mentira etc.

As relações internas do signo, relações do signo consigo mesmo, tais como se expressam nos quali-signos, sin-signos e legi-signos, ou seja, nos diferentes tipos de fundamento — qualidade, existente ou lei —, dão origem a uma teoria da significação que nos fornece conceitos para refletir sobre a materialidade dos signos, os corpos físicos em que se encarnam, seus aspectos sensoriais, suas formas de organização e seus sistemas de convenção.

As relações do signo com os intérpretes dão origem a uma teoria da interpretação que nos fornece meios para examinar o potencial interpretativo dos signos, seus processos de recepção e o problema da verdade.

Nas *interfaces* da objetivação, significação e interpretação, os processos de comunicação podem ser vistos como um jogo entre um conjunto de práticas e processos através dos quais diversas perspectivas se fundem na perspectiva inclusiva e ampla da semiose ou ação dos signos.

2. CHARLES MORRIS: COMUNICAÇÃO, SEMIOSE E “COMUNAGEM”

Representante de uma semiótica behaviorista, Charles W. Morris (1901-1979) tratou da comunicação nos seus livros *Fun-*

damentos da teoria dos signos (1938) e *Signo, linguagem e comportamento* (1946). No quadro da sua teoria, a comunicação pertence aos processos sígnicos, que, seguindo Peirce, Morris chama de *semiose*. Semiose pode ser não-comunicativa e comunicativa, e tanto a semiose em geral quanto a comunicação pode ser humana ou animal. O estudo da semiose pertence à *pragmática*, o ramo da semiótica que trata “da relação dos signos com os seus intérpretes” ou “dos aspectos bióticos da semiose” (Morris 1938: 17, 50).

2.1. SEMIOSE

Se a interpretação de signos por um intérprete, ou seja, o processo de semiose, pode ser tanto não-comunicação como comunicação, o que é que faz de semiose comunicação?

Semiose, na definição de Morris (1938: 13), é “o processo pelo qual algo funciona como signo”. Para Morris, um tal processo envolve três fatores: (a) o *veículo do signo* [*S*], quer dizer, “aquilo que funciona como signo”, (b) o *designatum* [*D*], “aquilo a que o signo se refere” e (c) o *interpretantê* [*I*], que, para Morris, é “o efeito sobre um intérprete em virtude do qual a coisa em questão é um signo para esse intérprete” (ibid.). A distinção entre o interpretante e o intérprete é importante: “O intérprete de um signo é um organismo; o interpretante é o hábito do organismo de responder, por causa do veículo do signo, a objetos ausentes, que são relevantes para uma situação problemática presente, como se estivessem presentes” (ibid.: 53). Ao que concerne à origem da teoria de que o hábito é uma determinante no processo da semiose, Morris se refere a Peirce: “Charles S. Peirce [...] chegou à conclusão de que, no fim, o interpretante de um símbolo deve residir num hábito e não na reação psicológica imediata que o veículo do signo evocou ou nas imagens ou emoções presentes” (ibid.: 52). Para ilustrar o papel destes fatores, Morris dá um exemplo de semiose animal:

“Um cão reage a um determinado som [*S*] pelo tipo de comportamento [*I*], próprio de uma caçada de esquilos [*D*]” (ibid.). Signo, interpretante e *designatum*, neste processo de semiose, se pressupõem mutuamente, pois nada é signo, *designatum* ou interpretante sem a semiose, que os faz tal” (ibid.: 14).

Para Morris, “alguma coisa só é um signo porque é interpretada como um signo de algo por um intérprete”.

2.2. COMUNICAÇÃO: O COMUNICADOR E O DESTINATÁRIO

O que falta no exemplo do cão, ouvindo um som e reagindo de uma certa maneira, para ser *comunicação*, é, em primeiro lugar, um segundo participante, um *comunicador* do signo. Quando há um tal comunicador que emite o signo para um intérprete, o intérprete se transforma em um *destinatário* do signo.

Num segundo exemplo, a semiose se refere a um viajante, que segue as instruções recebidas por uma carta de um amigo: “Um viajante prepara-se para lidar de maneira apropriada [*I*], com a região geográfica [*D*], em virtude da carta [*S*] recebida de um amigo” (ibid.). Evidentemente, neste caso se trata de comunicação, pois o signo tem um comunicador e o intérprete é, ao mesmo tempo, um destinatário do signo.

Em suma, comunicação é um processo que pressupõe um comunicador e um destinatário. Morris cria os neologismos ingleses *communicator* e *communicate* para sublinhar a simetria na situação comunicativa. O *comunicador*, na definição do behaviorista Morris, é “um organismo que produz um signo, que é um estímulo do comportamento social para um organismo (o destinatário)”, e o destinatário é “um organismo que interpreta um signo produzido por um comunicador” (1946: 360).

2.3. MEDIAÇÃO, INSTRUMENTALIDADE DOS SIGNOS E O ALCANCE DOS COMUNICADORES

A definição morrisiana da comunicação é tão ampla que inclui interações sígnicas entre quaisquer organismos biológicos, mas o critério de que a interação tem de ser sígnica exclui interações que não sejam mediadas por signos, pois o signo, para Morris, é um *mediador*, e comunicação é interação mediada (ibid.: 14). A mediação sígnica tem a ver com a idéia da ausência do objeto, o *designatum*, ao qual o signo comunicado se refere. A idéia do signo como um mediador entre algo presente (o comunicador e o destinatário) e algo ausente (o *designatum*) é a base de uma *teoria instrumental do signo*, e Morris assim especifica esta teoria: “Em virtude da semiose, um organismo toma consciência das propriedades não observadas de objetos presentes, e nisso reside a significação instrumental geral das idéias” (ibid.: 53).

Não só a semiose, mas ainda mais a comunicação servem para estender o horizonte espaço-temporal dos organismos. Por meio da comunicação, o horizonte do comunicador se estende do imediato para o distante. Antecipando Marshall McLuhan, que falaria mais tarde das mídias como extensões do homem, Morris diz que os signos e a comunicação têm a finalidade de estender o alcance dos comunicadores no tempo e no espaço:

“Dado o veículo do signo como um objeto de resposta, o organismo espera por uma situação de uma determinada espécie, e, sobre a base dessa expectativa, pode preparar-se parcialmente, para o que vier a desenvolver-se. A resposta a coisas por intermédio de signos é, portanto, biologicamente, uma continuação do mesmo processo no qual os sentidos de distância precedem os sentidos de contato no controle da conduta nas formas animais superiores; tais animais, por meio da visão, da audição e do olfato já estão respondendo a partes afastadas do meio-ambiente através de certas propriedades de objetos que fun-

cionam como signos de outras propriedades. Esse processo de tomar conhecimento de um meio-ambiente cada vez mais remoto é simplesmente continuando nos processos complexos da semiose que a linguagem torna possíveis, não mais precisando o objeto conhecido estar presente perceptivelmente” (Morris 1938: 53).

Para entender melhor a teoria instrumental e a idéia da mediação por signos, vale a pena considerar o oposto, a ação e a interação imediata entre dois organismos. Um cachorro que come um osso age, mas a sua ação não é semiose na teoria semiótica instrumentalista. Dois cachorros, que se atacam mutuamente, não comunicam – pelo menos não na medida em que se mordem – nem interagem num processo de semiose. Dois boxeadores num combate, também não comunicam. Na medida em que a interação deles é uma mera troca de socos, eles não trocam signos, quer dizer, não comunicam. A definição destes exemplos de ação e interação não-semiótica no quadro do behaviorismo recebe o nome de comportamento. Os nossos cachorros e os nossos boxeadores se “comportam”, mas não comunicam. Comportar (“to behave”) é o conceito chave do behaviorismo. O comportamento precede tanto a semiose como a comunicação.

2.4. INTENÇÃO

Semiose e comunicação não só se distinguem pela presença ou ausência do comunicador, mas também pela intenção de comunicar. Intérpretes também interpretam signos não comunicados por um emissor de uma mensagem, por exemplo, no caso dos sintomas de uma doença ou outros signos naturais.

Enquanto o cão do nosso exemplo *interpreta* o signo acústico do esquilo (num processo de semiose), a vítima evidentemente não *comunica* este signo para o predador, e certamente não tem a intenção de comunicá-lo. Nesta situação, há, portanto, só semiose,

mas não comunicação. O que falta, para haver comunicação, é um significado compartilhado pelos dois participantes na situação sígnica. O critério de comunicação, com o qual Morris especifica esta exigência, é: “Comunicação é a estimulação de *significata* comuns por meio de produção de signos” (ibid.: 360).

2.5. O DESTINATÁRIO COMO GARANTIDOR DA COMUNICAÇÃO E A SIMETRIA ENTRE OS COMUNICANTES

No modelo de Morris, aparece uma assimetria peculiar entre os dois protagonistas da semiose comunicativa, o comunicador e o destinatário. Do ponto de vista do signo, o papel do destinatário parece mais importante do que o papel do comunicador. Esta assimetria entre os dois participantes da comunicação fica clara se considerarmos que o destinatário de um signo é, ao mesmo tempo, o intérprete de um signo e continua intérprete quando não há comunicador, quer dizer, quando a situação não é de comunicação, mas só de semiose.

O mesmo não vale para o comunicador. Enquanto a semiótica de Morris reconhece a situação unilateral, em que o comunicador falta, como uma situação de semiose, a teoria não tem um lugar igualmente sistemático para descrever uma situação unilateral do lado do emissor do signo. Uma situação em que um signo é emitido por um emissor sem que haja receptor, igual a um pregador no deserto, não é comunicação nem semiose. Porém, ela pode ser o que Morris chama de *auto-comunicação*.

2.6. AUTOCOMUNICAÇÃO

Embora o comunicador e o destinatário sejam tipicamente dois organismos distintos, Morris também descreve o caso no qual um indivíduo comunica-se consigo mesmo, definindo isso como autocomunicação (*self-communication*). Exemplos disso estão no

uso de signos por um autor que escreve um diário secreto ou de uma pessoa que toma notas para não se esquecer do que escreveu. Apesar de ser dirigida ao mesmo organismo, a mensagem, no caso de autocomunicação, nem por isso tem dois destinatários que se distinguem ao menos pela condição temporal do organismo, pois, na autocomunicação, “o *self* de um momento comunica-se com o *self* de um outro momento”, explica Morris (ibid.: 292).

2.7. “COMUNAGEM” E “COMUNIZAÇÃO”

Ao contrário da semiose, que pode ser unilateral e unidirecional, como no caso do esquilo perseguido que emite sinais sem querer, comunicação pressupõe elementos de bilateralidade e simetria entre o emissor e o receptor dos signos. Ambos precisam ter uma significação em comum, o que Morris descreve pelo neologismo de *comunagem* (ingl. *commonage*). Na definição de Morris, comunagem quer dizer “tornar comuns certas propriedades para vários objetos” (ibid.: 195). Comunicação é, portanto, “o uso de signos para estabelecer comunagem de significação”. Neste processo, “os signos são os *meios de comunicação*, e a significação, que se torna comum por estes meios, é o *conteúdo da comunicação*” (ibid.).

Morris restringe o conceito de comunicação ao “uso de signos para estabelecer comunagem de significação” e pressupõe a possibilidade de uma comunagem sem signos. Para a descrição de um tal processo, ele introduz o neologismo de *comunização* (ingl.: *communization*). Na sua definição, comunização é o “estabelecimento de comunagem outra que aquela de significação – seja por signos ou outros meios” (ibid.).

Para entender a tese de Morris de que possa haver comunagem sem signos é preciso lembrar que sua semiótica behaviorista distingue entre signos e comportamento não-semiótico (*behavior*). Enquanto os signos são instrumentos de mediação usados na ausência dos objetos designados, o comportamento não-semiótico

interage sem que haja “imediatamente” uma tal mediação com o mundo. Neste sentido, comunicação pressupõe signos, mas comunização não.

A diferença entre comunicação e comunização fica mais clara com o exemplo seguinte: “Uma pessoa, que tem raiva, pode servir de ocasião para uma outra pessoa tornar-se raivosa também, e signos podem ou não podem ser os meios de estabelecer a comunização: isto é um caso de comunização. Ou a pessoa que significa raiva pode, pelo uso de signos, levar uma outra pessoa a significar raiva sem necessariamente se tornar raivosa também: isto é um caso de comunicação” (ibid.).

Numa situação de comunicação, é portanto suficiente que um comunicador meramente transmita a mensagem de ‘raiva’ sem que o destinatário se torne raivoso ele mesmo. Só quando o resultado é também a raiva do destinatário é que ocorre comunização, e esta raiva pode ser o resultado de signos transmitidos ou de um comportamento não mediado por signos. No primeiro caso, comunicação é o único propósito do uso do signo, mas “normalmente as pessoas comunicam para realizar uma outra finalidade” (ibid.: 196), que pode ser ou não comunização. Se uma pessoa raivosa *A* transmite a sua raiva de alguma coisa com o fim de levar o destinatário *B* a ficar raivoso com a mesma causa, *A* comuniza raiva, mas se *A* transmite a significação de raiva com a finalidade de criar medo ou respeito em *B*, os signos *comunicam*, mas não *comunizam* a raiva de *A*.

2.8. SIMETRIA E ASSIMETRIA DOS EFEITOS DA COMUNICAÇÃO

A simetria entre os participantes de um processo comunicativo é uma simetria das interpretações, pois “comunicação é o estabelecimento de uma similaridade, ao menos temporária, entre os interpretantes de emissores e recipientes de uma comunicação” (ibid.: 197). Estes aspectos da simetria comunicativa antecipam o

que os modelos posteriores da comunicação definiriam como o *código* comum ao emissor e receptor tal como uma língua comum aos participantes do processo comunicativo. É por falta de um tal código comum que a comunicação entre um chinês e um brasileiro pode tornar-se difícil.

Apesar da simetria pressuposta no processo comunicativo, comunicação e comunagem não significam controle do receptor nem igualdade das interpretações do comunicador e do destinatário. Os *efeitos* dos signos num processo de comunicação dependem de muitos outros fatores e podem ser opostos à intenção do emissor. “Uma pessoa que comunica raiva para tornar uma outra pessoa furiosa pode ter ou não sucesso na comunicação (para estabelecer a comunagem da significação), sem produzir a raiva entendida” (ibid.: 196). O efeito de uma comunicação não depende só dos signos emitidos nem das intenções do emissor, mas também da situação, dos interesses e das necessidades do receptor e do seu meio-ambiente. Um animal sem fome não vai procurar a comida comunicada para ele, e “o fato de que a comunicação se estabelece não significa automaticamente que os fins da comunicação vão se realizar” (ibid.: 196-97). Comunicação portanto “estimula *significata* comuns por meio de signos” (ibid.: 350), mas os efeitos desta estimulação não são previsíveis.

3. BAKHTIN: COMUNICAÇÃO DIALÓGICA

Na obra de Mikhail M. Bakhtin (1895-1975) e nos escritos publicados com os nomes de Pavel Medvedev e Valentin Voloshinov, que se acredita serem também da autoria de Bakhtin, o tema da comunicação é abordado em pelo menos três contextos: a crítica da teoria clássica da comunicação, a teoria da enunciação e a teoria do dialogismo. Uma reconstrução do “modelo da comunicação” de Bakhtin encontra-se em Todorov (1981: 85-88). A teoria bakhtiniana da enunciação é discutida em Todorov (ibid.:

67-93) e em Machado (1995: 66-72). O texto-chave sobre a *Estrutura do enunciado* de Voloshinov está incluso em Todorov (1981: 287-316).

3.1. A CRÍTICA À TEORIA DOS CÓDIGOS E DAS MENSAGENS

A crítica ao modelo clássico da comunicação e informação, que se encontra em Bakhtin, é uma crítica *avant la lettre*, pois Bakhtin formulou idéias que já se opunham a esse modelo, uns vinte anos antes dele aparecer na publicação de Shannon e Weaver (1949). Todorov (1981: 87) salienta as diferenças com que as posições de Bakhtin se distinguem do modelo clássico:

“Não é por acaso que Bakhtin usa ‘enunciado’ mais do que ‘mensagem’, ‘linguagem’ mais do que ‘código’ etc.: é porque, de fato, ele recusa deliberadamente a linguagem dos engenheiros para falar da comunicação verbal. Sob efeito dessa linguagem, corremos o risco de perceber a troca lingüística como um trabalho de telegrafistas: um dispõe de um conteúdo a transmitir, codifica-o com a ajuda de uma chave e transmite-o pelo caminho do ar; por pouco que o contato seja estabelecido, o outro decodifica com a ajuda da mesma chave, recuperando assim o conteúdo original. Tal imagem não corresponde à realidade discursiva: esta institui um na relação com o outro, o falante e o destinatário, que não existem, digamos, como tais, antes da enunciação. Isto se deve ao fato de que a linguagem é outra coisa do que um código”.

A posição dos “engenheiros da comunicação”, que é provavelmente a mais incompatível com as idéias de Bakhtin, corresponde ao modelo da comunicação como um fluxo de informação (*information flow*) nas instâncias de uma cadeia comunicativa que estão conectadas por seqüências de causalidade. Para Bakhtin, as instâncias da comunicação não são autônomas ou independentes

umas das outras, mas se constituem unicamente pela própria comunicação. Sobretudo, a mensagem não existe previamente e não é transmitida à maneira de uma carta ou um telegrama, mas ela se constrói pelo processo comunicativo.

Os “engenheiros da comunicação”, a que Bakhtin (MEDVEDEV 1928) se opunha, estavam representados, naquela época, nas teorias dos formalistas russos, aos quais Roman Jakobson pertencia. Em contraposição a estes, o modelo de comunicação bakhtiniano de comunicação assim se expressa (apud TODOROV 1981: 87-88):

“Aquilo que é transmitido é inseparável das formas, dos modos e das condições concretas da transmissão. Ora, os formalistas, nas suas interpretações, pressupõem tacitamente uma comunicação inteiramente pré-determinada e imutável, junto com uma transmissão também imutável.

Podemos expressar isso, esquematicamente, da seguinte maneira: tem-se dois membros da sociedade, A (o autor) e B (o leitor); as relações sociais entre eles são imutáveis por enquanto; tem-se também uma mensagem feita, X, que deve ser simplesmente remetida por A para B. Nessa mensagem feita, X, distingue-se o ‘o que’ (‘conteúdo’) e o ‘como’ (‘forma’) [...]. O esquema proposto é radicalmente falso. Na realidade, as relações entre A e B estão em estado de transformação e formação permanentes, elas continuam a se modificar no processo mesmo da comunicação. Não há mais mensagem feita, X. Ela se forma no processo de comunicação entre A e B.

Em seguida, ela não é transmitida de um a outro, mas é construída entre eles, como uma ponte ideológica, ela é construída no processo de sua interação”.

Décadas depois, nas suas “Notas de 1970/1971”, Bakhtin (1979: 388) reiteraria a sua crítica contra posições da teoria da comunicação inaceitáveis para ele, mas, desta vez, os seus opo-

nentes não são os formalistas, mas os semioticistas de Moscou e Tartu, que haviam adotado posições da teoria cibernética da comunicação e da informação: “A semiótica se ocupa principalmente de assegurar a comunicação de uma mensagem já concluída, mediante um código já concluído. Ora, no discurso vivo, a mensagem se cria pela primeira vez no processo de comunicação e, na realidade, não há código”.

O modelo da comunicação de Bakhtin não se distingue do modelo clássico só por suas diferenças concernentes às instâncias principais do destinador, do destinatário, da mensagem e do código, mas também por sua elaboração especial dos fatores da situação e do contexto extra-verbal da comunicação. A comunicação verbal não é só verbal, mas inclui uma mensagem determinada pelo contexto situacional. Para Bakhtin, “o não dito é também comunicação” (apud MACHADO 1995: 70). Os fatores que Bakhtin enumera são “o espaço e o tempo da enunciação (‘onde’ e ‘quando’), o objeto ou tema do enunciado (aquilo ‘de que’ se fala) e a relação dos locutores ao que se passa (‘a avaliação’)” e a ‘situação social’ (apud TODOROV 1981: 69).

A determinação situacional dos interlocutores é mais um fator responsável pela falta da autonomia ou independência mútua dos dois sujeitos da comunicação. Holquist (1981: xx) resume as diferenças entre o modelo da comunicação bakhtiniano, que leva essas determinantes situacionais em consideração, e o modelo clássico do seguinte modo:

“O cenário básico de Bakhtin [...] é o de duas pessoas reais falando uma com a outra em um diálogo específico em um tempo e lugar particulares. Mas essas duas pessoas não se confrontam como dois egos soberanos capazes de mandar mensagens um ao outro através de um espaço homogêneo como é idealizado pelos artistas que ilustram a maioria dos modelos de emissor-receptor da comunicação. Ao contrário, cada uma das duas pessoas é uma consciência em um

ponto específico na história em que ela se define através da escolha que fez – frente a todas as possíveis linguagens existentes que estão disponíveis a ela naquele momento – de um discurso que descreva sua intenção *nessa troca específica*”.

3.2. O ENUNCIADO DA COMUNICAÇÃO VERBAL

A teoria da enunciação está no centro de uma nova abordagem da comunicação verbal que Bakhtin (1929: 157-160) postula com o nome de *metalingüística*. Essa nova disciplina seria uma extensão da lingüística, uma *translingüística*, capaz de lidar com aspectos da “vida do discurso” que a lingüística deixa de lado na sua restrição ao estudo da linguagem como sistema. Em palavras que lembram a famosa passagem do *Curso de lingüística geral*, em que Saussure propõe a extensão da lingüística por uma nova ciência chamada de *semiologia*, Bakhtin (ibid.: 157-58) escreve:

“Podem ser situadas na metalingüística, subentendendo-a como um estudo – ainda não constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da lingüística. As pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a lingüística e devem aplicar os seus resultados. A lingüística e a metalingüística estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacetado – o discurso, mas o estudam sob diferentes aspectos e de diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. [...] É o ângulo dialógico que não pode ser estabelecido por meio de critérios genuinamente lingüísticos, porque as relações dialógicas, embora pertençam ao campo do discurso não pertencem a um campo puramente lingüístico do seu estudo. As relações dialógicas (inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala) são objeto da metalingüística”.

A unidade elementar do estudo metalingüístico é o enunciado. “Toda a comunicação verbal, toda a interação verbal se desenvolve na forma de uma troca de enunciados, quer dizer na forma de um diálogo” (apud TODOROV 1981: 71). O enunciado “não é mais uma unidade da linguagem (nem do ‘fluxo verbal’, nem da ‘cadeia verbal’), mas da comunicação verbal” (ibid.: 79). O enunciado não é uma construção, mas ele se constrói no processo da comunicação: “O enunciado se constrói entre duas pessoas socialmente organizadas, e não há interlocutor real, nós o pressupomos. [...] O discurso é orientado para o interlocutor, orientado para aquilo que é o interlocutor” (ibid.: 70).

As características de um enunciado são: (a) unidade do enunciador, (b) “acabamento interior” (que possibilita uma resposta), (c) expressividade (em vez de representação), (d) relação com todos os enunciados do passado e do futuro que têm o mesmo assunto, e (e) o enunciado se dirige a alguém (ibid.: 84). Os enunciados se concatenam para um discurso: “O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Tem fronteiras nítidas, determinadas pela alternância dos [...] locutores, mas, dentro dessas fronteiras, o enunciado, do mesmo modo que a mônada de Leibniz, reflete o processo verbal, os enunciados dos outros e, sobretudo, os elos anteriores” (BAKHTIN 1979: 319).

Bakhtin distingue entre o convencional e o individual como os “dois pólos” do enunciado (apud TODOROV 1981: 79). O lado convencional do enunciado, que pressupõe um sistema de signos, é compreensível para todos e se manifesta em “tudo que é repetido e reproduzido, reiterável e reproduzível”, enquanto o lado individual é “único e não reiterável, e é aí que está o seu sentido (sua intenção, aquilo para o qual ele foi criado)”. Num outro contexto, os dois pólos são o sentido neutro (ou lingüístico) e o sentido atual (ou real) do enunciado (BAKHTIN 1975: 104):

“O sentido lingüístico de um enunciado dado é concebido sobre o

fundo da linguagem, seu sentido real, sobre o fundo dos outros enunciados concretos sobre o mesmo tema, de outras opiniões, pontos de vista e apreciações em linguagens diversas. [...] Esse meio plurilingual de palavras 'estrangeiras' apresenta-se ao locutor não mais dentro do objeto, mas dentro do coração do interlocutor, como seu fundo aperceptivo, carregado de respostas e de objeções. E todo enunciado orienta-se sobre esse fundo, que não é lingüístico, mas objetual e expressivo. É, então, um novo reencontro do enunciado e da palavra do outro”.

3.3. O DESAPARECIMENTO DO ENUNCIADOR NA VOZ DO OUTRO

O discurso que se constrói desta maneira não é mais o discurso de um sujeito autônomo, porque, no enunciado, fala a voz do *outro* em pelo menos dois sentidos, no sentido da voz de todos os interlocutores do passado, cuja influência o discurso reflete, e no sentido da voz do interlocutor presente, cuja influência se manifesta em argumentos, pontos de vista e réplicas antecipadas.

Todas as palavras que o interlocutor usa são as palavras de um outro que a usou antes e as impregnou de valores alheios (apud TODOROV 1981: 77):

“Nenhum membro da comunidade verbal jamais encontra as palavras da língua que soem neutras, vazias de aspirações e de avaliações do outro, inabitadas da voz do outro. Não, ele recebe a palavra pela voz do outro, e essa palavra fica preñe disso. Ela intervém no seu próprio contexto a partir de um outro contexto, penetrado das intenções do outro. Sua própria intenção encontra uma palavra já habitada”.

A enunciação do enunciador não está na sua própria fala, mas num amálgama de citações, de empréstimos, de opiniões, de refu-

tações, de referências diretas ou indiretas, de fontes certas ou incertas, de opiniões comuns ou originais: “Na fala corrente de todo ser humano que vive em sociedade, a metade ao menos das palavras que ele pronuncia são palavras do outro” (BAKHTIN 1975: 158).

Além de ser o resultado de uma pluralidade de vozes do outro ausente, o enunciado também é o resultado da voz do outro presente, do interlocutor, que é levada em consideração na forma de uma resposta antecipada. O enunciador adota a perspectiva do ouvinte e entra assim num diálogo interior, que começa antes de ouvir qualquer resposta do interlocutor (BAKHTIN 1981: 282):

“O falante luta para chegar a uma compreensão de sua própria palavra, e do seu próprio sistema conceitual que determina sua palavra, dentro do sistema conceitual alheio da compreensão do receptor; ele entra na relação dialógica com certos aspectos desse sistema. O falante irrompe no horizonte conceitual do ouvinte, constrói sua própria enunciação em território alheio, tendo contra o seu, o *background* aperceptivo do ouvinte”.

Não só o destinador, mas também o destinatário tem um papel ativo no processo comunicativo. Compreensão significa assimilação, ‘dissimilação’, reação e resposta (ibid.: 282 e 1975: 104):

“Na vida real da fala, todo ato concreto de compreensão é ativo: ele assimila a palavra a ser entendida ao seu próprio sistema conceitual cheio de objetos específicos e expressões emocionais, e está indissoluvelmente imerso na resposta, com uma concordância e discordância motivadas. Até certo ponto, a primazia pertence à resposta, como um princípio ativo: ela cria o fundamento para a compreensão, e prepara o terreno para um entendimento ativo e engajado. A compreensão chega à fruição apenas na resposta. Compreender e responder dialeticamente se misturam e condicionam-se mutuamente, um é impossível sem o outro. Assim, uma compreensão ativa, aquela que

assimila a palavra sob consideração a um novo sistema conceitual, aquele que se luta por compreender, estabelece uma série de interrelações complexas, consonâncias e dissonâncias com a palavra e enriquece-a com novos elementos”.

Assim, nenhum dos dois interlocutores pode falar como um indivíduo, nenhum deles pode reclamar autoria dos próprios enunciados, pois o discurso não é mesmo um diálogo entre dois interlocutores, mas entre três, o outro ausente sendo o terceiro (apud TODOROV 1981: 83):

“O discurso (como em geral todo signo) é interindividual. Tudo que é dito, exprimido, encontra-se fora da ‘alma’ do locutor e não lhe pertence unicamente. Não podemos atribuir o discurso a um só locutor. O autor (o locutor) tem seus direitos inalienáveis sobre o discurso, mas o ouvinte também tem seus direitos, e também os têm aqueles cujas vozes ressoam nas palavras encontradas pelo autor (pois não existem palavras que não pertencem a ninguém). O discurso é um drama que comporta três papéis (não é um duo, mas um trio). Ele ocorre fora do autor, e é inadmissível que ele o projete em si”.

3.4. COMUNICAÇÃO DIALÓGICA E HETEROGLÓSSIA

Se Bakhtin afirma que o discurso não é só um monólogo mas um diálogo, se ele continua dizendo que o discurso não é um duo mas um trio, ele não demora em falar da *polifonia* do discurso. Isto é o tema daquilo que ele chama de *heteroglóssia*, o ‘falar em muitas línguas alheias’. Heteroglóssia é “o lugar onde se embatem forças centrípedas e centrífugas e, como tal, corresponde àquilo que a lingüística sistemática sempre terá que oprimir” (BAKHTIN 1981: 428). A heteroglóssia faz com que “toda expressão contenha, em si, o vestígio de outras expressões, tanto do passado quanto do futuro” (apud MORRIS, org. 1994: 249).

A *dialogicidade* é a característica fundamental de um mundo heteroglossálico. “Toda compreensão verdadeira é dialógica”, escreve Voloshinov (1930: 102). Bakhtin eleva o *status* do dialógico inclusive a um princípio de vida: “Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina. Daí o diálogo, em essência, não poder nem dever terminar. [...] Tudo é meio, o diálogo é o fim. [...] Duas vozes são o mínimo de existência” (BAKHTIN 1929: 223). Não existe nenhum significado, nenhum pensamento que não seja dialógico, pois “tudo significa e é compreendido como parte de um todo maior – há uma interação constante de significados; todos trazem, em si, o potencial de determinar os demais” (BAKHTIN 1981: 426).

Uma outra metáfora musical para caracterizar a dialogicidade do discurso é a do *discurso bivocal* (BAKHTIN 1929: 160): O discurso bivocal “surge inevitavelmente sob as condições da comunicação dialógica, ou seja, nas condições da vida autêntica da palavra”. A fonte de suas vozes na enunciação está na presença das palavras do outro em nossa fala (ibid.: 169):

“A transmissão da afirmação de um outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro. O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas”.

A dialogicidade não decorre somente da comunicação com o outro, mas também do diálogo interior. Através dele, constitui-se o *eu (self)*, que se confronta com o *outro* também enquanto um mesmo antigo ou posterior e, assim, constitui um mesmo sempre

em transformação (BAKHTIN 1981: 427; DANOW 1991: 23).

O princípio dialógico de Bakhtin aponta para paralelos surpreendentes com Peirce, que descreve o processo da semiose como dialógica e ilimitada (SANTAELLA 1986). Na citação a seguir, tais paralelos são percebidos claramente:

“Não há nem a primeira nem a última palavra, e não há fronteiras para o contexto dialógico. (Ele se estende ao passado ilimitado e ao futuro ilimitado.) Mesmo significados passados, ou seja, aqueles que surgiram no diálogo há séculos atrás, não podem ser estáveis (realizados e fechados de uma vez por todas). – Eles sempre vão se transformar (renovar-se) no processo dos desenvolvimentos seguintes, futuros do diálogo” (BAKHTIN 1981: 427; DANOW 1991: 23).

CAPÍTULO 6

A SEMIÓTICA NA COMUNICAÇÃO

Nos capítulos anteriores pusemos em discussão um grande número de teorias semióticas que contêm, em seu bojo, teorias explícitas da comunicação. Diferentemente, no campo da comunicação, não encontramos teorias semióticas propriamente ditas. O que nele existe é uma fartura de conceitos semióticos fracamente definidos e tratados de maneira vaga. Esse é o caso, por exemplo, dos conceitos de informação, referência, representação, significação, sentido e, certamente, interpretação. É também o caso dos conceitos muito usados de mediação, mediações culturais, mediações simbólicas, interações simbólicas. Este capítulo tem por objetivo trabalhar alguns desses conceitos a fim de evidenciar que eles podem ser enriquecidos quando transformados em conceitos efetivamente semióticos.

1. SIGNIFICAÇÃO

O conceito de significação aparece com remarcável frequência em textos de comunicação. Esse conceito não será retomado aqui porque já foi sobejamente discutido no capítulo três, nos tó-

picos sobre a semiótica comunicacional de Buysens, Prieto e Greimas. Para este último, esse conceito é tão central que engloba a concepção mesma da semiótica como uma ciência da significação. Também em Umberto Eco, a significação é um dos conceitos definidores da semiótica (ver capítulo 5).

2. INFORMAÇÃO

Este conceito já foi discutido e criticado no capítulo 1. No presente capítulo, sob um ponto de vista distinto, voltamos a essa crítica porque tem-se aí o conceito curinga mais empregado no campo da comunicação. Aliás, trata-se de um conceito curinga justamente porque é usado de modo vago, tosco, nunca de modo claramente definido, o que lhe dá o poder de trânsito que é próprio do lugar-comum. De fato, o conceito é tão penetrante que acaba sendo usado mesmo por aqueles que o criticam, provavelmente por não encontrarem algo melhor para colocar no lugar. Segundo nossa hipótese, o conceito de informação pode ser redefinido dentro de um paradigma semiótico ou, como querem alguns, ser substituído pelo conceito de semiose (ver Silva 2000). Para chegarmos a isso, passaremos brevemente em revista o histórico do conceito.

Marcus (1997: 16-20) diz que esforços para se definir informação de modo mais rigoroso apareceram no século 19, no contexto de desenvolvimento da termodinâmica. Nessa perspectiva, a informação é identificada com a ordem e a organização, em oposição à desordem, ao caos e à entropia. Em 1928, Hartley foi o primeiro autor a usar a palavra “informação” em um sentido matemático, sugerindo para ela uma unidade de medida, o que preparou o caminho para a teoria matemática da informação de Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1949).

Segundo essa teoria, um sinal tem informação na medida em que ele exclui a ocorrência de sinais alternativos que poderiam

ocorrer em seu lugar. Assim sendo, a quantificação da informação depende do número de alternativas excluídas e da probabilidade com que se pode esperar a ocorrência de um sinal. Sinais raros, para os quais há poucas alternativas, contêm mais informação do que sinais para os quais há muitas alternativas. A propriedade estatística da frequência ou raridade é um sinal característico do repertório de signos ou código. A informação é, portanto, mensurada como uma relação entre a ocorrência textual e o valor codificado de um sinal. Esse tipo de informação é usualmente definido como informação sintática ou assemântica (NÖTH 2000a: 134-35).

Para Wiener (1949), o criador da cibernética, a informação é a negação da entropia e Brillouin (1949) descreveu a termodinâmica como um caso especial da teoria da informação, apontando para o fato de que a informação é sempre compensada pela produção da entropia. Ele introduziu o termo “neguentropia” como um outro nome para informação.

Como já foi afirmado por Marcus (*ibid.*: 21), os principais parâmetros da teoria estatística da informação, a saber, entropia e redundância, servem para descrever os aspectos globais de um processo de comunicação. Deve vir disso o grande poder de penetração que esse conceito encontrou nesse campo. Antes de penetrar na comunicação, entretanto, o termo já havia sido amplamente disseminado na área de biologia. O grande mérito do modelo de DNA, proposto por Watson e Crick, em 1952, estava em mostrar como o DNA armazena informação genética e como funciona para guiar a síntese de outras moléculas. No início dos anos 60, chegou-se à formulação daquilo que ficou conhecido como o dogma central da biologia molecular, ou seja, a replicação ou transmissão do DNA, a transcrição do DNA-RNA e a tradução RNA das proteínas. Quando, então, o mecanismo da evolução foi também conduzido ao nível molecular e entendido nos mesmos termos dos processos de transmissão genética, transcrição, tradução

e diferenciação embrionária, a biologia passou a contar imprescindivelmente com um vocabulário advindo da teoria da informação. De fato, nos anos 1960 e 70, o paradigma informacional era aceito com euforia por muitos biólogos.

A despeito do entusiasmo que acompanhou a emergência da teoria da informação com suas promessas de aplicação nas mais variadas áreas, inclusive na estética (ver MOLES 1958; BENSE 1965), seus limites para o tratamento de aspectos individuais e locais da comunicação logo vieram à tona. Hoffmeyer e Emmeche (1991: 121), dois importantes bio-semiotistas dinamarqueses alertaram para o reducionismo dessa teoria quando afirmam que ela

“entra em colapso no momento em que a imprevisibilidade entra em cena – como, inevitavelmente, ela entra na vida real. A improbabilidade e, portanto, de acordo com a teoria, a informação, pressupõe a habilidade de se antever ocorrências possíveis. Para se afirmar que um evento é improvável, primeiro tem-se que saber que ele poderia, de qualquer modo, ocorrer. Conseqüentemente, o que é totalmente imprevisível – e, portanto, o que é realmente novo – não está ao alcance da teoria estatística das probabilidades”.

Como já foi mencionado no capítulo 1, conforme o conceito de informação declinava como um conceito científico claramente definido, a palavra “informação” foi ganhando cada vez mais expansão no uso diário. Para Hoffmeyer e Emmeche (1991: 119), “o uso moderno da palavra informação reflete a atomização do conhecimento que tem sido o ideal científico nos últimos cem anos”. Eles suspeitam que esse processo gradual pelo qual a informação foi primeiro desprovida de sua âncora pessoal e subjetiva e, então, atomizada em mensagens cada vez mais destacadas para finalmente terminar em unidades de *bits*, reflete a alarmante indiferença aos problemas epistemológicos que caracterizou a maior parte da cultura científica no século 20. Eles concluem que “a

objetivação do conceito de informação tem sido obtida ao custo de se desprover o conceito de muito de seu poder explanatório com respeito a situações da vida real da comunicação humana. Quando esse conceito de informação empobrecido é importado para a biologia, o resultado é uma trivialização correspondente da dinâmica dos sistemas vivos (ibid.: 212-122; ver também EMMECHE e HOFFMEYER 1991).

Para Emmeche (1998: 4), embora o conceito de informação tenha tido o mérito de tirar a biologia do reino puramente físico-químico, sua natureza quase-semiótica não é suficiente para dar conta das complexidades biológicas. Para ele, palavras como “transferência informacional”, “sinalização” e “comunicação” entre moléculas e células aparecem com frequência porque a verdadeira questão da biologia molecular está na comunicação e na interpretação de signos dentro e entre células (ver EMMECHE 1991, 1997; KULL 1993; SEBEOK e UMIKER-SEBEOK, orgs. 1992; UEXKÜLL 1993; HOFFMEYER 1997; HOFFMEYER e EMMECHE 1999). Por isso, ele propõe como tarefa da biossemiótica transformar os conceitos quase-semióticos, entre os quais especialmente o conceito de informação, em conceitos plenamente semióticos. Se esse recurso já parece fundamental para a biologia, o que dizer do campo da comunicação humana? Para levarmos essa idéia à frente, vale a pena explorar o modo como o conceito da informação aparece na teoria geral dos signos.

Na semiótica de C. S. Peirce, o conceito de informação está relacionado com um dos tipos de signos, a saber, o símbolo. No campo das mais diferenciadas ciências e artes, a palavra símbolo foi e continua sendo empregada com tal generosidade que seu sentido se envolveu em brumas. A definição peirceana, ao contrário, é técnica e precisa. Um detalhado estudo do símbolo pode ser encontrado em Santaella (2003b: 261-275). Para as necessidades presentes, vamos nos limitar a uma apresentação breve. Recordando rapidamente o que já foi visto no capítulo 5, em

uma definição muito geral, para Peirce o signo é um processo triádico, composto de um primeiro elemento, o signo, que, dentro de certas capacidades e limites, representa, isto é, indica, aplica-se ou refere-se a algo que está fora dele, seu objeto. Por ser determinado por esse objeto, o signo terá o poder de servir de mediador entre o objeto e uma mente interpretadora na qual ele produzirá um efeito que é indiretamente devido ao objeto. Esse efeito, seja de que tipo for, sentimento, reação, pensamento, é um outro signo, que Peirce chamou de interpretante. Essa é a definição mais abstrata. A ela foi adicionada uma grade de diferentes funcionamentos sígnicos. A que ficou mais conhecida é a tríade do ícone, índice e símbolo, como se segue.

Se o signo em si mesmo é uma qualidade, *quali-signo* (por exemplo, uma cor azul clara), em relação ao objeto a que ele se assemelha, esse signo só pode funcionar como *ícone* (do céu em um dia de sol que o azul sugere) e em relação ao interpretante, que ele está apto a produzir, o *quali-signo* icônico só pode ser um rema, signo hipotético ou conjectural (o azul claro pode sugerir o céu, mas também pode sugerir outras coisas azuis).

Se o signo em si mesmo é um existente, *sin-signo* (por exemplo, uma foto na capa de um jornal diário), em relação ao objeto que ele indica (uma determinada situação da realidade que a foto capturou), esse signo funciona prioritariamente como um *índice* e em relação ao interpretante que ele está apto a produzir, o *sin-signo* indicial será interpretado como um dicente, signo de existência concreta (seria possível ter acesso à situação fotografada por outros meios, especialmente o testemunho).

Se o signo em si mesmo é um *legi-signo* (por exemplo, este parágrafo em língua portuguesa que o leitor está agora lendo), em relação ao objeto que ele representa (a classificação dos signos de Peirce), esse signo funcionará como *símbolo* e em relação ao interpretante que deve produzir, o *legi-signo* simbólico será interpretado como um argumento, princípio de seqüência (o efeito de

significação que este parágrafo produz na mente daquele(a) que nos lê).

Para Peirce, o conceito de informação, que está relacionado a dois outros conceitos, o de denotação e conotação, aplica-se apenas ao símbolo. A denotação de um símbolo, também chamada de extensão do símbolo, caracteriza-se pelos objetos aos quais o símbolo se aplica ou se refere. Enquanto a denotação concerne ao aspecto quantitativo, a conotação, também chamada de significação, concerne ao aspecto qualitativo do conteúdo de um símbolo.

Tomemos como exemplo, a palavra cachorro, que foi utilizada por Peirce no manuscrito 854 para explicar esses conceitos. Assim, a denotação do símbolo “cachorro” é algum cachorro e implica o conhecimento de que há algum cachorro, mas pormenores desse animal permanecem indefinidos, pois não se trata do *meu* cachorro nem do cachorro *do vizinho*, casos em que o símbolo se faz acompanhar por elementos indiciais. Quando o símbolo “cachorro”, não é acompanhado de tais elementos indiciais, seu interpretante denotativo limita-se à idéia indefinida de que existe *algum cachorro*.

A conotação da mesma palavra consiste nas características típicas, que distinguem este animal dos outros. Sabemos que o cachorro tem quatro pernas, é um animal carnívoro da família dos caninos etc. Devemos aqui distinguir primeiramente entre os caracteres essenciais que a palavra implica, seu interpretante essencial. Em segundo lugar, é preciso ressaltar a idéia que ela, de fato, produz na mente de um intérprete particular. Em terceiro, os caracteres que a palavra pretendia especialmente produzir – “talvez apenas uma parte dos caracteres essenciais, talvez outros que não são essenciais e que a palavra agora produz” (Ms. 854).

Nos seus primeiros escritos, Peirce analisava a informação em dois aspectos (cf. JOHANSEN 1993: 146): (1) como o produto da denotação e da conotação de um símbolo e (2) como um estado determinado em um processo de aquisição de conhecimento. A

relação entre a extensão, a conotação (ou *compreensão*) e a informação expressa-se na seguinte equação: a informação é o produto da denotação e da conotação do símbolo. Mas Peirce dá prioridade à conotação porque a soma dos caracteres (conotativos) do símbolo governa sua aplicabilidade. Assim, numa definição mais precisa, a informação estaria mais conectada com a compreensão (e, portanto, com a conotação) do que com a extensão, visto que a informação é definida como “a quantidade de compreensão que um símbolo tem além daquilo que limita sua extensão” (Peirce 1982: 287). Desse modo, a informação é aquela parte da compreensão de um símbolo que excede o que é necessário para delimitar sua extensão. Para compreender essa definição é preciso considerar que Peirce distingue entre a extensão essencial, informada e substancial do símbolo e a sua profundidade ou compreensão essencial, informada e substancial (cf. JOHANSEN *ibid.*: 14,7). A extensão informada de um símbolo são todas as coisas das quais ele é predicável em um suposto estado de informação. Assim, se tomarmos como exemplo o símbolo “mulher”, sua extensão informada é tudo aquilo a que esse símbolo se aplica no estado de informação em que ele se encontra no ano de 2004. A profundidade informada são todos os caracteres reais que podem ser predicados do símbolo “mulher” nesse suposto estado de informação (CP 2.408-409). Quer dizer, que caracteres o símbolo “mulher” adquiriu (por exemplo, emancipação, representatividade etc.) recentemente que não possuía, nos anos 1950?

A extensão e profundidade informadas de um símbolo situam-se em um estado de informação entre dois extremos imaginários: de um lado, a extensão e profundidade essenciais e, de outro, a extensão e profundidade substanciais. O primeiro extremo refere-se a um estado imaginário (mínimo) de informação no qual os únicos fatos conhecidos seriam os significados das palavras. Assim, a profundidade essencial do símbolo “mulher” seria “um ser vivo adulto de sexualidade feminina”. No segundo extremo, a ex-

tensão e a profundidade substanciais de um símbolo seriam um estado imaginário (máximo), de intuição absoluta no qual a informação chegaria a um conhecimento completo de tudo o que o símbolo “mulher”, foi, é e será (CP 2.409-415). A partir disso, pode-se definir informação como o conjunto de caracteres que podem ser predicados de um símbolo menos os caracteres contidos em sua definição verbal.

O segundo modo de definir informação é concebê-la com um processo de aquisição de conhecimento. Este requer quaisquer outras experiências com o símbolo que não se restringem à experiência dos significados das palavras. Assim, conhecimento verbal é conhecimento que não é informacional.

Como se pode ver, embora seja bastante complexo, o conceito semiótico de informação tem como mérito maior não se restringir a uma unidade de medida, quantificável matematicamente, o que permite sua aplicação a processos discursivos de comunicação. De fato, há que se notar que a informação é um ingrediente apenas do símbolo, não se aplicando, portanto, a outras espécies de signos e misturas sígnicas que não sejam verbais. Por isso mesmo, para se compreender o funcionamento de situações comunicativas não verbais, a saber, a natureza de suas mensagens, sua contextualização e os processos de recepção que estão aptas a produzir, o conceito de semiose é muito mais eficaz. Isto porque a semiose, como ação dos signos, implica uma miríade de tipos de signos e seus correspondentes modos de agir. Esse julgamento também se aplica ao caso do discurso verbal, pois, conforme evidenciado acima, a informação é apenas um ingrediente do símbolo. Não apenas o símbolo envolve outros elementos além da informação, quanto também o discurso verbal está entremeado de outros tipos de signos, além do símbolo.

3. REPRESENTAÇÃO E MEDIAÇÃO

Os conceitos de representação e mediação estão carregados de implicações filosóficas. Apesar disso, são correntemente utilizados no campo da comunicação sem as necessárias precauções quanto à complexidade de seus possíveis significados. Tanto um, representação quanto o outro, mediação, são conceitos centrais na semiótica filosófica de C. S. Peirce. Além de centrais, são conceitos interrelacionados e indissolúveis que fazem parte integrante da noção de semiose. De fato, essa noção, que procuraremos explicitar no que se segue, engloba, em um todo coeso e logicamente articulado, não apenas os conceitos aparentados de mediação e representação, mas também os processos perceptivos e interpretativos. Vem daí nossa reivindicação da importância da semiose para a definição mais acurada de muitos dos conceitos que povoam os textos sobre comunicação.

Em muitas áreas das humanidades, ciências sociais, e especialmente na comunicação, o termo “representação” costuma ser tomado de modo tácito como se, desde suas origens filosóficas, seus significados não apresentassem problemas. Outro conceito que vem sendo também utilizado de modo bastante impreciso é o de mediação. Neste tópico, a natureza semiótica desses conceitos será discutida sob o ponto de vista de Peirce, pois pode-se afirmar que, na semiótica peirceana, o trabalho com os conceitos de representação e de mediação é levado ao limite último da sutileza analítica.

A semiótica peirceana é uma teoria complexa e multifacetada da representação. Esta apresenta variantes como a apresentação, a quase-representação até o limite da presentificação. A semiótica ainda inclui a distinção entre representação e referência e entre representação e interpretação. Apesar de sua complexidade, a representação é apenas uma face de um conceito mais geral que é o conceito de mediação. A chave para a compreensão de todas

essas noções está nas definições e classificações peirceanas de signos, contanto que não se tomem essas classificações em um sentido estreito, mas, conforme já foi apontado no capítulo 5, como “padrões que incluem todos os aspectos ontológicos e epistemológicos do universo dos signos, o problema da referência, da realidade e ficção, a questão da objetividade, a análise lógica do significado e o problema da verdade” (BUCZYINSKA-GAREWICZ, 1983: 27).

Tendo isso em vista, as diferenciações entre signos genuínos e signos não-genuínos, também chamados de degenerados por não formarem tríades completas, que as classificações explicitam, são fundamentais não apenas para a lógica, para a ciência, mas também para a linguagem, lei, governo, política, religião, arte etc. De fato, elas são fundamentais para se compreender ação, percepção, emoção e pensamento humanos (SAVAN 1994 apud SANTAELLA 2001: 31).

3.1. A REPRESENTAÇÃO COMO UMA FACETA DA MEDIAÇÃO

Alguns comentadores afirmam que, na semiótica peirceana, representação é um sinônimo de signo. Isso é menos do que meia verdade. Representação é apenas uma face da mediação, cuja outra face está no conceito de determinação. Vejamos isso por partes.

Já é bastante conhecido o fato de que a semiótica de Peirce tem suas fundações na fenomenologia. Seus estudos fenomenológicos levaram-no à conclusão de que há três elementos onipresentes em todos os fenômenos: (a) o elemento relacionado às idéias de acaso, indeterminação, originalidade, frescor, possibilidade, qualidade e sentimento foi chamado de primeiridade, (b) o elemento relacionado às idéias de determinado, final, objeto, correlativo, necessitado, reativo, polaridade, negação, matéria, realidade, compulsão, ação-reação, aqui e agora, oposição, efeito, ocorrência, fato, conflito, surpresa, dúvida e resultado foi chamado de

secundidade, (c) o elemento ligado às noções de devir, generalidade, continuidade, crescimento, mediação, infinito, inteligência, lei, regularidade, aprendizagem e hábito foi chamado de terceiridade (PEIRCE 1992: 280).

Em muitas ocasiões, Peirce afirmou que a forma mais simples de terceiridade pode ser encontrada no signo. Para repetirmos em uma outra variante, as definições que já vimos no capítulo 5 e também acima, o signo é uma relação triádica entre um primeiro ou signo (aquilo que está no lugar de uma outra coisa, seu objeto), um segundo ou objeto (aquilo que determina o signo) e um terceiro ou interpretante (um outro signo produzido na mente de um intérprete devido à relação do signo com seu objeto). Estas e outras definições mais detalhadas do signo são descrições lógicas da semiose, quer dizer, do modo como o signo age. A ação do signo, como também já foi mencionado, é a de produzir um outro signo que funciona como uma interpretação do primeiro.

A definição mais conhecida do signo como “algo que representa uma outra coisa para alguém” foi a colherada de sopa que Peirce deu a seus leitores para se fazer entender. A inserção dessa expressão “para alguém” no lugar de sua noção mais complexa do interpretante torna, de fato, a definição mais fácil de ser entendida, mas, ao mesmo tempo, -a faz menos apta para sua aplicação a processos de comunicação e cognição que não dependem de uma consciência humana para que o interpretante seja produzido, tais como os processos que ocorrem, por exemplo, na natureza ou em fenômenos biológicos e na inteligência artificial.

Para retermos a plena potencialidade da noção de signo, é preciso considerar sua definição em seu nível mais genérico e abstrato. O que essa definição traz à baila é a função mediadora do signo entre o objeto e o interpretante e as relações de determinação do signo pelo objeto e do interpretante pelo signo. Os três elementos — signo, objeto e interpretante — em sua natureza existencial, podem pertencer a várias ordens de realidade, quer dizer,

podem ser objetos singulares (uma mesa, por exemplo), classes gerais (a classe dos animais), ficções (Hamlet ou Riobaldo), representações mentais (a lembrança de um evento), impulsos físicos (eletricidade), ações humanas (uma contestação social na Avenida Paulista), atividades orgânicas (respiração), leis naturais (a lei da gravidade) etc. Não é a natureza existencial de algo que faz esse algo ser signo, nem ser objeto, nem interpretante, pois qualquer um dos três elementos pode pertencer a qualquer ordem de existência, inclusive a existência de uma ficção ou de uma alucinação. O que os faz funcionar como signo, objeto e interpretante é a relação lógica que se estabelece entre eles, ou seja, o modo como essa tríade se articula.

Parmentier (1985: 27-29) enfatiza que a relação sígnica se articula pelo cruzamento de um vetor de representação, que aponta do signo e do interpretante para o objeto e um vetor de determinação que aponta do objeto para o signo e deste para o interpretante. A posição do signo é mediadora entre o objeto e o interpretante, tanto no vetor da representação quanto no vetor da determinação. O signo faz face simultaneamente em duas direções: ele faz face para o objeto em uma posição passiva de ser determinado, ao mesmo tempo em que está na posição ativa de representar o objeto para o interpretante, fazendo, então, face para o interpretante em uma posição ativa de determinação.

Vejam os em um exemplo como isso se manifesta: um editorial de jornal que argumenta sobre a situação política e econômica da Argentina. Esse editorial é um signo complexo que representa os fatos, a saber, a conjuntura atual da Argentina. Essa conjuntura é o objeto do signo, ou seja, é aquilo que determina o signo, isto é, que faz com que o editorial seja escrito. O editorial como signo estabelece a mediação entre a conjuntura na Argentina, objeto do signo, e o efeito interpretativo que a leitura desse editorial irá provocar na mente de um intérprete. Esse efeito, essa interpretação é um outro signo que é determinado pelo objeto, a conjuntura Argentina, através da mediação do signo, o editorial.

Como se pode ver, enquanto a função mediadora é uma função geral, a função representativa corresponde apenas a um dos vetores da função mediadora do signo. Por representar o objeto é que o signo pode cumprir a função mediadora. Por representar a situação da Argentina, através da indicação de fatos e comentários e argumentos acerca desses fatos, o editorial pode fazer a mediação entre esses fatos e o interpretante, isto é, os possíveis efeitos interpretativos que irá produzir na mente de seus intérpretes. Neste ponto, entretanto, cumpre estabelecer uma distinção importante entre mediação e meios.

3.2. MEDIAÇÃO E MEIOS

Basicamente, a mediação é definida como qualquer processo no qual dois elementos são colocados em articulação através da intervenção de um terceiro. A função desempenhada por esse terceiro é, portanto, a de permitir a passagem de alguma propriedade de um para outro elemento. Por isso mesmo, Peirce considerou que a noção de comunicação é um traço essencial de toda semiose, visto que, em todo processo de comunicação, deve haver uma mediação que permita a passagem, a comunicação, de uma cognição a outra. Essa mediação é exercida pelo signo. Tanto é assim que, em seus últimos escritos, a função mediadora do signo levou Peirce a postular que o signo é uma espécie de *medium* de comunicação entre duas idéias, ou entre um objeto e uma idéia, ou melhor, entre um objeto e uma idéia interpretante que o signo produz ou modifica.

A expressão *medium* de comunicação deve ser tomada aí como sinônimo de signo, por cuja mediação algo do objeto pode alcançar ou influenciar uma mente interpretadora (MS 634: 24). A mediação do signo é inalienável porque não pode haver conexão direta entre uma mente e outra, entre um objeto e uma mente. Nesse sentido, o signo como *medium* de comunicação não se con-

funde com aquilo que, desde as primeiras décadas do século 20, passou a ser chamado de meios de comunicação, pois estes, na realidade, referem-se aos veículos de massa: jornal, rádio, cinema, televisão etc. Ora, veículos em si não cumprem funções mediadoras. Essas funções são desempenhadas pelos fluxos de signos que neles circulam.

Entretanto, não podemos ignorar que, a fim de cumprir a função mediadora, função de meio de comunicação, o signo tem de estar corporificado, tem de estar materializado em um veículo sensível ou em uma forma expressiva. De fato, Peirce sempre insistiu na necessidade de estudar as formas expressivas ou representações externas ao invés de ficar tentando examinar o pensamento ele mesmo através de alguma forma de introspecção não mediada (CP 1.551). A importância da corporificação do signo para o cumprimento de sua ação mediadora pode ser verificada na passagem a seguir: “Por um signo quero dizer qualquer coisa, real ou fictícia, que é capaz de estar numa forma sensível, é aplicável a algo diferente dele, que já é conhecido, e que é capaz de ser interpretado em outro signo, que chamo de seu interpretante, de modo a comunicar algo sobre o objeto que pode não ter sido previamente conhecido” (MS 654: 7).

A distinção entre mediação e meio, quando este é concebido no sentido de veículo de comunicação, é fundamentalmente importante porque a função mediadora é muito mais abstrata e complexa do que a de veículo que, na verdade, só cumpre a função de dar corpo à mediação. Embora o signo não possa cumprir a sua função mediadora sem estar encarnado em um veículo sensível, este, por ser um mero aparato, não tem poder para cumprir, em si mesmo, o papel mediador.

3.3. OS SIGNOS GENUÍNOS E OS QUASE-SIGNOS

A complexa lógica da mediação é geral e abstrata. É por isso

que até agora só colocamos atenção no caráter genuíno da semiose, na qual a relação signo–objeto–interpretante é genuinamente triádica, com seus três elementos em nível de terceiridade, e da qual o editorial que foi acima mencionado seria um exemplo apenas aproximado. De fato, é aproximado porque qualquer signo manifesto, pela simples razão de existir concretamente, já apresenta um certo grau de degeneração. No caso do editorial, seu poder de mediação só durará o tempo exato em que os fatos não apresentem modificações. Uma vez que seu objeto é um concreto, sujeito às vicissitudes do cotidiano, estando, portanto, em nível de secundidade, preso às circunstâncias imediatas do tempo e do espaço, sua semiose não é genuinamente triádica. É por isso que um jornal perde quase toda a sua importância no dia seguinte.

Os únicos casos de signos que chegam mais perto do nível abstrato de triadicidade e, conseqüentemente, da mediação genuína, encontram-se no discurso verbal abstrato. E quanto mais abstrato ele for, mais o discurso se aproximará da semiose genuína. Um exemplo disso pode ser encontrado nas referências que costumamos fazer a noções muito gerais, tais como “o pensamento de Platão” ou “as idéias de Einstein”. Mesmo os símbolos matemáticos, embora muito abstratos, pertencem, de fato, predominantemente à secundidade, especialmente devido à sua natureza visual. É neste ponto que a originalidade radical da teoria peirceana dos signos se evidencia.

Por ter baseado sua semiótica na fenomenologia, ele pôde estender a noção de signo tão longe de modo a considerar como signos também os fenômenos que não são inerentemente triádicos, isto é, fenômenos de secundidade e de primeiridade. Desse modo, mesmo uma ação ou reação meramente diádicas podem funcionar como signos tão logo encontrem um intérprete, como, por exemplo, as folhas amarelando nas árvores do hemisfério norte significam que é chegado o outono. Até mesmo uma simples qualidade monádica pode também funcionar como signo tão logo seja asso-

ciada a qualquer outra coisa. Assim, o som de uma música pode ser associado a uma composição de cores, funcionando como signo dela.

A grande maioria dos casos de signos, se não todos eles, caracteriza-se como formas degeneradas de signos. Uma relação diádica, como por exemplo qualquer relação da parte para o todo, pode funcionar como signo, assim que um intérprete reconhecer essa relação. Um mero fragmento quebrado de um material qualquer pode funcionar como signo no momento em que alguém reconhece que se trata de um fragmento que pertence a um todo. Mesmo uma qualidade monádica pode funcionar como signo assim que ela sugerir uma outra qualidade. Uma simples cor amarela funciona como signo no momento em que sugere uma outra qualidade para uma mente. Em um nível ainda mais rudimentar, qualquer cor, som ou cheiro podem funcionar como signos no momento em que produzem uma qualidade de sentimento na sensibilidade de um intérprete. Tal qualidade de sentimento age como signo porque funciona como uma forma muito rudimentar de predicado da cor ou do som ou do cheiro. Enfim, tudo aquilo que delicia nossos sentidos é objeto de uma predicação rudimentar. Essa predicação é o quase-signo que se encarna no prazer dos sentidos.

São essas extensões da noção de signo, essas misturas e classes de signos às quais elas dão origem, os vários graus de semiose degenerada, que comparecem nas variadas classes de signos de Peirce, que podem funcionar como ferramentas analíticas para o estudo dos diferentes graus de representação que vão da representação convencional, passam pela apresentação, pela quase-representação até chegar ao limite da presentificação, cujos exemplos vicejam nas artes, na música e na poesia. À luz desses conceitos peirceanos, não precisamos denegrir a representação ou apelar para uma pretensa crise da representação para fazermos jus aos fenômenos fragilmente representativos, tais como meras qualida-

des de cores, luzes, formas e sons no lusco-fusco das impressões com que nossa sensibilidade pode ser presenteada.

À luz da semiótica peirceana o mundo não é visto em preto e branco, mal e bem, representação e anti-representação, mas em uma sutileza de graus que se espraiam no contínuo.

3.4. DA REPRESENTAÇÃO À APRESENTAÇÃO

Tradicionalmente, uma distinção importante foi feita entre representação e apresentação. “A apresentação se refere à presença direta de um conteúdo na mente, enquanto a representação está reservada à consciência de um conteúdo que necessariamente envolve elementos de reprodução e duplicação” (Scheerer et al. 1992: 827). Dando uma interpretação semiótica para essa oposição, Bense e Walter (1973: 77) concluíram que a representação é uma pressuposição da qualidade do signo:

“A diferença entre um objeto (diretamente) presente (e, como tal, algo que se mostra a si mesmo) e um objeto (mediado) representado tem a ver com a diferença entre semiótica e ontologia. Pertence à condição de se introduzir o conceito de signo. [...] Objetos apresentados funcionam ontologicamente, enquanto objetos representados funcionam semioticamente”.

Contra a visão de Bense e Walter de que a representação é uma condição do signo, deve-se considerar o fato de que há signos que não representam nada. A distinção entre signos representativos e não-representativos vem de Husserl (1900, vol. 2.1: 23) que diferenciou entre signo de expressão, que é intencional e significativo, e um índice, que não tem qualquer função significativa. Seguindo essa idéia, Schütz (1932) afirmou que apenas os símbolos representam, visto que os índices são não-representativos.

Os casos de semiose degenerada, nas classificações peirceanas

de signos, podem nos auxiliar a compreender essas diferenças. No caso das relações diádicas, temos signos de secundidade, isto é, índices. Em vez de representações, os índices são meros casos de apresentações. Quando olhamos para as trilhas das marcas que os passos deixam na neve, essas marcas se apresentam em sua concretude e singularidade. Sem a singularidade dessa apresentação não poderia haver indicação de que certas marcas são de pés adultos, outras, de pés de crianças, outras ainda, de patas de um animal.

Isso se dá particularmente porque, devido às relações existenciais que os índices implicam, a maior parte deles está envolvida em processos perceptivos, nos quais o elemento indicial predomina. Para deixarmos essa questão mais clara, temos de recorrer à teoria peirceana da percepção. Trata-se de uma teoria bastante complexa (ver SANTAELLA 1999), da qual reterei apenas os elementos necessários para compreender o papel desempenhado pela apresentação nos signos indiciais e, mais à frente, para compreender o papel desempenhado pela presentificação nos signos icônicos.

Todas as teorias da percepção conhecidas são diádicas, pois consideram basicamente a relação entre um sujeito que percebe e o objeto percebido. Diferente da tradição, a teoria da percepção peirceana é triádica. Em todo processo perceptivo, três elementos estão envolvidos: o percepto, o *percipuum* e o juízo perceptivo. O percepto corresponde àquilo que comumente é chamado de estímulo. Algo, fora de nós, se apresenta à nossa percepção. Bate insistentemente à porta dos nossos sentidos. Não podemos evitar atentar para aquilo que está lá para ser percebido, pois nossos sentidos funcionam como janelas abertas para tudo que a eles se apresenta. O que está lá fora, aparecendo aos sentidos, é o percepto.

Tão logo o percepto atinge os nossos sentidos, ele é imediatamente convertido em *percipuum*. Todas as espécies estão equipadas geneticamente com sistemas sensórios específicos que filtram o estímulo exterior ou percepto de uma determinada maneira, im-

pondo um certo tipo de tradução perceptiva àquilo que se apresenta aos sentidos. Ao ser traduzido de acordo com o potencial e os limites que um dado sistema sensório lhe impõe, o percepto se torna *percipuum*. Essa conversão ou tradução pode se dar em três níveis que, no caso dos processos perceptivos humanos, assim se identificam: (a) como mera qualidade de sentimento; (b) de modo surpreendente; (c) sob a forma de um hábito interpretativo.

No primeiro nível, a consciência de quem percebe é assomada por uma onda vaga e indefinida de sentimento. Certamente estamos aqui no domínio da primeira categoria fenomenológica. Produz-se, no campo perceptivo, uma espécie de fusão entre o percebedor e o percebido. A percepção é imediata na sua imediaticidade, pura presentificação que borra os limites entre o percepto e o *percipuum*.

No segundo nível, o percepto aparece sob a forma do inesperado, produzindo o efeito da surpresa e mesmo do choque. O *percipuum* surge como reação instantânea não mediada pela ação do hábito.

No terceiro nível, surge mais propriamente o juízo perceptivo. Tão logo o percepto é recebido sob a forma de *percipuum*, este é imediatamente capturado pelos esquemas gerais de interpretação com que o ser humano está provido. Esse elemento de generalidade corresponde aos princípios condutores ou hábitos mentais que regulam a formação do juízo de percepção. É através do juízo perceptivo que reconhecemos aquilo que é percebido. O percepto é algo externo que bate insistentemente à porta de nossa percepção. Ele é mudo, pois não dispõe de nenhuma generalidade. São os esquemas conceituais que trazem consigo os elementos interpretativos gerais que permitem a identificação e o reconhecimento do percepto.

Os juízos perceptivos são, portanto, inferências lógicas, elementos generalizantes que pertencem à terceiridade e que fazem com que o *percipuum* se acomode a esquemas mentais e interpretativos mais ou menos habituais. São os juízos perceptivos

que nos dizem que o cheiro que estamos sentindo é o de um perfume de mulher, que aquilo que estamos vendo é a porta do um elevador. Embora sejam inferências lógicas, os juízos perceptivos se forçam sobre a nossa aceitação e nosso reconhecimento através de processos mentais sobre os quais não temos o menor domínio consciente, processos que estão totalmente fora de nosso controle.

Para extrair da explanação acima apenas os elementos que são importantes para se compreender a questão da apresentação que é própria dos signos indiciais, é preciso nos reportarmos aos perceptos, aquilo que está lá, fora de nós, e que se apresenta aos nossos sentidos. A trilha de passos na neve, por exemplo, está lá, apresentando-se aos sentidos. São perceptos, estímulos perceptivos que existem, independentes de nossa vontade. Lá estão, obstinados na insistência de sua mera existência, à espera de serem percebidos.

Assim, na percepção, temos apresentação, não apresentação imediata, mas apresentação mediada, pois, ao serem percebidos, os perceptos se convertem imediatamente em juízos de percepção: constatamos que se trata de marcas de passos. Portanto, o juízo perceptivo não representa logicamente o percepto. Ele o indica, como um sintoma que é forçado a corresponder a seu objeto (CP 7.628). Se não houvesse esse tipo de ligação factual, se o juízo perceptivo não fosse um sintoma do percepto, não seria possível confiar nele como juízo daquele percepto específico (cf. SANTAELLA 1999: 110).

Esse nível apresentativo da percepção, que está implicado nos signos indiciais, é grandemente responsável pelo caráter de apresentação desses signos. Índices se apresentam à percepção para que se possa, a partir de sua existência, constatar sua indexicalidade em relação a um outro existente de que o índice é parte. Os passos indicam que, de fato, um adulto, uma criança e um animal passaram por aquele caminho, nele deixando seus sinais.

3.5. DA APRESENTAÇÃO À PRESENTIFICAÇÃO

No caso da mônada, somos confrontados com signos de primiridade, a saber, ícones, que são signos no mais alto grau de degeneração e, portanto, quase-signos. Aqui, em vez de representação, ou mesmo de apresentação, falamos em quase-representação, visto que, por serem meros quali-signos, os ícones não têm poder de representação. Qualidades só podem ser comparadas a outras qualidades. Quando perguntaram a Beethoven pelo significado de sua sonata “A tempestade”, ele respondeu: “Leia Shakespeare”. A mais perfeita tradução de um fato estético é um outro fato estético pela simples razão de que ambos são capazes de produzir no receptor qualidades análogas de sentimento.

Savan (1976: 14-15) nos ajuda a compreender essa questão:

“Uma qualidade como tal só pode ser o signo de uma qualidade. De que qualidade ela é um signo? Com que fundamento uma qualidade particular qualquer pode ser selecionada como objeto de um quali-signo? A resposta natural é que uma qualidade pode ser um signo de uma qualidade idêntica ou similar. A dificuldade desta resposta está no fato de que não há critérios para a identidade de qualidades. [...] Assim, uma qualidade é idêntica ou similar àquelas qualidades das quais ela é julgada ser um signo”.

Um tal fenômeno se constitui em uma quase-representação, uma vez que se baseia em uma hipótese de similaridade, uma hipótese que pode ser refutada a qualquer momento.

A apreensão de signos visuais não-figurativos, chamados de “abstratos” fornece-nos exemplos ilustrativos dessa questão. Diante de uma obra plástica cuja figuratividade é deixada em aberto, digamos, uma composição de linhas, cores, formas, pesos e levezas, volumes e equilíbrios de Kandinsky, muitas hipóteses podem ser levantadas acerca dos objetos de referência daquela composi-

ção. Quaisquer que sejam as hipóteses, ou de uma figura humana deformada, ou de sugestões de uma paisagem, ou de impressões oníricas, nenhuma dessas hipóteses pode ser tomada como definitiva, podendo ser refutada, pois as qualidades que ali se apresentam não se restringem a uma referência única. São cores, linhas e formas sobre o plano, qualidades que se presentificam como oferendas para um olhar capaz da demora contemplativa.

Todavia, no caso extremo dos ícones puros, a natureza da quase-representação é ainda mais rudimentar, atingindo o limite da presentificação. Infelizmente a noção peirceana de ícone puro tem sido muito negligenciada pelos intérpretes. Costuma-se levar em conta apenas os tipos de iconicidade cujo fundamento do ícone é um legi-signo ou um sin-signo, sem enfrentar as dificuldades que se colocam quando o fundamento do ícone é tão-só e apenas um quali-signo, uma mera qualidade.

Para se compreender o funcionamento das qualidades como quali-signos, dois aspectos devem ser levados em consideração: (a) a qualidade deve ser considerada como tal, a saber, como mera possibilidade abstraída de sua ocorrência atual no tempo e no espaço, pois se considerarmos a qualidade como ocorrência, ela já terá perdido sua possibilidade característica para se tornar uma qualidade atual e, portanto, um sin-signo; (b) o quali-signo é um signo cujo objeto e cujo interpretante são também apenas virtuais, potenciais ou meramente possíveis e não atuais. “Um ícone é estritamente uma possibilidade envolvendo uma possibilidade, e assim, a possibilidade de ele ser representado como uma possibilidade é a possibilidade da possibilidade envolvida” (CP 2.311).

Se a ocorrência de uma qualidade no tempo e no espaço torna a qualidade, em grande medida, um sin-signo, se qualquer exemplo de qualidade já é um sin-signo, então o quali-signo icônico não passa de um possível. É por essa razão que Peirce estabeleceu as diferenças entre sin-signos icônicos ou hipoícones e ícones próprios até o extremo do ícone puro. Para compreendermos essas

diferenças, comecemos por uma passagem muito ilustrativa na qual Peirce foi decantando a noção do ícone até chegar ao limite do ícone puro.

“Um Ícone é um Representamen cuja Qualidade Representativa é uma sua Primeiridade como Primeiro. Ou seja, a qualidade que ele tem *quia* coisa o torna apto a ser um representamen. Assim, qualquer coisa é capaz de ser um Substituto para qualquer coisa com a qual se assemelhe. (A concepção de “substituto” envolve a de um propósito e, com isso, a de terceiridade genuína.) Veremos se há ou não outras espécies de substitutos. Um Representamen apenas por Primeiridade somente pode ter um Objeto similar. Assim, um signo por contraste denota seu objeto apenas por força de um contraste ou Secundidade entre duas qualidades. Um signo por Primeiridade é uma imagem do seu objeto e, em termos mais estritos, só pode ser uma idéia, pois deve produzir uma idéia Interpretante, e um objeto externo excita uma idéia através de uma reação sobre o cérebro. *Contudo, em termos mais estritos ainda, mesmo uma idéia, exceto no sentido de uma possibilidade, ou primeiridade, não pode ser um Ícone. Uma simples possibilidade é um Ícone puramente por força de sua qualidade e seu objeto só pode ser uma Primeiridade.* Mas um signo pode ser icônico, isto é, pode representar seu objeto principalmente por sua similaridade, não importa qual seja seu modo de ser. Se o que se quer é um substitutivo, um representamen icônico pode ser denominado um hipoícone” (CP 2.276).

A parte grifada da passagem acima deixa evidente que Peirce estava buscando decantar a noção do ícone até o extremo de algo que só pode ter uma natureza mental, mas em estado ainda tão rudimentar que não chega a se constituir nem mesmo como uma idéia, retendo-se na abertura indefinida de uma mera possibilidade. Tudo indica que se trata de algo que está para brotar na mente, uma idéia em gestação, na iminência de emergir, mas ainda não

delineada. São “flashes de incandescência mental, relâmpago sem trovão, não lembrados e, conseqüentemente, sem efeito” (CP 1.292), que trazem as luzes do *insight*, condição de espontaneidade livre, original, que antecede toda descoberta e criação. Artistas e cientistas conhecem bem esse estado de indeterminação porque convivem com ele.

Quando esse estado mental pré-emergencial do ícone, mera possibilidade à beira de uma estruturação, coagula-se em uma forma, essa forma é pura, pois não nasce da cópia de algo pré-existente. É configuração que se engendra e que está na medula de toda criação, na medida em que a verdadeira criação não busca simplesmente assemelhar-se à forma de algo, mas quer essencialmente dar forma. “Nenhum Ícone puro representa nada além de Forma, nenhuma Forma pura é representada por nada a não ser um Ícone [...] pois, em precisão de discurso, os Ícones nada podem representar além de Formas e Sentimentos” (CP 4.544).

É por isso que a criação estética, quanto mais radicalmente criadora for, tanto mais será qualidade de sentimento que toma corpo em uma forma. Ao se materializar em uma configuração mental específica, essa forma já estará deixando o nível da possibilidade para se tornar uma ocorrência que caminha para o signo, assim como terá traços de legi-signo responsáveis pela consistência e unidade da forma. No entanto, por se tratar apenas de uma forma mental original, sem relação com qualquer outra coisa, nela domina sua qualidade *sui-generis*, de modo que aí ainda se está no nível do quali-signo icônico (ícone como possibilidade de se manifestar), visto que seu objeto é tão-só e apenas a sua própria forma, com os limites imprecisos e relativamente vagos que caracterizam as formas nascentes. A citação a seguir ilustra bem essa idéia:

“Cada Ícone participa de algum caráter mais ou menos aberto de seu objeto. Eles, um e todos, participam do caráter mais aberto de todas as mentiras e decepções: sua abertura. No entanto, eles têm muito

mais a ver com o caráter da verdade do que têm os Índices e os Símbolos. Um Ícone não está inequivocamente para esta ou aquela coisa existente como um Índice está. Seu objeto pode ser uma pura ficção quanto à sua existência. Muito menos é seu objeto necessariamente uma coisa de uma espécie habitualmente encontrável. Mas há uma segurança que o Ícone fornece no mais alto grau. Ou seja, aquela que se mostra diante do olhar da mente – a Forma do Ícone que é também seu objeto – deve ser logicamente possível” (CP 4.531).

No ícone puro, enfim, está a possibilidade de algo original, nos seus inícios, nascente: um amor quando começa, um bebê de poucos meses explorando o mundo, um compositor perseguindo na errância uma certa seqüência sonora, um poeta impregnado de um ritmo, antes que este tenha tomado o corpo das palavras. O ícone como mônada é fruto do potencial de nossa mente para produzir configurações que não foram copiadas de algo prévio, mas que irrompem sob o governo selvagem das associações, sob as engenhosas fabulações do demônio das similitudes que faz sua festa na mente dos artistas. Festa similar é reencenada no efeito estético que as grandes obras de literatura e arte produzem em nós. Por isso mesmo, para Borges, o efeito estético é uma forma de felicidade, instante de mergulho na eternidade fugidia da comunhão dos sentidos.

Como se pode ver, os vários graus de semiose que aparecem nas diferentes classes de signos funcionam como ferramentas analíticas para o exame dos vários graus e tipos de representação que se estendem da representação mais próxima da triadicidade genuína até os graus incertos de presentificação que vagamente se encarnam em ícones puros.

As gradações, entretanto, não param aí. Além dos ícones puros, meras possibilidades de idéias ainda não encarnadas, há também aquilo que, em Santaella (2000, 2001, 2003d), foi chamado de ícones atuais, ou seja, os ícones perceptivos que são de funda-

mental importância para se compreender as finíssimas gradações que se espraiam entre a apresentação e a quase-representação e entre a quase-representação e a presentificação.

3.6. GRADAÇÕES ENTRE A QUASE-REPRESENTAÇÃO E A PRESENTIFICAÇÃO

A passagem do ícone puro ao ícone atual ou ícone perceptivo está nitidamente demarcada em Peirce:

“Um Ícone é um representamen daquilo que ele representa e para a mente que o interpreta como tal, em virtude dele ser uma imagem imediata, quer dizer, em virtude de caracteres que pertencem a ele mesmo como um objeto sensível, e que ele possuiria do mesmo modo, se houvesse na natureza um objeto com o qual ele se parecesse, e mesmo que ele nunca fosse interpretado como signo. Ele é da natureza de uma aparência, e, como tal, estritamente falando só existe na consciência, embora, por conveniência na fala comum e quando a extrema precisão não é necessária, possamos estender o termo Ícone para os objetos externos que excitam na consciência a imagem ela mesma” (CP 4.447).

Ao falar de objetos externos que excitam a consciência, isto é, que agem sobre a consciência, Peirce está evidentemente considerando algo que se apresenta à percepção, referindo-se, portanto, a uma relação predominantemente diádica. Sob que aspectos, então, o ícone, que é essencialmente monádico, poderia se manifestar na díada?

Para responder a essa pergunta, temos de recorrer novamente à questão da percepção, pois é na percepção que se situam não apenas os aspectos da apresentação que é própria do índice, como já vimos acima, mas também os aspectos diádicos do ícone.

Há vários aspectos através dos quais o papel do ícone é de-

sempenhado na percepção. Para chegarmos a eles, temos de considerar que todos os três – percepto, *percipuum* e juízo perceptivo – apresentam, cada qual, sua própria dimensão de primeiridade. É nessa dimensão que o papel do ícone se evidencia. Começemos pelo percepto.

Em algumas passagens, Peirce é bastante explícito sobre a não racionalidade do percepto, levando-nos a inferir que o percepto não tem elementos de terceiridade, mas apenas de primeiridade e secundidade, de modo que o elemento de terceiridade só pode ser providenciado pelo lado cognitivo do percepto que é o *percipuum*. A secundidade do percepto é bastante óbvia, pois a dualidade da percepção salta aos olhos. Perceber é necessariamente estar em uma situação de confronto entre aquilo que se apresenta à percepção e que se força à atenção, o percepto, e aquele que percebe. Ora, o percepto que se força sobre nós tem um elemento de primeiridade, a saber, a pura qualidade imediata do percepto.

Hausman (1990: 290-291) relaciona essa qualidade imediata com a noção de *medad*, noção mais primitiva do que o conceito de mônada. A *medad* é uma primeiridade perto de um estado puro, ou aquele “elemento do fenômeno que deve ser entendido sem se reportar à relevância da aplicação do predicado a um sujeito que se refere ao fenômeno” (ibid.: 288). Não apenas a *medad* não está relacionada a nenhum aspecto do fenômeno, como também é independente de qualquer coisa a que ela possa ser atribuída ou em que possa estar encarnada. Enquanto a mônada já pode ser atribuída a algo, a *medad* refere-se à aura ou tom momentâneos e totalmente livres que dão presença a qualquer fenômeno, na sua mera presentidade (ibid.: 290). Por isso, elas funcionam como possibilidade de que uma qualidade possa entrar em uma relação monádica.

Quando esse elemento de pura qualidade prepondera no percepto, o *percipuum* emerge como qualidade de sentimento, qualidade positiva na sua simplicidade. Trata-se aí do nível de pri-

meiridade do *percipuum*, qualidade de sentimento vaga e indefinida que assoma à consciência de quem percebe, envolvendo-a no lusco-fusco da imprecisão. Esse ingrediente é constante em todo *percipuum*. O que varia é a intensidade. Na dominância da primeiridade, a intensidade é maior, pois se dá aí a conjunção do percepto, que se apresenta como pura qualidade, com um certo estado de espírito daquele que percebe, recolhidos ambos no coágulo de um instante certo.

De fato, se a consciência de quem percebe se encontra em estado desprendido e cândido, consciência porosa e esgarçada, aberta e desarmada, a qualidade que aparece não será sentida como um existente (não-ego), nem será interpretada ou mediada por um juízo de percepção. Será imediatamente convertida tão-só e apenas em qualidade de sentimento, em impressão (*feeling*) ou quase predicado da qualidade. Esse sentimento é da natureza de um quase-signo, do qual a qualidade que aparece é um quali-signo, quase-objeto. Os limites entre signo e objeto ficam borrados e se misturam. A qualidade do objeto e a qualidade de sentimento formam uma mônada indiscernível. Num lapso de tempo, o sentimento é sentido como se fosse o próprio objeto. São essas qualidades de sentimento que dão à dimensão estética da experiência o seu caráter especial, dimensão esta que pode nos assaltar imponderavelmente a qualquer instante: num olhar que varre desavisadamente um horizonte crepuscular, no roçar distraído e amoroso de dois corpos, no degustar do vinho, no frescor da brisa brincando docemente com o corpo, nos fugidios plenilúnios da alma que chamamos de felicidade. Essa mesma dimensão é aquela que prepondera no poder de contemplação do artista, em sua capacidade rara de ver o que está diante dos olhos sem substituir por nenhuma interpretação.

No *percipuum* em nível de primeiridade, ficamos bem perto do ícone puro e da presentificação, com a diferença, entretanto, de que, quando falamos do *percipuum*, estamos nos referindo a

um percepto externo que produz uma reação sobre a consciência. Reação é secundidade. Entretanto, esse aspecto reativo fica minimizado, na primeiridade, visto que a qualidade de sentimento que surge como efeito da pura presença momentânea do percepto se constitui em uma relação monádica que funciona como condição envolvente da presença mesma da inteligibilidade (HAUSMAN *ibid.*: 291).

Além do aspecto de primeiridade, o *percipuum* apresenta um elemento de secundidade e de terceiridade. A secundidade se manifesta na dualidade típica das situações perceptivas entre algo, lá fora, que se apresenta à percepção e aquele que percebe. Neste caso, estamos diante da apresentação que é típica dos processos indiciais, conforme foi examinado acima. Mas há ainda o nível de terceiridade do *percipuum* em que este é absorvido nos esquemas gerais que regulam os juízos perceptivos.

Embora represente o nível de terceiridade do *percipuum*, o juízo de percepção também irá apresentar as dimensões de primeiridade, secundidade e terceiridade que lhe são próprias. O exame da sua dimensão de primeiridade nos revelará o papel de quase-presentificação que o ícone desempenha na percepção. Ransdell (1966: 151-152) introduziu essa questão de maneira lúcida:

“Sugiro que, na medida em que se guarda na mente, como exemplos de ícones ou signos icônicos, apenas coisas tais como mapas, retratos, diagramas ou similares, pode-se estar perdendo o ponto que é mais importante à noção de ícone ou signos icônicos, ou seja, que ela habilita Peirce a combinar a doutrina da cognição representativa com a doutrina da percepção imediata do objeto conhecido. A percepção pode ser vista como representativa devido ao fato de que o objeto aparece sob uma forma (*qua* forma) que não pode ser materialmente idêntica ao objeto percebido e que pode, de fato, ser representativa de qualquer número de diferentes objetos individuais; mas ela pode ser considerada imediata porque – se a percepção é verídica – a for-

ma sob a qual o objeto aparece é a própria *vera* forma, quer dizer, é precisamente a forma que ele corporifica. Assim, a percepção sensorial imediata de um objeto seria um caso especial de uma entidade, A, sendo um signo icônico de uma entidade, B, ou seja, aquele caso em que A e B são, de fato, não apenas formalmente, mas materialmente idênticos, isto é, o caso em que o objeto percebido, B, é um signo icônico, A, de si mesmo”.

A interpretação dessa citação exige algum detalhamento analítico. Todo ato de percepção deve incluir um ingrediente icônico. Esse ingrediente icônico corresponde ao aspecto monádico que está encapsulado no juízo perceptivo. Toda percepção tem um caráter esquemático. Nunca percebemos mais do que uma seleção extremamente limitada dos aspectos formais daquilo que é percebido. Embora a identidade material entre o objeto percebido e o modo pelo qual ele é percebido seja radicalmente distinta, há, contudo, uma comunhão na identidade formal de ambos. Esse aspecto icônico é necessariamente esquemático, retendo do objeto apenas os traços formais essenciais, nos quais o objeto e percepção se identificam. Sob esse ângulo, não há nenhuma distinção formal ou separação entre aquele algo que está lá fora, o percepto, e esse percepto tal como aparece no *percipuum*. Nessa medida, o ingrediente icônico é justamente aquilo que dá suporte ao processo perceptivo, funcionando como substrato da ilusão, subjacente a toda percepção, de que o objeto, tal como percebido, é o próprio objeto.

Entretanto, a variação espaço-temporal nos ângulos perceptivos rompe com essa identidade, evidenciando a disparidade material e abrindo o fosso entre o perceber (*percipuum*) e o percebido (percepto). É por isso que a percepção imediata, em sua imediatividade, corresponde à identidade formal, antes da insinuação da disparidade material entre perceber e percebido. Essa insinuação é inelutável. Uma vez que a percepção se dá no tempo e espaço, a

imediaticidade é justamente aquilo que continuamente escapa, fazendo escapar a identidade material e abrindo a brecha entre o perceber e o percebido. Perceber é, assim, movimento de reunião e separação. Reunião formal (primeiridade, mônada) e separação material (secundidade, díada), para serem reintegradas cognitivamente em uma mediação intelectual que se dá no juízo perceptivo.

Enquanto no nível de primeiridade, tem-se a percepção imediata do *percipuum*, o nível de secundidade introduz a separação material entre a forma do objeto percebido e sua forma no *percipuum*. O juízo perceptivo, dimensão de terceiridade, introduz a síntese cognitiva entre a instância de conjunção da primeiridade e a instância de separação da secundidade, instaurando a cognição representativa que é própria de toda percepção.

Devemos levar em consideração, entretanto, que há situações perceptivas possíveis, mas raras, em que o aspecto monádico da percepção imediata, que corresponde à identidade formal entre percepto e *percipuum*, vem para um primeiro plano, suspendendo a disparidade material entre perceber e percebido. Nessas situações de conjunção perceptiva, o objeto percebido e o *percipuum* se unem como se fossem não apenas formalmente, mas também materialmente idênticos. Correspondem, por isso, a instantes raros de visão capazes de capturar não apenas a identidade formal, mas também material, entre o perceber e o percebido: percepção imediata em sua imediaticidade. Mas percepção imediata é justamente aquilo que se perde quando se percebe, justamente aquilo que escapa porque não pode ser retido. Reter o impossível, entrar no clarão fugidio, é penetrar no presente eterno da imediaticidade.

A primeiridade do juízo perceptivo, mais uma vez, nos coloca bem perto do ícone puro e, conseqüentemente, da presentificação. Entretanto, por se tratar aí de um juízo de percepção, elementos de reconhecimento cognitivo do percepto já estão envolvidos, de modo que, primeiridade, no juízo perceptivo, deve corresponder à terceiridade em seu nível mais alto de degeneração.

O nível de secundidade do juízo perceptivo, que corresponde ao nível indicial, está muito bem expresso na passagem de Peirce (CP 7.628), sobre o juízo perceptivo como sintoma do objeto da percepção (percepto), passagem esta citada mais acima (tópico 3.4) quando foi discutido o conceito de apresentação. Trata-se aí do nível de indexicalidade que todo juízo perceptivo deve ter para poder ser aplicado, isto é, para poder referenciar o percepto. Corresponde às marcas que o *percipuum*, conseqüentemente, o juízo perceptivo trazem do percepto. Se não houvesse esse tipo de ligação factual, se o julgamento de percepção não fosse um sintoma do percepto, não seria possível confiar nele como juízo daquele percepto específico. É a indexicalidade ou apresentação que introduz o elemento de singularidade, unindo o geral da semelhança icônica, nível de primeiridade, ao particular, nível de secundidade. Sem o índice, a semelhança icônica não poderia ser aplicada a um objeto particular.

O nível de terceiridade do juízo perceptivo corresponde também à terceiridade do *percipuum*. Nesse nível, ambos apresentam-se de modo bastante amalgamado. Esse nível implica uma série de ingredientes cognitivos para cuja apreensão uma grande acuidade analítica se faz necessária. Uma vez que essa questão está apenas tangencialmente ligada às gradações que vão da representação até a presentificação aqui em discussão, podemos passar diretamente para os níveis de apresentação e presentificação que se inserem dentro da representação. Para isso, deixaremos também de lado uma outra questão tangencial, a da relação dos juízos perceptivos com os quali-signos icônicos (Santaella, no prelo).

3.7 APRESENTAÇÃO E PRESENTIFICAÇÃO DENTRO DA REPRESENTAÇÃO

A triadicidade genuína inclui os níveis de secundidade e de primeiridade, do mesmo modo que a secundidade inclui a primei-

ridade. Estes níveis também se fazem presentes mesmo nas formas de representação convencionais.

Mesmo quando não é conscientemente apreendido, há sempre um nível de apresentação dentro da representação. Antes de ser a representação de alguma outra coisa, um signo se apresenta a si mesmo. O editorial de um jornal, para retomarmos o exemplo utilizado mais acima, ocupa algumas colunas, é feito de palavras que se agrupam em parágrafos, quase sempre de tamanhos regulares quando se trata de um editorial de jornal. O número de linhas total do editorial também é padronizado, de modo a caber naquelas colunas específicas etc. Para ser um signo, algo não precisa deixar de ser uma coisa perceptível em si mesma. Não se trata mais de compreender as coisas e os pensamentos como realidades estanques e de se entender o signo apenas como pensamento incorpóreo. Ao contrário, conforme foi discutido mais acima, sem alguma espécie de materialidade que desempenhe o papel de veículo ou meio, nenhum signo pode funcionar como mediação. As palavras do editorial, como muito bem nos lembram os poetas, são coisas: impressões químicas sobre o material orgânico do papel.

Assim também, dentro da secundidade, ou realidade existencial do signo, há sempre um certo grau de presentificação, não importa quão imperceptível ele possa ser. Para ser um existente, algo não precisa deixar de ser tal qual é. Aquele editorial tem uma face que lhe é própria. Para vê-la, nem precisamos entrar no nível do conteúdo das palavras e do estilo próprio do editorialista. Sua simples aparência, imagem impressa naquela exata extensão, naquelas colunas específicas, já basta.

Quando os poetas colocam as palavras em versos ou quando os quebram, o desenho do verso ou de suas quebras fazem parte da proeminência que a poesia coloca no aspecto de presentificação das palavras, presentificação esta que se estende para a música das palavras e para as imantações de sentidos que elas propiciam.

Essa inclusão da primeiridade e da secundidade dentro da terceiridade é também uma chave para a compreensão das diferenças entre representação, referência e imaginação. Em si mesmo, um signo genuíno, ou melhor, um símbolo, como foi chamado por Peirce, seria um mero sonho desencarnado. Para se corporificar, o símbolo precisa estar conectado ao seu objeto. Para esse propósito, índices são indispensáveis. Sem as indicações ao contexto e às vicissitudes singulares por que passa a Argentina especificamente na data de circulação do jornal, o editorial não passaria de nuvens de palavras.

Enquanto a referencialidade é providenciada pelos elementos indiciais, a imaginação e a significação só podem ser realizadas por ícones. Sem seu ingrediente indexical, o símbolo não teria poder de referência, e sem o ingrediente icônico, ele não teria poder de significar. Por isso mesmo, os jornais são acompanhados de fotos. Elas providenciam para nós as imagens que as palavras requerem para significar. Mesmo que não houvesse as fotos, nosso espírito sempre produz as imagens mentais que são necessárias à produção do significado dos símbolos. No caso do jornal, as fotos apenas se antecipam às imagens mentais, além de adicionarem veracidade e confiabilidade às palavras.

Há uma passagem em Peirce que ilustra à perfeição os ingredientes indiciais e icônicos que necessariamente devem habitar no seio do símbolo:

“Um homem andando por um passeio com uma criança, levanta a mão, aponta, e diz: ‘Lá está um balão!’ Apontar é uma parte integrante do símbolo, sem o que o símbolo não produziria informação. A criança, no entanto, pergunta: ‘O que é um balão?’, e o homem responde: ‘É algo como uma grande bolha de sabão’, o que torna a imagem uma parte do símbolo. Assim sendo, embora o objeto integral de um símbolo, isto é, seu significado, tenha a natureza de uma lei, ele deve denotar um individual e expressar um caráter” (CP 2.293).

Essa inclusão e essas faces simultâneas da referência, individuação e da imaginação no seio da representação e os muitos níveis que se espraiam entre a apresentação, a quase-representação e a presentificação como prolongamentos graduais do conceito de representação nos colocam face a face com o *continuum* capaz de nos livrar das costumeiras visões dicotômicas da representação *versus* não representação ou anti-representação.

CONCLUSÃO

São várias as correntes da semiótica. Cada uma delas apresenta uma articulação conceitual e metodologias de análise que lhe são próprias. Essas metodologias podem e são freqüentemente aplicadas a processos de comunicação das mais diversas espécies: jornal, publicidade, cinema, TV, hipermídia etc. Apresentar as várias metodologias semióticas, aplicando cada uma delas a um processo de comunicação específico teria sido uma alternativa para um livro sobre comunicação e semiótica, que funcionaria como uma espécie de amostragem do potencial metodológico-analítico da semiótica em sua aplicabilidade a fenômenos comunicacionais. Entretanto, evitamos esse caminho, pois ele só intensificaria o senso-comum de que a semiótica é tão-só e apenas um instrumental analítico, uma metodologia, sem se constituir em uma ciência com consistência própria.

Para muitos, a constituição de mensagens forma a matéria da semiótica: “seu ir e vir, como estão organizadas e estilizadas, como vão daqui até lá e depois voltam, e como são decifradas e processadas quando recebidas pela destinação. Como o contexto no qual

toda a transação se desenvolve controla o feitio das mensagens, sua geração e interpretação” (Sebeok 1997: 50). Ora, mensagens são signos, cadeias de signos ou complexos de signos. Se não há comunicação sem mensagens e se os signos, seus contextos, suas situações de emissão, suas significações e suas interpretações estão no campo de estudos da semiótica, as relações indissolúveis entre a comunicação e semiótica ficam aí explicitadas.

Portanto, uma outra opção para um livro sobre comunicação e semiótica poderia ter sido apresentar em profundidade as diferentes concepções de signos nas diversas correntes da semiótica, os distintos modos de concepção que cada uma delas tem das mensagens comunicacionais e que tipo de tratamento a elas dispensa. Também evitamos esse segundo caminho, pois já existe um grande número de títulos dedicados à apresentação das correntes semióticas cujos conceitos centrais estão nos conceitos de signos. Se seguíssemos por aí, correríamos o risco de apenas repetir o que já está sobejamente dito.

Excluídas as duas opções acima, o caminho percorrido para este livro foi o de buscar o que havia de comunicação na semiótica e vice-versa, quer dizer, buscamos penetrar no âmago da semiótica para encontrar suas raízes comunicacionais e vice-versa. Em que medida as diferentes correntes semióticas são também teorias da comunicação? Em que medida os estudos comunicacionais estão povoados de conceitos semióticos? O confronto pretendido procurou o nível profundo dos conceitos, pois, sem conceitos, não há teoria. Portanto, o que nos interessou aqui foi a comparação e o confronto entre semiótica e comunicação como campos de conhecimento. Como se constituem nesse sentido e até que ponto seus conceitos e fenômenos estudados se cruzam e interpenetram?

O resultado alcançado por essa busca surpreendeu até mesmo os seus autores. O corpo de teorias semióticas que são também teorias da comunicação é bem maior do que se poderia prever. E o mais surpreendente é o quanto essas teorias, apesar de comple-

mentares, diferem umas das outras, o que só aumenta a riqueza do conjunto. Há, de fato, conforme consta no miolo deste livro, um acervo teórico semiótico-comunicacional considerável que não pode ser menosprezado. Por outro lado, é grande o número de conceitos inegavelmente semióticos que povoam os textos de teoria da comunicação. Enfim, se seria um exagero afirmar que comunicação e semiótica são irmãs siamesas, o conteúdo deste livro nos permite concluir que o parentesco entre esses campos do conhecimento deve estar entre os mais próximos na extensa e densa rede das ciências na contemporaneidade.

ROTEIRO DE LEITURA

Já foi mencionado que, do que temos notícia, não existem livros voltados para a discussão das relações entre a comunicação e a semiótica. Provavelmente este livro se constitui no primeiro título dedicado especificamente a essa questão. Entre os semiotistas, pode-se dizer que há um consenso quanto à proximidade desses dois campos de investigação. Não se pode negar que os fenômenos comunicacionais são objetos de estudo da semiótica. Mesmo que não haja um consenso similar entre os pesquisadores da comunicação que não trabalham com as teorias semióticas, fica difícil ignorar que esses campos têm muito em comum. Por isso mesmo, a inexistência de títulos sobre o assunto parece incrível. Ou talvez as similaridades sejam tão óbvias que são tomadas como tácitas.

Diante da inexistência de bibliografia que desenvolva discussões capazes de enriquecer a proposta que este livro levou à frente, o que pretendemos indicar neste roteiro de leitura são títulos que, a nosso ver, podem nos levar a uma gradativa construção da especificidade da relação entre a comunicação e a semiótica.

O ponto de partida para isso deve estar em títulos que nos

familiarizem com as características que são próprias da comunicação, de um lado, e da semiótica, de outro, como campos de investigação, para, então, irmos buscando gradativamente suas aproximações.

No campo da comunicação, obra recente de grande envergadura, pela originalidade das idéias que defende e pela profundidade dos argumentos, é a de Muniz Sodré, *Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede* (2002). A par do livro muito recomendado de M. Wolf (1987) sobre *Teorias da comunicação*, as várias correntes da comunicação, sob os pontos de vistas de vários autores, são discutidas no livro organizado por A. Hohlfeldt et al. (2002), *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*. Em seu livro sobre *Comunicação e pesquisa*, Santaella (2002) também apresenta uma discussão das várias tradições das teorias comunicacionais. Uma introdução às teorias da comunicação com ênfase nas teorias críticas pode ser encontrada em Rüdiger (2003). Obra clássica e muito influente no Brasil é *De los medios a las mediaciones*, de J. M. Barbero (1987).

No campo da semiótica, um panorama histórico de seu desenvolvimento está em Nöth (1998) e uma apresentação das variadas correntes da semiótica moderna, que se notabilizaram no século XX, encontra-se em Nöth (1999). Do mesmo autor, um manual exaustivo e detalhado de toda a história e das distintas correntes da semiótica está no prelo, pela Edusp. Livros dedicados às escolas específicas de semiótica são os de Pessoa de Barros (1988, 1990), voltados para a semiótica greimasiana, os de Santaella (1983, 2000), voltados para a semiótica peirceana, e o livro de Machado (2003), voltado para a semiótica russa. Um panorama clássico da semiótica russa foi organizado por B. Schnaiderman (1972).

São muitos os livros sobre comunicação que dedicam atenção à semiótica como uma das teorias da comunicação. Exemplares disso são encontrados em Crowley (1982), Thayer (1987), Fiske

(1990), Armaturro (1993), Volli (1994), Harris (1996), Inglis (1996), Baylon e Mignot (1999) e, no Brasil, Bordenave ([1983] 2002).

Obras que aproximam a comunicação e a semiótica como campos de conhecimento são as de Pignatari (1969), Eco (1971) e Teixeira Coelho (1980).

O que existe em abundância são textos de teorias e metodologias semióticas aplicadas a fenômenos comunicacionais. Limitamos aqui a alguns exemplos tais como semiótica da imagem (SANTAELLA e NÖTH 1998), semiótica da fotografia (BARTHES 1981), semiótica da publicidade (FLOCH 1990) e semiótica do cinema (ODIN 1990).

Seguindo esse percurso, o leitor poderá certamente construir uma aproximação entre a comunicação e semiótica com perfil próprio.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor, W. e HORKHEIMER, Max ([1947] 1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ANDREWS, Edna. (1999). Lotman's communication act and semiosis. *Semiotica* 126: 1-15.
- ARMATURO, E. (1993). *Messagio, simbolo, comunicazione*. Firenze: La Nuova Italia.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. (1929). *Problémi poétiki dostiévskovo*. Port. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*, trad. P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- (1975). *Voprosy literatury i estetiki*. – Francês (1978). *Esthétique et théorie du roman*, trad. D. Olivier. Paris: Gallimard.
- (1979). *Estetica slovesnogo tvochestva*. – Port. (1992). *Estética da criação verbal*, trad. M. E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- (1981). *The dialogic imagination: Four essays*, transl. C. Emerson & M. Holquist; org. M. Holquist. Austin: Univ. Texas Press.
- BARBERO, J. M. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Barcelona: Gustavo Gili.
- (1999). Percurso intelectual: autobiografia. Em: *Comunicação, cultura, mediações*, Melo, J. Marques de. (org.) São Bernardo do Campo: Universidade Metodista.
- BAR-HILLEL, Yehoshua (1964). *Language and information*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- (org.) (1971). *Pragmatics of natural languages*. Dordrecht: Reidel.
- BAR-HILLEL, Yehoshua e CARNAP, Rudolf (1953). Semantic information. Em: *Communication theory*, W. Jackson (org.). 503-512.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988). *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- (1990). *Teoría semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- BARTHES, Roland (1964). *Éléments de sémiologie*. – Port. (1971). *Elementos de semiologia*, trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

- (1981). *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70.
- BARWISE, John e PERRY, John (1986). *Situations and attitudes*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- BAUDRILLARD, Jean (1990). *A transparência do mal – ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus.
- (1997). *Tela total – mito ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulinas.
- BAUMAN, Zygmunt (1998). *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- (1999). *Globalização. As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAYLON, C. e MIGNOT, X. (1999). *La communication*, 2ª ed. aumentada. Paris, Nathan.
- BECHTEL, William (1984). The evolution in our understanding of the cell: A study in the dynamics of scientific progress. *Stud. Hist. Phil. Sci.* 15 (4): 309-356.
- BENSE, Max (1965). *Aesthetica*. Baden Baden: Agis.
- (1971). *Pequena estética*. São Paulo: Perspectiva.
- BENSE, Max e WALTHER, E. (orgs.) (1973). *Wörterbuch der Semiotik*. Köln: Kiepenheuer & Witsch.
- BENVENISTE, Émile (1966). Problèmes de linguistique générale, vol. 1, cap. V. – Port. (1976). *O homem na linguagem: Ensaios sobre a instituição do sujeito através da fala e da escrita*, trad. e introd. M. A. Seixo. Lisboa: Arcádia.
- BERGER, Christa (2002). A pesquisa em comunicação na América Latina. Em: *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*, Holfeldt, Antonio et al. (orgs.), 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 241-277.
- BERGMAN, Mats (2003). Peirce's derivation of the interpretant. *Semiotica* 144, 1/4:1-18.
- BERLO, David Kenneth (1997). *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*. São Paulo: Martins Fontes.
- BLONSKY, Marshall (orgs.) (1985). *On signs*. Baltimore: Johns Hopkins.
- BONA, Constantin A. (1988). Structure and direction of message in the immune network and circuits. In *The Semiotics of Cellular Communication in the Immune System* (Nato ASI Series, vol. H 23). E. E. Sercarz et al. (orgs.) Berlin, Heidelberg: Springer, 105-116.
- BORBÉ, Tasso (org.) (1984). *Semiotics unfolding*. 3 vols. Berlin: Mouton.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz (1982). *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense.

- ([1983] 2002). *Além dos meios e mensagens: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis: Vozes.
- BOUGNOUX, D. (1994). *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- BOUISSAC, Paul (org.). *Encyclopedia of Semiotics*, New York: Oxford University Press.
- BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRILLOUIN, Leon (1949 [1968]). Life, thermodynamics and cybernetics. Em: *Modern systems research for the behavioral scientist*, Walter Buckley (org.). Chicago: Aldine.
- BUCZYNSKA-GAREWICZ, A. (1983). Sign and dialogue, *American Journal of Semiotics*, 2.1-2:27-43.
- BÜHLER, Karl ((1934) 1965). *Sprachtheorie*. Stuttgart: Fischer.
- BUYSSENS, Eric (1943). *Les langages et le discours*. Bruxelles: Office de la Publicité.
- (1967). *La communication et l'articulation linguistique* (=edição rev. e ampl. de Buysens 1943). – Port. (1972). *Semiologia e comunicação lingüística*, trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- CASTAÑEDA, Hector-Neri (1991). Reflexivität der Kommunikation. Em: *Dimensionen des Selbst*, Bertram Kienzle e Helmut Pape (orgs.). Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- CAREY, James (1989). *Communication as culture*. Boston, Mass.: Unwin Hyman.
- CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- CHERRY, Colin (1957). *On human communication*. – Port. (1971). *A comunicação humana*, trad. J. P. Paes. São Paulo: Cultrix.
- CLARK, Katerina & HOLQUIST, Michael (1984). *Mikhail Bakhtin*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- COBLEY, P. (1996). *The communication theory reader*. London: Routledge.
- COBLEY, Paul e JANSZ, Litza (1997). *Semiotics for beginners*. Cambridge: Icon Books.
- COLAPIETRO, Vincent (1989). *Peirce's approach to the self. A semiotic perspective on human subjectivity*. Albany: State University of New York Press.
- (1993). Immediacy, opposition, mediation: Peirce on irreducible aspects of the communicative process. Em: *Recovering pragmatism's*

- voice: The classical tradition, Rorty, and the philosophy of communication*, Lenore Langsdorf e Andrew Smith (orgs.). Albany, N.Y.: SUNY Press.
- CROWLEY, D. J. (1982). *Understanding communication. The signifying web*. New York: Gordon & Breach.
- CROWLEY, D. e HEYER, P. (1999). *Communication in history: Technology, culture, society*. London: Logman Publishers.
- DANOW, David K. (1991). *The thought of Mikhail Bakhtin*. New York: St. Martin's Press.
- DEELY, John (1990). *Basics of semiotics*. Bloomington: Indiana Univ. Press.
- (1994). *New beginnings: Early modern philosophy and postmodern thought*. Toronto: University Press.
- DEELY, John et al. (orgs.) (1986). *Frontiers of semiotics*. Bloomington: Indiana Univ. Press.
- DEFLEUR, Melvin (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DE KERCKHOVE, Derrick (1997). *Planetary mind: collective intelligence in the digital age*. San Francisco: Hardwired.
- DERRIDA, Jacques (1994). *A voz e o fenômeno*. Rio de Janeiro: Zahar.
- (1972). *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus.
- DIMBLEBY, Rochard e BURTON, Graeme (1990). *Mais do que palavras: Uma introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Sumus.
- DIZARD Jr., Wilson (2000). *A nova mídia. A comunicação de massa na era da informação*, ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Zahar.
- DOMINGUES, Diana (2002). *Criação e interatividade na ciberarte*. São Paulo: Experimento.
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan (1972). *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil.
- ECO, Umberto (1968). *La struttura assente*. – Port. (1971). *A estrutura ausente: Introdução à pesquisa semiológica*. trad. P. de Carvalho. São Paulo: Perspectiva.
- (1971). *Le forme del contenuto*. – Port. (1974). *As formas do conteúdo*, trad. P. de Carvalho. São Paulo: Perspectiva.
- (1973). *Il segno*. – Port. (1977). *O signo*. Lisboa: Presença.
- (1976). *Trattato di semiótica generale*. – Port. (1980). *Tratado geral de semiótica*, trad. A. de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva.
- EDELMAN, G. (1995). *Biologia da consciência*. Lisboa: Instituto Piaget.

- EMMECHE, Claus (1991). A semiotical reflection on biology, living systems and artificial life. *Biology and Philosophy* 6, 325-340.
- (1997). Defining life as a semiotic phenomenon: on replicators and autopoiesis as emergent signs of life and the notion of ontodefinitions. Preliminary manuscript presented at the VIth International Congress of the IASS, *Semiotics bridging nature and culture*. Guadalajara, Mexico, July 1997.
- (1998). The Sarkar challenge to biosemiotics: is there any information in a cell? *Cadernos do 1º Seminário Avançado de Comunicação e Semiótica: Biossemiótica e Semiótica Cognitiva*. PUCSP, 31-44.
- EMMECHE Claus e HOFFMEYER, Jesper (1991). From language to nature: The semiotic metaphor in biology. *Semiotica* 84.1-2:1-42.
- ENTEL, Alicia (1995). *Teorías de la comunicación: quadros de época y pasiones de sujetos*. Buenos Aires: Eudeba.
- FEYERABEND, Paul (1975). *Contra o método*. São Paulo: Francisco Alves.
- FISCH, Max (1986). *Peirce, Semiotic, and Pragmatism*, K. L. Ketner et al. (orgs.). Bloomington: Indiana University Press.
- FISKE, John (1990) *Introduction to communication studies*, 2ª ed. New York: Routledge.
- FLOCH, Jean-Marie (1990). *Sémiotique, marketing et communication*. Paris: Presses Univ. de France.
- FRANÇA, Vera Veiga (2002). O objeto da comunicação: a comunicação como objeto. Em: *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*, Holfeldt, Antonio et al. (orgs.), 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 39-60
- GREIMAS, Algirdas Julien (1970). *Du sens*. Paris: Seuil.
- (1976). *Sémiotique et sciences sociales*. – Port. (1981). *Semiótica e ciências sociais*, trad. A. Lorencini & S. Nitrini. São Paulo: Cultrix.
- GREIMAS Algirdas Julien e COURTÉS, Joseph (1979). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, 2 vols. Paris: Hachette.
- GUATTARI, Felix (1988). *O inconsciente maquínico*. Campinas: Papirus.
- HABERMAS, Jürgen (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns*, 2 vols. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- HARDWICK, Charles S. (1977). *Semiotics and significs. The correspondence between C. S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Bloomington: Indiana University Press. - Este livro está citado como SS.
- HARRIS, Roy (1987). *Reading Saussure*. London: Duckworth.

- (1996). *Signs, language and communication. Integrational and segregational approaches*. London: Routledge.
- HAUSER, Marc D. (1996). *The evolution of communication*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- HERVEY, Sándor (1982). *Semiotic perspectives*. London: Allen & Unwin.
- HESS-LÜTTICH, Ernest W. B. (1986). Multimedia. Em: *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, T. A. Sebeok et al. (orgs.). Berlin: Mouton de Gruyter, 573-577.
- HINTIKKA, Jaakko. (1968). The varieties of information and scientific explanation. Em: B. Van Rootselaar e J. F. Staal (orgs.). *Logic, methodology and philosophy of sciences*. Amsterdam: North Holland, 311-331.
- HOFFMEYER, Jesper (1997). *Signs of Meaning in the Universe*, transl. Barbara J. Haveland. Bloomington: Indiana Univ. Press.
- HOFFMEYER, Jesper e EMMECHE, Claus (1991). Code duality and the semiotics of nature. Em: *On Semiotic Modeling*, Myrdene Anderson e Floyd Merrell (orgs.). Berlin: Mouton de Gruyter, 117-166.
- HOFFMEYER, Jesper e EMMECHE, Claus (orgs.). (1999). Special issue on Biosemiotics. *Semiotica* 127-1/4.
- HOHLFELDT, Antonio et al. (orgs.) (2002). *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*, 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- HOHLFELDT, Antonio (2002). As origens antigas. As comunicações e as civilizações. In *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*, Antonio Hohlfeldt et al. (orgs.), 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- HOLENSTEIN, Elmar (1974). *Jakobson ou le structuralisme phénoménologique*. – Port. (1978). *Introdução ao pensamento de Roman Jakobson*, trad. R. Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- HOLQUIST, Michael. (1981). Introduction. Em: Bakhtin, M. M. 1981. *The dialogic imagination: Four essays*, trad. C. Emerson e M. Holquist, M. Holquist (org.). Austin: University of Texas Press, xv- xxxiv.
- HOUSER, Nathan (1990). O escopo da semiótica peirceana. *Face* 3.2: 207-216.
- HUSSERL, Edmund (1900-1901) 1993. *Logische Untersuchungen*, vols. I,II/1-II/2. Tübingen: Niemeyer.
- IANNI, O. (1992). *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- INGLIS, F. (1996). *Media theory: An introduction*, 2ª ed. Cambridge: Blackwell
- JAKOBSON, Roman (1921). Novesja russkaia poèzija / Die neueste russische Poesie. Em: W.D.Stempel (org.) (1972). *Texte der russischen Formalisten II*. München: Fink, 19-135.
- (1953). Results of a Joint Conference of Anthropologists and Linguistics. – Port. (1973). A linguagem comum dos lingüistas e dos antropólogos. Em R. Jakobson, *Lingüística e comunicação*, trad. Izidoro Blikstein, 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 15-33.
- 1960. Linguistics and poetics. – Port. (1973). Lingüística e poética. Em R. Jakobson, *Lingüística e comunicação*, trad. Izidoro Blikstein, 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 118-162.
- (1961). Linguistics and communication theory. – Port. (1973). Lingüística e teoria da comunicação. Em R. Jakobson, *Lingüística e comunicação*, trad. Izidoro Blikstein, 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 73-86.
- (1970a). Linguistics and natural sciences. – Port. (1970). Lingüística e ciências naturais. Em Jakobson, R. *Lingüística – Poética – Cinema*, trad. H. de Campos et al. São Paulo: Perspectiva, 33-64.
- (1970b). The place of linguistics among the sciences of man. – Port. (1970). A lingüística em suas relações com outras ciências. Em R. Jakobson, *Lingüística – Poética – Cinema*, trad. H. de Campos et al. São Paulo: Perspectiva, 11-32.
- (1973). *Main Trends in the Science of Language*. London: Allen & Unwin.
- JERNE, Niels K. (1985). The generative grammar of the immune system. *Science* 229:1057-1059.
- JOHANSEN, Dines J. (1993). *Dialogic semiosis. An essay on signs and meaning*. Bloomington: Indiana University Press.
- JOHNSON, Steve (2001). *Emergence. The connected lives of ants, brains, cities, and software*. New York: Scribner.
- JOHNSTON Jr, James et al. (ed.) (1970). *Communication by chemical signals*. New York: Appleton Century Crofts.
- JONES, Douglas (1979). *Elementary information theory*. Oxford: Clarendon.
- KERKHOVE, D. (1997). *Planetary mind: collective intelligence in the digital age*. San Francisco: Hardwired.
- KLAUS, Georg (1969). *Wörterbuch der Kybernetik*. Frankfurt/Main: Fischer.

- KNILLI, Friedrich (1979). Medium. In *Grundwissen Medien*, W. Faulstich (org.) München: Fink, 230-251.
- KRIPPENDORFF, Klaus (1986). *Information theory: Structural models for qualitative data*. Beverly Hills: Sage.
- (1994). Der verschwundene Bote: Metaphern und Modelle der Kommunikation. Em: *Die Wirklichkeit der Medien*, Merten, K. et al. (orgs.), 79-113.
- KUHN, Thomas (1962). *The structure of scientific revolution*. Chicago: University Press.
- KULL, Kalevi (1993). Semiotic paradigm in theoretical biology. Em: *Lectures in theoretical biology: The second stage*. K. Kull e T. Tiivei (orgs.). Tallinn: Estonian Academy of Sciences, 52-62.
- KÜPPERS, Bernd-Olaf (1990). *Information and the origin of life*. Cambridge, MA.: MIT Press.
- LÉVY, Pierre (1998). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*, trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola.
- LIEB, Hans-Heinrich (1971). On subdividing semiotics. Em: *Pragmatics of natural languages*, Y. Bar-Hillel (org.). Dordrecht: Reidel, 94-119.
- LINDA, Marcus (2001). *Elemente einer Semiologie des Hörens und Sprechens*. Tübingen: Narr.
- LONZANO, Jorge, PEÑA-MARÍN Cristine e ABRIL, Gonzalo (2002). *Análisis del discurso*. – Port. *Análise do discurso: Por uma semiótica da interação textual*, trad. G. Laranja & D. R. Vieira. São Paulo: Littera Mundi.
- LOTMAN, Jurij (1970). *Struktura khudo estvenogo teksta*. Port. 1978. *A Estrutura do Texto Artístico*, trad. M. do Carmo Vieira Raposo e A. Raposo. Lisboa: Estampa.
- (1990). *Universe of the Mind: A Semiotic Theory of Culture*, trad. A. Shukman. Bloomington: Indiana Univ. Press.
- (1999). *Cultura y explosión*, trad. J. Lonzano. Barcelona: Gedisa.
- LUCID, Daniel P. (org.) (1977). *Soviet Semiotics*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- LUHMANN, Niklas (1981). Die Unwahrscheinlichkeit der Kommunikation. Em: N. Luhmann, *Soziologische Aufklärung: 3. Soziales System, Gesellschaft, Organisation*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 25-34.
- (1984). *Soziale Systeme*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- (1988). Was ist Kommunikation? Em: F.B. Simon (org.) *Lebende Systeme*. Berlin: Springer, 10-18.

- (1995). *Die Kunst der Gesellschaft*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- LYONS, John (1977). *Semantics*, 2 vols. Cambridge: Univ. Press.
- MACHADO, Irene (1995). *O romance e a voz*. Rio de Janeiro: Imago.
- (2003). *Escolas semióticas*. São Paulo: Ateliê
- MACKAY, Donald M. (1969). *Information, mechanism, and meaning*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MCLUHAN, Marshall (1969). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.
- MARCUS, Solomon (1974). Linguistic structures and generative devices in molecular genetics. *Cahiers de Linguistique théorique et appliquée*, 11 (1), 77-104.
- (1997). Media and self-reference: The forgotten initial state. In *Semiotics of the media*, W. Nöth (org.). Berlin: Mouton de Gruyter, 15-45.
- MARSHALL, J. C. et al. (1970). The biology of communication in man and animals. In *New horizons in linguistics*, J. Lyons (org.), 229-241.
- MARTINO, Luiz C. (2002a). De que comunicação estamos falando? Em: *Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências*, Antonio Holfeldt, et al. (orgs.), 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 11-26.
- (2002b). Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*, Antonio Holfeldt et al. (orgs.), 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 27-38.
- MASER, Siegfried (1971). *Grundlagen der allgemeinen Kommunikationstheorie*. Stuttgart: Kohlhammer.
- MATTELARD, Armand (1981). *Comunicación y nueva hegemonía*. Lima: Celadec.
- MATTELARD, Armand e Michele (1999). *História das teorias da comunicação*, trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola.
- MEDVEDEV, Pavel N. (1928). *Formal'nyj metod v literaturovedenii*. — Ingl. (1978). *The formal method in literary scholarship*, trad. Wehrle, A. G. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- MEGGLE, Georg (1991). Kommunikation und Reflexität. Em: *Dimensionen des Selbst*, B. Kiensle e H. Pape (orgs.), Frankfurt/Main: Suhrkamp, 380-409.
- MELO, José Marques de (1998). *Teoria da comunicação – Paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes.
- MERTEN, Klaus (1977). *Kommunikation: Eine Begriff und Prozessanalyse*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- MIÈGE, Bernard (2000). *O pensamento comunicacional*. Petrópolis: Vozes.

- MOLES, Abraham A. (1958). *Théorie de l'information et perception esthétique*. Paris: Denoel.
- (1976). De la corruption nécessaire de la science des signes. *Degrés* 9, b1-b5.
- MORAES, Dennis (1998). *O planeta mídia*. Campo Grande: Terra Livre.
- (2001). *O concreto e o virtual. Mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A Ed.
- MORRIS, Charles W. ((1938) 1976). *Foundations of the theory of signs*. – Port. (1976). *Fundamentos da teoria dos signos*, trad. Milton José Pinto. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca e São Paulo: EDUSP.
- (1946). *Signs, language and behavior*. Apud Morris, C. W. (1971). *Writings on the general theory of signs*. The Hague: Mouton, 73-398.
- MORRIS, Pam, org. (1994). *The Bakhtin reader*. London: Arnold.
- MOUNIN, Georges (1970). Sémiologie de la communication et sémiologie de la signification. Em G.Mounin, *Introduction à la sémiologie*. Paris: Minuit, 11-15.
- (1981). L'intention de communication. In *Zeichenkonstitution*, A. Lange-Seidl (org.), 2 vols. Berlin: de Gruyter, 16-18.
- NADIN, M. (1983). The logic of vagueness and the category of synechism. Em: *The relevance of Charles Peirce*, Eugene Freeman (org.). La Salle, Illinois: Monist Library of Philosophy.
- (1985). The semiotics of man-machine communication. Em: *Semiotics 1984*, J. Deely (org.), Lanham: University Press of America, 463-470.
- NEHER, E. (1992). Ion channels for communication between and within cells. *Science* 256, 498-502.
- NEM, ver Peirce.
- NEUMAN, Yair (2003). Co-generic logic as a theoretical framework for the analysis of communication in living systems. *Semiotica* 144-1/4, 49-68.
- NICHOLS, Bill (1996). The work of culture in the age of cybernetic systems. In *Electronic Culture. Technology and Visual Representation*, T. Druckrey (org.). New York: Aperture Foundation, 121-143.
- NÖTH, Winfried (1998). *Panorama da semiótica. De Platão a Peirce*, 2ª ed. São Paulo: Annablume.
- (1999). *Semiótica no século XX*, 2ª ed. São Paulo: Annablume.
- (2000a). *Handbuch der Semiotik*. Stuttgart-Weimar: J. B. Metzler.

- (2000b). Le seuil sémiotique d'Umberto Eco. In *Au Nom du sens. Autour de l'oeuvre d'Umberto Eco*, J. Petitot e P. Fabbri (orgs.). Paris: Grasset, 52-63.
- (2001a). Auto-referência na teoria dos sistemas e na semiótica. *Revista de Comunicação e Linguagens* [Lisboa] 29: 13-28.
- (2001b). Máquinas semióticas. *Galáxias* 1:51-74.
- (no prelo). *Manual de semiótica*. São Paulo: EDUSP.
- NÖTH, Winfried (org.) (1997). *Semiotics of the media*. Berlin: Mouton.
- (org.) (2001). Special issue on semiotics of nature. *Sign Systems Studies* 29.1.
- ODIN, Roger (1990). *Cinéma et production de sens*. Paris: Colin.
- ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PAPAGIANNIS, M. D. (1980). The number n of galactic civilizations must be either very large or very small. In *Strategies for the search for life in the universe*, M.D.Papagiannis, (org.). Boston: D. Riedel.
- PARMENTIER, Richard J. (1985). *Sign's place in medias res: Peirce's concept of semiotic mediation*. Em *Semiotic Mediation*, Elizabeth Mertz e Richard J. Parmentier (orgs.). Orlando: Academic Press, 23-48.
- PASQUALI, Arlindo (1976). *Comprender la comunicación*. Caracas: Monte Ávila.
- PEIRCE, C. S. (1931-58). *Collected papers*. vols. 1-6, Hartshorne and Weiss (eds.); vols. 7-8, Burks.(org.) Cambridge, Mass.: Harvard University Press. As referências no texto foram feitas sob CP seguido de número do volume e número de parágrafo. MS (manuscrito) refere-se aos manuscritos não publicados, catalogados segundo paginação do *Institute for Studies in Pragmaticism*. Lubbock: Texas. NEM se refere a *New elements of mathematics* (1976), Carolyn Eisele (org.), 4 vols. The Hague: Mouton.
- (1982-). *Writings of C. S. Peirce. A chronological edition*, Max Fisch et al. (org.). Vols. 1-6. Bloomington: Indiana University Press.
- (1992). *Essential Peirce*, Nathan Houser at al. (orgs.). Bloomington: Indiana University Press.
- PETERS, Wolfram (1990). *Didaktik der Informationsverarbeitung: Eine sprachdidaktisch-semiotische Analyse der Mensch-Machine-Kommunikation*. Tübingen: Niemeyer.
- PELC, Jerzy (1981). Theoretical foundations of semiotics. *American Journal of Semiotics* 1:15-45.
- (1984). Preface. Em: *Sign, system, and function*, J. Pelc et al (orgs.). Berlin: Mouton, v-x.

- PELC, Jerzy et al. (orgs.). (1984). *Sign, system, and function*. Berlin: Mouton.
- PETERS, John Durham (1999). *Speaking into the air. A history of the idea of communication*. Chicago: Univ. Press.
- PFROMM NETTO, Samuel (1972). *Comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira Ed.
- PIGNATARI, Décio (1969). *Informação, linguagem, comunicação*. São Paulo: Perspectiva
- (1974). *Semiótica da literatura*. São Paulo: Perspectiva.
- PINTO, Milton José (1994). *As marcas lingüísticas da enunciação*. Rio de Janeiro: Numen.
- PONZIO, Augusto (1993). *Signs, dialogue, and ideology*. Amsterdam: Benjamins.
- PRIETO, Luis J. (1966). *Messages et signaux*. – Port. (1973). *Mensagens e sinais*, trad. Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix.
- (1973). *Signe et instrument. Litterature, histoire linguistique: Recueil d'études offertes à Bernard Gagnebin*. Lausanne: L'Age d'Homme, 153-161.
- (1975a). *Pertinence et pratique: Essai de sémiologie*. – Esp. 1977. *Pertinência y práctica: Ensayos de semiología*. Barcelona: G. Gili.
- (1975b). *Sémiologie de la communication et sémiologie de la signification*. In *Etudes de linguistique et de sémiologie générales*, L. J. Prieto. Genève: Droz, 125-41.
- RABINOW, Paul (1992). *Artificiality and enlightenment*. In *Incorporations*, Jonathan Crary e Sanford Kwinter (orgs.). New York: Zone Books, 234-252.
- RAMONET, Ignacio (2001). *A tirania da comunicação*, 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- RANSDELL, Joseph (1977). *Some leading ideas of Peirce's Semiotic*. *Semiotica* 19-3/4:157-178.
- (1979). *The epistemic function of iconicity in perception*. *Peirce studies* 1. Lubbock, Texas, Institute for Studies in Pragmaticism. 1:55-66.
- (1986). *Charles Sanders Peirce*. In *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, vol 2, Thomas A. Sebeok (org.). Berlin: Mouton de Gruyter.
- RICHARDS, I. A. (1928). *Principles of literary criticism*. New York: Harcourt.
- RODRIGUES, Adriano (1990). *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença.

- ROSNAY, Joel de (1997). *O homem simbiótico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio (1968). *Il linguaggio come lavoro e come mercato*. Milano: Bompiani.
- RÜDIGER, Francisco (2003). *Introdução à teoria da comunicação. Problemas, correntes e autores*, 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Edicon.
- RUESCH, Jürgen (1972). *Semiotic approaches to human relations*. The Hague: Mouton.
- SANTAELLA, Lucia (1983). *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense.
- (1986). Dialogism: M. M. Bakhtin and Ch. S. Peirce. *Semiotische Berichte* 10.1-2: 129-140.
- (1992). *A assinatura das coisas. Peirce e a literatura*. Rio de Janeiro: Imago.
- (1994). Peirce's broad concept of mind, *S: European Journal for Semiotic Studies*, 6:399-411.
- (1996). *Produção de linguagem e ideologia*, 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- (1999). *Percepção. Uma teoria semiótica*, 2ª ed. São Paulo: Experimento.
- (2000). *Teoria geral dos signos*, 2ª ed., São Paulo: Pioneira.
- (2001). *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras/Fapesp.
- (2002). *Comunicação & pesquisa*, 2ª ed. São Paulo: Hacker.
- (2003a). *Cultura das mídias*, 4ª ed. São Paulo: Experimento.
- (2003b). *Culturas e artes do pós-humano. Da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus.
- (2003c). A interação heterológica no ciberespaço. In *Cibercultura 2.0*, Lucia Leão (org.). São Paulo: Ed. Nojosa.
- (2003d). Los íconos y la cognición. De los íconos puros a las metáforas. *Designis* 4.
- (2004a). *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Fapesp/Unesp.
- (no prelo). *Navegar no ciberespaço. O perfil cognitivo do leitor imersivo*.
- SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfried (1998). *Imagem. Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Cours de linguistique général*. — Port. (1993). *Curso de lingüística geral*, trad. A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix.

- (1974). *Cours de linguistique générale*, éd. critique par R. Engler, tome 2, fasc. 4. Wiesbaden: Harrassowitz.
- SAVAN, David (1976). *An introduction to C. S. Peirce's full system of semiotic*. Toronto: Victoria College of the University of Toronto.
- SCHEERER, E. et al. (1992). Repräsentation. Em *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, vol. 8, Joachim Ritter et al. (orgs.). Basel: Schwabe, 790-853.
- SCHERER, Klaus R. (1970). *Non-verbale Kommunikation*. Hamburg: Buske.
- SCHMIDT, Siegfried (1991). *Grundriss der Empirischen Literaturwissenschaft*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- (1994). *Kognitive Autonomie und soziale Orientierung*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- SCHNAIDERMAN, Boris (org.) (1972) *Semiótica russa*. São Paulo: Perspectiva.
- SCHÜTZ, Alfred (1932) 1974. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- SEARLE, John R. (1983). *Intentionality*. Cambridge: University Press.
- SEBEOK, Thomas A (1976). *Contributions to the doctrine of signs*. Lisse: Peter de Ridder Press.
- (1993). A origem da linguagem. Em: *Semiótica e linguística portuguesa e românica. Homenagem a José G. Herculano de Carvalho*, Jürgen Schmidt-Radefeldt (org.). Tübingen: Narr, 3-9.
- (1997). Comunicação. Em: *Comunicação na era pós-moderna*, Monica Rector e Eduardo Neiva (orgs.). Petrópolis: Vozes, 9-64.
- SEBEOK, Thomas A. e UMIKER-SEBEOK, Jean (orgs.) (1992). *Biosemiotics. The Semiotic Web 1991*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- SHANNON, Claude E. (1948). The mathematical theory of communication. *Bell System Technical Journal* 27 (July and October), 379-423; 623-656.
- SHANNON, C. E. & WEAVER, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press.
- SILVA, Solange (2000). *As cores do camaleão: Fundamentos para uma teoria sógnica da informação*. Tese de doutorado, PUCSP.
- SIMPKINS, Scott (1998). Postsemiotics. In *Encyclopedia of Semiotics*, Paul Bouissac (org.). New York: Oxford University Press, 509-512.
- SLESS, David (1986). *In search of semiotics*. London: Croom Helm.
- SONEA, Sorin (1995). Oui, les bactéries communiquent! *Débats sémiotiques*. I. I:24-37.

- SODRÉ, Muniz (2002). *Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes.
- STEWART, John (1995). *Language as articulate contact: Toward a post-semiotic philosophy of communication*. Albany: New York State University Press.
- SUCHMAN, Lucy (1987). *Plans and situated actions. The problem of human-machine communication*. Cambridge: University Press.
- TEIXEIRA COELHO NETTO, João (1980). *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo: Perspectiva.
- TEMBROCK, Günter (1971). *Biokommunikation*, 2 vols. Berlin: Akademie-Verlag.
- THAYER, Lee (1987). *On communication. Essays in understanding*. Norwood, H.N.J.: Ablex.
- THOMPSON, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, B. (1998). *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- TODOROV, Tzvetan (1981). *Mikhail Bakhtine – le principe dialogique; suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil.
- TOMKINS, Gordon M. (1975). The metabolic code. *Science* 189: 760-763.
- TORRE, Alberto E. M. Gómez de la (2001). *Teorias da comunicação na América Latina. Enfoques, encontros e apropriações da obra de Verón*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- TOUSSAINT, Bernard (1978). *Qu'est-ce que la sémiologie*. Toulouse: Privat.
- UEXKÜL, Thure von et al. (1993). Endosemiosis. *Semiotica* 96.1-2:5-51.
- UNGEHEUER, Gerold (1972). *Sprache und Kommunikation*. Hamburg: Buske.
- (1987). *Kommunikationstheoretische Schriften 1*. Aachen: Rader.
- VOLLI, Ugo (1994). *Il libro della comunicazione*. Milano: Il Saggiatore.
- VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevic (= Bakhtin, Mikhail) (1930). *Marxizm i filosofija jazyka*. – Ingl. (1973). *Marxism and the Philosophy of Language*, trad. L. Matejka & I. R. Titunik. New York: Seminar Press.
- WATZLAWICK, Paul, BEAVIN, Janet H. & JACKSON, Don D. (1967). *Pragmatics of Human Communication*. New York: Norton.
- WIENER, Norbert. (1950). *The Human Use of Human Beings*. – Port. (1968). *Cibernética e sociedade*, trad. J. P. Paes. São Paulo: Cultrix.

——— (1948 [1961]). *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

WOLF, M. (1987). *Teorias da comunicação*, trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença.

WULFF, Hans (1979). *Medium und Kanal*. Em: *Zur Terminologie der Semiotik I.* (= *papmaks 10*). 2ª ed. Münster: MAKS, 38-67.

OS AUTORES

Lucia Santaella é professora titular no programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Doutora em Teoria Literária pela PUC-SP e Livre-docente em Ciências da Comunicação pela USP, é presidente honorária da Federação Latino-Americana de Semiótica, Membro-correspondente brasileira da Academia Argentina de Belas Artes e Diretora do Cimid, Centro de Investigação em Mídias Digitais da PUC-SP. Também dirige o lado brasileiro do projeto de pesquisa Brasil-Alemanha (Capes/DAAD, 2000-2004) sobre Palavra e Imagem nas Mídias. Seus interesses de pesquisa estão atualmente voltados para a Semiótica cognitiva e a Cibercultura. Organizou 7 livros e publicou 24 de sua autoria, entre os quais incluem-se *Matrizes da Linguagem e Pensamento: Sonora, Visual, Verbal* (Ed. Iluminuras/Fapesp, prêmio Jabuti 2002) e as publicações mais recentes: *Culturas e Artes do Pós-Humano. Da cultura das mídias à cibercultura* (Ed. Paulus, 2003) e *O método anticartesiano de C. S. Peirce* (Ed. Unesp/Fapesp, 2004). Pela Hacker publicou *Comunicação e Pesquisa*, dessa mesma coleção, já na segunda edição.

Winfried Nöth é professor de Linguística e Semiótica e diretor do Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais na Universidade de Kassel, professor visitante na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), membro honorário da Associação Internacional de Semiótica Visual e presidente da Associação Alemã de Semiótica. Publicou os seguintes livros: *Handbook of Semiotics* (1990; 2a ed. rev. alemã 2000), *Panorama da semiótica de Platão a Peirce* (1995), *A semiótica no século XX* (1996), *Semiotics of the Media* (1997), *Imagem: Cognição, semiótica, mídia* (1998,

com Lucia Santaella), *Landkarten* [Mapas...] *als synoptisches Medium* (1998, com D. Schmauks), *Medientheorie und die digitalen Medien* (1998, com K. Wenz), *Semiótica: Bibliografia comentada* (1999, com Lucia Santaella), *Semiotics of Nature* (2001, com K. Kull), e *Crisis of Representation* (2003, com C. Ljungberg).

Comunicação e semiótica são conjuntos separados ou há entrecruzamentos? Lucia Santaella e Winfried Nöth respondem a essa questão examinando o caráter transdisciplinar desses campos, apresentando as inúmeras correntes semióticas que abordaram a questão da comunicação, bem como discutindo, nas teorias da comunicação, conceitos inequivocamente semióticos. Não se trata de evidenciar as potências da semiótica, mas de demonstrar, ao mesmo tempo em que se constrói o panorama compreensivo e historicizado das semióticas comunicacionais, que não há confronto de delimitações, mas tarefa de enriquecimento conceitual que a semiótica pode trazer para o campo da comunicação.

ISBN 858617942-6



9 788586 179426